

## Editorial

Este número de ***Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*** deve ser lido a partir de “LITURATERRA”, pois vem uma arriscada e breve reflexão sobre as eleições no Brasil de 30 de outubro próximo vindouro, ao qual o nosso periódico não poderia se furtar. Tudo o que está a acontecer na política é muito significativo na história deste país, Brasil. Muito importante para omitirmo-nos.

Faculdades estrangeiras como *Faculty of Humanities and Arts Law, Islamic Azad University, Zanjan Branch, Zanjan Iran*, comparecem neste fascículo, juntamente com a *Faculty of Law, Marwadi University, Rajkot, Gujarat, da Índia*. Acrescente-se duas contribuições latino-americanas, da *Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, Caseros, Argentina* e da Pontificia Universidad Católica del Perú.

Do Brasil comparecem:

- a) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG, Paraná.
- b) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade Meridional – IMED, Santa Catarina.
- c) Universidade Tiradentes, integrante do Grupo de Pesquisa "Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos"- CNPq, do Sergipe
- d) Universidade Federal de Sergipe e a Universidade Mackenzie, São Paulo.
- e) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, e Universidade Federal de Santa Catarina.
- f) Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro.
- g) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.

Forma-se assim um mosaico de nacionalidades e formações científicas tão distintas diversificadas que, por sua vez, conferem estupenda circularidade cultural de mão dupla entre a Ásia e a América Latina a partir de centros de formação e aperfeiçoamento universitário.

Os temas em si mesmo, cobrem do direito à educação, da história política à cultura digital que impõe velocidade ímpar nas transformações e nas múltiplas passagens que precisamos realizar neste ainda início do século XXI.

Que a curiosidade e a solidariedade entre nós cientistas nos aproximem cada vez mais e mais...

Os Editores

## Entre a tipografia e a guilhotina: imaginário, subjetividade e política na investigação de uma conjuntura

DOI: 10.15175/1984-2503-202214301

Wilson Couto Borges\*

### Resumo

Partindo do campo de estudos da Comunicação e Saúde, nesse trabalho, buscamos apresentar algumas das formas pelas quais os direitos Brasil, em particular aqueles associados ao acesso à informação e à comunicação como indissociáveis do direito à saúde, são obstaculizados, comprometendo o exercício da cidadania. Para tanto, utilizamos o paradigma estético-expressivo na (re)construção daquilo que representa uma espécie de *continuum* de produção de conhecimento, sustentado pelas metáforas da tipografia e da guilhotina, impactando na reconfiguração da categoria verdade. Com esse movimento, o que norteia a centralidade da presente reflexão é a falsa oposição entre emoção e razão, produzindo efeitos subjetivos que interferem na relação dos atores sociais com o Sistema Único de Saúde (SUS). Como conclusão, observa-se o quanto estratégias narrativas estruturam, não apenas a forma como sujeitos sociais percebem o mundo, mas suas ações sobre.

**Palavras-Chave:** política; comunicação; saúde; narrativas; subjetividade.

### Entre la tipografía y la guillotina: imaginario, subjetividad y política en la investigación de una coyuntura

### Resumen

Partiendo del campo de la Comunicación y la Salud, en este trabajo buscamos presentar algunos de los obstáculos que se presentan a los derechos en Brasil, en concreto los asociados al acceso a la información y la comunicación como inseparables del derecho a la salud, lo que compromete su ejercicio por parte de la ciudadanía. Para ello, utilizamos el paradigma estético-expresivo en la (re)construcción de aquello que representa una especie de *continuum* de producción de conocimiento, apoyado en las metáforas de la tipografía y la guillotina e incidiendo en la reconfiguración de la categoría de verdad. Con este movimiento, el eje central de la presente reflexión está orientado por la falsa oposición entre emoción y razón, produciendo efectos subjetivos que interfieren en la relación de los actores sociales con el sistema de salud brasileño (*Sistema Único de Saúde*, SUS). Como conclusión, se observa que las estrategias narrativas no solo estructuran la forma en que los sujetos sociales perciben el mundo, sino también sus acciones en él.

**Palabras clave:** política; comunicación; salud; narrativa; subjetividad.

---

\* Pesquisador titular em Saúde Pública e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutor em Comunicação, mestre em Ciência Política e especialista em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Grupo de Estudo sobre Subjetividade e Política, vinculado ao GP/CNPq Laboratório Cidade e Poder/UFF. Coordenador do GP/CNPq NECHS - Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde/Fiocruz. E-mail: [wcborges1@yahoo.com.br](mailto:wcborges1@yahoo.com.br).

<http://lattes.cnpq.br/9564907740432251>. <https://orcid.org/0000-0002-2785-3658>

Recebido em 14 de julho de 2022 e aprovado para publicação em 25 de agosto de 2022.

## Between typography and the guillotine: imagination, subjectivity, and politics in the investigation of a moment in time

### Abstract

Based on the field of Communication and Health, this work seeks to present some of the ways in which rights in Brazil, in particular those associated with access to information and to communication as inseparable from the right to health, are obstructed, compromising the exercise of citizenship. To do so, we employ the esthetic-expressive paradigm in the (re)construction of that which represents a kind of continuum of knowledge production, sustained by the metaphors of typography and the guillotine, impacting on the reconfiguration of the category of truth. With this movement, what guides the centrality of the present reflection is the false opposition between emotion and reason, producing subjective effects which interfere in the relationship between social actors and Brazil's Unified Healthcare System (SUS). To conclude, we outline the extent to which narrative strategies structure not only the way in which social subjects perceive the world, but also their actions on it.

**Keywords:** politics; communication; health; narratives; subjectivity.

## Entre la typographie et la guillotine : imaginaire, subjectivité et politique dans l'investigation d'une conjoncture

### Résumé

En partant des domaines de la communication et de la santé, nous cherchons dans cet article à présenter certains obstacles au respect des droits au Brésil, plus concrètement, ceux liés à l'accès à l'information et à la communication, inséparables du droit à la santé, ce qui compromet leur exercice par les citoyens. Pour ce faire, nous avons utilisé le paradigme esthétique-expressif dans la (re)construction de ce qui représente une sorte de continuum de production de connaissances, soutenu par les métaphores de la typographie et de la guillotine, avec des retombées sur la reconfiguration de la catégorie de vérité. En vertu de ce mouvement, l'axe central de la présente réflexion est orienté par la fausse opposition entre émotion et raison, produisant des effets subjectifs qui interfèrent dans la relation entre les acteurs sociaux et le système de santé brésilien (Sistema Único de Saúde - SUS). En conclusion, nous observons que les stratégies de communication structurent non seulement la manière dont les sujets sociaux perçoivent le monde, mais également leurs actions dans celui-ci.

**Mots clés :** politique ; communication ; santé ; récit ; subjectivité .

## 在排版文本和切纸刀之间：想象、主观性和公立医疗政策

### 摘要

本文讨论巴西有关医疗与健康的法律权利与日常实践之间的关系。在巴西，有关医疗与健康的法律，围绕医疗而产生的民众的知情法权，沟通权，经常被卫生当局所忽略或践踏，从而使得民众的公民权无法得到正常行使。因此，我们使用了排版文本与切纸刀的隐喻来说明根据法律巴西民众应该享有的医疗卫生服务与实际上它能够提供的服务之间的矛盾，或者说是法律文本与实际真相之间的矛盾。我们认为卫生当局制造了虚假的所谓情感与理智之间的对立，这种对立影响了巴西统一医疗系统(SUS)里面各个利益相关方的相互沟通。由此，我们认为，官方话语与医疗卫生政策不仅影响了民众对医疗卫生系统看法和期待，而且引发民众针对医疗系统的低效无能所采取的各种行为。

**关键词:** 政策；沟通；医疗与健康；叙事；主观性

## **De onde se observa e se investiga...**

Se nosso olhar parte de onde nossos pés estão plantadas, cumpri-nos apresentar a maneira pela qual o campo da Comunicação e Saúde é por nós investigado. Metodologicamente, temos adotado o paradigma estético-expressivo, cujas marcas podem ser encontradas no Indiciarismo (que tem origem na semiótica médica), proposto por Carlo Ginzburg. É nesse quadro que a “tipografia” e a “guilhotina” são tomadas como metáforas de um *continuum* de produção de conhecimento que tem origem no Iluminismo por meio de dois mecanismos: de um lado, a ilustração; de outro, a repressão. Observa-se, no entanto, que não se trata de um movimento cuja consciência é a única instância a orientar opções ou tomadas de posição. A maneira pela qual todas as construções narrativas da mídia, nas suas mais variadas formas, interpelam os sujeitos, visa a construção de um saber (mas, seria também de um conhecer?), e é através dessas construções que se estabelece uma nova ambiência onde práticas e dispositivos comunicacionais são interiorizados e interferem na forma como a sociedade se relaciona com a saúde, de um modo geral, e com o Sistema Único de Saúde, de modo particular.

Tomando tal perspectiva como plausível, há três pressupostos nietzscheanos que norteiam o desenvolvimento das reflexões contidas nas próximas páginas: o primeiro deles é o de que o conhecimento foi inventado, “emergindo de uma centelha de espadas”; o segundo é o de que esse mesmo conhecimento é “resultado do jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre instintos”, diríamos, entre subjetividades; o terceiro, é que “o lugar do conhecimento resulta da luta entre três paixões: o rir, o deplorar e o detestar (o ódio)”, isto é, como uma ação política onde a emoção é também constitutiva. Diante dos elementos então expostos, pode-se afirmar que quando observamos um fenômeno como a pandemia de COVID-19 que, dentre outras características, gera narrativas com efeitos de eternização, as condições políticas, sociais, econômicas de existência não são um véu ou obstáculo para o sujeito do conhecimento, mas aquilo através do que se formam os sujeitos do conhecimento e, assim, as relações de verdade. Nesse percurso, do conjunto de construções jornalísticas oferecido à sociedade, nos detemos, para fins analíticos, em duas palavras/expressões que nos permitirão visualizar como notícias e reportagens publicadas no tempo presente dialogam com enunciados cujas marcas são encontradas ao longo da formação social brasileira.

Concomitantemente, exporemos também como e porque a análise das narrativas (o foco aqui está nas narrativas jornalísticas como centelhas) nos parece uma rica opção de

investigação. Para nós, as narrativas apresentam alguns caracteres importantes: (a) embora produzida numa determinada plataforma, ela atravessa várias mídias; (b) mesmo produzida por uma empresa, organismo, instituição, por um conglomerado, ela circula por vários meios (teatro, cinema, redes sociais digitais etc.); (c) ela é sempre resultado da tensão entre uma realidade possível e a ficção, cuja verossimilhança ocupa lugar central; (d) ela interfere na forma como sujeitos sociais dão sentido à sua existência e ao mundo; (e) ela organiza o tempo e o espaço, atualizando o passado, no tempo presente, com uma expectativa de futuro; e, por fim, especialmente a partir do método indiciário, (f) ela apresenta homologia e homofonias cujas marcas se repetem ao longo do tempo histórico.

### **A verdade como uma “centelha entre duas espadas”**

Ao tomar a questão da desinformação no contexto da COVID-19, uma dimensão bastante significativa é aquela que se estabelece em torno da verdade. Entretanto, na presente reflexão, menos interessa o que poderia representar uma verdade, mas, e especialmente, observar “quem fala”. Para tanto, não podem ser consideradas acessórias as propostas defendidas por Foucault (2002, p. 8) de que *a verdade tem uma história*, “cuja práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber [...] novos conceitos, novas técnicas, mas também fazer nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos do conhecimento”. Com essa proposta, o filósofo francês enunciava (e anunciava) outro elemento fundamental para a compreensão desses “jogos”, isto é, na interpretação de leis e regularidades sobre as quais um conjunto de fatos linguísticos devem ser analisados.

Embora não caracterizasse exatamente dessa forma, ao associar discurso e sujeito, mais especificamente, ao se deter sobre uma “teoria do sujeito”, Foucault (2002, p. 09-10) nos fornece nova pista importante, especialmente ao afirmar que “A psicanálise foi certamente a prática e teoria que reavaliou de maneira fundamental a prioridade um tanto sagrada conferida ao sujeito [...], mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história”. Aqui há um primeiro ponto de inflexão sobre o qual vale nos deter. Não me parece acidental ou absurdo pensar numa relação do sujeito no interior da história com o inconsciente. Isso porque nem todas as relações vividas por esses sujeitos o são conscientemente. Uma das formas de se acessar esse sujeito inscrito na história é exatamente pela forma como faz Jameson ao dar ênfase a um “inconsciente político do autor”, que se manifesta, defende o autor, na forma como a autoria se revela na obra de literária, por exemplo.

É na descrição de como, a partir do século XIX, foram inventados problemas jurídicos e formas de análises “que chamaria de exame (*examen*)”, que Foucault (2002, p. 12) nos fornece novas pistas do quanto esse universo de questões estava associado com a “formação de um certo número de controles políticos e sociais no momento da formação da sociedade capitalista, no final do século XIX”. Invenção, na proposta foucaultiana, vai se conectar à formulação nietzscheana, de que

o ideal não tem origem. Ele também foi inventado, fabricado, produzido por uma série de mecanismos, de pequenos mecanismos. A invenção – *Erfindung* – para Nietzsche é, por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável (FOUCAULT, 2002, p. 15).

Há, nessa passagem em Foucault (2002), alguns elementos que não podem ser negligenciados. O primeiro deles é a perspectiva da invenção. O segundo, a presença implícita do pensamento religioso vinculado à ideia de origem. Se, no primeiro, a invenção é uma ruptura, mas igualmente um pequeno começo de algo que já existia antes, não se pode perder de vista as formações de longa duração. Afinal, para romper-se é necessário que se faça a partir de algo que já existe – e aqui há uma primeira entrada em cena de Ginzburg (2012) quando apresenta a história do Sabá. O segundo é a própria presença de um ser superior (Deus) para a construção social no Ocidente, ratificada por autores como Descartes, com seu *cogito, ergo sum*, e, mais tarde, Kant e Schopenhauer, dentro do pensamento iluminista. Nesse instante, vale a interrogação: de fato, se (e naquilo que) penso, não há nenhum “ser superior” que me faz pensar e no que pensar, que papel estaria a exercer o inconsciente em cada uma dessas formações através das quais se ratificou o lugar do divino?

Ao retomar Foucault, especialmente no que toca à “solenidade de origem”, quando este diz que é necessário “opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções” (FOUCAULT, 2002, p. 16), minha avaliação é a de que um promissor caminho de investigações se estabelece e ganha força. Nessa “centelha entre duas espadas”, Foucault não apenas nos aproxima de Nietzsche (2012) como, com essa aproximação, permite compreender que “por trás de tudo isso há o jogo e a luta desses três instintos, desses três mecanismos, ou dessas três paixões, que são o rir, o deplorar e o detestar (o ódio)” (FOUCAULT, 2002, p. 21). Esse diálogo com Foucault e Nietzsche é central para outra decisão metodológica: investigar como os sentimentos, emoções, sensações constituem toda e qualquer narrativa e produzem efeitos sobre as ações políticas de todo sujeito social.

É importante evidenciar que não se trata, quando se observam essas paixões, essas emoções, esses sentimentos, de negligenciar o quanto as narrativas dialogam com as condições de existência (política, econômica, social, cultural) de sujeitos concretos. Isso seria um erro. Antes, nos interessa observar o quanto o véu, a opacidade (GINZBURG, 2012; MARTIN-BARBERO, 2004), podem comprometer a dimensão da análise de fatos, sujeitos, processos sociais já em si complexos. Entretanto, se é possível investigar determinados momentos históricos, como esse sobre o qual vivemos, num contexto de pandemia da COVID-19, ou aquele da H1N1, no início da década de 2010, ou ainda o da expansão do pensamento iluminista sobre as colônias ultramarinas francesas, espanholas, portuguesas – como aquelas presentes no romance *O século das luzes* (CARPENTIER, 2004) –, é porque o reconhecemos, a partir das condições concretas, onde eles ocorrem. Isso significa dizer que, seja num momento histórico seja noutro, a ideologia é a marca, o estigma de condições concretas de existência que se manifestam no exercício do poder, do poder de buscar cristalizar uma verdade como se natural ela fosse. Ou seja, para dizer tal como Foucault, “esconder que são, no fundo, relações de verdade”, de fixação de verdades.

Um dos exemplos tomados por Foucault para ilustrar suas análises é a tragédia de Édipo, observada como uma história de um poder político. Ainda que o foco do filósofo francês seja o quanto a tragédia “é representativa e, de certa maneira, instauradora de um determinado tipo de relação entre poder e saber, entre poder político e conhecimento, que nossa civilização ainda não se libertou” (FOUCAULT, 2002, p. 31), ele mesmo nos adverte sobre o quanto esses “restos da velha tradição reaparecem algumas vezes ao longo da peça” (FOUCAULT, 2002, p. 34). Nesse sentido, não se pode negar o quanto o passado nos comparece seja lembrado na forma consciente ou inconsciente, seja através de seu comparecimento espectral. Essa hipótese parece ser corroborada por Zusman (2006, p. 2), na medida em que, como adverte o psicanalista, “A história de Édipo contém elementos que revelam fenômenos de transição entre as formas poligâmicas e monogâmicas do convívio humano”. Ora, não estaríamos nós diante de um dos problemas centrais de nossa sociedade no que toca à vulnerabilidade de mulheres e crianças desassistidas por regimes que “atestam” que família são aquelas organizações compostas de pai, mãe e filhos? Que mecanismos há, dentro do próprio sistema de saúde, para que, aos homens não sejam oferecidos métodos de contracepção? Creio que Tebas ainda nos comparece com muita força.

Embora uma breve digressão tenha sido feita na direção de observar o que significa o direito à saúde e, paralelamente, o direito à comunicação, entre homens e mulheres,

queremos retornar ao argumento central do presente artigo: o quanto, novamente recorrendo a Zusman (2006, p. 3), “a transição de costumes milenares para formas mais evoluídas de comportamento esbarra sempre nas fantasias residuais [residual, Williams], que se compõem de memórias ontogenéticas e filogenéticas”. Ou seja, ainda que essas fantasias residuais nos cheguem, há um salto simbólico que se efetua na compreensão da metáfora ou da alegoria contida num processo que caminha entre a emotividade e a racionalidade, sobre o qual o processo do Iluminismo tem muito a nos dizer. Se a construção oferecida por Zusman (2006, p. 9) é pertinente, então, o trabalho do analista precisa ser o da transposição de uma leitura do pensamento sígnico “já que o tempo do pensamento sígnico é o presente, o tempo da ação” para o simbólico, isto é, “compreendendo que o destino de Édipo seria o destino de todos os humanos, nascidos no âmbito dos casamentos monogâmicos”.

Na medida em que, a partir da leitura que Zusman faz de Freud, é possível inferir que (a) o Complexo de Édipo é uma estrutura universal da constituição do sujeito (interior) e (b) a mídia – o Complexo de Édipo da alta modernidade – emerge como estrutura universal (exterior, mas que dialoga com o interior) no Ocidente, nos aproximando de um dos traços mais fundamentais da tragédia de Édipo: “a correspondência entre a comunicação da tragédia e o mundo simbólico em que a lembrança e o discurso dos homens são como que uma imagem empírica da grande profecia dos deuses” (FOUCAULT, 2002, p. 40). Essa forma de narrar, uma alternância entre o personagem lendário do herói épico e o personagem histórico, no caso de Édipo, se converte numa arte de persuadir – persuasão, ao lado da memória e da retórica, se inscrevem nas sete artes liberais apontadas por Aristóteles (BORGES, 2014, p. 106). Mas, a opção por Foucault, no desenvolvimento do presente argumento não é aleatória. Na investigação sobre a história da verdade, da formação de uma sociedade disciplinar, na passagem do século XVIII para o XIX, isto é, no contexto de celebração e expansão do Iluminismo, dois elementos serão essenciais nesse quadro: a prensa e a guilhotina. Isso porque, no caso da primeira, ela foi responsável pela propagação do ideário revolucionário; enquanto a segunda, responsável pela ameaça que um retorno ao *Ancien Régime* representava.

Se “a penalidade no século XIX, de maneira cada vez mais insistente, tem em vista menos a defesa geral da sociedade que o controle e a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos” (FOUCAULT, 2002, p. 85), as construções narrativas tornam-se elementos centrais desse processo. Entre o *SUS* e a *espada* (ENTRE

O SUS..., 2016) – umas das manchetes exploradas durante a exposição deste trabalho – sugere uma antecipação, antes da possibilidade de correção, coerção, de sujeitos sociais fazerem suas escolhas. Ainda que os múltiplos sentidos contidos nessa expressão não sejam nesse momento exploradas, com sugestão de que a escolha é exclusiva do leitor, ouvinte, telespectador, internauta, o papel da imprensa (prensa) nesse contexto não pode deixar de ser observado. Mesmo que não exclusivamente, a imprensa se inscreve num dos mecanismos de controle não coercitivo, isto é, de produção de hegemonia que, desde o século XIX, desfruta de um lugar bem especial. Com essa proposta, sugerimos que ela é uma atualização histórica, dentre outros mecanismos, das chamadas Sociedades de reforma do século XVII, como “a *Sociedade para a Reforma das Maneiras* (do comportamento, da conduta) [...] que, através de sermões, impedia a classe mais baixa e mais vil de se aproveitar dos jovens sem experiência e lhes extorquir dinheiro” (FOUCAULT, 2002, p. 90, grifo nosso), ou, já no século XIX, a “*Sociedade para a Supressão do Vício*, tendo por objetivo fazer respeitar o domingo, impedir a circulação de livros licenciosos e obscenos, introduzir ações na justiça contra a má literatura” (FOUCAULT, 2002, p. 90-91, grifo nosso). É sobre essa relação que adensaremos na próxima seção.

### **A oposição entre emoção e razão e seus efeitos de longa duração – análise da narrativa como método de investigação**

Esse é o momento de enunciar minha principal hipótese de trabalho no intervalo de duas grandes pandemias (H1N1 e COVID-19): toda narrativa (seja ela jornalística, literária etc.) é um ato político e social que, além da função precípua de comunicar, interpela sujeitos sociais a darem sentido ao mundo que os cerca. Entretanto, ao longo dos anos, um dos efeitos dessa relação foi a compreensão equivocada sobre aquele que se apropria de dado conteúdo, ora tomado como ser passivo ora como ser supremo: único responsável e livre de amarras para tomar para si tais conteúdos. A relação é mais complexa, duradoura, longa. A correlação entre a atividade de narrar histórias e o caráter temporal da experiência humana é uma necessidade transcultural (BORGES, 2014). Nesses termos, é mais que oportuna a premissa de que “o discurso é construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 99), destacando o papel da narrativa enquanto uma forma de “*constituir* uma realidade sempre revogável e a serviço de padrões culturais e interacionais” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 101, grifo nosso). Concordando com as autoras, antes de ser

apenas uma opção metodológica, o analista, ao trabalhar com narrativas, se vê implicado num compromisso ético: promover interpretações válidas (não uma descrição) comprometidas com a desconstrução de práticas injustas e as transformações destas (BASTOS; BIAR, 2015, p. 102). Não encontraríamos aí um espaço absolutamente profícuo de pesquisa em Comunicação e Saúde?

A partir da construção elaborada no parágrafo anterior, vale apresentar um eixo estruturante do estudo das narrativas nas pesquisas em Comunicação e saúde: sua pertinência está diretamente relacionada à necessidade de se batalhar pela observação e respeito aos direitos humanos, ao direito à saúde, ao direito à comunicação. Nesses termos, trabalhamos com a perspectiva analítica de observar como tais narrativas são produzidas e postas em circulação com o objetivo de estabelecer relações que permitam a transformação de atores sociais. Isto é, da investigação da produção às possibilidades (não exclusivas, é claro!) de interpretação! Nesse sentido, não se trata de apenas observar, acompanhar, monitorar as narrativas produzidas pelos veículos de imprensa, mas de compreendê-las dentro de um complexo jogo de construção, de apropriação e de compartilhamentos de sentidos. É nessa chave de compreensão que três passos parecem significativos: o primeiro é a percepção de que “contar histórias em interação tem uma centralidade cultural e uma organização regrada” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 107); o segundo, de que “as narrativas são parte de ‘embates para legitimar sentidos’, e, sendo assim, há que se considerar ‘quem conta histórias para quem’ e ‘em que espaços institucionais’” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 109); por último, que “a narrativa é uma prática social constitutiva da realidade e enquadra esse tipo de análise como uma forma de se fazer análise do discurso” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 121).

Embora venhamos anunciando nossa opção teórico-metodológica, mesmo diante da singularidade da abordagem, essa não é a única forma de investigação e análise das narrativas. Assim sendo, é muito oportuna a “evolução” descrita por Gomes (2017), que partiria de estórias orais até seu momento ulterior, com as narrativas midiáticas. Menos interessa nesse momento tensionar a superação de um modelo (oralidade) por outro (resultante da combinação das linguagens oral, escrita, audiovisual, presentes na comunicação eletrônica) e mais destacar que parece equivocada a noção de que a transmissão oral foi superada ou subsumida em outras formas a partir dos dispositivos tecnológicos do nosso tempo – ainda que não explore no presente trabalho, quero enunciar a hipótese de que há uma íntima relação entre a presença da oralidade, como forma de

trocas simbólicas, de trocas comunicacionais, e o dispositivo tecnológico WhatsApp, por atores sociais que estiveram historicamente à margem do “jogo”, uma vez que a ferramenta dispensa uma expertise de uso da escrita, por exemplo, na transmissão e compartilhamento de conteúdos. O que se acentua nesse momento histórico é que mesmo a transmissão oral mimetiza a midiática.

Vejam os exemplos fornecidos por Gomes (2017), a partir de *O Narrador*, de Walter Benjamin. Com a ênfase na reprodutibilidade técnica, o autor destaca, que “Para ele [Benjamin], as histórias orais eram míticas, encantadas, tinham um efeito de sentido mágico. E a narratividade do romance moderno é desencantada, descritiva e propositalmente subjetiva” (GOMES, 2017, p. 233, grifos nossos). Há aqui duas distinções importantes entre o que se pode qualificar como abordagem tradicional e aquela com a qual operamos. A primeira é a de que a estrutura narrativa da forma de se contar uma história presente em *O Narrador* permanece atual: a realidade (vivida pelo camponês sedentário benjaminiano) e a fantasia (imersa na metáfora do viajante) sempre se misturaram. Se lá, entre o camponês e o viajante; em nosso tempo, entre o local e o global. A segunda, corolária à primeira, é a de que realidade e fantasia sempre se misturaram nas narrativas – o que contrasta com a perspectiva utilizada por estudiosos tradicionais das narrativas, que aceitam uma ruptura entre razão e emoção, promovida pelo Iluminismo. Definitivamente, não apenas racionalidade e emotividade, ou se preferir, objetividade e sensações são constitutivas de toda e qualquer narrativa, como todo ator social constrói seus relatos num lusco-fusco entre realidade e ficção, tendo a verossimilhança como elemento estruturador.

Tal equívoco parece orientar a percepção de trabalhos como o de Gomes (2017), por exemplo, que defendem que um dos recursos utilizados são as “histórias clássicas, estas são histórias que mantêm a mesma estrutura (melodrama), a exemplo de Édipo, de Sófocles” (GOMES, 2017, p. 233). Para além da fixidez de uma leitura signífica (ZUSMAN, 2006, p. 4), Gomes não realiza o “salto Simbólico”, aceitando a distinção entre emotividade e racionalidade. Paralelamente, encontramos em Martin-Barbero (2001) que a estrutura do melodrama representaria um lugar de chegada de uma memória narrativa e gestual e lugar da emergência de uma cena de massa (MARTIN-BARBERO, 2001, p. 174). Novamente, insistimos, aceitar a divisão (e distinção) entre narrativas reais e imaginárias, é aceitar a divisão proposta pelo racionalismo francês/alemão, relegando à emoção, aos sentimentos, às sensações, um lugar de subalternidade com relação à razão. Para nós, tal distinção é ilusória. A centralidade da estrutura das narrativas é percebida a partir da compreensão de

que um dos seus elementos de interpelação está desde sempre no verossímil e na possibilidade de sutura. Afirmar que uma narrativa (e as narrativas midiáticas são centrais na contemporaneidade) contém em si elementos de sutura, é simultaneamente reconhecer que o sentido é dado por quem se apropria da mensagem e não negligenciar que a comunicação acontece num mundo estruturado pela linguagem. Ou seja, sim, é o leitor, ouvinte, telespectador que dá sentido a qualquer textura, mas esse processo é sempre realizado dentro de determinados “pactos”, “acordos”, “contratos”.

Há outro importante elemento presente no que qualificamos como análises tradicionais das narrativas, que é a serialização (GOMES, 2017, p. 234). Entretanto, uma vez mais, negligencia-se um aspecto essencial desse processo quando a serialização é apresentada como uma das características das narrativas audiovisuais, ao lado da interculturalidade, da virtualidade e da interatividade. A contradição se estabelece quando, a título de exemplo, as “características interculturais (que mesclaria o local e o universal)” (GOMES, 2017, p. 235) são apontadas como distintivo das narrativas contemporâneas. Ora, mas não estariam exatamente as figuras do camponês e do viajante de Benjamin marcando essa interculturalidade (e uma circularidade sincrônica, da qual trataremos mais adiante) desde tempos onde apenas a oralidade permitia a troca de experiências? Quando, paralelamente, o autor marca que com o caráter interativo das narrativas audiovisuais, “o público deixou de ser passivo” (GOMES, 2017, p. 235), não estaríamos mais uma vez diante de um fenômeno que fetichiza a tecnologia e ignora traços, vestígios, pistas de um processo de comunicação que conserva permanências de longa duração? Não apenas a serialização – o fracionamento de um todo que, por vezes, é entregue em “capítulos” – é constitutivo do processo narrativo que a mídia se apropria, como parece ser a base ideológica para expansão do capital: suporte material para a fragmentação do trabalho e da percepção do todo, obscurecendo aquilo que é residual (WILLIAMS, 1979).

No capítulo “Dominante, residual e emergente”, de *Marxismo e Literatura*, além de estabelecer a distinção entre os conceitos, Williams (1979) nos dá algumas pistas bem interessantes sobre a forma como podemos apreender as narrativas. Por “arcaico”, o autor caracteriza “todo e qualquer elemento cultural que teve início e fim no passado, mas que estaria sendo revivido, de forma deliberada e consciente, em tempos posteriores” (WILLIAMS, 1979, p. 125). Ou seja, aquilo que é totalmente reconhecido como um elemento do passado, mas, de forma conservadora ou tradicionalista, usado no presente. Como “emergente”, aquilo que, embora novo, emerge em todos os momentos históricos. Já o

“residual”, como elemento do passado, mas que ainda está ativo na sociedade e na cultura, experimentado *por vezes de forma inconsciente* por seus membros e que emerge na mentalidade vigente (WILLIAMS, 1979, p. 126, grifos nossos); enquanto o “dominante”, elementos que caracterizam determinado período histórico; geralmente ligados aos grupos poderosos. O dominante é a mescla entre o emergente e o residual. É nesse quadro mais geral que se pode perceber o quanto elementos culturais emergentes, próprios de um tempo, no que toca, por exemplo, as formas de trocas culturais, como as promovidas pelos jornais impressos no fim do século XIX, vão dialogar com os traços residuais, isso para ficarmos apenas nas formas de produção, circulação e apropriação de conteúdos, cujo arcaico também pode estar presente.

Admitindo que as narrativas contemporâneas mantêm um “diálogo” com aquelas produzidas e postas em circulação com a expansão do mercado editorial no Brasil do século XX, ou ainda com aquelas intimamente vinculadas a expansão dos chamados romances de sensação e as práticas de leitura que remontam a França do século XVI, pode-se observar que há uma intrínseca e umbilical relação de contiguidade. Se tal movimento diz respeito mais a forma, examinemos mais um pouco o conteúdo, utilizando como uma das referências a Narratologia, nos termos apresentados por Borges (2014):<sup>1</sup> por um lado, abandonando-se definitivamente o foco na emissão (primeiro na obra, depois no autor) ou na recepção, tomando-se as texturas (narrativas) dentro de um círculo hermenêutico, admitindo a existência uma ação de mediação, que reconfigura um mundo prefigurado, mas, por outro, constatando-se que não haveria diferenças estruturais entre as narrativas reais e as imaginárias.

Se a abordagem apresentada no parágrafo anterior é válida, nos sentimos autorizados a enunciar a sentença de que as narrativas produzidas pelos meios interferem decisiva e subjetivamente na vida de milhares e milhares de pessoas. Entretanto, não se trata de algo novo, tampouco explorado pela primeira vez. Mas, quando se toma por objeto de investigação um evento repercussão mundial (como foi a pandemia da H1N1, em 2009) e de repercussão nacional (como foi a Campanha de 2010), ou ainda a pandemia de COVID-19 (em 2020) ou a proposta de imunização (em 2021) estes parecem se oferecer

---

<sup>1</sup> No trabalho, o autor constrói uma classificação, para efeitos didáticos, sobre três momentos distintos da Análise da Narrativa no Brasil, que estariam divididas em três gerações: a primeira cuja ênfase seria na estrutura da narrativa, a exemplo da forma como se operava na análise da narrativa literária; a segunda, cujo foco se deslocou para o receptor, ou seja, sobre a apropriação que esse receptor fazia do conteúdo, negligenciando-se, de certa maneira, a forma como essa estrutura era construída; a terceira que, a partir da filosofia interpretativa de Paul Ricoeur.

como lócus privilegiados para a análise de como as narrativas são produzidas e como podem ser apropriadas em maior ou menor grau pela população. Se todo enunciado jornalístico é ideológico, isto é, traz impresso em seus relatos escolhas, visões de mundo, interesses particulares, conscientes ou inconscientes de determinado autor e leitor, ouvinte, espectador, telespectador, internauta (que em determinadas ocasiões podem corresponder a interesses coletivos), com conteúdos oferecidos a partir de qualquer textura, o passado, isto é, um mundo prefigurado, pode fornecer elementos decisivos para que o diálogo transcorra numa direção ou noutra. Recorramos a outro exemplo. Em meio ao debate em torno da proteção de brasileiras e brasileiros contra a COVID-19, uma palavra “habitou” esse universo de disputas: cloroquina.

Mesmo que não negligenciemos o papel do governo federal na difusão do chamado “tratamento precoce”, sem nenhuma eficácia comprovada, é possível que nos interroguemos: como o medicamento cloroquina ganhou corações e mentes num espaço de tempo tão curto, a ponto de obstaculizar a vacina como a única possibilidade concreta de enfrentamento imediato a uma doença que não se conhece na totalidade? Estaria pura e simplesmente associada à força das chamadas redes sociais digitais na propagação daquilo que a partir do final da primeira década do século XXI vem sendo chamado de Fake News? Ou poderia ser localizada num negacionismo que parece ter se tornado uma poderosa ideologia? Ou mesmo ser atribuída a uma crise da Ciência, onde o sujeito se nega à vacina (um avanço da Ciência), mas se recorre ao fármaco (igualmente um avanço da Ciência)? No limite, pode-se ainda argumentar sobre a força de dispositivos discursivos que impõe uma verdade sobre outras. Entretanto, a busca por uma interpretação possível parece pertinente quando o passado e a memória são evocados numa construção narrativa em que passado-presente-futuro, sempre operados no presente, permitem um diálogo dentro de um imaginário social e um universo narrativo partilhados por quem emite e quem se apropria de uma narrativa. A adesão tão rápida à Cloroquina pode ser encontrada numa outra pandemia, igualmente devastadora, como a Gripe Espanhola.

Com início em fevereiro de 1918, a Gripe Espanhola vitimou, até 1920, aproximadamente 50 milhões de pessoas no mundo. Foi a primeira pandemia do vírus *Influenza* – o mesmo que, em 2009 (H1N1), voltou a assombrar o planeta, mas sem a mesma letalidade da anterior – e infectou quase 500 milhões, um quarto da população mundial da época. Um quadro tão assustador não deixa de produzir seus efeitos em médio ou em longo prazo. Uma série de análises produzidas dentro do Observatório Saúde na

Mídia (OSM) verificou que não raros foram os depoimentos que vinculavam (ainda em 2009 e, posteriormente, em 2010) a pandemia de H1N1 à Gripe Espanhola ou à Revolta da Vacina (1904). No entanto, em várias ocasiões, essas remissões ou reminiscências eram qualificadas como mitos ou lendas urbanas. O trabalho realizado naquele momento histórico mostrou que se tratava de algo mais profundo e que o diálogo com a sociedade se apresentava como a melhor alternativa. Um dos resultados práticos foi a imunização de 81 milhões de brasileiros e brasileiras em três meses. Já em 2020, dessa vez com a COVID-19, um novo e assustador quadro produziu a maior emergência sanitária dos últimos 100 anos (a Gripe Espanhola terminara em 1920). Uma nova série de contradições se materializa no corpo social brasileiro, mas dessa vez não como uma disputa entre “verdade” e “boatos e lendas urbanas”, mas entre “verdade” e “Fake News”. Estaria o real do problema mais uma vez sendo negligenciado: como conhecimentos prévios, remissões, reminiscências compõem na produção de sentidos sobre a pandemia? A Influência da segunda metade do século XX não comparece de forma real na primeira década do XXI? Que tipo de conexões haveria entre a Cloroquina e o *Chloro Quinino*?

Para apresentar um caminho interpretativo possível, recorreremos à Narratologia e ao jogo que se estabelece entre a construção e a interpretação das narrativas noticiosas, especialmente pela perspectiva de que, a fixação de uma narrativa no tempo presente, no atual, no imediato, produz um efeito de real e emocional aproximando tal narrativa (e as pessoas com ela envolvidas) a dramas e tragédias humanas, promovendo uma identificação ou uma projeção com o que é narrado. Ainda que as informações que davam conta de que a cloroquina foi utilizada no combate à Gripe Espanhola tenha sido fartamente desmentido por organismos criados para checagem dos fatos, o que não se pode negar é a vinculação, primeiro do Quinino e, mais tarde (a partir dos anos 1940), da Cloroquina ao combate da malária. Paralelamente, que outras formas de compartilhamento de informações, que não a escrita, foi a majoritária na produção, circulação e apropriação de informações sobre o *Chloro Quinino* durante os primeiros meses da pandemia. Em 2020, não foram raras as notícias, associadas ao ex-presidente estadunidense Donald Trump, que sugeria o uso de desinfetante e água sanitária no combate à COVID-19. Se não desprezarmos o conhecimento popular de que, com cloro, se faz água sanitária, Trump, numa só expressão, atualizava em 100 anos uma “forma de combate” à pandemia. Nesse sentido, tomar toda e qualquer narrativa como uma ação criadora, mas produzida num universo de imaginação regrada (da cultura, da cultura compartilhada por quem produz e

por aqueles que se apropriam), a exemplo daquela qualificada como “Narratologia de 3ª geração” se revela absolutamente pertinente.

Uma das questões centrais, nesses termos, que orienta um conjunto de pesquisas com o qual estamos envolvidos é a formação de um imaginário social que tem interferido decisivamente no modo como os indivíduos, sobretudo na contemporaneidade, se apropriam das narrativas (principalmente as midiáticas), conferindo-lhes sentido. Nesse processo, o lugar da memória e a forma como ela opera tornam-se fundamentais. Primeiro porque, concordando com Ricoeur (1994), a memória só existe, em última instância, enquanto discurso, enquanto narrativa. Narrativa esta que se revelaria na tessitura da intriga, como atividade produtora que se realiza dentro de certas regras culturais. Isso nos coloca diante de um processo, dinâmico e contínuo, onde os meios de comunicação constroem seus discursos a partir do verossímil, por um lado, somado a um regramento (imaginação regrada) investido no imaginário, por outro. Como destaca o autor: “a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*” (RICOEUR, 1994, p. 91, grifo nosso).

Nesse quadro mais geral, do ponto de vista da narrativa, a COVID-19 não é apenas uma pandemia do século XXI, mas o resultado de uma articulação onde os sujeitos sociais conferem sentido não apenas a ela, mas à pandemia de H1N1, à Gripe Espanhola, à Revolta da Vacina. Evidentemente, contido em nossas palavras, não há nenhum movimento de planificação desses quatro eventos históricos. O que é digno de registro, na esteira da proposta ricoeuriana, é a distinção entre aquilo que o autor nomeia como lembrança fraca, que requer maior esforço, onde as fantasias estão mais presentes (Revolta da Vacina e Gripe Espanhola), e a memória forte, onde o esforço de rememoração é menor e a lembrança, mais presente (H1N1). Isso também significa dizer que, quem opera a memória (a manipulação da memória como destaca Ricoeur), também o faz com relação ao esquecimento. Seja num caso seja no outro, pode-se perceber que a ideologia aparece de forma opaca. Num nível mais profundo, a ideologia está arraigada nas estruturas hereditárias (passa-se de pai para filho – como no caso das crianças) ou nas estruturas estruturadas, como nos ensina Pierre Bourdieu, ou ainda como aparece na literatura, a exemplo do romance *O século das luzes* (CARPENTIER, 2004), cuja coação (guilhotina) bem como a sedução (prensa) participam desse sistema de dominação e transmissão.

## Saúde, apelo às sensações e romances: um todo analítico

Desde 2014, há uma pesquisa em curso que acompanha os sete fóruns “A saúde no Brasil”, realizado pela *Folha de São Paulo*, entre aquele ano e 2020, cujas “principais informações” foram publicadas em suas páginas dias após cada edição. Não dá para dizer que a saúde não foi objeto de atenção e interesse por parte dos grandes conglomerados de comunicação. Isso porque, ao lado da *FSP*, *O Globo* também organizou, debateu e publicou os resultados dos seus eventos. Além de serem veículos que se apresentam como de abrangência nacional, ambos contam também com portais de notícias, canais no *Youtube*, além de farta difusão através de múltiplos suportes. Ou seja, não se pode afirmar que pouco circulou o conteúdo dessas iniciativas. Ainda que as edições contassem com sugestivos títulos, tanto nas mesas dos Seminários da *Folha de São Paulo* quanto nas matérias que seguiam aos eventos,<sup>2</sup> como “Os desafios e o futuro da saúde nacional pós-pandemia”, presente através da manchete “Setor da saúde precisa de complementaridade entre público e privado” (SMITH, 2020), “Mais Médicos expõe outro gargalo no atendimento” (MAIS MÉDICOS..., 2014), ou ainda aqueles que dessem nomes às mesas no *5º Fórum A Saúde no Brasil*, como “30 anos de SUS” e “Judicialização da Saúde”, que se materializaram nas manchetes “SUS, 30 anos” (COLLUCCI, 2018) e “Desperdício e orçamento restrito ameaçam saúde pública e privada no país” (VIEIRA; LOTT; BOSA, 2018), respectivamente, merecerá um pouco mais atenção o sugestivo ano de 2016, num período imediatamente anterior ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, cujas chamadas são exemplares.

De todas elas, nos fixaremos naquela cujo título evoca a memória, uma memória afetiva, e que produz efeitos no tempo presente. Com a manchete “Entre o **SUS** e a **Espada**” (ENTRE O SUS..., 2016, grifo nosso), logo abaixo da imagem, que ocupou meia página, com os convidados organizados num tablado circular, cercados por profissionais que acompanhavam o debate, interpelavam-se os leitores a concordarem com a ideia de que a defesa do SUS não mais se sustentava. Apresentadas essas chamadas, convocamos novamente Ginzburg (1989) e Williams (2001) para, através das pistas deixadas nas texturas, buscar resíduos nas mentalidades.

---

<sup>2</sup> Desde a primeira edição dos Seminários A Saúde no Brasil, organizados pela *Folha de São Paulo*, em 2014, nos servimos, inicialmente, da cobertura jornalística dos eventos para acessarmos as mesas temáticas, que se propunham a oferecer aos presentes uma determinada perspectiva sobre o debate em torno da Saúde.



A partir da esq., Eugênio Vilaça Mendes, consultor de saúde pública, Gustavo Gusso, professor da USP, Sílvia Esposito, da Unimed, e a mediadora Sabine Righetti, no Tucarena, em São Paulo

**Fonte:** Bruno Santos/Folhapress. Disponível em:

<https://acervo.folha.uol.com.br/files/flip/11/30/66/2/6026630/original/6026630.jpg>

<p>🌱 O SUS é uma plataforma de investimento. Se não fosse o SUS, não teríamos 12 milhões de brasileiros formalmente empregados</p>		<p>🌱 Quem não entrega a integralidade é o próprio SUS, por falta de recursos. Um sistema que serviu para um país de 25 anos atrás não serve para hoje</p>		<p>🌱 É preciso buscar o judiciário quando um direito é violado, mas, em tempo de crise econômica, é preciso mais cautela</p>	
<p>🌱 Eu não vejo sustentabilidade para o sistema de saúde complementar da forma como ele é hoje. Nosso desafio é discutir e mudar o modelo. Senão, vamos entregar um sistema doente para nossos filhos</p>		<p>🌱 A mudança para um modelo que reduza internações e atendimentos de emergência nos pronto-socorros deve ser rápida, antes que o modelo não seja mais sustentável</p>		<p>🌱 Os hospitais têm muito desperdício, utilizam recursos complexos em casos simples, em internações que não deveriam nem acontecer</p>	

**Fonte:** Reinaldo Canato/Folhapress. Disponível em:

<https://acervo.folha.uol.com.br/files/flip/11/30/66/2/6026630/original/6026630.jpg>

Com esta perspectiva, recuperaremos o paradigma estético-expressivo, que aproxima fenologia, medicina, paleontologia, arqueologia, literatura, psicanálise e comunicação, que “talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre ‘racionalismo’ e ‘irracionalismo’” (GINZBURG, 1989, p. 143). Tanto o racionalismo francês quanto o romantismo alemão devem ser vistos nessa fronteira no raiar do Iluminismo. Trata-se do método indiciário, que examina “pormenores mais negligenciáveis, e menos

influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (GINZBURG, 1989, p. 144). Sim, na perspectiva aqui explorada, estamos gerando uma equivalência entre o artista-pintor e o artista-jornalista no trabalho de criação – esse último da obra jornalística. Afinal, seria possível imaginar que todos os profissionais de comunicação utilizassem a mesmas imagens e títulos que sugerissem associação com a ágora grega e com as Cruzadas, quando seres humanos ficavam entre o dilema de sucumbir diante da conversão ao cristianismo (cruz) ou da manutenção de sua crença (espada)? Concordando então com o historiador italiano, “a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso [...], os nossos pequenos gestos inconscientes revelam nosso caráter mais do que qualquer atitude formal” (GINZBURG, 1989, p. 146).

Dessa forma, o método descrito por Ginzburg aparece em estreita relação à “técnica da psicanálise médica”, uma vez que, como descreve o autor, “é o próprio Freud a indicá-lo: a proposta de um método interpretativo centrado sobre *resíduos*, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 149, grifo nosso). Paralelamente, a importância do paradigma repousa em sua relação com a semiótica médica: “a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo” (GINZBURG, 1989, p. 151). Não menos significativo é o fato de a semiótica se afirmar entre as ciências humanas, no final do século XIX, uma vez que, a partir da forma como investigamos as narrativas midiáticas, esse momento histórico é fundamental para a construção do jornalismo tal como é concebido no Brasil. Ainda que num período posterior ao da Europa, os chamados romances de sensação, a partir da serialização e popularização de seus conteúdos através da imprensa, representaram um movimento de expansão do mercado editorial nacional. Através desses romances, as imaginações cidadinas eram provocadas, mexendo com as sensações dos leitores das mais diversas formas. Essa, inclusive, é a fórmula pela qual se observa a difusão desse tipo de literatura com a chamada imprensa sensacionalista, baseado na premissa de que todo conhecimento deriva de impressões sensoriais (BORGES, 2014).

Interessante observar que, tal movimento, não é próprio apenas da passagem do XIX para o XX. Aliás, como se recorre aos “utensílios mentais” de cada época, o investimento da memória é um investimento no imaginário, pela fixação de significantes associados a determinados significados, como observa-se também em São Tomás de

Aquino, também explorado por Paul Ricoeur. Assim sendo, a memória é um trabalho dos sentidos. Tanto a memória quanto a imaginação procedem das imagens passadas evocadas no presente. Nesses termos, nos parece plausível a afirmação de que o uso da expressão “entre o SUS e a Espada” ativa uma rede de sentidos que sugere ao leitor uma escolha semelhante àquela realizada no período medieval. A imagem que simula a ágora grega parece reforçar que, optar pela defesa do nosso sistema público de saúde é voltar no tempo e está desprovido de qualquer racionalidade (grega, inclusive). A presença de São Tomás de Aquino, nessa passagem também não é acidental.

Como já explorado em outras reflexões, é o filósofo católico quem destaca que são as afetações (lugares corporais) que conduzem a imaginação ao registro da memória: memória associada, neste caso, ao vício (imperfeição) e à virtude (perfeição) (BORGES, 2014). Assim sendo, a presente proposta analítica parte da premissa de que a formação de um imaginário social, de longo prazo, tem interferido decisivamente na forma como os indivíduos se apropriam das narrativas – mas, principalmente das midiáticas, sobretudo pela centralidade dos meios na contemporaneidade – conferindo-lhes sentido e tomando-as como referências para suas ações. Mais especificamente, como uma determinada forma de narrar, a partir de um compartilhamento comum na sociedade, influencia poderosamente na forma como os atores sociais conferem sentido, por exemplo, à sua relação com a Saúde, no geral, e com o processo de imunização, mais particularmente. Como tanto a memória quanto o esquecimento (este como uma memória impedida) são resultados de processos culturais complexos, nossa proposta metodológica trabalha com o pressuposto de que este último (o esquecimento) pode aflorar através da sintomatologia dos atos falhos, como propõe Freud. Neste caso, o “Inconsciente” pode ser equiparado ao “Esquecido”.

Retornando a Ginzburg, particularmente quando ele argumenta que a chamada ofensiva cultural da burguesia se deu majoritariamente quando um poderoso processo de aculturação, cujo o símbolo e o instrumento foi a *Encyclopédie* (GINZBURG, 1989, p. 167), há duas pistas igualmente importantes: a primeira é a importância assumida por uma cultura da escrita, onde o iluminismo exerce grande protagonismo, tendo as páginas dos livros um papel central; e, paralelamente, que a mediação exercida pelos romances promoveu uma verdadeira reformulação de ritos de iniciação – isto é, o acesso à experiência em geral – cuja *literatura de imaginação* ocupou posição de destaque (GINZBURG, 1989, p. 168, grifo nosso). Tal movimento permite estabelecer uma reflexão sobre, simultaneamente, uma circularidade sincrônica (circulação no espaço) e circularidade diacrônica (circulação no

tempo) – uma circularidade cultural, inclusive, cotejando as dimensões do arcaico, do residual, de emergente e do dominante (Williams).

Examinemos, a título de exercício, *Zadig ou Do Destino* (VOLTAIRE, 2002). Publicado inicialmente em 1747 por Voltaire, no ano seguinte, o periódico francês *Mercure* o faz circular como sendo os primeiros resultados das pesquisas do filósofo francês sobre o Oriente (VOLTAIRE, 2002, p. xii), que viria a receber o sugestivo nome de *Ensaio sobre os costumes*. Embora sejamos tentado a apontar certa relação entre o *Ensaio*, de Voltaire, e a existência da *Sociedade* inglesa (para *Reforma das Maneiras*), do século XVII, especialmente após seu exílio de dois anos na Inglaterra, ou, inversamente, que o *Ensaio* antecipe a *Sociedade para Supressão do Vício*, já no século XIX, o que nos parece particularmente relevante é a captura de que, “em 1774, Voltaire apoia, por uma campanha na imprensa, as reformas empreendidas pelo ministério de Turgot [Anne Robert Jacques Turgot, economista e estadista francês que trabalhou da Administração Real, nomeado por Luís XVI ministro-geral da finanças]” (VOLTAIRE, 2002, p. xix), o que poderia, nas palavras do autor, ter feito com que a Revolução Francesa não ocorresse.

### **Romance, imprensa e inconsciente político: um fechamento possível**

Ao encerrar a seção anterior trazendo para o centro da reflexão sobre Voltaire e o rico e complexo século XVIII, nosso objetivo foi expor o quanto a relação entre imaginário, subjetividade e política cooperaram, especialmente nos últimos três séculos, para a construção de narrativas cuja circularidade excedem o tempo e espaço em que foram geradas. Retomemos *Zadig*. O chamado “método *Zadig* tornou-se tão simbólico que Thomas Huxley”, afirma Ginzburg, “em 1880, no ciclo de conferências proferidas para difusão das descobertas de Darwin, definiu-o pela capacidade de fazer profecias retrospectivas” (GINZBURG, 1989, p. 169). Entretanto, não é menos curioso que Thomas Huxley seja avô de Aldous Huxley, que lançou em 1921 o *Crome Yellow* – o primeiro de uma série de romances e novelas que combinam diálogos emocionantes e um aparente ceticismo com profundas considerações morais, isso porque a “respeitabilidade burguesa precisa de sinais de reconhecimento igualmente indelévels, mas menos sanguinários e humilhantes do que os impostos pelo *ancien régime*” (GINZBURG, 1989, p. 173). Nesse sentido, a prensa e a guilhotina, descritas em *O século das luzes* (CARPENTIER, 2004), nos parecem exemplares. Antes, porém, de falar um pouco mais dessa última em particular, cumpri-nos nova visita à *Cultura y sociedade – de Coleridge a Orwell* (WILLIAMS, 2001). Nela, o intelectual britânico

toma como referência uma série de autores do século XIX, mais especificamente aqueles que, como Jeremy Bentham, Samuel Tayer Coleridge – S.T. Coleridge, Lord Byron, Charles Dickens, Bernard Shaw, Oscar Wilde, George Orwell, Aldous Huxley contribuem para entender o intervalo do XIX para o XX (WILLIAMS, 2001, p. 17-18).

Com exceção de Bentham, Coleridge e Byron, uma característica une os demais autores: além de ensaístas e romancistas, foram jornalistas. Dos listados no parágrafo anterior, há duas singularidades que envolvem George Orwell: a primeira é que ele nasceu em Motihari, colônia inglesa na Índia (portanto, um diaspórico),<sup>3</sup> passando a escrever sob o pseudônimo de John Freeman (*free*=livre + *man*=homem) – estaria aí se manifestando uma fantasia, um sintoma de que o autor desejava, consciente ou inconscientemente, ser livre da colonização inglesa? O segundo, que talvez reforce a percepção de que a utopia (de ser livre?) atravessava suas obras, a produção de um dos mais conhecidos romances distópicos: *1984*. Tal referência à utopia talvez o tenha também aproximado de outro importante escritor, historiador, ensaísta e jornalista inglês, Herbert George Wells (H. G. Wells), célebre por seus romances de sensação (especialmente baseados em ficção científica) como é o caso de *Guerra dos Mundos* – que, ao ser levada ao rádio por Orson Welles, mexeu com a imaginação dos ouvintes, que ficaram com a impressão de que uma guerra de alienígenas contra a Terra estava em curso. Dessa forma, podemos com segurança concluir que há uma relação direta entre a literatura e os meios de comunicação de massa. Para Williams (2001, p. 16, tradução nossa), do conjunto de palavras que foram centrais para a passagem à modernidade, democracia e cultura, ao saírem da literatura para converterem-se no vocabulário político, especialmente a partir das Revoluções Francesa e Norte-Americana, ensejaram “um vasto movimento geral de pensamento e de sentimento”.

Por fim, ao tomar como uma das referências desse trabalho o romance *O século das luzes* (CARPENTIER, 2004), julgamos que estamos diante de uma reflexão onde o inconsciente político está presente na produção e circulação de ideias, cujos veículos massivos de comunicação são peças-chaves. Assim, ao nos propormos a refletir sobre o lugar da transmissão de ideais a partir de um deslocamento do lugar do autor-escritor-literato para o autor-escritor-jornalista e admitindo a presença das matrizes do sensacionalismo na produção narrativa midiática, o inconsciente político do produtor de

---

<sup>3</sup> Como diaspórico também é Alejo Carpentier, autor do romance *O século das luzes*. Carpentier foi um romancista e jornalista, que nasceu em Cuba, em 1904. Logo, um contemporâneo de George Orwell. Após morar na Venezuela entre 1945 e 1959 (Maracaibo é uma referência constante em seu romance) e viver longos períodos na França, volta a Cuba, em 1959, após a Revolução Cubana.

conteúdo na contemporaneidade compõe não só o corolário que fornece elementos para a produção textual, mas também é responsável por uma atribuição de sentidos de forma mais ou menos parecida por um universo de leitores, ouvintes, telespectadores, internautas bastante heterogêneo a partir da formação de um imaginário social.

O trabalho de identificar traços, vestígios, pistas, sinais de elementos do tempo presente cuja homofonia (Cloroquina – Chloro Quinino) ou homologia (Entre o SUS e a Espada – Entre a Cruz e a Espada) guarda relação com uma memória histórica, com um processo de longa duração, cujas raízes podem ser buscadas num passado longo, compreendendo que todo enunciado (o jornalístico, inclusive) é ideológico e nos permite relacionar tais narrativas a escolhas, visões de mundo, interesses particulares (que em determinadas ocasiões podem corresponder a interesses coletivos). Utilizando o paradigma indiciário, podemos identificar formas de controle social mais sutis, como o uso da guilhotina como símbolo que ameaçava os contrarrevolucionários num contexto pós Revolução Francesa, mas igualmente aquele representado pela prensa (tipografia), como força de sedução, de construção de hegemonia. Em *O século das luzes*, quando “Carlos propôs a realização de um ‘grande massacre’” (CARPENTIER, 2004, p. 24), é justamente o inconsciente político do franco-cubano que nos catapulta, simultaneamente, para *O Grande Massacre dos Gatos*<sup>4</sup> e para um contexto em que a gráfica era a responsável pela produção de textos iluministas, alargando o mundo da literatura clandestina. Ou seja, se a realidade é opaca, como me ensinaram autores como Martin-Barbero e Ginzburg, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Assim, a prensa e a guilhotina convertem-se em metáforas para a compreensão de um processo onde se, desde a comunicação, não entendermos os limites de ação para busca de direitos, a repressão emergirá como real.

---

<sup>4</sup> Trabalho publicado no Brasil pela Graal Editora [1986], cujo título completo é *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história social francesa*. Nela, Robert Darnton (2011) se debruça sobre o episódio que ocorreu em Paris (1730), na gráfica de Jacques Vicent. Na ocasião, houve uma matança de gatos que, segundo registros, tinham condições de vida (alimentação, por exemplo) melhores que a dos funcionários de Vincent, como os aprendizes Jerome e Léveillé. Para nós, a presença da gráfica (prensa) e das condições de trabalho (ameaça com desemprego) compõe uma moldura bastante interessante sobre alguns dos movimentos explorados por Carpentier.

## Referências

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 31, n. spe, p. 97-126, 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>.

BORGES, Wilson Couto. A Narratologia deve estar atenta à cultura. In: LENER, Kátia; SACRAMENTO, Igor. (Org.). *Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. p. 85-111.

CARPENTIER, Alejo. *O século das luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

COLLUCCI, Cláudia. SUS, 30 anos: subfinanciamento limita a expansão do maior sistema público de saúde do mundo. *Folha de S.Paulo*, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48267&anchor=6085645&origem=busca&originURL=&pd=dcd97de92dce6f6c6656c6e3eb5727dc>. Acesso em: 12 jun. 2022.

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história social francesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

ENTRE O SUS e a espada. *Folha de S.Paulo*, 16 jun. 2016. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20624&keyword=SUS&anchor=6026630&origem=busca&originURL=&pd=23aed04172aa308cf50b0c4b5ed81c8d>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *História Noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

GOMES, Marcelo Bolshaw. A narrativa midiática: mediações dos acontecimentos. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, p. 230-246, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/3032/2808>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MAIS MÉDICOS expõe outro gargalo no atendimento. *Folha de S.Paulo*, 29 mar. 2014. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19813&anchor=5925562&origem=busca&originURL=&pd=0c98974a48c9ee3016f8ade5b607bf79>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo*. São Paulo: Loyola, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Gaia Ciência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. v. 1.

SMITH, Manoella. Setor da saúde precisa de complementaridade entre público e privado. *Folha de S. Paulo*, 1 set. 2020. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=49269&anchor=6418452&origem=busca&originURL=&pd=74dee7d55fc2b241200ac36d155de400>. Acesso em: 10 jun. 2022.

VIEIRA, Bianka; LOTT, Diana; BOSA, Gabriel. Desperdício e orçamento restrito ameaçam saúde pública e privada no país: modelo de remuneração, uso inadequado dos serviços e judicialização são entraves ao setor, dizem especialistas. *Folha de S. Paulo*, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48267&anchor=6085655&origem=busca&originURL=&pd=b56da67cf66b889f9651465c3f7bdfb4>. Acesso em: 10 jun. 2022.

VOLTAIRE. *Zadig ou do Destino*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura y sociedade - 1780-1950: de Coleridge a Orwell*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

ZUSMAN, Waldemar. “De volta à Tebas: uma leitura signífica do Oráculos de Delfos. *Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*, v. 7, p. 532-541, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psa-16485>. Acesso em: 12 jun. 2022.

## Cortázar: los relatos fragmentados y la importancia de un lector activo

DOI: 10.15175/1984-2503-202214302

Eduardo Huárag Álvarez\*

### Resumen

En el presente artículo, nos interesa señalar la concepción de Cortázar respecto a las relaciones del autor-obra-lector. Desde sus primeras novelas, Cortázar mostraba su intención de ir contra el canon establecido. Su obra más importante, *Rayuela* no hace sino revelar esa ruptura respecto a la concepción tradicional de novela. Pero esa idea de relatos fragmentados que se alternan con otros tipos de discurso respondían, creemos a una participación más activa de un lector que se encuentra asediado por diversas motivaciones. Este planteamiento le lleva, incluso, a articular diversos formatos de discurso en los que puede incluir “relatos” a través de fotogramas, como sucede con *Último round*.

**Palabras clave:** relato; creatividad; novela; significación; imágenes.

### Cortázar: o relato fragmentado e a importância do leitor na narrativa

#### Resumo

Neste artigo, interessa-nos destacar a concepção de Cortázar acerca das relações autor-obra-leitor. Desde as suas primeiras novelas, Cortázar mostrava a sua intenção de se contrapor ao cânone estabelecido. Sua obra mais importante, *Rayuela*, não faz nada além de revelar essa ruptura com a concepção tradicional de novela. Entretanto, em alternância com outros tipos de discurso, essa ideia de relatos fragmentados respondeu, a nosso ver, a uma participação mais ativa de um leitor assediado por diversas motivações. Tal abordagem o leva, inclusive, a articular diversos formatos de discurso nos quais pode incluir “relatos” por meio de fotogramas, tal como ocorre em “Último round”.

**Palavras-chave:** relato; criatividade; novela; significado; imagens.

### Cortázar: fragmented stories and the importance of the reader in the narrative

#### Abstract

In the following article, we have sought to highlight Cortázar's concept of the author-work-reader relationship. From his earliest novels, Cortázar revealed his intent to break with the established canon, with his most important work, *Hopscotch*, demonstrating this very rupture with respect to the traditional concept of the novel. Such an idea of fragmented stories that alternate with other types of discourse did, however, respond to what we believe is a more active type of participation from the reader who is besieged by a variety of motives. This approach even leads the author to articulate different forms of discourse in which he can include “stories”k through frames, as is the case in *Último round*.

Keywords: stories; creativity; novel; meaning; images.

---

\* Doctor en Lengua y Literatura por la Pontificia Universidad Católica del Perú. Profesor Principal de la Pontificia Universidad Católica del Perú. E-mail: [ehuarag@pucp.pe](mailto:ehuarag@pucp.pe).  <https://orcid.org/0000-0002-2553-0054>

Recibido el 15 de mayo de 2022 y aprobado para su publicación el 27 de julio de 2022.

## Cortázar : l'histoire fragmentée et l'importance du lecteur dans le récit

### Résumé

Dans cet article, nous avons cherché à souligner la conception de Cortázar à la lumière des relations auteur-œuvre-lecteur. Dès ses premières nouvelles, Cortázar a montré son intention d'aller à l'encontre du canon établi. Son œuvre la plus importante, *Rayuela*, ne fait que révéler cette rupture avec la conception traditionnelle de la nouvelle. Néanmoins, en alternance avec d'autres types de discours, cette idée d'histoires fragmentées répondait, croyons-nous, à une participation plus active d'un lecteur assiégé par diverses motivations. Par ailleurs, cette approche le conduit à articuler des discours aux formes multiples, où il peut inclure des « histoires » à l'aide de photogrammes, comme dans *Último round*.

Mots-clés : histoire ; créativité ; nouvelle ; signification ; images.

### 柯塔萨尔的碎片化叙事与读者的参与

#### 摘要

本文分析研究阿根廷作家柯塔萨尔(Julio Florencio Cortázar)关于作者-作品-读者关系的论述。在他的第一部小说中,柯塔萨尔就表明了他反对传统的小说创作规范。他最重要的作品《跳房子》(*Rayuela*)揭示了他与传统的小说创作方式的决裂。我们认为,他的作品中各种类型的话语交替出现在碎片化的叙事中,引发被各种动机围困的读者更积极的参与。这种写作方法使他能够揉合各种话语形式,形成了他的图像式、片段化的小说创作方法。这种方法在他的小说《最后一轮》(*Último Round*)里被充分发挥。

关键词: 故事; 创造力; 小说; 意义; 图像。

### Introducción

Existen muchos estudios acerca de la importancia de Julio Cortázar en el escenario del *boom* de la narrativa latinoamericana (años 60 y 70). A nosotros nos interesa, especialmente, los dilemas que se plantean acerca de la relación que se establece entre la propuesta e intención del autor de la obra y el lector o destinatario. Y la particularidad del análisis tiene que ver no tanto en el efecto que puede haber producido en el lector, sino como es que la nueva concepción de narrativa, en Cortázar, supuso un condicionamiento a su labor creadora. La postura del escritor llega a tal punto que cuestiona y plantea una abierta ruptura al canon establecido respecto a la estructura de la misma novela.

En algún momento Cortázar se permitió clasificar a los lectores entre el *lector hembra* (término que luego aclaró, pidiendo disculpas al movimiento feminista porque quizá debió utilizar la frase lector-pasivo) y el *lector cómplice*. Esta búsqueda de mayor intervención del lector se manifestará desde sus primeras publicaciones:

Ya en su primera novela *Los premios*, se burla Cortázar del lector pasivo, cómodo, apegado a la rutina: el que está interesado solamente por *que-va-a-pasar-al-final*, al que le gusta que le lleven, cogido de la nariz, y le den la novela ya digerida, como una papilla (AMORÓS, 2021, “El ‘lector hembra’”, par. 1).

Lo que espera Cortázar es un lector cómplice a quien define como aquel que: “[...] puede llegar a ser copartícipe y compadeciente de la experiencia por la que pasa el novelista, en el mismo momento y en la misma forma” (VEGAS, 2007, par. 1).

Pero existen muchas formas de participación del lector. Esta nueva concepción del lector puede llevar, incluso, a plantear modos concretos de necesaria creación al proponerle una trama de relato en el que, el lector, deberá completar la historia con hechos o acciones que considere pertinentes. Este procedimiento, entonces, puede llegar a plasmarse en relatos breves que estimulan el accionar del lector con su mirada e imaginario.

Hay dos momentos que revelan estas innovaciones que, luego, terminan siendo rupturas al *canon* establecido. La primera se presenta en *Rayuela* (CORTÁZAR, 1977), una de las mejores novelas de la narrativa latinoamericana del siglo XX. Fue publicado en 1963. La disposición estructural de la obra y la presentación del famoso tablero de dirección, desconciertan al lector tradicional. Algunos críticos, en su momento, calificaron la obra como antinovela, para establecer la diferencia con la estructura y proceso que se sigue en las novelas convencionales (léase que nos referimos a las novelas clásicas, especialmente del siglo XIX).

Pero los afanes de ruptura con lo convencional continuarían, tan así que, en 1967, publicaría *La vuelta al día en ochenta mundos* (CORTÁZAR, 2010), obra que algunos calificaron de miscelánea, *collage*, porque no se centra en un planteamiento argumental, en una trama novelesca. Lo que sucede es que – en este caso y en *Último round* (CORTÁZAR, 1969), – el lector tendrá un posicionamiento distinto dado que no depende de una unidad temática y porque además tiene el ingrediente de la imagen como significante que se complementa – de modo sugerente, claro está – con lo verbal.

Se trata, entonces, de una nueva concepción de la elaboración de la obra y del lector. Cortázar se ubica, primero, en la situación del hombre cotidiano, del ciudadano que lleva su vida diaria y está sujeto a un espacio de lectura, pero que a la vez llegan a él una serie de informaciones que llegan a su mente: la carátula de los puestos de periódicos, los carteles que anuncian la presentación de una obra teatral, los noticieros de televisión. Entonces, Cortázar no piensa en un lector que tiene como único estímulo la palabra. Para él, lo que está de por medio, es ese ciudadano sometido a los estímulos visuales, sonoros, al que hoy en día podríamos añadir esa especie de dependencia del teléfono móvil.

Cuando el cine se presentó en las salas de proyección influyó de manera decisiva en los espectadores. Es cierto que, a través de los dibujos en sucesión, se tenía la idea de la secuencia con varios elementos. Pero solo en ese proyector y la recreación de escenas que “cuentan una historia visual”, cuando el ciudadano descubre otras posibilidades de expresión y de desciframiento de la realidad.

En *Último round*, Cortázar perfecciona esa nueva noción de lector-decodificador o lector intérprete, pues encontraremos que estará sometido a diversas secuencias narrativas como reflexivas, verbal o no-verbales, o simplemente relatos absolutamente visuales (es decir, con ausencia de palabras).

### **La ruptura del canon establecido**

Si uno procede, en retrospectiva, a revisar las publicaciones del siglo XX, se encontrará con dos obras que, a su manera, fueron una abierta ruptura del canon establecido. Nos referimos a “Ulises”, de James Joyce, y *En busca del tiempo perdido* de Marcel Proust. En “Ulises” nos llamará la atención los diferentes modos narrativos en los que transcurre la cotidianeidad de los personajes de la novela: Leopold Bloom y Stephen Dédalus, observándose que en cada capítulo el escritor emplea distintos modos de expresión narrativa, para culminar con un capítulo en el que se plasma el monólogo interior de Molly Bloom, sin puntuación. Una verbalización de la subjetividad, de la conciencia interior o subconciencia de la protagonista. Una perspectiva de la expresión creativa que exploraron, de modo persistente, los surrealistas.

En el caso de la novela de Proust la innovación se manifiesta en el modo de ingresar al mundo de sensaciones y emociones del narrador-personaje y sus vínculos con las personas que están alrededor suyo. Lo que describe Proust, por ejemplo, es el impacto emocional de un acontecimiento, la hondura en la realidad existencial y hasta los inexplicables de una reacción humana. Es, de alguna manera, un modo de entender las vivencias y motivaciones internas de los humanos. Un hecho que puede sorprender a la persona porque jamás pensó que aquello podría suceder. Reacciones que escapan a la lógica habitual. Y ese tiempo demorado en el que se suman los hechos y reacciones subjetivas hacen de la obra una novela única, escritas como solo de ese modo pudiera ser escrita.

Hasta antes de Cortázar, casi todas las novelas se guiaban por desenvolverse dentro del canon establecido; es decir, presentar un argumento el mismo que es sometido a un proceso, capítulo tras capítulo. Se respetaba la línea del tiempo, y en no pocos casos, se

recurría a los relatos o retrocesos que no suelen ser muy extensos. Lo que mantiene el interés del lector son los enigmas, las interrogantes, la resolución de un conflicto determinado. Sin conflicto no hay novela. Y si el conflicto es débil, pierde el interés del lector. Y si la obra es capaz de mantener el conflicto como enigma irresoluto, aumentará el interés del lector. Continúa el suspenso hasta el desenlace final.

Posteriormente, se incursionó en el relato mediante secuencias alternadas. Es decir, la novela se tramite en secuencias A, B, C, D. Y luego se repite las secuencias como A2, B2, C2; D2. Así es que estamos ante cuatro historias (que pueden ser más, o quizá menos) que avanzan en paralelo. Esta modalidad narrativa, sostenemos, que se un modo de influencia del cine. Es la misma estructura con la que se realiza el montaje en el cine. El procedimiento es el mismo, solo que en la novela el medio utilizado, el significante, es el verbal. Pero hay un hecho que no podemos dejar de mencionar: en el cine, se presentan secuencias paralelas que van desarrollando la novela. Y ese modo de narrar (fílmico) supone una actividad de parte del espectador. Él debe articular esas secuencias. Actúa su imaginario para ir armando la trama de la obra. Lo mismo sucederá con la novela por alternancia de secuencias. Y el efecto que se obtiene, casi sin proponérselo, es que se establecerán vasos comunicantes entre las secuencias leídas en A, y la secuencia B. Y a su vez, la influencia de B en C y esta en D. Y cuando mencionamos lo de vasos comunicantes, no nos referimos solo a la necesaria relación de a trama temática, argumental. También es posible configurar los elementos semánticos que se establecen entre los elementos simbólicos que propone una secuencia con la siguiente. Este proceso, de contacto semántico, lo sugiere el escritor (conscientemente, o no) y lo descifra el lector.

La propuesta de Cortázar va más lejos. En Tablero de dirección, Cortázar plantea varios tipos de lectura (entiéndase desciframiento del argumento y las implicancias semánticas) de la misma obra. Al menos, dos de esas opciones son claras. El primero, que sería para el lector convencional, aquel que está acostumbrado a la novela como trama y secuencia de hechos en función de un conflicto. Esta perspectiva se asume leyendo el capítulo 1 y termina en el capítulo 56. Para otro tipo de lectura indica en el tablero se puede empezar a leer en el capítulo 73. Y en ese capítulo lo que encontramos son un conjunto de conjeturas, digresiones sobre la escritura. Un párrafo nos puede dar una idea:

Cuántas veces me pregunto si esto no es más que escritura, en un tiempo en que corremos al engaño entre ecuaciones infalibles y máquinas de conformismos. Pero preguntarse si sabremos encontrar el otro lado de la costumbre o si más vale dejarse llevar por su alegre cibernética, ¿no será otra vez literatura? Rebelión, conformismo, angustia, alimentos terrestres, todas las dicotomías: el yin y el yang

[...] Todo es escritura, es decir, fábula. ¿Pero de qué nos sirve la verdad que tranquiliza al propietario honesto? Nuestra verdad posible tiene que ser invención, es decir, escritura, literatura, pintura, escultura agricultura, piscicultura, todas las turas de este mundo. Los valores, turas, la santidad, una tura, la sociedad una tura, el amor, pura tura, la belleza, tura de turas (CORTÁZAR, 1977, p. 365).

Luego del capítulo 73, el narrador nos remite a los capítulos 1 y 2 en los que se desarrolla un argumento convencional. Así pues, encontramos en el capítulo 1, la secuencia tan memorable como enigmático:

¿Encontraría a la Maga? Tantas veces me había bastado asomarme, viniendo por la rue de Seine, al arco que da al Quai de Conti, y apenas la luz de ceniza y olivo que flota sobre el río me dejaba distinguir las formas, ya su silueta delgada se inscribía en Pont des Artes, a veces andando de un lado a otro, a veces detenida en el pretil de hierro, inclinada sobre el agua. Y era tan natural cruzar la calle, subir los peldaños del puente, entrar en su delgada cintura y acercarme a la Maga que sonreía sin sorpresa, convencida como yo de que un encuentro casual era lo menos casual en nuestras vidas, y que la gente que se da citas precisas es la misma que necesita papel rayado para escribirse o que aprieta desde abajo el tubo de dentífrico (CORTÁZAR, 1977, p. 7).

[...]

Pero ella no estaría ahora en el puente. Su fina cara de translúcido pie se asomaría a viejos portales en el ghetto del Marais, quizá estuviera charlando con una vendedora de papas fritas o comiendo una salchicha caliente en el Boulevard de Sébastopol. De todas maneras, subí hasta el puente, y la Maga no estaba. Ahora la Maga no estaba en mi camino, y aunque conocíamos nuestros domicilios, cada hueco de nuestras dos habitaciones de falsos estudiantes en París, cada tarjeta postal abriendo una ventanita Braque o Ghirlandaio o Max Ernest contra las molduras baratas y los papeles chillones, aun así no nos buscaríamos en nuestras casas. Preferíamos encontrarnos en el puente, en la terraza de un café, en un cine-club o agachados junto a un gato en cualquier patio del barrio latino" (CORTÁZAR, 1977, p. 74).

La sola propuesta e inserción de secuencias en las páginas que integran la novela supone una ruptura de lo convencionalmente establecido. Para Cortázar, el texto se abre como una diáspora en la que caben otros discursos. Así pues, se agregarán al relato, algunos poemas, cartas y ensayos de noticias de actualidad. Este mismo principio se mantuvo en el libro 62, *modelo para armar* (CORTÁZAR, 1968). El mismo título fue derivado, precisamente, del capítulo 62 de *Rayuela* (CORTÁZAR, 1977). Ahora bien, lo que impresiona en este libro es la forma cómo, el narrador, hace inmersión en el mundo subjetivo, esa especie de espejo de la interioridad humana. Por eso dice:

Pero *en el fondo* sé que todo es falso, que estoy ya lejos de lo que acaba de ocurrirme y que como tantas otras veces se resuelve en este inútil deseo de comprender, desatendiendo quizá el llamado o el signo oscuro de la cosa misma, el desasosiego en que me deja, la instantánea mostración de otro orden en el que irrumpen recuerdos, potencias y señales para formar una fulgurante unidad que se deshace en el mismo instante en que me arrasa y me arranca de mí mismo. Ahora todo eso no me ha dejado más que la curiosidad, el viejo tópico humano: descifrar. Y lo otro, la crispación en la boca del estómago, la oscura certidumbre de que por

allí, no por esta simplificación dialéctica, empieza y sigue un camino (CORTÁZAR, 1968, p. 6-7, énfasis del autor).

Como se observa, se trata de un testimonio visceral, de un monólogo desde la profundidad de sí mismo, un modo de dejar testimonio de lo que es un ser humano envuelto en la soledad, los recuerdos, las señales, y ante todo ello solo queda el afán de descifrar, como si quisiéramos encontrar una explicación a todo. En esta inmersión se fusionan lo emocional y lo reflexivo, las vivencias y las clásicas interrogantes del ¿adónde vamos? ¿qué es lo verdadero?

En opinión de Yurkievich (1994, p. 117):

El dispositivo collage rige la composición de *Rayuela* en todos sus niveles, no solo la estructuración externa del relato, sino también la concatenación lógico factual, la caracterización de los personajes, la ambientación, la disposición rítmica, el manejo tonal, la armadura discursiva. El collage modela la historia y el discurso; condiciona la perceptiva y conforma la preceptiva de la novela.

Creo que Yurkievich exagera al señalar que la concepción de la obra como magazine condiciona toda la obra. La novedad no es ese condicionamiento, lo nuevo es que hay un narrador que ha pensado en otro modo de relación de la obra con el lector. Prefiero creer que lo que ha hecho el narrador es presentar una gama de posibilidades. Es decir, es una apuesta por la libertad del lector para leer con ese tablero de dirección o de la mejor forma que le parezca. Incluso, se puede empezar por el final y hacer un recorrido inverso; o saltar los diversos capítulos. La obra, de ese modo, es un mosaico en el que caben diversas miradas y desciframientos, con todo lo que supone en la aprehensión de la obra.

### **La inserción de la imagen como significante del enunciado**

En *La vuelta al día en ochenta mundos*, Cortázar (2010) sigue con la obsesión de buscar un acercamiento a ese lector que, en su actividad cotidiana, está en contacto con elementos verbales y no verbales. El ciudadano está sujeto a diferentes estímulos, códigos diversos que le transmiten significados. La postura de Cortázar en esta especie de lenguaje total es distinta de la que tenían los críticos y analistas del siglo XIX para quienes lo literario era exclusivamente verbal. Algo semejante sucedió con el teatro que, siendo puesta en escena, siendo espectáculo, desde el renacimiento le dio preponderancia a la verbalización. Lo más relevante era la trama dramática, la intriga, el conflicto expresado en lo verbal. Solo cuando aparece el cine y surgen crítico de la dramaturgia – como Antonin Artaud – que el teatro vuelve a descubrir que tiene que ser espectáculo. Ciertamente, influyó mucho el cine,

como código del espectáculo, actores en escena, aunque el mensaje llegaba en proyección y no en vivo, como es el teatro.

Sobre este problema, permítaseme evocar un documental sobre la vida de García Lorca. En ella se señalaba que el poeta y dramaturgo leyó su obra ante Juan Ramón Jiménez. Y cuando García Lorca le dijo que ahora falta ver cómo lo interpretarán los actores en escena, el literato mencionado le dijo que mejor lo dejara así, que llevado al espectáculo se podría desdibujar. Para el poeta y crítico era mejor que quedara en lo verbal y que no se corriera el riesgo de la puesta en escena. Lo cual, a mi modo de ver, resulta absurdo porque todas las obras de teatro son creadas con la idea que sean una puesta en escena. La obra de teatro no se concibe para ser leída.

En “La vuelta al día en ochenta mundos”, Cortázar se aparta del canon establecido, Presenta una obra en la que las imágenes cumplen un rol significativo. El que se encargó de la parte icónica fue Julio Silva. En la obra, cada texto (verbal o icónico) tiene cierta autonomía. Claro que tampoco se puede eludir que se formen campos semánticos entre una secuencia y la otra, o entre un texto verbal y la imagen que le acompaña. Por lo demás, el libro desarrolla temáticas diversas con ironía y otro poco de sarcasmo, y no pocas veces riéndose de sí mismo. Esa mirada introspectiva se convierte también en encuentro de paradojas y de miradas irónicas hacia sí mismo o sus actividades. La mujer le pregunta al narrador: “¿Vas a ser un libro de memorias? Entonces, ¿ya empezó la arterioesclerosis? ¿Y dónde vas a instalar la jaula del obispo?” (CORTÁZAR, 2010, p. 11). Y el narrador responde:

La ironía de la pregunta de mi mujer se me ha quedado un poco como la nube sobre Cazeneuve. ¿Y por qué no un libro de memorias? Si me diera la gana, ¿por qué no? Qué continente de hipócritas el sudamericano, qué miedo de que nos tachen de vanidosos y/o de pedantes. Si Robert Graves o Simone Beauvoir hablan de sí mismos, gran respeto y acatamiento; si Carlos Fuentes o yo publicáramos nuestras memorias, nos dirían inmediatamente que nos creemos importantes. Una de las pruebas del subdesarrollo de nuestros países es la falta de *naturalidad* de sus escritores; la otra es la falta de humor, pues éste no nace sin la naturalidad (CORTÁZAR, 2010, p. 13, énfasis del autor).

El humor está presente en *62, modelo para armar* (CORTÁZAR, 1968), pero tiene la misma estructura de *Rayuela* (CORTÁZAR, 1977), en cuanto propone relatos fragmentados. Jean Franco (1990, p. 351) explica, con acierto, la visión que deja el narrador con su propuesta fragmentada:

La abdicación de la forma, el proporcionar una serie de piezas con las cuales el lector pueda construirse su propia novela, parecen reflejar la idea de que no hay visión superior, de que cada hombre está solo con su experiencia individual. Pero en último término ésta debe ser una solución más trágica que Rayuela. En Rayuela

el autor nos ofrecía su escudo contra el horror de vivir. En 62 parece ofrecer solamente pedazos y fragmentos de su cuaderno de notas, que se supone que nosotros tenemos que juntar.

### ***Último round, un collage de varios significantes en acción***

Esta misma concepción, pero con mayor variedad y complejidad, es lo que apreciamos en *Último round* (CORTÁZAR, 1969). La obra se publicó en el mejor momento del *boom* de la narrativa latinoamericana. La primera edición nos muestra una tapa y contratapa original. Se trata de un diseño, como lo podemos ver, que se asemeja a los diarios o magazine que habitualmente se venden en los puestos de periódicos o kioskos. Así es que, la carátula o la contra carátula, se segmenta en varios espacios y se ubica la noticia como título y algo se puede decir sobre el tema, con la posibilidad de que, si uno quiere tener más información, nos remite a alguna sección de las páginas interiores. Puede, en cierto caso, mostrar una imagen, como la muñeca rota, e indicar luego que más información en páginas interiores.

La segunda sorpresa innovadora es que el libro tiene dos partes a las que denomina planta baja y planta alta. En ambos casos, las crónicas, reflexiones o relatos cortos, suponen una propuesta que sale de lo habitual. No estamos ante una novela que respete el canon establecido para el género. Tampoco es una suma de relatos ficcionales breves. Podríamos anticipar que se trata de relatos ficcionales, y otros que son crónicas y un tercero grupo que supone conjeturas o reflexiones sobre diversos temas existenciales del ser humano. Desde la perspectiva del significante, podemos decir que estamos ante un tipo de discurso verbal, otros que combinan lo verbal con lo icónico; y uno tercero en el que el relato se constituye solo en una propuesta narrativa a través de la imagen (que es el caso de “muñeca rota”).

En “Noticias del mes de mayo” se hace un anuncio significativo:

Ahora estas noticias  
este collage de recuerdos  
Igual que lo que cuentan  
son obra anónima: la lucha  
de un puñado de pájaros contra la Gran Costumbre.  
Manos livianas las trazaron  
con la tiza que inventa la poesía en la calle,  
con el color que asalta los grises anfiteatros.  
Aquí prosigue la tarea  
de escribir en los muros de la Tierra  
(CORTÁZAR, 1969, p. 47).

Pero aún dentro de lo que podríamos llamar crónica de un episodio social, lo que se presenta es una variación a ese formato puesto que el autor, en su diseño textual, inserta

los slogans o frases que, como grafiti, pusieron en esos días, en las paredes de la universidad y los alrededores. Por la información que tenemos, esos grafitis que inserta Cortázar no son de su invención. Es un modo de dar testimonio de lo que surgió del imaginario y creatividad de los jóvenes que se rebelaron contra un academicismo absurdo y muy desligado de la realidad social, de la época.

Así pues, podemos leer:

“Desabotónese el cerebro tantas veces como la bragueta” (Facultad de Letras, París)  
“TENEMOS UNA IZQUIERDA PREHISTÓRICA”  
(Facultad de Ciencias Políticas, París)  
(CORTÁZAR, 1969, p. 1969)

Y más adelante, se muestran otros, tan ingeniosos como los anteriores:

“Sean realistas, pidan lo imposible”  
“La revolución es increíble porque es verdadera”  
(CORTÁZAR, 1969, p. 51).

Destacamos el ingenio y la creatividad de los estudiantes para transmitir sus ideas, sus reacciones críticas al orden establecido. Pero, además, es notorio que optan por una necesaria revolución. No una revolución con los partidos de izquierda tradicional (en Europa, se entiende) a los que califican como prehistóricos. Quisieran que se constituya un movimiento de izquierda renovado.

Ni la religiosidad, ni las costumbres tradicionales se salvan de la crítica de los rebeldes. En la crónica se inserta:

“Dios es un escándalo,  
Un escándalo que da rentas” (Baudelaire) [Liceo Condorcet, París] (CORTÁZAR, 1969, p. 52).

“Amaos los unos encima de los otros” (Facultad de Letras, París). (CORTÁZAR, 1969, p. 52)

“Cuanto más hago el amor  
Más ganas tengo de hacer la revolución”  
“Cuanto más hago la revolución  
Más ganas tengo de hacer el amor” (Sorbona) (CORTÁZAR, 1969, p. 55)

Se aspira, pues, a una mayor libertad en las relaciones de pareja, en la idea de lo que es el amor. Esta perspectiva coincide con la rebelión que promovió el movimiento *hippie* de los 60 y 70 en Estados Unidos y Europa.

El libro es una caja de sorpresas. Cortázar no deja de lado el relato breve. Hay varios de ellos, y destacamos los relatos “Silvia” y “Tu más profunda piel”. En este último caso, como veremos, estamos ante un testimonio que parece un monólogo interior:

“Yo aprendía contigo lenguajes paralelos; el de esa geometría de tu cuerpo que me llenaba la boca y las manos de teoremas temblorosas, el de tu hablar diferente, tu lengua insular que tantas veces me confundía. Con el perfume del tabaco vuelve ahora un recuerdo preciso que lo abarca todo en un instante que es como un vórtice, sé que dijiste: “Me da pena”, y yo no comprendí porque nada creía que pudiera apenarte en esa maraña de caricias que nos volvía ovillo blanco y negro, lenta danza en que el uno pesaba sobre el otro para luego dejarse invadir por la presión liviana de unos músculos, de unos brazos, rotando blandamente y desligándose hasta otra vez ovillarse y repetir las caídas desde lo alto o lo hondo, jinete y potro, arquero o gacela, hipogrifos afrontados, delfines en mitad del salto. Entonces aprendí que la pena en tu boca era otro nombre del pudor y a vergüenza, y que no te decidías a mi nieva sed que ya tanto habías saciado, que me rechazabas suplicando con esa manera de esconder los ojos, de apoyar el mentón en la garganta para no dejarme en la boca más que el negro nido de tu pelo.

“Dijiste: “Me da pena, sabes”, y volcada de espaldas me miraste con ojos y senos, con labios que trazaban una flor de lentos pétalos. Tuve que doblarte los brazos, murmurar mi último deseo con el correr de las manos por las más dulces colinas, sintiendo cómo poco a poco cedías y te echabas de lado hasta rendir el sedoso muro de tu espalda donde un menudo omóplato tenía algo de ala de ángel mancillado. Te daba pena, y esa pena iba a nacer el perfume que ahora me devuelve a tu vergüenza antes de que otro acorde, el último, nos alzara en una misma estremecida réplica” (CORTÁZAR, 1969, p. 95).

Cortázar no olvida sus afanes de encontrar un lector más activo. Por eso, en uno de sus relatos, encontraremos que separa secuencias con una [/], pero que a la vez recorta frases o palabras para intentar que el lector participe. Esto lo podemos apreciar en el relato “/que sepa abrir la puerta para ir a jugar”:

/ o seis libros latinoamericanos recientes donde abundan las escenas llamadas eróticas /ro W. Adorno iría más lejos si pudiera agarrar una estilográfica con la zarpa izquierda /cido de que es zurdo como yo, su primer manotazo sale siempre del lado del corazón / capaz de transmitir información erótica (CORTÁZAR, 1969, p. 141).

En este caso es fácil advertir que se omite algunas sílabas o parte de palabras. En ese relato, el narrador inserta imágenes que se complementan con lo que se cuenta. De modo que se establece un campo semántico entre lo verba y lo icónico.

Pero donde ese afán de incorporar al lector se hace más notorio se presenta en el relato que inserta en planta baja y que titula “YA NO QUEDAN ESPERANZAS DE” (CORTÁZAR, 1969, p. 112). El mismo título da la sensación de algo incompleto y en ese mismo estilo está estructurado todo el resto del texto. Pero luego de algunas frases nos encontraremos con frases inconclusas y espacios en blanco que, se entiende, el lector debe completar. Veamos:

“El living de la casa es muy grande, pero de ahí a pensar que Roberto

Hay pocos muebles y eso deja mucho espacio para moverse cuando los parientes y los amigos vienen a tomar una

Yo en el sillón al lado de la lámpara y mi mujer casi siempre en la silla baja cerca de la

(CORTÁZAR, 1969, p. 112-124).

Los espacios que deja el narrador deben ser completados por el imaginario del lector. Así pues, se trata de un texto que se termina de construir con la participación del lector. El escritor lo que ha hecho es darle los elementos de una estructura narrativa, que no termina siendo un producto final si el lector no participa.

### **Importancia de los íconos como significantes**

En cuanto a las imágenes como significantes hay que distinguir, por ejemplo, las que se muestran bajo el título “Diálogo de las formas” (Esculturas de Reinhold) (CORTÁZAR, 1969, p. 165-172). La novedad es que el escritor, al pie de cada imagen, presenta una frase, una reflexión pertinente, o simplemente una interjección. Ambos códigos se fusionan. Es cierto que la imagen, de por sí es un significante que propone significados, pero, acompañado de lo verbal, el espectador verá que su mirada tiene una dirección (desde el punto de vista semántico).

Así pues, en la figura 1 vemos a un personaje que levanta la mano como haciendo una advertencia. Ante ello, el texto dice: “No crean una sola palabra de lo que dicen”. En la figura 3 vemos un personaje ligeramente inclinado hacia adelante, como gesticulando algo. Y el texto que le acompaña dice: “Nuestras discusiones son a veces violentas, pero no se vayan por eso. Entre nosotros hay personas de gran ponderación, como por ejemplo”. En la figura 8 vemos la figura que parece ser la de un magistrado con la mano en alto, casi como si fuera a dar una orden o decreto. Y el texto que acompaña esa imagen dice: “Dos años de prisión y las costas. Se levanta la sesión del tribunal”. Ciertamente, el narrador pone mucho de su creatividad para que veamos la imagen como algo que estimula una reflexión, o incluso, lo verbal puede llamar la atención más que la figura misma. En la figura 21 vemos la imagen de alguien que voltea hacia un lado y el cabello le cubre la cabeza y el rostro. Y ante ello, el texto dice: “Reaparezco para irme, solamente para irme reaparezco, reaparezco para irme, es para irme que reaparezco”.

*Figura 1*



1 No crean una sola palabra de lo que dicen.

*Figura 3*



3 Nuestras discusiones son a veces violentas, pero no se vayan por eso. Entre nosotros hay personas de gran ponderación, como por ejemplo...

*Figura 8*



8 Dos años de prisión y las costas. Se levanta la sesión del tribunal.

*Figura 21*



**21 Reaparezco para irme, sola-  
mente para irme reaparezco,  
reaparezco para irme, es  
para irme que reaparezco.**

En otro momento hemos hablado de los vasos comunicantes, aquello por el cual una significación influye en la que le sucede o la precede. En los relatos alternativos suele suceder. Y en el caso de los iconos, el narrador utiliza esa idea de vasos comunicantes para establecer una especie de continuidad a través de esa especie de diálogo entre las imágenes. Veamos:

*Figura 33: ¡Mi esposo es tan sabio!*



**33 ¡ Mi esposo es tan sabio!**

*Figura 34: El mío también, señora, solamente que zoólogo, usted lo viera, se pasa los días en el acuario, pobre ángel*



**34 El mío también, señora, solamente que zoólogo. Usted lo viera, se pasa los días enteros en el acuario, pobre ángel.**

*Figura 35: ¿Acuario? Tiene instalado a la sirena en el 91 de la rue de Passy, izquierda.*



**35 ¿Acuario? Tiene instalada a la sirena en el 91 de la rue de Passy, izquierda.**

Figura 36: Observaciones científicas que terminan por llevar demasiado lejos.



**36 Observaciones científicas que terminan por llevar demasiado lejos.**

(CORTÁZAR, 1969, p. 112-124).

Un caso singular es la imagen de una muñeca (juguete) que aparece en la tapa de la publicación.

**JULIO CORTÁZAR**

# ULTIMO ROUND

Hace que señal, pero a condición de que seriamente en nuestra salud, de examinar con atención la vida al de creíbles nuevas observaciones con nuestro sueño, de realizar escrupulosamente nuestra función.

**MENSAJES RECURRENTES**

Tercera vez que al encender un cigarrillo abre al revés la caja de fósforos y éstos se desparanaron por el suelo con el minucioso desorden que caracteriza a tan ágiles objetos en estas circunstancias. Polanco comprendió que algo grave le pasaba y que haría bien en consultar al psicoanalista. Lo detuvo la sospecha apenas defendible de que ese gesto inconsciente encubriera una voluntad de mensaje, una escritura incapaz de valerse de los medios colectivos de expresión. Por eso, la cuarta vez que abrió al revés la caja de fósforos, y pasado el primer momento de malestar y casi de horror, Polanco se decidió a examinar con cuidado los fósforos caídos en el suelo del café «Las Torcasas». Sin buscar en particular y más bien tendiendo a la desconfianza, reconoció sin embargo que diecisiete de los cincuenta y nueve fósforos emanados de la caja compartían con manifiesto deslinde la palabra *Mandolina*. Había además el comienzo o el final de otra palabra, a cargo de veinte fósforos, pero era difícil decidirse entre *espera* y *francés*, para pelear los clientes del café no habían tardado en amontonarse en torno a las fotografías y se herniaban de risa al pretérito de que Polanco tardecía en recoger los fósforos y parecía como dormido. En realidad Polanco estaba al borde del desmayo, porque aunque no conocía a ninguna Mandolina, cinco años atrás en Carrasco había jugado en la playa con una virgueta yita rubia que se llamaba Lita, y hasta había pensado en pedir su mano, idea que le duró lo que duró un lirio; ahora de golpe todo reaparecía fosforescentemente, si cabe la figura: Lita, la mano de Lita, la alusión a los juegos acústicos reunidos más bien estúpidamente en la palabra oí-

ta, de donde Mandolina y también, equivalentemente, Trucula, porque de eso había hablado bastante, e incluso espera, largas esperas de noche en las esquinas por donde ella vivía entre pianos, antes de que les pasara esa frecuente pero siempre disimulada cosa que llama incompatibilidad, con el subsiguiente pullman de vuelta a Montevideo y vapor de la carrera.

Rejuntó la tapa, cresta — le decían los muchachos que en el fondo apreciaban a Polanco. «Yo ahora tendría que viajar a Carrasco», pensaba Polanco, ligabre.

Sur l'étincelle de la mouche dix mille fois. JEAN COCTEAU

**Convergencias**

La biblioteca ideal a cui tend è quella che gravita verso il fuori verso i libri «apocritfi», nel suo etimologico della parola, e i libri «nascosti». La letteratura è ricerca del libro nascosto lontano, che cambia il valore del libro non, è la tensione verso nuovo testo apocrito da ritrova o da inventare. ITALIO CALVI

**LA REVOLUCIÓN NO ES UN JUEGO**

Joven amigo: ¿Se siente revolucionario? ¿Cree que la hora se acerca de nuestros pueblos? En ese caso, proceda CON SERIEDAD. La revolución no es un juego. Cae rápido. NO SUERTE. Sobre todo: NO SI NE. Solrar no conduce a nada, sólo reflexión y la seriedad confieren ponderación necesaria para las acciones duraderas. Niéguese al delirio los ideales, a lo imposible. Nadie le de una alerra con diez machetes lo para acabar con un ejército bien mado; no se deje engañar por imitaciones tergiversadas, no le h caso a Lenin. La revolución será fi de estudios documentados y de larga paciencia. SEA SERIO. MATE I SUEÑOS. SEA SERIO. MATE LOS SUEÑOS. SEA SERIO. MATE LOS SUEÑOS.

I speak for hawks. Gary Sin

**AVISOS CLASIFICADOS**

**JUGUETES**

¿A la niña se le rompió la muñeca? Sin compromiso, consulte p. 104, primer piso.



**AUTOS**

¿Le da discarpe la batería? Consulte nuestro servicio diurno y nocturno. p. 57, planta baja.

**BICICLETAS**

Más cosas hay en una bicicleta de las que imagina la filosofía. Horacio. Información en p. 70, planta baja.

**MOTOS**

Veranse como lo que usted realmente es, o en todo caso aprenda mirando a los que ya son. Para esto de las miradas, consulte p. 137, planta baja.



siglo  
veintiuno  
editores  
sa

El texto dice:

JUGUETES: ¿A la nena se le rompió la muñeca? Sin compromiso, consulte p. 104, primer piso (CORTÁZAR, 1969, tapa de la publicación)

En esa imagen, la muñeca se muestra bien vestida y con zapatos. Luego, cuando uno va a la página que se le indica, lo que encuentra son un conjunto de fotogramas en los que aparece la imagen inicial de la carátula, pero, seguidamente, se verá una progresión narrativo-visual. En el fotograma 5, la muñeca está desvestida y echada de costado, en el fotograma 6, la muñeca boca abajo. En los fotogramas 7 y 8, pareciera que le van quitando la trusa. En el fotograma 9, la trusa se la están quitando y ya la tiene a la altura de los tobillos. En los siguientes fotogramas se le muestra desnuda y en diversas posiciones, sobre la cama. Predomina la imagen tenue, el ambiente misterioso. Lo que sigue es un progresivo deterioro. La muñeca va siendo desmembrada. En el fotograma final, apenas ha quedado la cabeza de la muñeca.



¿Cuál es la significación de estos fotogramas? Indudablemente, se trata de un relato visual, no nos cabe la menor duda. Lo sorprendente es que ese relato aparezca en un libro y con un autor al que, según el canon, consideramos un narrador de lo literario verbal. El narrador, en este caso, ha recurrido a diversos recursos fotográficos para hacer que el personaje revele un relato. E igualmente, la significación es abierta. Depende de cómo el lector realiza el desciframiento.

Es este, un caso de relato que revela la intención innovadora de Cortázar. Una vez más, el narrador se ha alejado del canon establecido y ha explorado diversos modos de narrar y de invitar al lector a participar de la significación.

## **Conclusiones**

1.- En sus propuestas narrativas, *Rayuela*, *62 modelo para armar*, *La vuelta al día en ochenta mundos* y *Último round*, propone un tipo de relación con los lectores que supone una ruptura con el canon establecido. No concibe un lector pasivo que está pendiente de la trama y el desenlace.

2.- Aunque se admite que hubo distintos casos de ruptura en la estructura narrativa y el modo de transmitir un relato, lo que propone Cortázar implica cambios significativos en la concepción misma de la novela. La novela se aleja de la unidad textual que depende solo de lo verbal y del acontecimiento que se narra. En las obras mencionadas, Cortázar no se ciñe a la fábula del relato. Parte de su inquietud es insertar fragmentos en los cuales se hace disquisiciones reflexivas sobre lo cotidiano o temas filosóficos. De este modo, al producirse una relación entre el planteamiento argumental y las conjeturas, se apela a un modo distinto de descifrar la obra. Ya no es la novela convencional, sino un libro con experiencias relacionadas con el relato ficcional, y reflexiones de la actividad cognoscitiva, conceptual.

3.- En *La vuelta al día en ochenta mundos* el autor muestra una serie de relatos en los que ya aparecen insertos reflexiones u ocurrencias amenas que se presentan como una nueva forma de experiencia con la realidad. Pero, en esta obra, se aprecia que las imágenes, los íconos utilizados, se complementan o refuerzan una idea.

4.- *Último round* es la obra en la que se revelan una serie de innovaciones frente a los cánones establecidos sobre los relatos. En esta obra, que desde su presentación simula ser un Magazine, se muestran relatos breves, crónicas, poesía, insertos de grafitis, fotos que complementan el texto, pero también fotogramas.

5.- Uno de los casos más reveladores de ruptura y en el que el autor se esfuerza al máximo por comunicarse con una lector-partícipe se muestra en el capítulo que titula "No se culpe a nadie". En ese texto que parece la estructura de un cuento, el narrador deja frases inconclusas y, seguidamente, espacios en blanco. La idea es que el lector siga el relato, que complete aquello que se está contando. Por cierto, cada lector puede hacer el complemento de modo distinto.

6.- En *Último round* apreciamos que el narrador hace uso de imágenes no como simple ilustración de lo narrado. En la secuencia que titula “Diálogo de las formas”, el narrador presenta una serie de esculturas en fierro y les pone, a cada una de ellas una frase alusiva de lo que supone que esa imagen, ese gesto, puede estar transmitiendo. Entonces, como anticipa el título, se produce un diálogo entre el narrador y las figuras y, en cada caso, una ocurrencia sugerente.

7.- Una de las innovaciones del narrador es que haya presentado fotogramas con la imagen de una muñeca, un juguete infantil, pero que sirve para contar convirtiéndola en protagonista de una historia no verbal. Todo lo que se cuenta se revela en los fotogramas. La historia narrada, a su vez, es un proceso de deterioro del personaje. Así pues, es una historia en la que el personaje termina siendo víctima de algo que la termina destruyendo. El autor ha conseguido relatar con la sola sucesión de imágenes, sin ningún elemento verbal.

8.- Cortázar tuvo un afán innovador y apeló, de diversas formas a la relación obra – lector. Esperaba que las obras se renueven, se acerquen a ese lector de los tiempos contemporáneos que no se restringe solo a la palabra. Para el autor, el mensaje se convierte en esa complejidad en la que se van fusionando, inevitablemente, lo verbal y lo no-verbal. Su propuesta concebía que el lector actúe también como creador. La adecuación al lector le llevará a presentar innovaciones en el modo de contar, tanto que algunos de sus relatos estarán, intencionalmente, con párrafos inconclusos y espacios en blanco para que el lector los complete.

Ciertamente, su afán innovador no tuvo seguidores. La sociedad, en algunos casos, tarda en aceptar los cambios. Prevalece la tendencia conservadora, y seguir con lo que se viene haciendo hace mucho tiempo.

## Referencias

AMORÓS, Andrés. Introducción a Rayuela. *Geocities.ws*, actualizado em 2 abr. 2011. Disponible en: [http://www.geocities.ws/juliocortazar\\_arg/amoros.htm](http://www.geocities.ws/juliocortazar_arg/amoros.htm). Acceso en: 12 dic. 2021.

CORTÁZAR, Julio. *62, modelo para armar*. Buenos Aires: Alfaguara, 1968.

CORTÁZAR, Julio. *Último round*. México: siglo XXI, 1969.

CORTÁZAR, Julio. *Rayuela*. Madrid: Alfaguara, 1977.

CORTÁZAR, Julio. *La vuelta al día en ochenta mundos*. Barcelona: RM, 2010.

FRANCO, Jean: *Historia de la literatura hispanoamericana*. Barcelona: Ariel, 1990.

VEGAS, Víctor. Los lectores de Cortázar. *Las Armas Secretas*, 9 marzo 2007. Disponible en: <http://victorvegas.blogspot.com/2007/03/los-lectores-de-cortzar.html>. Acceso en: 12 dic. 2021

YURKIEVICH, Saúl. *Julio Cortázar: mundo y modos*. Madrid: Anaya, 1994.

## Sociedade da (des)informação: a omissão do Brasil sobre mortes trans e travestis\*

DOI: 10.15175/1984-2503-202214303

Leilane Serratine Grubba\*\*

Amanda Brum Porto\*\*\*

### Resumo

O objetivo do trabalho é visibilizar, analisar e discutir a omissão dos poderes públicos na emissão de dados a respeito da população LGBTQI+, principalmente na informação a respeito dos assassinatos e violência contra as mulheres trans e travestis no Brasil. A problemática gira em torno da importância da informação de dados em relação aos assassinatos e violência contra a população LGBTQI+, principalmente as mulheres trans e travestis, como principal porta para minimizar as violências e conscientizar a sociedade no respeito à vida e à dignidade humana. Tem como hipótese de que por meio da informação (internet, mídias, tecnologia) seja por meio dos órgãos públicos ou pela mídia, é possível desconstruir uma herança cultural negativa e heteropatriarcal que banaliza a violência contra mulheres trans e travestis. A pesquisa usa como metodologia o método dedutivo, com técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** informação; violência; trans e travestis; LGBTQI+.

---

\* Indica-se que “a expressão ‘sociedade da informação’ passou a ser utilizada, nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de ‘sociedade pós-industrial’ e como forma de transmitir o conteúdo específico do ‘novo paradigma técnico-econômico’” (WERTHEIN, 2000, p. 71). Em regra, a terminologia Sociedade da Informação é utilizada de modo a indicar o modelo de organização social imposto ao final do século XX, decorrente da globalização. Trata-se de um modelo no qual a “informação, como principal fonte de conhecimento, acaba por determinar a produção e distribuição (acumulação) de riqueza, influenciando também nas condições de bem-estar social, vez que o acesso a tais passa a ser preponderante para o desenvolvimento da pessoa, já que todas as suas atividades (laborais, sociais e de lazer) estão inseridas no contexto do fluxo internacional e dependente de dispositivos tecnológicos” (SILVA; TEIXEIRA, 2019, p. 25-26). Ainda, existe a implementação de novas tecnologias de informação sobre a própria informação, com “penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias na vida individual e coletiva, de modo que há grande inferência no modo de vida a cada criação tecnológica” (SILVA; TEIXEIRA, 2019, p. 27). Nesse artigo, utiliza-se a expressão de modo provocativo, sem o objetivo de empreender uma discussão sobre a governamentalidade.

\*\* Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade Meridional (IMED). Pesquisadora da Fundação Meridional. Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda Interdisciplinar em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: [lsgrubba@hotmail.com](mailto:lsgrubba@hotmail.com). <http://lattes.cnpq.br/2294306082879574>. <https://orcid.org/0000-0003-0303-599X>

\*\*\* Mestre em Direito, Democracia e Tecnologia pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade Meridional (IMED). E-mail: [amandaportob@hotmail.com](mailto:amandaportob@hotmail.com).

<http://lattes.cnpq.br/1449505537469556>. <https://orcid.org/0000-0002-9157-4979>

Recebido em 23 de março de 2022 e aprovado para publicação em 28 de agosto de 2022.

## La sociedad de la (des)información: la omisión en Brasil de las muertes de trans y travestis

### Resumen

El objetivo del trabajo es visibilizar, analizar y discutir la falta de difusión, por parte de los poderes públicos, de datos sobre la población LGBTQI+, especialmente en lo relativo a información sobre asesinatos y violencia contra mujeres trans y travestis en Brasil. La problemática gira en torno a la importancia de la publicación de datos en relación con los asesinatos y la violencia contra la población LGBTQI+, en especial mujeres trans y travestis, como puerta principal para minimizar la violencia y concienciar a la sociedad sobre el respeto a la vida y la dignidad humana. Se basa en la hipótesis de que por medio de la información (Internet, prensa y redes sociales, tecnología), tanto a través de organismos públicos como de los medios de comunicación, es posible deconstruir una herencia cultural negativa y heteropatriarcal que banaliza la violencia contra mujeres trans y travestis. La investigación emplea como metodología el método deductivo, con una técnica de búsqueda bibliográfica y documental.

**Palabras clave:** información; violência; trans y travestis; LGBTQI+.

## (Dis)information Society: Brazil's omission on trans deaths

### Abstract

The aim of this work is to publicize, analyze, and discuss the failure of Brazil's public authorities to release data on the country's LGBTQI+ population, mainly on deaths and violence suffered by its trans women. The problem centers on the crucial role played by the publication of data on murders and violence suffered by the LGBTQI+ population, mainly trans women, as the main method for reducing violence and raising society's awareness on respect for life and human dignity. Our hypothesis that it is by means of publicizing information (internet, media, technology), whether by public bodies or the media, that we may deconstruct the negative and hetero-patriarchal cultural heritage which trivializes violence against trans women. The research takes the deductive method as methodology alongside bibliographic and documentary research techniques.

**Keywords:** information; violence; trans women; LGBTQI+.

## La société de la (dés)information : l'omission des décès de transgenres et de travestis au Brésil

### Résumé

L'objectif de ce travail est mettre en lumière, d'analyser et de discuter le manque de diffusion, par les pouvoirs publics, des données sur la population LGBTQIA+, particulièrement en ce qui concerne les informations sur les meurtres et les violences contre les femmes transgenres et les travestis au Brésil. La problématique tourne autour de l'importance de publier des données relatives aux meurtres et à la violence contre la population LGBTQI+, en particulier les femmes transgenres et les travestis, en tant que voie principale pour réduire la violence et sensibiliser la société au respect de la vie et de la dignité humaine. Cette importance a pour fondement l'hypothèse selon laquelle grâce à l'information (Internet, presse et réseaux sociaux, technologie), tant publique que médiatique, il serait possible de déconstruire un héritage culturel négatif et « hétéropatriarcal » qui banalise les violences envers les femmes transgenres et les travestis. La recherche utilise la méthode déductive comme méthodologie, assortie d'une technique de recherche bibliographique et documentaire.

**Mots-clés :** information, violence, transgenres et travestis, LGBTQI+.

## 非信息社会：巴西对跨性别和异装癖者死亡的遗漏

### 摘要

本论文的写作目的是让人们关注、分析和讨论巴西公共当局在发布有关同性恋者、变性人、双性者、异装癖者(LGBTQI+)人口的数据方面的遗漏，特别是在有关巴西变性女(男转女者)和易装癖者的谋杀和暴力行为的信息。围绕着谋杀和暴力侵害LGBTQI+人群的现象，本文强调政府及公共部门及时准确披露伤害、谋杀变性女和异装癖者的数据信息的重要性，让社会意识到尊重生命和人类尊严是减少暴力的主要途径。本文作者认为，通过公共机构或媒体的信息渠道(互联网、媒体、技术)，人们有可能解构目前存在的反同性恋，歧视变性人，双性人，异装癖者等传统的父权文化遗产，因为这种传统文化轻视、甚至无视针对同性恋，变性人和异装癖者的暴力行为。本研究使用演绎法，广泛使用现有文献对此议题进行详细认证。

**关键词：**信息；暴力；变性人和易装癖者；LGBTQI+

### Introdução

A pauta LGBTQI+ vem sendo cada vez mais debatida. LGBTQI+ é uma sigla guarda-chuva para diversas subjetividades. O L inclui as lésbicas, o G inclui os gays, o B inclui as pessoas bissexuais, o T inclui toda a população trans e travesti, o Q inclui as pessoas *queer* e o I inclui as pessoas intersexuais. Ainda, o + busca abarcar outras subjetividades e afetos não incluídos anteriormente.

Em contrapartida ao maior debate, todos os dias a comunidade LGBTQI+ sofre algum tipo de violência no Brasil, incluso a violência verbal, simbólica, física. De forma online ou pessoal, a repressão, a opressão e o preconceito são constantes na vida das pessoas em razão de identidades, subjetividades ou afetos.

Vivemos em uma sociedade regida por valores e normas heteropatriarcais, que determina afazeres, corpos e mentes a partir de determinações binárias. As normas, inclusive jurídicas, são fundadas no sistema do sexo binário e radicalmente diferenciado homem *versos* mulher. Dentro dessa concepção, somos culturalmente e estruturalmente inseridos em um sistema binário e heteronormativo, bem como em uma sociedade que tem regras estabelecidas e voltadas para o homem, branco, cis<sup>1</sup> e heterossexual.

A sociedade brasileira, estruturada em valores heterocentrados, está cada vez mais inserida em um contexto de violência e opressão para com relação às pessoas LGBTQI+.

---

<sup>1</sup> Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. Como já foi comentado anteriormente, nem todas as pessoas são assim, porque, repetindo, há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero. Denominamos as pessoas não-cis gênero, as que não são identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans (JESUS, 2012, p. 10).

É necessário, portanto, informar para desconstruir e reconstruir formas positivas de conviver com as diferenças em sociedade, a fim de minimizar e erradicar a opressão, violência e exclusão fundadas no sexo, gênero, sexualidade e/ou subjetividade e afeto.

De fato, levando-se em conta a violência contra a população LGBTQI+, é possível afirmar que o Brasil ainda ocupa, no ranking mundial, o primeiro lugar de país que mais mata mulheres trans e travestis (BRAZIL IS..., 2019). Por outro lado, inexistem dados oficiais a respeito da violência contra LGBTQI+ no Brasil, inclusive inexistindo dados demográficos sobre pessoas LGBTQI+.

Dessa maneira, a violência torna-se banalizada, principalmente porque a comunidade não tem acesso à informação sobre essa modalidade de violência. De maneira mais abrangente, a violência contra mulheres trans e travestis, quando noticiada pela mídia, muitas vezes não faz constar o nome social escolhido pela vítima. Assim, a falta de informações específicas sobre a violência contra pessoas trans e travestis, além de gerar uma desinformação, contribui para a falta de políticas públicas específicas a evitar uma modalidade de violência que cada vez mais aumenta, mas não chega a conhecimento público.

O objetivo desse trabalho é visibilizar, analisar e discutir a omissão dos poderes públicos na emissão de dados a respeito da população LGBTQI+, principalmente na informação a respeito dos assassinatos e violência contra as mulheres trans e travestis no Brasil.

Diante disso, a problemática gira em torno da importância da informação de dados em relação aos assassinatos e violência com a população LGBTQI+, principalmente as mulheres trans e travestis, como principal porta para minimizar as violências e conscientizar a sociedade no respeito à vida e à dignidade humana. Tem como hipótese que por meio da informação (internet, mídias, tecnologia), seja por meio dos órgãos públicos ou pela mídia, é possível desconstruir uma herança cultural negativa e heteropatriarcal, que banaliza a violência contra mulheres trans e travestis.

Esta pesquisa usa o método de abordagem dedutivo, com técnica de pesquisa bibliográfica e documental, baseando-se em dados emitidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA como principal fonte de dados. A pesquisa propõe um levantamento a partir dos dados da ANTRA e pesquisa bibliográfica com autores das áreas de Gênero e LGBTQI+ e Direito, Informação e Sociedade. Esse artigo não pretende se esgotar e sim fazer desse momento um momento de reflexão e debate para posteriores análises, pesquisas e discussões.

## **Vamos informar? Gênero, sexualidade e LGBTQI+: o “T” e o ódio no Brasil**

É preciso informar com respeito e sabedoria, desconstruir e reconstruir, evoluir e desenvolver, para que todas as pessoas possam estar inseridas em qualquer grupo e em qualquer meio que queiram pertencer, seja no emprego, em um curso, em uma família, em um grupo de amigos. Sexo, orientação sexual, cor, condição física, religião ou qualquer outra escolha ou orientação individual não devem ser determinantes categóricos para divisões ou segregações, principalmente em sociedades democráticas. Por isso, informar é necessário, principalmente a veracidade dos fatos, as realidades e precisamente com cientificidade.

Especialmente com relação à pauta LGBTQI+, é sabido que existe discriminação principalmente em razão da dissidência de gênero e sexualidade. Leva-se em conta para essa pesquisa as formas de discriminação que culminam em violências, pois o Brasil, além de apresentar uma alta taxa de feminicídios – assassinatos de mulheres em razão do gênero –, é o país no qual mais se assassina mulheres trans<sup>2</sup> e travestis,<sup>3</sup> conforme levantamentos internacionais. Além da violência física, também ocorrem injúrias e preconceitos destilados para a população LGBTQI+.

Muito dessa violência é explicada por valores culturais heteropatriarcais, machismo, sexismo, racismo. Os corpos são marcados pela política. Toda criança já nasce dentro de uma distinção binária de gênero, vinculada à ideia de sexo biológico. Como diz Preciado (2013, p. 96), “Mas o que é problemático é que forcem as crianças a carregar esse fardo patriarcal [...]”, inserindo-as desde o nascimento nos padrões binários e heteronormativos. Entende-se, nesse sentido, que ao nascer com o sexo biológico masculino, a pessoa automaticamente seria um homem (gênero enquanto conceito social), com atribuições sociais, culturais e comportamentais próprias do gênero social e sexo de nascimento.

Como Jesus (2012, p. 7) afirma, “crescemos sendo ensinados que ‘homens são assim e mulheres são assado’, porque ‘é da sua natureza’, e costumamos realmente observar isso na sociedade.” Nesse sentido, Preciado entende que a “polícia de gênero” vigia e garante essa “normalização”, impõe qualidades diferentes a meninos e meninas e “dá forma aos corpos com o objetivo de desenhar órgãos sexuais complementares. Prepara

---

<sup>2</sup> A transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha nem é um capricho (JESUS, 2012, p. 14).

<sup>3</sup> Travestis: Pessoas que vivem uma construção de gênero feminino, oposta à designação de sexo atribuída no nascimento, seguida de uma construção física, de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade (ANTRA, 2018, “Conceitos que trabalhamos:”, par. 1).

a reprodução da norma, da escola até o Congresso, transformando isso numa questão comercial” (PRECIADO, 2013, p. 98).

Ainda, Jesus (2012) esclarece que é notável a grande diferença construída socialmente entre homens e mulheres desde a gestação até o nascimento; por exemplo, os chás de bebês com a revelação do sexo da criança, quando os seres são ensinados agir de acordo e a ter um papel específico na sociedade resumido apenas ao sexo.<sup>4</sup>

Berenice Bento (2011, p. 550) deixa mais claro ainda quando reafirma essa estrutura na gestação, quando o sexo da criança é revelado e as expectativas e suposições em cima de um corpo e toda a simbologia que posteriormente são materializadas em “brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos para o/a futuro/a filho/a antes mesmo do corpo vir ao mundo”.

A sexualidade, assim, tem sido focada como um meio de diferenciar homens de mulheres e organizá-los numa hierarquia de gênero, e também como algo central para a significação da existência individual da definição do eu, da identidade masculina e feminina (FLORES, 2005, p. 264).

Todas essas proibições, controles e determinações de sexo/gênero têm grande influência nos argumentos homofóbicos<sup>5</sup> e transfóbicos. Segundo esses argumentos, é impossível ou inconcebível que alguém nascido homem se entenda como mulher, ou vice-versa, e nessa concepção não existe diferença entre sexo e gênero, sendo o gênero uma decorrência necessária do corpo previamente sexuado.

Nesse sentido Bento (2011, p. 552) fala que “as reiteraões que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo”, inclusive quando se inibe comportamentos em forma de insultos e ofensas homofóbicas ou as “piadas” vindas da família ou de outros, que deixam a subjetividade daquele corpo abatido.

Na obra de Eve Sedgwick (2007), por exemplo, ela explica que a ideia do armário sintetiza o quanto a comunidade LGBTQI+ é reprimida nas suas identidades, subjetividades e nas suas perspectivas. A política do armário contada de Sedgwick, é que ele possibilitou a saída de um, mas continua marginalizando e empurrando “de volta para o armário” os demais. Só é possível sair do armário se, de certa forma, não se infringir qualquer conduta

---

<sup>4</sup> Foucault (1988) faz uma análise importante referente à sexualidade, e como ela vem a ser um meio de controle da sociedade a partir do século XVI. Ele explica como a sociedade passou a ter controle dos discursos e como as instituições modernas passaram a ter controle das pessoas e dos corpos, passam a ser instituições que buscam uma discursividade controladora a respeito do sexo, sejam as escolas, as famílias, os governos, entre outros. Assim como se perde a liberdade sexual e o direito de falar livremente sobre o sexo, aquilo que não está dentro das normas institucionalizadas também é proibido.

<sup>5</sup> Pesquisadores apontam que a pessoa que tem uma tendência a odiar a sexualidade, como a homofobia, ela pode ser algo internalizado que leva o sujeito a uma espécie de vácuo identitário, que torna o indivíduo incapaz de assumir seus sentimentos e seus desejos (HEREK, 1998).

moral. Essa conduta moral é ainda estipulada pelo padrão heterocentrado, por exemplo, o homem gay branco não “afeminado” se torna “aceitável”. Por outro lado, o homem gay afeminado rompe não apenas com normas de sexualidade, mas também de gênero, recaindo sobre ele uma maior discriminação.

A estrutura segue basicamente nessa linha conforme o que Sedgwick (2007) expressa; então, nessa saída histórica do armário do homossexual, branco, “masculinizado”, esse indivíduo torna-se privilegiado dentre os outros; e essa forma de repressão ao gênero e à sexualidade automaticamente passa para aqueles que ainda não podem “sair do armário”.

Os discursos que foram reproduzidos, ensinados e o armário que simbolicamente representa a opressão tem uma conexão com a violência e o preconceito; principalmente os discursos ofensivos e equivocados, intencionais ou convenientes a respeito da população LGBTQI+. Esses argumentos, vistos como discursos de ódio<sup>6</sup> e carregados pela intolerância, desmoralizam e banalizam as vidas.

Percebe-se ainda uma equivalência do aumento dos casos de violência no mesmo momento em que inicia uma caça aos direitos e aos avanços em prol da população LGBTI orquestrada por políticos retrógrados e conservadores que coadunam com pensamento intolerante, de cunho religioso fundamentalista. Exemplo inquestionável da presença desta política anti-direitos explícita durante a campanha eleitoral, onde casos de violência contra a população LGBTI se intensificaram, havendo diversos casos de assassinatos onde claramente houve motivações políticas por parte dos admiradores do fascismo que hoje está no poder (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 9).

Flores (2005) conta que os sexualmente “degenerados”, homossexuais, “invertidos”, travestis, prostitutas entre outros, foram historicamente vistos como criminosos ou loucos, também em terras brasileiras. Dessa forma, “[...] medicalizar o inoportuno passou a ser uma das preocupações do século XIX” (SANTOS, 2011, p. 119). Diagnosticados e diagnosticadas, excluídas e excluídos, marginalizados e marginalizadas quaisquer condutas não normativas. “Qualquer prática sexual fora do “coito natural” era enquadrada no quesito ‘taras’” (SANTOS, 2011, p. 119). Assim era muito mais fácil controlar a partir da medicalização e do discurso preconceituoso; e isso se perpetuou na sociedade.

---

<sup>6</sup> Falas preconceituosas podem ser classificadas como discurso de ódio, que promove o ódio e incita a discriminação, hostilidade e violência. Refere-se a qualquer ato de comunicação que diminua, inferiorize uma pessoa pelo gênero, raça, religião, nacionalidade, orientação sexual, entre outros aspectos. Ezequiel e Ciocari (2017), ao analisarem as consequências do discurso de ódio expressos da mídia, através de figuras que ocupam o poder, afirmam que discursos políticos de natureza violenta podem gerar riscos para a democracia.

Assim, a comunidade LGBTQI+ brasileira foi estruturalmente excluída e marginalizada, afastada dos seus direitos e passaram a viver clandestinamente, o que desde então já leva a exclusão no acesso aos direitos. Essa marginalização continua a ocorrer em diversos espaços sociais, como escola, trabalho e trajetória de vida, principalmente para pessoas transexuais e travestis. Assim, se a saída do armário ocorreu principalmente para a normalização da homossexualidade, no que se refere às dissidências de gênero – travestis e transexuais ainda são marginalizados na sociedade brasileira.

Segundo Benevides e Nogueira (2019, p. 10) “o não reconhecimento das identidades trans, o abandono familiar, a exclusão escolar, a precarização laboral e a exclusão do mercado de trabalho, são aspectos que levam a marginalização dessa população”.

Portanto, discutir gênero não é definir qual cor é mais apropriada para cada gênero, tampouco a orientação sexual,<sup>7</sup> pois a subjetividade de gênero<sup>8</sup> é uma forma como a pessoa se percebe dentro de padrões sociais que ela se entende e vê, ou seja, não necessariamente está se identificará com o sexo que lhe foi medicamente e politicamente atribuído ao nascer. Discutir gênero é, antes de tudo, viabilizar condições para que todas as vidas sejam dignas de serem vividas dentro da sociedade democrática brasileira. Principalmente, colocar em pauta preconceitos, discriminações e dados reais sobre violências, a fim de conscientizar sobre o direito à diferença, à igualdade e, acima de tudo, o respeito a todas as formas de vidas humanas.

Um primeiro passo é a normalização das vidas, para além da categoria estática e mimética do sexo-gênero. Conforme explica Jesus (2012), a definição de gênero é baseada na teoria social, construída pelas diferentes culturas, indo muito além da definição de sexo. A autora entende que em outros países as formas de construção social de gênero diferem quando se trata de masculinidades e feminilidades e que nada é definido pelo sexo biológico. “O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressam socialmente” (JESUS, 2012. p. 8).

---

<sup>7</sup> Orientação sexual: Uma referência à capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. (Princípios de Yogyakarta) (ANTRA, 2018, “Conceitos que trabalhamos:”, par. 3).

<sup>8</sup> Identidade de gênero: Profunda e sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (Princípios de Yogyakarta) (ANTRA, 2018, “Conceitos que trabalhamos:”, par. 4).

Uma pessoa trans pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivos sexualmente: mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros; homens transexuais que se atraem por mulheres também o são. [...] Já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e homens transexuais que se atraem por outros homens também. Não se pode esquecer, igualmente, das pessoas com orientação sexual bissexual. Nem todas as pessoas trans são gays ou lésbicas, apesar de serem identificados como membros do mesmo grupo político, o de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. (JESUS, 2012, p. 12)

A designação dos papéis sociais da sociedade ficam bem evidenciados, bem como a delimitação do espaço de cada um pelo sexo, privatizando-se e determinando-se quando imputa o que são afazeres de homens e de mulheres, o ativo/passivo, em papéis binários. Essas ideologias reprodutoras da submissão dos corpos não binários e que não seguem o padrão heterocentrado, atitudes impostas como “modo de vida”, implicam em processos de crescimento e de desconstrução humana, da sociedade, desinformação e violência.

O que é relevante são fatos da realidade da vida de muitas pessoas que vivem à margem da sociedade, com discriminação e marginalização pela falta de empatia, intolerância, em alguns casos o desconhecimento das realidades e por ser levado e levada a reproduzir falas como as aqui citadas, homofóbicas, transfóbicas e que reproduzem ódio.

Além de mortas, tem suas histórias apagadas, seus nomes ignorados, suas identidades de gênero contestadas pela mídia, por suas famílias, que num último golpe, põe um nome na lápide que representa uma pessoa que já estava morta, mesmo em vida. E do quanto ainda precisamos avançar no debate, pois claramente, estas pessoas e sites não se deram ao trabalho de ler os relatórios até agora confeccionados, pois caso contrário, estariam mais preocupados em prestar informações respeitadas e com o enfrentamento da violência com que estas mortes acontecem, do que em desqualificar os dados (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 8).

Sendo assim, a reprodução e disseminação de ódio e violência contra LGBTQI+ tem se efetuado por meio da manipulação de informações e desinformação comunitária, que é controlada pela idealização e reprodução de uma sociedade que traz consigo uma herança cultural negativa, “sociedade que abandona e marginaliza pessoas que rompem com os padrões hetero-cis-normativos” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 4).

O objetivo do primeiro tópico desse artigo, foi demonstrar a partir da análise bibliográfica uma realidade e vivência daqueles que são colocados à margem da sociedade; principalmente informar a respeito da importância de todas as vidas humanas, independente de orientações de gênero e sexualidade, bem como sobre o combate ao preconceito, discriminação e opressão, dando visibilidade às violências inviabilizadas pelos dados estatísticos oficiais.

## **Um país que informa é um país com menos violência e ódio - como a veracidade das informações no meio tecnológico pode ajudar a diminuir as estatísticas de violência contra a população trans**

Se o objetivo anterior foi informar a respeito de todas as vidas, incluso àquelas dissidentes dos padrões heterocentrados, bem como informar sobre as diversidades de gênero e sexualidade e identidades existentes, as quais precisam ser vistas e não mais invisibilizadas; o segundo objetivo é trazer a tecnologia e a internet como aliadas na desconstrução dessas estruturas que marginalizam e violentam a comunidade trans e como meio de transmitir informação, realidade e veracidade ao invés da disseminação do discurso de ódio<sup>9</sup> e preconceito *online*.

Importa, nesse sentido, uma associação da informação com as novas tecnologias;<sup>10</sup> e a informação que hoje temos o privilégio usufruir e de trocar dados. Ao mesmo tempo em que vivemos em uma era onde a acessibilidade de informações é fácil, sofre-se uma alienação conjunta e discursos de ódio por meio das redes sociais e da internet. Assim, parece que a desinformação caminha em conjunto com a informação em época de facilidade de acesso à tecnologia.

Dito de outro modo, houve uma transferência do discurso de ódio e o preconceito<sup>11</sup> para as redes sociais e outras mídias. Só que na internet isso toma uma proporção bem maior e pior em anonimato, podendo interferir em direitos dos usuários. Para Fortes (2015) “diante de tais mudanças, inevitáveis são as repercussões sobre os efeitos da violação de direitos.”

Se você acessar o google e pesquisar por uma simples notícia envolvendo transfobia na internet, os seus resultados serão a maioria sobre homofobia. Mas “homofobia” e

---

<sup>9</sup> Para Ezequiel e Cioccarri (2017), o discurso de ódio normalmente é empregado para insultar e agredir, como meio de uma “justificativa” para privar aquelas pessoas de seus direitos, levando a muitos casos como ocorreu com o nazismo, a genocídios e como ocorre com a comunidade com as mulheres trans e travestis, homicídio.

<sup>10</sup> Com a evolução da tecnologia e como um efeito dessa evolução, o desenvolvimento das redes de informação e comunicação, sobretudo a internet, proporcionaram uma mudança paradigmática sobre o comportamento, a cultura e o modo de viver em sociedade (FORTES, 2015, p. 79).

<sup>11</sup> Menciona-se que “o aumento da violência denuncia o reflexo da perseguição de setores conservadores do Estado às pautas pró-LGBTI e a campanha de ódio contra o que eles chamam de “ideologia de gênero”, que é um nítido ataque à existência das pessoas trans. Além disso, também é preocupante a associação de grupos anti-trans que têm se organizado em uma agenda global para impedir a conquista de novos direitos, cassar direitos conquistados e avançar com a manutenção do cissexismo. O cissexismo pode ser compreendido como a organização *cistêmica* de ações, noções discriminatórias e inferiorizantes de maneira institucional e/ou individual contra pessoas trans. A sua finalidade é afirmar que travestis, mulheres e homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans são seres inferiores, que deveriam ocupar um lugar subalterno na sociedade. É uma instituição social que legitima e reconhece unicamente as identidades cisgêneras em detrimento das identidades transgêneras, através da sub-representação e invisibilidade, a fim de assegurar o *status quo* das identidades cis como o padrão hegemônico de ser e existir na sociedade” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 8).

“transfobia” não são sinônimas, pois nem toda pessoa trans ou travesti é homoafetiva. Nesse sentido, também o acesso à informação e aos dados já é precarizado e já invisibiliza a comunidade trans em pequenos simbolismos.

Sem generalizações, o problema é que as notícias têm erros de identificação do gênero da pessoa e a escassez na comunicação e informação da população, além de comentários ofensivos. “Estimamos que 95% dos casos nos quais a notícia diz se tratar de ‘homem vestido de mulher é encontrado morto’, trata-se do assassinato de uma travesti ou mulher transexual que é noticiado de forma transfóbica” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 16).

Na notícia da página do G1 Globo, 2020, encontra-se a título de exemplo comentários transfóbicos: “*A verdade por trás desses crimes são: brigas entre os próprios travestis, disputa por pontos de prostituição, cafetões... isso ninguém fala*” [sic]. Outro comentário: “*Vivem de mínim, i aprontam roubam vivem desrespeitando famílias nas ruas, nos condomínios e querem direitos reoeitem as famílias e fiquem noi calados*” [sic]. Como terceiro exemplo de comentário transfóbico *online*: “Não se fazem mais homossexuais como antigamente. Bons tempos que o Clodovil era referência nacional. Clodovil nunca se fez de vítima, era inteligente, tinha bom gosto e sempre foi respeitado” (LEVANTAMENTO..., 2020).

Os mencionados comentários são representativos de discursos de ódio e transfobia que acontecem online, muitas vezes de maneira anônima. Daí porque em época de difusão do conhecimento e informação *online*, pode-se também anunciar o aumento dos discursos de ódio e violências, além da desinformação. Os comentários acima elencados também são representativos da marginalização da comunidade LGBTQI+, além da desinformação a respeito de orientação sexual e identidade e/ou subjetividade de gênero.

Um caso emblemático de uso da internet para informação foi feito por Alice Felis, modelo trans agredida no seu apartamento.<sup>12</sup> Felis informa que vai usar a repercussão do seu caso para ajudar na luta contra a transfobia na internet. Importante se atentar que na própria notícia sobre o seu caso, os comentários de ódio e transfóbico são bem visíveis. Além de outros comentários, um dos que mais chama atenção é: “Esse ‘modelo’ foi acabar ... Trans tudo bem, mas ‘modelo trans’ é afrontar a sociedade e fazer a imprensa comer na

---

<sup>12</sup> O caso da Alice muda paradigmas na justiça brasileira. As pessoas estão acostumadas a ver travestis e pessoas trans na posição de ladra, de agressora, em razão do estigma e da marginalização que essa população sofreu ao longo da história. As pessoas tendem a desconfiar da Alice, a dizer que ela está mentindo, que ela está fazendo isso para aparecer. Os leigos ficaram impressionados com a brutalidade dos golpes deferidos contra ela (ADVOGADA..., 2020, par. 3).

mão!!!” (ADVOGADA..., 2020, comentário 3). Comentários como esse estigmatizam e colocam a comunidade LGBTQI+ à margem da sociedade. “E acaba por dar força ao discurso de quem já é contra nossa população” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 8).

Já quando a pesquisa no google é sobre “mulheres trans perdem a vida”, são exibidos resultados relacionados às mulheres trans no esporte, tal como “Final, atletas transexuais têm mais força que as jogadoras cisgênero?” (CONTAIFER, 2018); ou sobre transição hormonal, “Como acontece a transição hormonal em pessoas transgênero” (COMO ACONTECE..., 2020), entre outras, sem grandes referências aos assassinatos de mulheres travestis e transexuais. Nesse sentido, essas “matérias ou textos falaciosos, apenas minimizam e desqualificam as mortes e a transfobia existente nelas, mas não tem o mesmo cuidado ao desrespeitar a identidade de gênero das vítimas ou expor seus nomes de registro” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 8).

Quando se pesquisa no google pelos termos “mulheres trans mortas”, aparecem notícias falando sobre os assassinatos. Nessa parte encontram-se menos comentários ofensivos. Como exceção, no site *Ponte Jornalismo*, a notícia está de acordo com a realidade e fornece as informações necessárias e corretas acerca das vidas trans e das fontes dos dados (VASCONCELOS, 2020). A notícia traz os dados da ANTRA.<sup>13</sup>

Um marco importante para as vidas trans é o Decreto nº 8.727 (BRASIL, 2016). O Decreto dispõe sobre o nome social com o uso e reconhecimento da identidade de gênero das pessoas transsexuais e travestis, em qualquer espaço da administração pública federal, autárquica e funcional. Esse decreto é tão importante para a comunidade Trans e travesti e para a luta LGBTQI+, porém poucos o conhecem, principalmente porque essa informação não chega a todos, mas especialmente àqueles que pertencem ao meio jurídico.

Outra conquista que é importante de ser informada para todos e todas, é a alteração da Lei Maria da Penha 11.340 (BRASIL, 2006), inserido as mulheres trans. Essa é uma grande vitória, que deveria ter grande repercussão dada a importância da visibilidade, da proteção e da importância de todas as vidas que se auto referem pelo gênero feminino. Apesar dessa vitória, poucos endereços eletrônicos informam a população em geral sobre a amplitude da proteção legal; principalmente, encontramos a informação na rede social

---

<sup>13</sup> A ANTRA, pelo seu histórico de atuação e representatividade que agrega, traz um potente componente ao apresentar seus dados, gerando conhecimento, por entender que as políticas públicas são construídas a partir das demandas apresentadas, não apenas quando informam, mas (também, se possivelmente) quando propõem soluções para os problemas apresentados” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 21).

Instagram “ANTRA” e o “ABGLBT,” que são páginas que alcançam o público LGBTQI+; assim como no endereço notícias do CONJUR (ANGELO, 2020).

Antes da mencionada alteração da Lei Maria da Penha, Benevides e Nogueira (2019, p. 10) contam que em 2018 “apenas 06 estados aplicam a Lei Maria da Penha para Travestis e Transexuais no país, sendo estes: Acre, Pará, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, mas ainda de forma muito insipiente”.

Nesse sentido, parece haver uma necessidade urgente de desmistificar, de informar e de conscientizar. É necessário que todas as vidas, incluso as vidas LGBTQI+, sejam vistas, com acessibilidade plena à educação, ao mercado de trabalho, e para uma vida segura sem violência.

Parece necessário compreender, conforme Benevides e Nogueira (2019, p. 4), que grande parte da população Trans brasileira vive em condições precárias “[...] de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas”. O Dossiê apresentado pelas autoras mencionadas foi lançado no dia Internacional da Visibilidade Trans, dia 29 de janeiro. Elas alegam que normalmente nesse dia muitas pessoas se voltam para a causa seja nas redes sociais, por mensagens ou relatos.

[...] relatos de quem vive um dia após o outro, sem a certeza do que virá a seguir. Nesta data comemoramos as lutas e histórias de resistência da população de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans que tem urgência de visibilidade, representatividade e ocupação de espaços que sempre foram negados historicamente a nossa população (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 3).

É preciso que essas informações, dados, notícias, pesquisas, tomem uma intensa e longa proporção e disseminação, principalmente no sentido de proteger, de informar, dar visibilidade, respeito, dignidade a essas vidas, reduzir os crimes, crimes de ódio e transfeminicídio,<sup>14</sup> transfobia no Brasil.

### **O país que mais mata mulheres trans e travestis: Brasil**

Existe uma violação de direitos humanos totalitária, com a negação do acesso ou permanência de pessoas trans e travestis nos espaços e o não reconhecimento das identidades de gênero. Um dos motivos que parecem intensificar o preconceito e a violência

---

<sup>14</sup> “Como explica a socióloga Berenice Bento, o transfeminicídio é classificado como o assassinato sistemático de travestis e mulheres transexuais, sendo caracterizado como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans, motivada pelo ódio, abjeção e nojo” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 7).

é a desinformação da população em relação aos assassinatos de pessoas trans e travestis e outros dados.

Essa desinformação invisibiliza a vida e a vivência das pessoas trans, além de proporcionar também muita informação equivocada a respeito das subjetividades das pessoas – sexo, gênero e sexualidade – e das suas identidades, bem como realidades.

Expor a realidade a respeito da omissão dos poderes públicos, das instituições e da sociedade, da indiferença e desse preconceito estrutural que as instituições e a sociedade vêm sendo cúmplices das violências que ocorrem contra as mulheres trans e travestis no Brasil. Bruna Benevides e Sayonara Nogueira, da Antra, assim como e o IBTE - Instituto Trans de Educação, realizaram um dossiê que será apresentado aqui, sendo os únicos levantamentos de dados sobre a população trans e travesti no Brasil.

A ANTRA oficiou em março de 2018 a Defensoria Pública da União, para que manifeste e acione o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,<sup>15</sup> para que incluíssem no próximo censo, 2020, questões demográficas a respeito da população LGBTQI+, principalmente Trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019). As autoras também deixam claro que essas pesquisas demográficas que realizam, não são feitas pelo governo ou se quer financiadas por grandes investidores, e sim “por Instituições da Sociedade Civil, de maneira voluntária, que visam denunciar, visibilizar, alertar e mostrar que há uma população que está sendo assassinada por uma violência específica e que é necessário ter políticas específicas para combater esta violência” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 7).

O Dossiê da Antra sobre o Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais Brasileiras em 2018 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019), tem como objetivo denunciar casos de violência e violações dos Direitos Humanos contra a população de Travestis e Transexuais.

Além disso, “denunciar a omissão do Estado frente a estes mesmos dados, quando este não faz um levantamento efetivo destes assassinatos, ignorando os índices alarmantes, e a própria violência com as quais os crimes acontecem” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 9). Ainda segundo as autoras “para denunciar o Brasil frente as cortes internacionais, Tribunais Internacionais dos Direitos Humanos”. Para as autoras, a realidade é que as Delegacias de Atendimento à Mulher não têm preparo, sendo o Estado o que mais violenta, não reconhecendo nem a identidade de gênero em muitos casos.

---

<sup>15</sup> Para Oliveira e Mott (2020) segundo o relatório, denunciam que o IBGE não inclui a pauta da população LGBT no censo nacional.

Os dados aqui apresentados pretendem fomentar discussões sobre a necessidade de serem efetivadas ações e campanhas preventivas e educativas, periódicas, sobre o suicídio da população LGBTI; realizar ações focais e continuadas de combate a Transfobia; Organizar GTs de segurança LGBTI nos estados e municípios; Garantir o atendimento das Travestis e Mulheres Transexuais nas DEAM; efetivar a padronização da coleta de dados de violência nas delegacias, hospitais e IML com o uso adequado do nome social e marcação de identidade de gênero (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 10).

Segundo os dados do Mapa de Assassinatos, o Ceará, em 2017, foi o Estado que mais matou mulheres trans e travestis, “Matou Dandara, Herika e tantas outras travestis e transexuais de formas brutais e abomináveis” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 13). Ainda, em 2018 ficou em quarto lugar segundos os dados, “[...] em quarto lugar no ranking dos assassinatos de Travestis e Mulheres transexuais, em dados absolutos, o governo do estado NÃO CONSIDERA A MORTE DE DANDARA (e tantas outras) COMO TRANSFOBIA” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 13).

O assassinato de Dandara, foi exposto em canais, redes sociais, o final triste, a violência que Dandara sofreu, foi chacota para muitas pessoas. O caso não foi visto como transfobia, mesmo que tenha sido reconhecida como a qualificadora pelo Tribunal do Júri e os criminosos foram condenados e presos. “[...] escancarando a Transfobia institucional e o não reconhecimento de nossa cidadania, mesmo depois de mortas.” (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019, p. 14)

Ainda segundo os dados do Dossiê de Assassinatos, no ano de 2018 foram um total de 163 assassinatos de pessoas Trans, 158 de Travestis e Mulheres Trans, 4 de Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. “Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 15) No relatório realizado por Oliveira, J. e Mott (2020) destacaram que no total da sigla LGBT, foram 420 mortes.

No ranking de assassinatos de pessoas Trans por Estado, em 2018 o Rio de Janeiro foi o que mais matou, com 16 assassinatos. A Bahia, 15 casos. São Paulo teve 14 casos, Ceará teve 13 assassinatos, Pará com 10 casos e Minas Gerais com 9 casos. Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso com 8 casos, Pernambuco com 7 casos. O Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo e Amazonas tiveram 6 casos. Sergipe e Paraíba com 5 casos, Santa Catarina com 4, Maranhão e Alagoas com 3 casos. Piauí, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal tiveram 2 mortes e Tocantins, Roraima e Rondônia com 1 assassinato. “Acre e Amapá não tiveram nenhum caso noticiado” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 15).

No Brasil, “foram contabilizados na região nordeste, com 59 assassinatos (36,2% dos casos), seguido da Região Sudeste com 45, Sul com 20, Norte com 19 casos e Centro-Oeste com 18 assassinatos. As regiões Sul e Centro Oeste, apresentaram aumento em relação a 2017” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 17). Oliveira, J. e Mott (2020) também salientam que de modo geral na sigla LGBT, o Nordeste com 35,5% é a região mais homotransfóbica do país seguido pelo Sudeste.

Em relação ao perfil das vítimas, segundo Benevides e Nogueira (2019, p.18), “A vítima mais jovem noticiada em 2018 tinha 17 anos e a mais velha 49 anos. O Mapa dos assassinatos aponta que 60,5% das vítimas tinham entre 17 e 29 anos, caindo para 29,1% aquelas entre 30 e 39 anos, 10,5% entre 40 e 49 anos”. Assim, quanto mais jovem, maior a probabilidade de sofrer violência.

Outra análise é em relação ao contexto social e classe. Conforme os dados da Antra, “90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 19). Existe uma baixa escolaridade devido ao processo de exclusão escolar, o que leva a dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Além disso, também existe uma exclusão familiar. Segundo os dados, estima-se que a partir dos 13 anos mulheres trans e travestis são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). “E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 19).

Vemos ainda que 65% dos assassinatos foram direcionados aquelas que são profissionais do sexo. 60% deles aconteceu nas ruas. O que denota o ódio às prostitutas, em um país que ainda não existe uma lei que regulamente a prostituição que, apesar de não ser crime, sofre um processo de criminalização e é constantemente desqualificada por valores sociais pautados em dogmas religiosos que querem manter o controle dos seus corpos e do que fazemos com eles. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 19).

Outro atenuante é a raça, com 82% dos casos de violência e/ou assassinatos identificados a vítimas negras e pardas. “Travestis e Transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são estas as que tem os maiores índices de violência e assassinatos” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 20).

Em relação à questão de gênero, as autoras colocam que o transfeminicídio é maior. No relatório de Oliveira, J. e Mott (2020), sinalizam que a população trans é a que mais corre riscos, constatando que é 17 vezes maior o risco de ser assassinada do que um gay, mas isso não diminui a violência contra a outra parte da sigla, mas nota-se que a população

conforme dito acima com a análise Sedgwick (2007), a intensificação do armário e a opressão das outras “letras” da sigla.

Apontando para a necessidade da equiparação e enquadramento do assassinato de Travestis e Mulheres Transexuais na Lei do Femicídio, visto que a taxa média de assassinatos de Travestis e Mulheres Transexuais em 2018 é de 5,11 a cada 100mil pessoas trans, levando-se em consideração de que 1,9% da população seja não-cisgênera conforme citado anteriormente, *enquanto a taxa mulheres cis é de 4,8 assassinatos para cada 100mil Mulheres Cisgêneras, que coloca o Brasil no 5º Lugar em assassinatos de Mulheres do mundo, de acordo com o Mapa do Femicídio do Brasil (Dossiê Femicídio) (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 21, grifo do autor).*

Em relação aos tipos de assassinatos trazidos pelas autoras, Benevides e Nogueira (2019, p. 23) afirmam que “53% [dos assassinatos] foram cometidos por armas de fogo, 21% por arma branca e 19% por espancamento, asfixia e/ou estrangulamento.” Ainda, as pesquisadoras estimam que em 80% dos casos não havia vínculo afetivo ou qualquer relação direta entre o agressor e as vítimas. As formas brutais, mais uma vez mostram a transfobia e o ódio pela população trans e travesti. Importante mencionar que existe uma grande impunidade dos agressores nos casos que envolvem violência contra pessoas trans.

No ano de 2018 o Brasil seguiu sendo mundialmente “o país que mais mata travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans de todo o mundo” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 24). Sequencialmente, o Dossiê publicado em 2020, referente ao ano de 2019, reiterou que o Brasil continuou liderando o ranking de país onde ocorre o maior número de assassinatos de pessoas trans – com o número quantitativo de 124 assassinatos em 2019. No relatório do grupo gay “Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil 2019” (OLIVEIRA, J.; MOTT, 2020) o grupo informa que, “Em 2019, 329 LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%)” (OLIVEIRA, J.; MOTT, 2020, p. 12).

O ano de 2019 também obteve um grande impulso político, pelos discursos de ódio proferidos que contribuíram para mais violência. “Vimos casos de Travestis sendo atacadas ou assassinadas aos gritos de “bolsonaro” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 8). Importar ressaltar esse tipo de discurso, pois a sociedade sofre por influências, seja de políticos ou outras figuras públicas, então quando nos deparamos com um discurso de ódio e de descaracterização dessa população por uma pessoa que está nesse poder, situações como essas ocorrem pois os agressores se sentem seguros para cometer essa violência, como um respaldo para suas atitudes brutais. Conforme o Dossiê analisado, dos 124 casos de assassinatos em 2019, apenas em 11 os suspeitos foram identificados, “[...] o que representa 8% dos dados, e que apenas 7% estão presos” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 22).

Com relação à idade, classe social, raça e os tipos de assassinatos em 2019, Benevides e Nogueira (2020, p. 30-34) reiteraram os dados obtidos referentes ao ano de 2018, tais como: (a) vítimas extremamente jovens; (b) vítimas majoritariamente negras e pardas; (c) vítimas com pouca escolaridade e em trabalhos não formais, como a prostituição. Além disso, a maior porcentagem de vítimas mulheres, aproximadamente 97%, o que demonstra o ódio de gênero. Importante mencionar ainda, que os assassinatos carregaram requintes de crueldade.

Nota-se que 80% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade, como o uso excessivo de violência e a associação com mais de um método e outras formas brutais de violência. Tivemos aumento nos casos de apedrejamento e uso de arma branca como ferramenta do assassinato. 52% dos assassinatos por espancamento apresentaram associação com outros métodos cruzados durante o homicídio, como tiros, afogamento, tortura, violência sexual, etc. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 39).

Nos dados informados por Oliveira, J. e Mott (2020) o ano que mais matou LGBTs foi 2017, com 445 mortes e que ainda assim em comparação com 2018 e 2017, o ano de 2019 teve uma redução. Mas ainda a uma grande preocupação, pois as taxas ainda são altas, mesmo que em comparação com outros anos. Segundo o mesmo relatório, por Oliveira, J. e Mott (2020) a cada 26 horas um LGBT é assassinado ou vítima de suicídio que recorre da LGBTfobia. Com isso, o Brasil está no ranking mundial, na frente dos treze países que condenam a população LGBT com pena de morte, ou seja, ainda está na frente dos países que seriam os mais LGBTfobicos por condenarem a comunidade.

Em comparação de governos no Brasil e posteriormente com os Estado Unidos- EUA, Oliveira, J. e Mott (2020) analisam e trazem os seguintes dados conforme os governos brasileiros, o governo que relatou o maior índice de mortes de LGBT, em dois anos e quatro meses de gestão foi no governo Temer totalizando segundo os dados 407 mortes. Os dados que os autores trazem em relação aos EUA é de que os Estados Unidos com os 330 milhões de habitantes (conforme a data da pesquisa), mataram-se no ano de 2019 28 transexuais, no Brasil com média de 208 milhões, foram 118 trans (OLIVEIRA, J.; MOTT, 2020, p. 14).

Ainda, conforme Benevides e Nogueira (2021, p. 1-31), o passar dos anos não alterou o quadro de assassinatos de pessoas trans, motivados por ódio e preconceito. Em 2020, o Brasil manteve-se em primeiro lugar no *ranking* mundial de país onde há o maior número de assassinatos de pessoas trans. Foram 175 registros de assassinatos de pessoas trans no Brasil, todas travestis e trans mulheres. Nesse sentido, percebe-se um duplo ódio

no Brasil, motivados de assassinatos, sendo transfóbico e de gênero – preconceito contra mulheres, principalmente. Dessa forma:

Os dados apresentados, além de denunciarem a violência, explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios contra pessoas trans, traçando um perfil sobre quem seriam estas pessoas que estão sendo assassinadas a partir dos marcadores de idade, classe e contexto social, raça, gênero, métodos utilizados, além de outros fatores que colocam essa população como o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil.

Dados mostram que manipulações no uso das pesquisas produzidas pelas instituições da sociedade civil por representantes do Estado passam a ideia de que o número de pessoas trans assassinadas caiu em 2019 por ações do Estado. Não é possível fazer essa afirmação, tendo em vista a subnotificação e a falta de dados governamentais. Além disso, até o momento, não houve ações específicas para enfrentar essa violência, o que nos faz acreditar que seria uma falsa simetria afirmar uma diminuição de violência de forma “espontânea” e sem investimento material, pessoal ou institucional do Estado em uma política de enfrentamento do transfeminicídio (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 7).

Inclusive, Benevides e Nogueira (2021, p. 27) apontam que, mesmo com a obrigatoriedade dos dados a respeito da violência contra a população LGBT, principalmente, desde a criminalização da violência LGBTfóbica, os dados publicados pelo Anuário de Segurança Pública brasileira em 2020 demonstram existir uma falta de notificação de variados estados brasileiros. De fato, apesar da obrigatoriedade da coleta, “15 estados e o DF não têm qualquer informação sobre violências motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 27). Mais do que isso, menciona-se que ainda existe um “histórico de violações por parte de agentes e trabalhadores da segurança pública, seja no atendimento ou abordagem desta população, seja no não reconhecimento das diversas formas de violência que enfrenta” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 28).

Portanto, Benevides e Nogueira (2021, p. 28) compreendem que a ausência de dados e o histórico de violações por parte do Estado difícil “denunciar atos e mecanismos simbólicos de discriminação, violência psicológica e mesmo violências físicas, visto que essas denúncias são constantemente enquadradas sem levar em conta o qualificador da LGBTIfobia, gerando subnotificação ou ausência de dados.”

Finalmente, menciona-se em que 2021, segundo Benevides (2022, p. 31), foram 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 de pessoas travestis e transexuais mulheres. Trata-se de um aumento no percentual de 141% desde o ano de 2008.

Assim como os dados da ANTRA e do dossiê por Benevides e Nogueira, foi importante a coleta de dados do Grupo Gay, que traz um relatório geral das mortes de

pessoas LGBT. Assim conforme explicitado por Oliveira, J. e Mott (2020), conforme informam o Grupo Gay está a 40 anos também nessa luta pelos direitos LGBT, na informação, no apoio com a população. Assim nota-se também tanto da ANTRA quanto do Grupo, os esforços para movimentar a sociedade na informação e na amostragem dos dados e da realidade das violências que a população LGBT e principalmente nos últimos anos as mulheres trans se encontram.

Como encontrar respostas para esse tipo de situação que vivenciamos? O ódio, a abjeção pelo corpo do outro devem ser trabalhadas por meio de tipos penais incriminadores, mas igualmente pela informação e educação, no sentido de se construir uma sociedade democrática na qual todas as pessoas, independentemente de gênero e sexualidade, possam viver livremente e sem medo de perseguição, violência e morte.

Nesse sentido, indica-se Cartilhas que buscam informar sobre políticas públicas e direitos vinculados à população LGBT, em especial, à população trans. Uma dessas cartilhas aborda os direitos trans à saúde pública no Brasil, com ênfase no atendimento integral e equidade (BRASIL, 2015). Também, a cartilha sobre a política nacional de saúde integral para a população LGBT (BRASIL, 2013). Menciona-se, ainda, as cartilhas de visibilidade e inclusão, feitas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a exemplo da cartilha sobre o papel dos shopping centers para a construção de espaços mais inclusivos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SHOPPING CENTERS, 2020), bem como, a cartilha sobre alteração do registro civil das pessoas transexuais e travestis (ANTRA, PRIOS, 2020), o guia para retificação do registro civil de pessoas não cisgêneras (GHERINI; VALENTIM, 2020), e o guia para registro de filhos/as de casais transexuais e travestis (ANTRA, 2021). Ainda, o protocolo policial para enfrentamento da violência LGBTfóbica (AMPARO et al., 2020).

## **Conclusão**

No primeiro momento dessa pesquisa a intenção foi a de buscar nas fontes bibliográficas a possibilidade de análise da nossa sociedade enquanto uma sociedade machista, sexista e patriarcal, que contribui na construção de uma sociedade homofóbica e transfóbica. Levantou-se a existência de uma herança cultural negativa, reproduzindo ainda no nosso meio e emitindo informações errôneas em relação ao tema, com disseminação de ódio. Por isso, buscou-se analisar a informação como meio principal para

induzir a fatos e a realidade dessa população que é marginalizada na intenção de desconstruir estigmas criados.

O trabalho é uma denúncia, é uma tentativa de buscar um avanço na sociedade, onde as pessoas possam estar mais conscientes e reduzir esses danos que causam uns aos outros. Intolerância e ódio que colocam em risco e matam muitas vidas, essas vidas que não se encaixam nessas normas “culturais” hetero-cis-normativa, normas que foram estabelecidas e que ganham impulso e violentam quando a informação não traz o conhecimento adequado e a veracidade da realidade da população trans.

A população LGBTQI+, é um dos grupos que mais sofre com esses ataques e discursos de ódio, fora as exclusões dos espaços públicos, do acesso aos direitos, educação, saúde, trabalho e moradia. Sofre com manipulação e informações que são interpretadas e levadas ao público de forma pejorativa, marginalizando e colocando-os a margem da sociedade, tentando apagar as vidas, as histórias.

Nessa pesquisa, além de identificar que as redes de informação e as novas tecnologias vieram para impulsionar uma vivência com acesso, conhecimento e informação de forma mais rápida e mais prática, também usa disso para proliferar o ódio e a violência contra a população trans. É necessário que as redes, as mídias os noticiários passem a informar mais a população, passem a exibir dados corretos e informações corretas sobre as vidas trans, para tentar por meio da informação que cada vez mais, menos vidas sejam perdidas por conta da intolerância e do ódio.

Nesse sentido, a Sociedade de Informação – ocorrida, principalmente, pelos meios de comunicação, como a televisão e internet –, foi pensada em vinculação à economia e ao mercado de trabalho, aumentando a competitividade. Logo, “à medida que os cidadãos são informados, tornam-se capazes de ações com um retorno mais confiável, lucrativo e prático” (OLIVEIRA, A.; BAZI, 2008, p. 123). Contudo, busca-se uma sociedade da informação de conhecimento, para a qual a pessoa desenvolve “uma consciência crítica em relação ao que está sendo apresentado, a analisar a relevância disso para suas necessidades, a assumir posturas pró-ativas de busca e uso da informação e a estabelecer relações entre as informações processadas, para então produzir conhecimento” (OLIVEIRA, A.; BAZI, 2008, p. 124).

Os dados da ANTRA e do Grupo Gay nos trouxeram mais do que informação, infelizmente tristeza e dor. Mas também que nos guiem e que nos lembre todos os dias, que não podemos ser uma sociedade omissa a nenhuma injustiça e que nos façam

proteger, denunciar e cuidar das vidas LGBT e principalmente Trans, assim como todas as injustiças que continuam ocorrendo em qualquer meio. Que nós sejamos todos os dias mais críticos com os odiosos, com os manipuladores, mas que também a gente salve, cuide, informe, e transmita sempre com sabedoria a verdade, a empatia e o amor. Pelas vidas que foram negligenciadas e perdidas.

## Referências

ADVOGADA diz que modelo trans agredida vai usar caso na luta contra transfobia na web. *Extra*, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/advogada-diz-que-modelo-trans-agredida-vai-usar-caso-na-luta-contra-transfobia-na-web-rv1-1-24597137.html>. Acesso em: 5 maio 2022.

AMPARO, Thiago et al. (Coord.). *Protocolo policial para enfrentamento da violência LGBTfóbica no Brasil*. São Paulo: FGV, 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/12/protocolo-policial-para-enfrentamento-da-violencia-lgbtfobica-no-brasil-1.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

ANGELO, Tiago. Em vigor desde 2006, lei Maria da Penha passou por mudanças no decorrer dos anos. *Consultor Jurídico*, 12 dez. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-12/mudancas-novas-interpretacoes-moldaram-lei-maria-penha>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SHOPPING CENTERS. *Abraçando a diversidade e a inclusão: o papel dos shopping centers na promoção de espaços mais inclusivos e livres de discriminação*. Brasília: ABRASCE, 2020. Disponível em: [https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/268184/1620922461Cartilha\\_Diversidade\\_Inclusao\\_Abrasce.pdf](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/268184/1620922461Cartilha_Diversidade_Inclusao_Abrasce.pdf). Acesso em: 5 maio 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Sobre*. 12 jan. 2018. Disponível em: <https://antrabrazil.org/sobre/#:~:text=TRAVESTIS%3A%20Pessoas%20que%20vivem%20uma,e%20interpessoal%2C%20atrav%C3%A9s%20dessa%20identidade>. Acesso em: 31 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Casais trans e o registro de seus filhos e filhas no ato do nascimento*. Brasília: ANTRA, 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/04/declaracao-de-nascido-vivo-para-registro-de-filhos-e-filhas-de-pessoas-trans.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS; INSTITUTO PRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS. *Eu existo: alteração do registro civil de pessoas transexuais e travestis*. Brasília: ANTRA e PRIOS, 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-alterac3a7c3a3o-nome-e-genero.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

BENEVIDES, Bruna G (Org.). *Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org.). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio-ago. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf). Acesso em 5 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/transexualidade\\_travestilidade\\_saude.pdf](https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/transexualidade_travestilidade_saude.pdf). Acesso em 5 mai. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da

administração pública federal direta, autárquica e fundacional. 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.727%2C%20DE%2028%20DE%20ABRIL%20DE%202016&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20uso%20do,que%20lhe%20confere%20o%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.727%2C%20DE%2028%20DE%20ABRIL%20DE%202016&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20uso%20do,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em: 5 maio 2022.

BRAZIL is the country with the greatest number of assassinations of trans persons in the world. *Race & Equality*, Jan. 30, 2019. Available at: <https://raceandequality.org/english/brazil-is-the-country-with-the-greatest-number-of-assassinations-of-trans-persons-in-the-world/>. Accessed on: Jan. 2, 2022.

COMO ACONTECE a transição hormonal em pessoas transgênero. *Laboratório de Análises Clínicas Hilab*, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://hilab.com.br/blog/transicao-hormonal-transgenero/>. Acesso em:

CONTAIFER, Juliana. Afinal, atletas transexuais têm mais força que as jogadoras cisgênero? *Metrópoles*, 11 mar. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/afinal-atletas-transexuais-tem-mais-forca-que-as-jogadoras-cisgenero>. Acesso em: 12 mar. 2022.

EZEQUIEL, Vanderlei de Castro; CIOCCARI, Deysi. Discurso de ódio na política contemporânea: Trump venceu! *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 29-60, set./dez. 2017. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n3p29-60>

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2005.

FORTES, Vinícius Borges. *O direito fundamental à privacidade: uma proposta conceitual para a regulamentação da proteção dos dados pessoais na internet no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado)–Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/922618/ok-vinicius-borges-fortes.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

GHERINI, Pamela Michelena De Marchi; VALENTIM, Giovanna. *Guia de retificação do registro civil de pessoas não cisgêneras*. Brasília: ANTRA, 2020. Disponível em: [https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/guia\\_retificacao\\_genero.pdf](https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/guia_retificacao_genero.pdf). Acesso em: 5 maio 2022.

HEREK, Gregory. M. *Stigma and sexual orientation: understanding prejudice against lesbians, gay men, and bisexuals*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. 2. ed. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

LEVANTAMENTO mostra subnotificação de casos de homofobia e transfobia. *G1 – Jornal Nacional*, 19 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/19/levantamento-mostra-subnotificacao-de-casos-de-homofobia-e-transfobia.ghtml> Acesso em: 12 ago. 2020.

OLIVEIRA, Antônio Francisco Maia; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. Sociedade da informação, transformação e inclusão social: a questão da produção de conteúdos. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 5, n. 2, 2008. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v5i2.2015>

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (Org.). *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/04/relatc3b3rio-ggb-mortes-violentas-de-lgbt-2019-1.doc>. Acesso em: 5 maio 2022.

PRECIADO, Paul B. *Quem defende a criança queer*. Tradução de Fernanda Ferreira Marcondes Nogueira. *Revista Jangada*, n.1, p. 96-99, jan.-jun. 2013. <https://doi.org/10.35921/jangada.v0i1.17>

SANTOS, Maria de Fátima Lima. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiências trans. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p 117-130, dez. 2011. <https://doi.org/10.12957/rep.2011.2937>

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>

SILVA, Felipe Rangel da; TEIXEIRA, Rodrigo Giublin. A sociedade da informação e seus desafios: a necessidade de efetivação de uma política pública de combate ao ransomware no Brasil. *RFD – Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 23-52, dez. 2019. <https://doi.org/10.12957/rfd.2019.40697>

VASCONCELOS, Caê. Mais mulheres trans e travestis foram mortas neste ano do que em todo 2019. *Ponte*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/mais-mulheres-trans-e-travestis-foram-mortas-neste-ano-do-que-em-todo-2019/>. Acesso em: 20 fev. 2022

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652000000200009>

## O direito à propriedade privada enquanto fator determinante na dialética hegeliana: um estudo crítico

DOI: 10.15175/1984-2503-202214304

Bruno Teixeira Lins\*

Diogo de Calasans Melo Andrade\*\*

### Resumo

O presente trabalho busca realizar um juízo crítico sobre a natureza do direito à propriedade desde seu limiar, demonstrando de que forma a natureza violenta é intrínseca à alienação do bem público por um particular. Através de uma metodologia dialética e de pesquisa bibliográfica, pretende-se apresentar visões contraditórias sobre a propriedade, percebendo, por meio de uma síntese do pensamento de Locke e Rousseau, a inexistência desse direito num estado de natureza, sendo algo derivado da sociedade civil. Em seguida a pesquisa se debruça sobre a forma que se procede a dialética do senhor e do escravo proposta por Hegel, traçando a sequência de movimentos pelos quais uma consciência pode atingir o reconhecimento de si mesma através da morte simbólica do outro. Por fim, apresenta-se de que forma a propriedade privada se apresenta em relações de dominação e na criação de um sistema de normas legitimadoras da violência, além de explanar uma crítica à maneira que Hegel propõe a libertação reflexiva do escravo.

**Palavras-chave:** dialética; propriedade privada; violência.

### El derecho a la propiedad privada como factor determinante en la dialéctica hegeliana: un estudio crítico

### Resumen

El presente trabajo busca hacer un juicio crítico sobre la naturaleza del derecho de propiedad desde sus albores para mostrar que la naturaleza violenta es intrínseca a la enajenación del bien público por parte de un individuo. A través de una metodología dialéctica y de investigación bibliográfica, buscamos presentar visiones contradictorias sobre la propiedad, percibiendo, mediante una síntesis del pensamiento de Locke y Rousseau, la inexistencia de este derecho en un estado de naturaleza, siendo algo derivado de la sociedad civil. Seguidamente, la investigación se centra en la forma en que se lleva a cabo la dialéctica del amo y el esclavo propuesta por Hegel, rastreando la secuencia de movimientos por medio de los cuales una conciencia puede llegar al reconocimiento de sí misma a través de la muerte simbólica del otro. Por último, se muestra la forma en que la propiedad privada está presente en las relaciones de dominación y en la creación de un

---

\* Graduando em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT), integrante do Grupo de Pesquisa "Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos"- CNPq. E-mail: [brunogeamp@gmail.com](mailto:brunogeamp@gmail.com).

🌐 <http://lattes.cnpq.br/5679742805512058>. 🌐 <https://orcid.org/0000-0002-4517-1116>

\*\* Professor titular da graduação e do mestrado em direitos humanos do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes (PPGD-UNIT). Graduado pela Universidade Tiradentes (2002), pós-graduado em Direito Civil pela Universidade Tiradentes (2005). Mestre em Direito, na área de concentração constitucionalização em direito, pela Universidade Federal de Sergipe (2014). Doutor em direito político e econômico pela Universidade Mackenzie (2018). E-mail: [contato@diogocalasans.com](mailto:contato@diogocalasans.com).

🌐 <http://lattes.cnpq.br/2589901784670587>. 🌐 <https://orcid.org/0000-0003-2779-9185>

Recebido em 10 de dezembro de 2021 e aprovado para publicação em 22 de agosto de 2022.

sistema de normas legitimadoras de la violencia, al tiempo que se realiza una crítica del modo en que Hegel propone la liberación reflexiva del esclavo.

**Palabras clave:** dialéctica; propiedad privada; violencia.

## The right to private property as a determining factor in Hegelian dialectics: a critical study

### Abstract

The present work seeks to cast a critical eye on the nature of the right to property from its threshold, demonstrating how violent nature is intrinsic to the alienation of the public good by an individual. By means of dialectical methodology and bibliographic research, we seek to outline contradictory views on property, revealing – by means of a summary of the thoughts of Locke and Rousseau – the inexistence of this right in a state of nature, with it instead derived from civil society. The research then moves on to consider the way in which Hegel's dialectic of the master and the slave is carried out, tracing the sequence of movements by which a conscience can arrive at its own recognition through the symbolic death of the other. Finally, we show how private property presents itself in relationships of domination and in the creation of a system of norms that legitimize violence, also offering a criticism of the way in which Hegel proposes the reflexive liberation of the slave.

**Keywords:** dialectics; private property; violence.

## Le droit à la propriété privée comme facteur déterminant de la dialectique hégélienne: une étude critique

### Résumé

Ce travail cherche à porter un jugement critique sur la nature du droit de propriété depuis son avènement, pour montrer que la violence est intrinsèque à l'aliénation du bien public par un individu. Par le biais d'une méthodologie dialectique et à l'aide d'une recherche bibliographique, nous avons cherché à présenter des visions contradictoires de la propriété, pour ensuite constater, à travers une synthèse de la pensée de Locke et de Rousseau, l'absence de ce droit à l'état de nature, s'agissant plutôt d'un produit de la société civile. Par la suite, la recherche porte sur la manière dont la dialectique du maître et de l'esclave proposée par Hegel est mise en œuvre, passant en revue l'enchaînement des mouvements par lesquels une conscience peut accéder à la reconnaissance d'elle-même à travers la mort symbolique de l'autre. Pour finir, nous exposons la manière dont la propriété privée figure dans les rapports de domination et est présente dans la création d'un système de normes de légitimation de la violence, en même temps que nous critiquons la manière dont Hegel propose la libération réflexive de l'esclave.

**Mots-clés :** dialectique ; propriété privée ; violence.

## 私有财产权作为黑格尔辩证法中的决定性因素：一项批判性研究

### 摘要

本文试图从基本概念上对私有财产权的性质做出批判性评价，并显示暴力是个人财物与公共财物划分过程中所固有的。通过辩证法和文献研究，我们指出，现有的各种关于私有财产权的定义与表述普遍存在很多相互矛盾的观点。通过综合洛克和卢梭的思想，作者认识到这种权利在自然状态下是不存在的，是一种源于市民社会的产物。本文的重点是关注黑格尔提出的主人—奴隶的辩证法，展示“良知”如何通过他者的象征性死亡来认识自身。本文还展示了私有财产如何决定统治与被统治关系和创立使暴力合法化的规范体系。最后，本文对黑格尔提出的奴隶的反身解放的命题，以及他提出该命题的方式作了评判。

**关键词：**辩证法；私有财产；暴力

## **Introdução**

Resta evidente como a crescente desigualdade social no ocidente representa um conflito na sociedade civil não limitado ao campo individual, mas permeando o âmbito coletivo de forma que não se apresenta por uma cadeia hierárquica de sujeitos, e sim por a divisão estratégica de classes objetivando-se manter uma herança dominante.

A desigualdade se torna um ponto crucial para estabelecer-se um regime de dominação, porém ela é ontológica ao caráter humano ou dependente de uma relação social não presente num estado de natureza? Torna-se assim a primeira pergunta necessária no desenvolvimento do presente trabalho.

O presente estudo busca traçar uma perspectiva crítica quanto ao papel da propriedade privada como geradora de desigualdade na condição humana, estabelecendo um traçado entre Locke e Rousseau, busca-se demonstrar a (in)viabilidade de conceber as desigualdades enquanto inerente à espécie humana ou sendo ela fruto proveniente do estado civil e do nascimento da propriedade privada.

A partir daí busca-se realizar uma dialética, objetivando estabelecer uma síntese sobre a natureza da propriedade privada enquanto direito divino ou como demonstração clara de violência representada pelo acúmulo individual de bens.

Em seguida, a pesquisa busca de que forma o direito à propriedade se mostra na sociedade contemporânea, assim como frisar a importância de sua limitação, e se a concepção de um direito à propriedade como absoluto causaria uma diminuição do valor da própria vida humana, tal como afirma Hegel. Discute-se em sequência o papel desempenhado pela tradição liberal na inobservância da violência no direito à vida enquanto aborda a propriedade enquanto único direito cuja violação é realmente repudiável. Torna-se o estudo para a importância do direito na proteção da propriedade e como guardião da justificativa teológica para uma dominação de natureza burguesa.

Constituem objetivos específicos da pesquisa: a realização de um juízo crítico sobre o direito à propriedade por um método dialético; a apuração de como se procede a dialética do Senhor e do Escravo em Hegel; demonstrar como a propriedade privada delimita um sujeito enquanto dominante sobre outro; abordar de que forma o acúmulo irrestrito da propriedade privada consiste em uma violência por si só; explanar sobre a superação da negação enquanto vislumbrada por Hegel e sua ligação com La Boetie; mostrar como a limitação legal do direito à propriedade enquanto dependente de sua função social é por si

só ineficiente para combater a desigualdade; apresentar a crítica sobre a necessidade de superação da concepção hegeliana de negação da negação no processo dialético.

Justifica-se o presente trabalho pela necessidade de um debate crítico no campo da filosofia jurídica sobre o papel do direito à propriedade na geração primordial das desigualdades sociais, e como ela constitui um fator para determinar um sujeito dominante e aquele que o serve, abordando para isto o disposto na dialética de Hegel e mostrando em sequência a necessidade de não se limitar ao próprio processo dialético proposto por este pensador para se romper com os males gerados pela dominação do senhor.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente estudo é de cunho bibliográfico e método dialético, apresentando uma contradição entre perspectivas do direito à propriedade privada e suas implicações, tendo como foco principal as teorias de Locke e Rousseau, além de abordar um juízo crítico sobre o modelo dialético hegeliano trazido por Marx, no qual vislumbra-se uma falha no processo pelo qual Hegel descreve a negação do opressor pelo oprimido.

## **Do direito à propriedade, sua natureza e implicações**

### ***Uma perspectiva histórico-filosófica***

A partir do momento que se propõe discutir a aplicabilidade do direito à propriedade privada e sua acumulação num panorama hegeliano, não se pode deixar de observar a perspectiva histórica relacionada a como se concebeu o ideário da propriedade.

Uma busca pela essência do direito à propriedade encaminha-se para uma discussão acerca dos próprios direitos humanos, iniciando pelo jusnaturalismo do liberalismo clássico. É instituído por John Locke uma forma de enxergar a liberdade individual como nata, e mais precisamente de origem teológica, enquanto o poder garantido ao Estado não seria nada mais do que garantidor de algo divino (MERQUIOR, 2014, p. 96).

Tem-se formada a ideia de que o poder público é unicamente a extensão do privado, sendo formado por vontades individuais e inclinado a proteger os interesses de cada um, vislumbrado por Beccaria (2015), enquanto uma abdicação voluntária de partes da liberdade individual com o intuito de, em contrapartida, obter segurança. O papel do público consistiria unicamente no dever de proteger o campo privado.

Sendo voluntária a forma com que se constitui um poder Estatal, o poder público é regido através do consenso, para isso é necessária a existência de confiança entre o governante e o governado. Esses dois pontos, essenciais na doutrina liberal, mesmo tendo sido elaborados em seus primórdios enquanto teoria, perduram até a modernidade (MERQUIOR, 2014, p. 97). Assim, pressupõe que haja a existência de uma amizade entre os indivíduos para que se proceda a existência de confiança.

A amizade pode ser caracterizada no seu sentido político enquanto representada pela prática da igualdade, pois na visão de La Boetie, em seu Discurso sobre a servidão voluntária, ela só poderia ser vislumbrada a partir da existência de uma paridade entre os sujeitos, sendo incongruente com uma relação de servidão atribuir um conceito como amizade (CHAUI, 2014, p. 36). Daí surge que para estabelecer-se um governo civil consensual, era necessário, na perspectiva liberal, existir uma igualdade entre as partes que o constituem.

Tal como a liberdade é nata ao indivíduo por ordem de Deus, podendo ele estabelecer consensualmente formas de limitá-la para seu bem, a propriedade também o será, tendo em vista que a terra foi dada por seu criador aos filhos de Adão e Noé, logo o direito sobre ela nasce com a própria humanidade (LOCKE, 2019, p.107). A propriedade privada na visão de Locke é o que tornava indivíduos iguais, pois da mesma forma que Caim e Abel não interferiam no domínio do outro sobre seus bens, ninguém de igual maneira pode interferir, dando aos indivíduos sua igualdade perante os outros (KUNTZ, 1998, p. 3).

O direito de uma pessoa para com um bem real adviria inicialmente da autopropriedade, característica do sujeito pensante, devendo qualquer outro provento de seu esforço ser automaticamente sua propriedade (MILELI, 2018, p. 3). Essa surgiria do ato originário que delimitaria o objeto da apropriação enquanto diferente do bem comum, se tornando privado a partir do momento em que um indivíduo o toma para si, ou seja, a propriedade se forma através de um fato, no qual seria retirado um objeto de seu estado natural e o transformaria em particular (LOCKE, 2019, p. 109).

Porém para entender a verdadeira natureza da propriedade privada, dever-se-á estabelecer um juízo crítico sobre a visão já apresentada, imputando-lhe uma contradição a partir do método dialético. Frente ao exposto por Locke quanto à superação do estado de natureza e a propriedade privada, convém demonstrar como o pensamento de outro contratualista expressa-se no mesmo contexto.

A teoria de Locke sobre a transição para a sociedade civil consiste na idealização de que sujeitos, já portadores de direitos de natureza teológica, entraram em consenso visando a proteção coletiva de suas propriedades individuais frente a ameaças, porém para isso impõe um erro à sua teoria do contrato social.

Ao abordar a propriedade e o medo de perdê-la como característica essencial, dando ao ser uma concepção nata de justiça, incorre na aplicação para o estado de natureza valores que são inerentes ao estado civil, sendo impossível definir uma moralidade natural, assim como noções de bem ou mal (ROUSSEAU, 2020).

A moralidade somente pode ser vislumbrada, segundo Durkheim (2015, p. 55), a partir de uma perspectiva coletiva, uma vez que representa as noções pelas quais um determinado povo julga e condena, sendo a existência individual da moral uma expressão subjetivada da moralidade objetiva. Portanto, não haveria como compreender a existência da moral num sujeito natural uma vez que só poderia ser alcançada em comunidade.

No tocante à perspectiva histórica da propriedade privada antes da formação do Estado moderno, observa-se:

O que é fora de dúvida é também que, no limiar da história documentada, já encontramos em toda parte os rebanhos como propriedade particular de chefes de família, tal como os produtos artísticos da barbárie, os utensílios de metal, os objetos de luxo e, finalmente, o gado humano, isto é, os escravos (ENGELS, 2019, p. 47).

Os registros históricos que levam às origens do direito à propriedade compreendem sempre à posterioridade da formação das famílias, não havendo como delimitar a propriedade privada enquanto intrínseca ao gênero humano, tal como afirmava Locke. No discurso de Rousseau (2020), a transição para a sociedade civil e a delimitação da propriedade privada se deram simultaneamente, uma vez que originalmente os bens são comuns, mas a partir do momento que há a desnaturalização de algo, ocorre a ruptura com o estado natural.

Da mesma forma que, na visão de Locke, a forma com que se estabelece a propriedade particular é através da particularização do bem comum e constitui um direito divino conferido à humanidade. Em contrapartida, Rousseau (2011, p. 15) afirma que o processo de alienação do bem comum pelo indivíduo é uma clara usurpação comumente aceita, na qual a legitimação da posse privada transformaria um ato que seria pura dominação enquanto um direito daquele que tomou o bem para si.

Segundo José Merquior (2014, p. 137), um dos pilares do ideal liberal clássico foi o jusnaturalismo lockiano, por isso, vários pensadores foram levados a crer na propriedade

enquanto algo comum à própria humanidade. Entretanto, num estado de natureza todos seriam tratados de forma igual pelo meio, tais quais os animais irracionais, porém a partir do momento que a propriedade privada é delimitada através da usurpação do bem público, inicia-se o processo de criação original das desigualdades (ROUSSEAU, 2020).

Diferente do teorizado por Locke, no qual a igualdade entre os sujeitos seria unicamente formal, uma vez que todos teriam hipoteticamente o mesmo direito sobre a terra. A propriedade na visão contratualista de Rousseau é intrínseca ao estado civil e o processo de obtenção da propriedade desnaturaliza a igualdade existente entre os sujeitos naturais.

Somando a falha da teoria lockiana de analisar o estado de natureza a partir de padrões e valores determinados apenas num estado social, à característica da propriedade não enquanto fundamentadora de uma igualdade hipotética, mas como a inicial forma de geração da desigualdade. Destarte, resta-se fixado uma crítica à perspectiva liberal sobre o direito à propriedade, pois a mesma não constitui um direito natural e de origem teológica, mas uma usurpação legitimada de bem público.

### ***A violência intrínseca à propriedade privada***

A partir da compreensão da origem da propriedade privada e de seu papel na criação das desigualdades, torna o estudo às implicações do direito à propriedade e da sua forma de aquisição e acumulação. Observa-se que tanto Locke quanto Rousseau delimitaram a forma de nascimento da propriedade privada enquanto uma alienação do bem que era originalmente comum a todos, mas o que isso implicaria para a própria noção da propriedade?

Inicialmente é mister discutir o porquê da busca por elencar a propriedade privada e sua obtenção enquanto forma de violência. Parte-se da definição etimológica da palavra violência, compreendida como uma força partida de um sujeito que tem enquanto objetivo desnaturar outro ser ou objeto, ou seja, aplicar uma força exatamente contrária àquela pretendida pela natureza (CHAUI, 2019, p. 35).

A natureza da violência é ser instrumental, nunca podendo constituir um fim em si mesma, tendo em vista que o objetivo nunca se extingue nela, mas numa consequência almejada. Portanto, jamais uma estrutura social poderia se manter unicamente através da violência e sem nenhuma base de poder (ARENDDT, 2020, p. 63-67).

Quando se realiza um ato que tenha por objetivo retirar de um corpo físico uma característica que lhe é nata e assim causar nele uma modificação através da força, é uma ação ontologicamente violenta, tal como qualquer desejo de tirar de um indivíduo sua

liberdade natural (CHAUI, 2014, p.112). A violência reside no meio através do qual se provoca uma mudança empírica, retirando-lhe uma característica antes existente.

Uma vez que o processo no qual nasce a propriedade privada e o domínio sobre ela consistiria numa desnaturalização de determinado bem, pode-se entender a usurpação da propriedade como uma forma de violência em razão da sua própria natureza. Assim, o caráter violento da propriedade privada está presente no momento de seu surgimento, quando da mudança para o estado civil, mas não necessariamente se exaure nele.

Pode ser observada na tradição grega outro ponto crucial, a facilitação do acúmulo de bens através da herança, garantida pelo direito paternalista, gerou uma forte concentração de riquezas e estabeleceu-se a realeza e a nobreza hereditária com base na transmissão da propriedade (ENGELS, 2019, p. 92). Será abordado em seguida dois aspectos essenciais para analisar a violência da propriedade privada: o lucro e a acumulação.

O acúmulo de bens está estritamente ligado à evolução de um ideário desenvolvido primordialmente no protestantismo, pois a obtenção e a acumulação legitimada pelo direito eram um sinal de virtude, no qual a obtenção de dinheiro não constitui instrumento de satisfação das vontades materiais, mas teria no lucro um fim próprio, sendo o princípio sobre o qual se funda o capitalismo ocidental (WEBER, 2013, p. 57).

O lucro e a acumulação de capital têm papéis fundamentais no ideário liberal contemporâneo, pois enquanto o liberalismo clássico enxergava o poder público como unicamente um garantidor das liberdades individuais, o Estado neoliberal é visto unicamente enquanto gestor daquilo que seria público, sendo resumida à proteção dos sujeitos individuais enquanto são geradores de capital e possíveis fontes de lucro (CHAUI, 2019, p. 187).

A ideia do lucro por si só na sociedade pré-capitalista não era da vontade comum, uma vez que “um homem não deseja ‘por natureza’ receber mais e mais dinheiro, mas simplesmente viver como ele está acostumado e receber a quantia necessária para este propósito” (WEBER, 2013, p. 62). A partir de tal afirmativa tem-se que o lucro enquanto finalidade da atividade profissional não é natural à espécie humana. Podendo-se inferir a partir do descrito anteriormente que o ideal capitalista ocidental, o qual implantou na normalidade social o desejo pelo lucro, é em sua essência violento pois tem por objetivo desnaturalizar.

Enquanto o lucro funciona como princípio que gere a ação humana, a propriedade privada toma a forma de mercadoria, desconhecida em diferentes realidades que não a capitalista, tornando-se a maneira pela qual é possível sua troca, ou seja, constitui-se um valor pecuniário por qualquer objeto, inclusive pela força de trabalho (ANDRADE, 2018b, p. 71).

A propriedade somente pode ser concebida enquanto uma mercadoria, sob a égide de um sistema focado na geração e acumulação de capital, uma vez que, diferente do vigente no império romano, a alienabilidade se torna uma característica da propriedade, sendo seu acúmulo e a busca pela produção de excedentes voltados para troca exclusivas do sistema vigente, tendo a figura do Estado burguês o papel de manter tal realidade (ANDRADE, 2020, p. 7-8).

A forma capitalista adapta a desigualdade presente em todos os aspectos das formas políticas através da história por meio da instauração de uma nova ordem sociopolítica:

Ao absorver o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca, a sociedade desenvolve uma ordem social típica, que organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico, inerente à integração, funcionamento e diferenciação daquele sistema, e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes. Essa ordem social tem sido designada, por historiadores, economistas, sociólogos, juristas e cientistas políticos, como ordem social competitiva. (FERNANDES, 2020, p. 157).

Com a competitividade, há, portanto, a formação de um antagonismo não restrito a indivíduos, mas que se estabelece através de uma classe dominante. O Estado burguês torna-se a manifestação das consequências de uma relação social voltada para atender interesses de uma determinada classe, fundamentando-se no direito à propriedade para permitir o acúmulo e concentração dos meios de produção, gerando assim a exploração da mão de obra enquanto mercadoria (ANDRADE, 2018b, p. 80-82).

Conclui-se que a violência é ontológica à propriedade, uma vez que seu surgimento sempre estará ligado à desnaturalização de um bem público através de sua alienação por um indivíduo. Ademais, a busca pelo acúmulo e pelo lucro presentes no ideário capitalista ocidental não é intrínseco do gênero humano, sendo algo que lhe foi imposto, e a propriedade acaba tomando a característica de mercadoria pela possibilidade de aliená-la e atribuí-la valor pecuniário.

## **O movimento dialético de Hegel**

### ***O ser-para-si e o ser-para-outro***

Para iniciar a abordagem sobre o desenvolvimento da dialética hegeliana, é necessário delimitar conceitos introdutórios abordados por Hegel na Fenomenologia do

Espírito, traçando de que forma um ser atinge a verdade absoluta sobre si e passa a se enxergar enquanto existência independente.

Cumprir-se em estabelecer o que seria a dialética, entendida por Hegel como o movimento eterno da realidade, baseado na contradição de um ser para com o seu não-ser, de maneira que através de um antagonismo, um termo é negado pelo oposto e vice-versa, estabelecendo-se uma relação de tese e antítese que culmina em um resultado (CHAUI, 2019, p. 282-283). A natureza da dialética está nesse movimento de negação mútua entre duas existências ontologicamente opostas.

Por meio de uma comparação intrínseca, uma consciência, enxergando algo exterior a ela, inicia o desenvolvimento da noção de verdade sobre si mesma, ao observar características alheias a si que podem ser semelhantes ou opostas, ou seja, ao ver no outro algo que lhe é estranho, estabelece a si próprio enquanto Um, da mesma forma que a todos que compartilham de iguais naturezas (HEGEL, 2014, p.100). A comparação estabelece que a madeira, por exemplo, possui uma natureza diferente da mesa, mesmo que compartilhem de algumas características, aquela é determinada enquanto Um, e a essa é vista enquanto Outro, e vice-versa a depender da perspectiva observada.

O sujeito na visão hegeliana não existe por si só, mas é o produto de uma reflexão na qual uma consciência que, em origem só existe em-si, torna-se para-si por meio da dialética, isso representado na Fenomenologia do Espírito como o processo histórico através do qual o Espírito atinge a verdade sobre si mesmo através da negação de caráter interno (CHAUI, 2019, p. 284).

Resta que a determinação da consciência enquanto tal é consequência de um processo comparativo, por meio do qual verificam-se as diferenças enquanto forma de delimitar posições antagônicas na dialética. Compreende-se que a dialética é formada por:

Três movimentos ou três mediações: 1. o Mesmo (a identidade) é negada pelo *seu* Outro (a alteridade determinada) – ou seja, a identidade é negada pela *sua* alteridade; 2. o Outro (alteridade) é negado pelo *seu* Mesmo (identidade) – ou seja, o Mesmo, ou a identidade, nega a negação efetuada pela alteridade no primeiro movimento; 3. o Mesmo e o Outro se unificam numa realidade nova, numa síntese. (CHAUI, 2019, p. 280, grifo do autor).

Compreendendo este movimento de contradição e superação através da negação, Hegel estabelece uma perspectiva eurocêntrica sobre a história, já que é representada por uma evolução do Oriente para o Ocidente. Assim, cada continente determina a forma pela qual os indivíduos desenvolvem e exercem sua liberdade, sendo o continente europeu o único, na visão hegeliana, que foi capaz de proporcionar um verdadeiro avanço na

consciência humana, desconsiderando a relevância dos aspectos opressores na história europeia (STONE, 2020, p. 6-7).

A dialética se torna no pensamento hegeliano uma eterna constante, mas não se limita a uma simples oposição ao Outro. É necessário para que seja estabelecido a síntese, processo final do movimento dialético, a supressão da essência do Outro pela consciência certa de si, ou seja, por meio da destruição daquilo que toma enquanto diferente, a consciência alcança um patamar de conhecimento próprio denominado de unidade, na qual toma certeza de sua existência e de sua verdade, unicamente alcançado através da negação absoluta daquilo que lhe é estranho (HEGEL, 2014, p. 140).

Entende-se, portanto, que há uma relação entre o Ser e o Outro no tocante à forma pela qual a consciência atinge a verdade sobre si mesma, pois para que ela possa se determinar enquanto Um, deve submeter aquele que é diferente a seu domínio e em seguida suprimi-lo.

Desse processo de submissão extrai-se a noção de escravidão, uma vez que aquele que configura o polo do submisso está à mercê do sujeito dominante, pois, na visão de Espinosa, enquanto a ação de determinado indivíduo estiver voltada para a satisfação da vontade de outrem, torna-se escravo, sendo, portanto, inútil para si mesmo e sua existência unicamente enquanto objeto para seu senhor, configurando uma heteronomia (CHAUI, 2014, p. 159).

A partir disso, resta estabelecido a existência de uma relação entre senhor e escravo presente numa dialética entre duas consciências essencialmente contrárias, tendo a relação de dominação estabelecida a partir da negação da alteridade por parte da identidade.

Visando entender a forma que a dialética do senhor e do escravo se apresentam, é necessário compreender que o reconhecimento da condição de ser dominante e de objeto dominado procede-se de forma mútua, assim, não é suficiente que a consciência se determine enquanto ser-para-si, se o Outro não a reconhecer da mesma forma (HEGEL, 2014, p. 145), ou seja, para que o senhor se determine enquanto tal não basta a simples negação do escravo, mas é preciso que o ser-para-outro legitime a sua condição e a do seu senhor.

A pesquisa então volta-se para a relação de dependência existente entre o senhor e o escravo descritos por Hegel. É importante notar que o momento histórico no qual as consciências conquistam a verdade sobre si mesmas, representa uma luta entre duas existências essencialmente contrárias que têm como objetivo a aniquilação de uma pela outra, sendo o produto desse conflito a morte de uma delas e o surgimento tanto do senhor e do

escravo enquanto tais, portanto, a dominação de um perante o outro não reside num fato empírico pré-existente, mas na consequência da negação primária (CHAUI, 2019, p. 287).

Uma consciência, somente se prova a partir do momento da morte de seu oposto, pois é nesta luta que, ao arriscar sua própria vida e buscar eliminar o Outro, o Ser determina sua própria liberdade e enxerga a vida do outro como inferior quando comparada com a sua (HEGEL, 2014, p. 145).

A liberdade atingida nesse caso consiste na autodeterminação, pois enquanto no início do processo dialético, o Ser estaria condicionado ao Outro, ao final haveria a conquista da suposta independência de um diante da submissão do Outro, podendo esse ainda existir, mas não enquanto um ser autônomo, sendo totalmente dependente do ser-para-si, consistindo numa morte simbólica (CHAUI, 2019, p. 295). Como já afirmado anteriormente, o reconhecimento do senhor enquanto ser-para-si e do escravo enquanto ser-para-outro deve ser mútuo, de forma que a morte de um deles impediria que fosse atingido tal patamar dialético, por isso a destruição de um pelo outro deve consistir na realidade em sua dominação e coisificação.

Da primeira fase de conflito, surge como resultado duas consciências, uma “independente para a qual o ser-para-si é a essência; outra, a consciência dependente para qual a essência é a vida, ou o ser para Outro. Uma é o senhor, outra é o escravo” (HEGEL, 2014, p. 147).

O escravo só atinge o sentido sob a égide do senhor, sendo totalmente dependente dele, porém ocorre que, em razão do ser-para-si necessitar do reconhecimento do ser-para-outro para que possa se determinar enquanto autônomo, o senhor ainda assim haveria de depender do escravo para que pudesse manter-se enquanto consciência independente, pois “a consciência de si não possui nenhuma verdade a respeito dela mesma, porque a única verdade que ela possui a respeito dela mesma depende de um diferente dela” (CHAUI, 2019, p. 293).

O escravo acaba por reconhecer a condição do senhor na luta em razão do medo da morte e do caráter absoluto apresentado pela consciência soberana, uma vez que ambos arriscaram suas vidas e um deles saiu vitorioso, sendo o escravo condicionado a mediar a relação entre o senhor e o objeto, de forma a trabalhá-lo para gozo daquele que o domina (HEGEL, 2014, p.149).

O senhor e o escravo constituem, portanto, consciências essencialmente antagônicas produzidas na primeira fase dialética, sendo originalmente ser-em-si, e só

atingem sua completude a partir da submissão e supressão de um pelo outro através de um embate no qual arriscam a própria vida.

Entretanto, ao mesmo tempo que o senhor tem o escravo enquanto um objeto dependente, aquele somente pode atingir a consciência absoluta sobre si mesmo através do reconhecimento por parte do Outro, além de que, em razão de estabelecer o escravo entre si e o objeto a ser modificado, cria-se uma relação de dependência mútua entre o ser-para-si e o ser-para-outro. Nesse ínterim, nenhuma consciência alcança a autonomia no primeiro momento dialético por não poder se determinar absoluta unilateralmente.

### ***A negação da negação***

Após compreender a primeira fase do processo dialético e verificar-se que, mesmo após a negativa por parte das consciências antagônicas, nenhuma torna-se efetivamente um ser-para-si, haja vista que sempre haveria de depender do outro para manter-se nessa posição, volta-se para a análise da segunda parte da dialética.

A próxima fase da dialética do senhor e do escravo pode denominar-se de negação da negação, pois consiste num movimento em que aquele que foi negado e acabou tornando-se o ser-para-outro, nega sua própria condição atual por meio da observância de que o ser-para-si, somente o é mediante a existência de seu dependente, em outras palavras, para que o senhor se determine enquanto tal, a figura do escravo é essencial (CHAUI, 2019, p. 296).

Apesar da consciência do escravo ter sido negada e posta em condição de dependência, é possível que se determine enquanto autônoma sem mediação por parte do senhor, uma vez que, através do trabalho, da modificação e desnaturalização de um objeto, o ser-para-outro pode vir a se autodeterminar (HEGEL, 2014, p. 149).

A submissão do escravo ao senhor não se deu unicamente mediante a força, mas resultou do caráter absoluto presente no medo da morte, pois enxerga naquele que restou vitorioso na primeira fase da dialética um ser que não temeu a morte, sendo que o escravo, “no exato instante em que ele se reconheceu como consciência foi o instante em que, por medo da morte, ele renunciou a liberdade” (CHAUI, 2019, p. 299)

Enquanto o senhor determina-se como ser-para-si através da negação e da morte simbólica do escravo, a este são destinados o trabalho e a transformação do objeto, e por meio da ação o ser que foi coisificado passa a estabelecer-se como independente negando a essência de outra coisa, unicamente por meio disto a consciência

independente, atribuída ao senhor pelo escravo, é agora visto por esse como algo presente em si próprio (SILVA, 2018, p. 17).

No ato do trabalho, o escravo, aplicando força sobre determinada coisa, submete ela a uma negação semelhante à que lhe foi anteriormente aplicada, mas no momento, voltado a algo alheio a si mesmo, no qual ele passa a se definir enquanto ser-para-si destruindo a negação que lhe fora imposta pelo senhor (HEGEL, 2014, p.150). Desse modo, diferente do que houve no primeiro momento, a determinação do escravo enquanto consciência independente não se procede por meio de uma luta com a figura do senhor, mas a uma realização própria por meio do trabalho.

Sobre a elevação do escravo à característica de ser independente, note-se:

Em suma, o senhor se relaciona somente com coisas e não com uma outra consciência, como ele pretendia. Do lado do escravo, porém, o processo é diferente. Embora ele comece como consciência alienada, coisificado e dependente, sem essa dependência e sem as coisas produzidas por ele o senhor não poderia reconhecer-se a si como um senhor. Ele precisa da submissão e do trabalho do escravo para ser senhor. Portanto, temos aqui uma primeira inversão: o senhor depende do escravo (é isto o que no trecho citado Hegel quer dizer quando afirma que a verdade da consciência do senhor se encontra na consciência servil). Ou sejam a humanidade do senhor também não está nele, mas depende da existência e atividade do escravo. E o texto de Hegel é claro: somente o escravo alcançará a plena consciência para si livre e humana (CHAUI, 2019, p. 301).

O escravo não atinge uma vitória contra o senhor no mesmo sentido daquela presente na primeira negação, mas através da negação da natureza e da produção, ele acaba vencendo a morte, tendo em vista que o produto do seu esforço é eterno, enquanto que o senhor, mesmo tendo encarnado a morte, não a venceu, mas tão somente a representa, e ao perceber isso o escravo desmistifica a figura do senhor e desconstitui sua alienação, negando a negação que foi originalmente estabelecida, essa é a reflexão atingida pelo escravo que não venceu diretamente a figura do senhor, mas sim a própria servidão existente entre eles (CHAUI, 2019, p. 303-304).

São três as condições existentes para que haja a reflexão por parte da consciência submissa, a primeira é o medo, pois arrisca a sua própria essência e teme a morte por parte do poder absoluto do senhor, a segunda é a existência de uma relação de servidão entre o ser-para-si e o ser-para-outro, pois configura a dominação que precisa ser rompida, e a terceira consiste no ato de formar e modificar a natureza para que a negação que lhe foi feita possa ser desmistificada, sendo que todas esses requisitos devem ser atendidos integralmente e simultaneamente (HEGEL, 2014, p. 150).

O aspecto principal da dominação exercida pelo senhor em relação ao escravo reside na legitimidade, pois como afirmado anteriormente, o reconhecimento do ser-para-si está inteiramente condicionado à aceitação por parte de seu dependente, ou seja, a existência da servidão, na perspectiva hegeliana, estaria associada de certa maneira à visão traçada por Étienne de La Boétie (CHAUI, 2019, p. 305)

La Boetie (2017, p. 54) afirma que, dentre os motivos que levam os indivíduos a abdicar de suas liberdades natas para se submeter a um único sujeito, os costumes são essenciais, pois moldam-se desde a infância a mente dos servos de forma a normalizarem a dominação do Um.

A superação da servidão explanada por La Boetie reside na desobediência civil, uma vez que a essência da dominação consiste na desigualdade entre o sujeito governante e o servo, além da ordem instaurada, sendo todo o poder do senhor derivado daqueles que o servem, por isso basta que aqueles que o seguem deixem de obedecê-lo, não necessitando que se combata a figura dominante, mas a relação de dominação (CHAUI, 2014, p. 36).

Há uma ligação entre a forma que La Boetie descreve a superação da servidão e Hegel demonstra como o escravo se liberta da negação aplicada nele pelo senhor. Mesmo que através de raciocínios diferentes, ambos definem que a relação de dominação entre dois sujeitos pode ser extinta a partir do momento que se retira a legitimidade concedida pelo oprimido à condição do opressor, não buscando substituir um dominante por outro, mas questionando a própria essência da dominação e como ela foi constituída (CHAUI, 2019, p. 306).

Conclui-se que, no tocante à segunda fase da dialética, a superação da negativa imposta ao escravo não se dirige diretamente ao senhor, mas, por meio do trabalho e da negação da natureza, o ser-para-outro reflete sobre a relação de dependência existente e percebe que somente ele é totalmente independente, pois através de sua força modifica a essência de uma coisa, vindo a se constituir ser-para-si.

A negativa da relação de dominação em Hegel se relaciona com a superação da servidão descrita por La Boetie, pois ambos não buscam combater a figura que perpetua a escravidão, mas, através da desobediência civil, questionam a legitimidade da opressão e por isso retira-se o poder concedido ao opressor.

## **Da crítica à propriedade e superação da dialética**

### ***O papel da propriedade privada nas relações de dominação***

Restou estabelecido em capítulo anterior a essência violenta presente na propriedade privada desde seu surgimento, além de sua relação com a busca pelo lucro enquanto finalidade acumulativa e com o surgimento de uma certa hegemonia de classe, partindo-se, portanto, a averiguar de que forma o caráter absoluto conferido à propriedade privada influi nas relações de dominação.

A tradição liberal determina a inviolabilidade da propriedade privada como superior àquela existente sobre sua própria vida, sendo que, na visão de Locke, “a violência mais intolerável é aquela que se exerce contra a propriedade privada; no entanto, não é percebida como violência a obrigação imposta ao cidadão soldado de se sacrificar sem discutir a própria vida” (LOSURDO, 2019, p. 228).

No momento em que se toma a propriedade enquanto direito máximo a ser protegido, Marx delimita que o direito, reduzido ao mero caráter de lei, torna equivalente a liberdade do indivíduo ao seu poder sobre a propriedade, tendo por objetivo desenvolver relações sociais fundadas na propriedade privada, sendo descrito por Pachukanis enquanto afirmação da igualdade formal entre os seres humanos, mas que ao mesmo tempo mascara a desigualdade material geradora da dominação institucionalizada (ANDRADE, 2018b, p. 87-95).

O direito como ferramenta opressora de origem burguesa, sobre o qual se legitima o direito à propriedade privada, a conceitua enquanto um poder indiscriminado e personalíssimo de um indivíduo sobre um determinado objeto (ANDRADE, 2018a, p. 4). O poder que se exerce pelo indivíduo sobre aquilo que ele considera sua propriedade guarda correlação com o exposto na dialética do senhor e do escravo proposta por Hegel, uma vez que a condição de senhorio deriva da relação propriedade de Um para com um Outro-objeto, consistindo numa dependência da consciência negada para com a consciência supostamente autônoma autoproclamada de senhor. A propriedade privada torna-se dependente do indivíduo a qual pertence, cabendo a este o papel de senhor desde o momento em que exerce a negação sobre o objeto.

Numa perspectiva histórica, a riqueza de cada cidadão, o quantum de propriedade que o mesmo poderia reunir, sempre determinou os direitos que lhe eram inerentes, desde a antiguidade clássica até o Estado contemporâneo, há uma proporcionalidade na distribuição de direitos e deveres entre aqueles representantes de uma classe dominante,

os quais determinam sua vontade enquanto bem geral, e aqueles dominados limitados à obediência (ENGELS, 2019, p. 147-151).

Em razão do papel do direito enquanto instituto de dominação, Hegel determina a miséria como corolário de um fator social de injustiça em razão do privilégio de determinada classe, tornando-se ambígua a distinção entre o legal e o ilegal, de forma que não se difere o direito subjetivo da violência legitimada (LOSURDO, 2019, p. 236). Diante das consequências político-sociais da absolutização da propriedade privada, é necessário abordar as limitações aplicáveis ao direito de propriedade.

O constitucionalismo mexicano instituiu, baseando-se num discurso de bem-estar social, a função social da propriedade privada, no sentido de que ao poder público caberiam impor restrições ao uso indiscriminado da propriedade privada sem considerar o benefício comum (SANTOS, 2013, p. 86). Até mesmo o liberalismo tradicional que expôs como indiscutível a propriedade de um indivíduo sobre o objeto, abordou ínfimas maneiras de se conter o monopólio dos bens, afirmando que:

Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo esse trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade (LOCKE, 2019, p.108-109).

O princípio da função social da propriedade determina, portanto, a necessidade do direito à propriedade privada de reverter um benefício em favor da sociedade e não se limitar a atender a vontade de um único indivíduo quando isso gera um prejuízo ao todo. Entretanto, a necessidade de atender a uma função social, quanto dogmatizado, resume a limitação de apropriações individuais à sua consequente exploração, buscando hipoteticamente, ajustar a desigualdade social, deixando de lado, porém, o debate necessário sobre os aspectos históricos e teóricos da propriedade privada (SANTOS, 2013, p. 109-111). Com isso, escusa-se do juízo crítico sobre a violência ontológica à propriedade e dos perigos de sua acumulação incondicional.

A limitação que Hegel propõe sobre o direito à propriedade baseia-se no *Notrecht*, sendo equivalente ao que se entende por estado de necessidade, pois na visão hegeliana, aquele sujeito que se encontra num momento de negação de seus direitos intrínsecos e pratica uma violação à propriedade de outro para tê-los cumpridos, não só age sobre uma excludente da ilicitude de sua ação, mas opera um direito absoluto de violar um bem alheio,

convém também alertar que esse estado de necessidade na sociedade civil não se apresenta momentaneamente, mas é uma constante (LOSURDO, 2019, p. 241).

Apesar do princípio da função social da propriedade estabelecer limites práticos à forma como se exerce o poder sobre determinado objeto privado, resume-se a uma condição de o bem alienado seja explorado, em momento nenhum focando no impedimento do acúmulo indiscriminado de bens pelo mesmo indivíduo, tampouco questionando o caráter violento da apropriação ou da busca pelo lucro individual.

Hegel inova de certa forma a perspectiva dada sobre a violação da propriedade privada por aquele que se encontra privado de suas condições natas de dignidade, pois a ele é inerente um direito inquestionável de limitar o bem alheio de forma a atender sua necessidade fundamental.

### ***A crítica à violência e a superação da dialética***

A partir do que fora exposto anteriormente, o trabalho busca delimitar de que forma se manifesta a crítica da dialética hegeliana e correlacioná-la a uma crítica à própria violência exercida no contexto do direito à propriedade privada e sua absolutização.

Primeiramente, em relação à superação da negação dialética proposta por Hegel, tem-se que a fórmula para quebrar a relação de servidão consiste no questionamento acerca de sua legitimidade por parte do escravo através da desobediência civil.

Entretanto, verifica-se que as relações de opressão consistem em desnaturalizações realizadas no processo dialético quando se atribui a alguém a condição de coisa, sendo assim, violência. Nesse sentido, Fanon (1961, p. 19) explica que a violência num aspecto opressor somente pode ser destruída mediante a violência, de forma que não se pode proceder à libertação de uma dominação institucional por meios não violentos.

No tocante à fórmula não violenta hegeliana de reflexão própria do escravo como destruição da servidão, Marx (2010, p. 151) propõe que:

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem, e demonstra ad hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem.

Através da crítica que Marx realiza a Hegel podem ser inferidas duas coisas: em relação à desobediência civil, não se pode limitar a superação da dominação presente numa dialética simplesmente através da mudança de raciocínio por parte do oprimido, mas deve-

se consistir também numa prática de natureza revolucionária voltada a combater a fonte da opressão. Ademais, no tocante à raiz da servidão, esta não deveria ser entendida como decorrente da legitimidade conferida pelo escravo ao senhor, mas da violência aplicada pelo sujeito opressor àquele que ele desumaniza, sendo essa a fonte da condição de escravo.

Com relação à crítica da não violência delineada por Fanon, Arendt (2020, p. 36-37) aborda que a visão fanoniana da violência consistiria numa simples vingança do oprimido para com o opressor, de forma que, em nada alteraria a relação de opressão existente na sociedade civil, mas tão somente mudaria o detentor do poder de oprimir.

A questão relevante a ser observada e que faltou ser delimitada na crítica à violência revolucionária proposta por Arendt, foi a relação de dependência existente entre a violência exercida pelo opressor e aquela que parte do oprimido em face daquilo que o domina. A violência enquanto forma de resistir à servidão deve ser interpretada através de um viés histórico, pois deriva do acúmulo da desumanização feita pelo sujeito dominante em face do dominado, consistindo tão somente numa reação àquilo que lhe foi imposto (FANON, 1961, p. 26-31). A diferença entre a violência institucional e a revolucionária reside no mesmo sentido da diferença entre ação e reação, na qual essa seria totalmente dependente da ação principal, tendo todas suas características definidas a partir dela.

Em razão do exposto, entende-se que a não-violência proposta por Hegel mostrou-se ineficaz no tocante a sanar a relação de servidão existente entre o senhor e o escravo, tendo em vista que a mera reflexão não configura meio para combater a violência aplicada ao oprimido desde sua submissão.

A desumanização do escravo foi imposta pelo senhor na primeira fase da dialética, configurando o ato de violência primário que deveria ser combatido pelo sujeito vítima durante a segunda negação, pois a violência de reação constitui, no mesmo sentido do ocorrido no estado de necessidade de Hegel, direito absoluto do escravo de se libertar da dominação aplicando uma violência em face do senhor tal qual à que lhe era aplicada.

## **Conclusão**

Diante do que fora exposto, cumpre estabelecer pontos importantes do discutido. Primeiramente, em relação à gênese teórica da propriedade privada, destaca-se que através de uma visão liberal clássica que possui sentido teológico, torna todos iguais em razão da inalienabilidade de sua propriedade individual. Além disso, cumpre afirmar que na

visão de Locke, a propriedade privada nasce da apropriação do bem público através de sua retirada do estado de natureza.

Entretanto, ao demonstrar a existência da propriedade privada num estado de natureza humano, Locke incorre em um erro descrito por Rousseau como a aplicação de noções desenvolvidas num estado civil para o estado natural, sendo esse desprovido de noções de moralidade para delimitar a injustiça em se alienar propriedade alheia.

Traçando uma abordagem por caminhos semelhantes a Locke, Rousseau também afirma que a propriedade privada decorre da alienação particular de um bem que era originalmente comum a todos, porém, afirma que essa alienação se procedeu no mesmo momento em que se criou a sociedade civil. Além de que, a propriedade não consistiria na demonstração prática da igualdade entre indivíduos, mas exatamente o oposto, foi através da propriedade privada que se desenvolveu a primeira desigualdade entre os homens.

Através de um ponto em comum trazido pelos dois contratualistas ora analisados, o presente estudo se propõe a delimitar de que forma a violência constitui uma essência da propriedade privada. Primeiro, deve-se partir da etimologia da violência, entendida como a força pela qual se retira um ser ou uma coisa de um estado que lhe era natural, constituindo instrumento pelo qual se desnatura algo.

Logo, em razão do surgimento da propriedade se encontrar ligada à força exercida sobre um bem público que o torna privado, resta claro que a propriedade constitui uma forma violenta, porém não se encerra nesse quesito. O acúmulo de bens foi, na visão de Weber, desenvolvido e popularizado pelo protestantismo, uma vez que o lucro se tornava virtude, e, portanto, fim em si próprio, sendo essa a base principiológica do capitalismo ocidental. Uma vez que a ideia de acúmulo constante de bens como finalidade profissional não é natural ao ser humano, a normalidade ocidental, ao difundir um ideário focado no lucro constante, teve um papel desnaturador, sendo em sua essência, violência.

Surge a figura estatal enquanto órgão responsável pela manutenção dos interesses de uma classe em detrimento de outra, tendo o direito à propriedade como legitimador da concentração dos meios de produção em um oligopólio burguês, em consequência, a mão de obra a ser comprada de outro também terá a natureza de propriedade/mercadoria.

Em seguida, propõe-se a analisar a dialética hegeliana, baseada numa comparação intrínseca realizada entre duas consciências antagônicas que para atingirem uma certeza sobre si mesmo, necessitam encontrar no outro algo diferente do que existe em si, e através disso, negá-lo de forma a estabelecer-se como independente.

A dialética se divide em três movimentos, o primeiro é representado pela negação, na qual o Um, ou identidade, estabelece um juízo negativo sobre o Outro, ou alteridade. O segundo movimento consiste na tomada de consciência do Outro que sofreu a primeira negação, aplicando uma negativa à condição de dependência que lhe foi imposta. Em terceiro lugar, está a unificação do Um com o Outro, sendo atingida a síntese dialética através da supressão de um deles.

Da submissão derivada do primeiro movimento dialético surge o senhor e o escravo, respectivamente um ser dotado de independência, sendo ser-para-si, e outro cuja existência está dependente de uma vontade alheia, ou seja, o ser-para-outro. Mesmo tendo Hegel afirmado que o ser somente atinge a consciência de si na morte do outro, essa teria natureza simbólica, visto que a escravidão cumpre o papel de estabelecer o Outro como sujeito condicionado, o qual por medo da morte se submete à dominação do ser vitorioso.

Contudo, mesmo tendo sido estabelecido enquanto ser-para-si, o senhor não encontra independência, pois necessita da submissão e reconhecimento dessa condição por parte do escravo. Desse fator, prossegue-se para a parte seguinte da dialética, denominada de negação da negação, na qual a consciência dependente, através do trabalho, da negação de algo natural através de sua força, encontra-se enquanto ser-para-si.

Ao negar a essência de algo, o escravo determina-se enquanto independente, ao mesmo tempo que verifica no senhor uma relação de completa dependência para consigo, em razão disso, nega a negativa que lhe fora posta na primeira fase dialética, através da qual deslegitima a relação de servidão existente. Assim, há uma reflexão por parte do sujeito escravizado de forma que não irá combater a figura do senhor, mas a própria negação que o colocou num estado de submissão.

A superação da condição de escravo trazida por Hegel se assemelha à solução da servidão trazida por Étienne de La Boétie, sendo a desobediência civil o fator determinante para que o servo deslegitime a superioridade anteriormente estabelecida e possa se determinar como consciência absoluta, fato este impossível de ser alcançado pelo senhor.

Propõe-se delimitar de que maneira a propriedade privada se estabelece em relações de dominação e como funciona enquanto fator para a determinação do senhor e do escravo. A partir do momento em que inviolabilidade da propriedade se sobrepõe à existente sobre a própria vida, tendo natureza inquestionável, torna a própria lei sua refém, institucionalizando as relações de exploração e se limitando a declarar a igualdade formal

entre sujeitos. Dessa forma, o Um se tornaria o senhor e o Outro seria condicionado à posição de escravo, estabelecendo-se uma relação de propriedade entre ambos.

O princípio da função social da propriedade privada, apesar de demonstrar avanço no sentido de conquista do Estado de bem-estar, questiona somente o acúmulo indiscriminado de bens no tocante à sua exploração, sequer abordando a violência presente na própria acumulação e monopolização de bens. Na visão Hegeliana, a violação da propriedade em casos necessários constitui direito absoluto.

Por fim, o trabalho apresenta a superação da dialética hegeliana, no sentido de que a libertação do escravo não se procede unicamente pela reflexão, mas requer combater a relação de domínio violento existente entre si e o senhor, pois a relação de servidão, baseada numa violência intrínseca, não se quebra simplesmente retirando-lhe a legitimidade.

A violência revolucionária difere-se inteiramente da violência servil, de tal forma que só através daquela se pode romper com esta, em razão disso, a negação da negação realizada pelo escravo no segundo movimento dialético não deve se limitar a combater a servidão, mas ao próprio senhor que tem para com ele uma relação de propriedade.

## Referências

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. *História: Debates e Tendências*, v. 18, n. 3, p. 408-419, 2018a. <https://doi.org/10.5335/hdtv.18n.3.8597>.

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. *Propriedade privada e direito à moradia: uma crítica*. São Paulo: Ideias e Letras, 2018b.

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. O surgimento do ‘estado’ e da ‘propriedade privada’ na Idade Antiga e na Idade Média. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 12, n. 2 p. 309-324, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/46090>. Acesso em: 29 set. 2021.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Tradução de André de Macedo Duarte. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução de Paulo M. Oliveira. Prefácio de Evaristo de Moraes. 2. ed. Salvador: Nacional, 2015.

CHAUI, Marilena. *Contra a servidão voluntária*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CHAUI, Marilena. *Sobre a Violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

- DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. Tradução de Evelyn Tesche. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: LeBooks, 2019.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de João Filipe Freitas. Lisboa: Ulisseia limitada, 1961.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Menezes. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- KUNTZ, Rolf. Locke: liberdade, igualdade e propriedade. In: QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Cláudio; BRANDÃO, Gildo Marçal (Org.). *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 91-119.
- LA BOETIE, Étienne de. *Discurso sobre a servidão voluntária*. Tradução de Evelyn Tesche. São Paulo: Edipro, 2017.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 2019.
- LOSURDO, Domenico. *Hegel e a liberdade dos modernos*. Tradução de Ana Maria Chiarini e Diego Silveira Coelho Ferreira. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno*. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2014.
- MILELI, Diego Ramos. Da impossibilidade de uma relação de self-ownership: o dualismo ontológico na ilusão da auto-propriedade. *Revista Trágica: Estudos de Filosofia da Imanência*, v. 11, n. 2, p. 105-126, 2018. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/RAMDID>. Acesso em: 19 out. 2021.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a desigualdade*. Tradução de Heitor Afonso de Gusmão Sobrinho. Rio de Janeiro: Clube dos Autores, 2020.
- SANTOS, Luasses Gonçalves dos. *Função social da propriedade*. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/29868>. Acesso em: 21 out. 2021.

SILVA, Paulo Roberto Pinheiro da. Da antinomia à dialética do senhor e do escravo. *Ipseitas*, São Carlos, v. 4, n. 2, p. 39-59, dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistaipseitas.ufscar.br/index.php/ipseitas/article/view/234>. Acesso em: 09 out. 2021.

STONE, Alison. Hegel and colonialism. *Hegel Bulletin*, Cambridge, v. 41, n. 2, p. 247-270, jul. 2020. <https://doi.org/10.1017/hgl.2017.17>

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Mario Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013.

## Militância política e cultura em Antonio Gramsci

DOI: 10.15175/1984-2503-202214305

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin\*

Simone de Fátima Flach\*\*

### Resumo

A partir de pesquisa nos *Escritos* de Antonio Gramsci, este texto teve por objetivo analisar a relação entre militância política e cultura. Para tanto, identificou-se como as categorias cultura e militância política estão expostas em escritos publicados nos jornais *Avanti* e *Il grido del popolo* e, também, na revista socialista *L'Ordine Nuovo* e como estas se articulavam ao momento político da época. A exposição apresenta a contextualização da vida e do pensamento de Antonio Gramsci antes de sua prisão em 1926 e expõe a presença da categoria cultura em articulação com a militância política. Por fim, indica-se que os escritos dão ênfase à cultura em articulação com a construção de um estado operário.

**Palavras-chave:** cultura; militância política; Antonio Gramsci; escritos jornalísticos.

### Militancia política y cultura en Antonio Gramsci

### Resumen

A partir de una investigación sobre los *Escritos* de Antonio Gramsci, este texto tiene por objetivo analizar la relación entre militancia política y cultura. Para ello, examinamos la forma en la que las categorías cultura y militancia política se exponen en los escritos publicados en los periódicos *Avanti* e *Il grido del popolo*, y también en la revista socialista *L'Ordine Nuovo*, además del modo en que se articulaban al momento político de aquel entonces. La exposición contextualiza la vida y pensamiento de Antonio Gramsci antes de su encarcelamiento en 1926 y muestra la presencia de la categoría cultura en articulación con la militancia política. En última estancia, se señala que los escritos enfatizan la asociación entre la cultura y la construcción de un estado obrero.

**Palabras clave:** cultura; militancia política; Antonio Gramsci; escritos periodísticos.

---

\* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em História e Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: [audiboutin@hotmail.com](mailto:audiboutin@hotmail.com).

✉ <http://lattes.cnpq.br/4588203608522474>.  <http://orcid.org/0000-0002-0564-8290>

\*\* Bacharel em Direito (1991) e Licenciada em Pedagogia (1997) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG; Mestre em Educação (2005) pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e doutora em Educação (2010) pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. E-mail: [eflach@uol.com.br](mailto:eflach@uol.com.br). ✉ <http://lattes.cnpq.br/0412260083540737>.  <https://orcid.org/0000-0002-9445-0111>

Recebido em 5 de maio de 2022 e aprovado para publicação em 31 de agosto de 2022.

## Political militancy and culture in Antonio Gramsci

### Abstract

Based on research into Antonio Gramsci's writings, the following text has aimed to analyze the relationship between political militancy and culture. To do so, it identifies how the categories of culture and political militancy reveal themselves in texts published in the *Avanti* and *Il grido del popolo* journals, as well as in the socialist journal *L'Ordine Nuovo*, and how these responded to the political landscape of the time. Such an examination contextualizes the life and thoughts of Antonio Gramsci prior to his imprisonment in 1926 and reveals the presence of the culture category in conjunction with political militancy. Finally, the study points to how the writings emphasize culture alongside the construction of a workers' state.

**Keywords:** culture; political militancy; Antonio Gramsci; journalistic texts.

## Militantisme politique et culture chez Antonio Gramsci

### Résumé

À partir d'une enquête sur les Écrits d'Antonio Gramsci, ce texte a pour objectif d'analyser les rapports entre le militantisme politique et la culture. Pour ce faire, nous avons examiné la manière dont les catégories culture et militantisme politique étaient exposées dans les écrits publiés dans les journaux *Avanti* et *Il grido del popolo*, ainsi que dans la revue socialiste *L'Ordine Nuovo*, et également la manière dont elles s'articulaient avec le moment politique de l'époque. L'exposé contextualise la vie et la pensée d'Antonio Gramsci avant son emprisonnement en 1926 et montre la présence de la catégorie culture en rapport avec le militantisme politique. En dernier lieu, nous indiquerons comment ces écrits mettent en exergue l'association entre la culture et la construction d'un État ouvrier.

**Mots-clés :** culture ; militantisme politique ; Antonio Gramsci ; écrits journalistiques.

## 安东尼奥·葛兰西关于政治斗争与文化之间的关系

### 摘要

本研究意大利共产党领导人安东尼奥·葛兰西 (Antonio Gramsci) 的著作, 旨在分析政治斗争与文化之间的关系。我们分析了葛兰西发表在《前进报》(*Avanti*) 与《人民的呼声》(*Il grido del popolo*) 以及社会主义杂志《新秩序》(*L'Ordine Nuovo*) 的文章里面关于政治斗争与文化这两个范畴的界定与两者之间的相互关系的阐释, 并指出葛兰西的这些论述是如何密切结合当时意大利的政治局势。本文展示了葛兰西在 1926 年被捕入狱前的生活和思想的历史背景, 并揭示了文化与政治斗争的联系。最后本文认为, 葛兰西的这些著作强调了文化在建设工人阶级领导的国家政权进程中的重要性。

**关键词:** 文化; 政治斗争; 安东尼奥·葛兰西; 报刊文章

## Introdução

*A cultura é um privilégio. A escola é um privilégio. E não queremos que seja assim. Todos os jovens deveriam ser iguais diante da cultura* (GRAMSCI, 2004, p. 74).

Antonio Gramsci foi um pensador que viveu intensamente os acontecimentos políticos da Europa nas décadas iniciais do século XX e teceu inúmeras considerações sobre a importância da atuação proletária na materialidade social e política. Nesse sentido, a epígrafe que inicia este texto reflete o compromisso do pensador com a transformação da realidade vivida e coloca a cultura e a vontade política como centrais nesse processo.

Os escritos gramscianos pré-carcerários são compostos por textos breves publicados na imprensa socialista, nos quais o autor trabalha com diferentes temáticas, dentre as quais se destacam atualidades políticas, informes de reuniões e congressos organizados pelo Partido Socialista da Itália (PSI) e, mais tarde, pelo Partido Comunista (PCI), análise de conjuntura da realidade econômica, social e política da Itália, educação, cultura, estratégias de luta revolucionária, entre outros (COUTINHO, 2004).

Embora os temas relacionados à cultura, política e militância política estejam presentes na trajetória teórica do autor ao longo de sua vida, Coutinho (2004) destaca que foi no período compreendido entre 1916 e 1920 que a concentração sobre tais temas foi mais enfática e voltada à vida cotidiana de sujeitos comuns. Por isso, a produção teórica do autor, nesse período, é tomada como central para a análise empreendida.

Com base na concretude material vivida por Antonio Gramsci, este texto teve por objetivo analisar a relação entre militância política e cultura em escritos do período anterior ao cárcere, especialmente aqueles datados entre 1916 e 1920, de forma a oferecer aos interessados na temática elementos introdutórios para a discussão. Para tanto, este artigo contextualiza a trajetória de vida de Gramsci, seu pensamento e a militância política realizada antes da prisão no cárcere fascista em 1926 e aborda a presença e a relação entre militância política e cultura em alguns escritos pré-carcerários. A discussão evidencia a influência da conjuntura social e política da Itália nos textos analisados. Por fim, a categoria cultura é compreendida como um instrumento de luta política que ilumina a práxis com vistas à emancipação humana. Nessa perspectiva, destaca-se que as questões culturais estiveram presentes na escrita jornalística do pensador sardo em articulação com a militância política da classe trabalhadora.

## **Notas sobre a vida e o pensamento de Antonio Gramsci**

Antônio Gramsci nasceu em 22 de janeiro de 1891 na Sardenha, ilha de agricultura e pastoreio, situada a oeste da península itálica. Na infância, por volta dos 18 meses, contraiu a doença de Pott, também conhecida como tuberculose óssea, enfermidade que lhe deixou como seqüela uma deformidade física (corcunda) e uma saúde frágil. É importante destacar que, embora não fosse rica,<sup>1</sup> a família Gramsci tinha uma “existência tranquila de família chefiada por funcionário público que contava com salário seguro” (MAESTRI; CANDREVA, 2007, p. 21). Todavia, em 1898, Francesco Gramsci, seu pai, foi detido em razão de malversação de fundos na repartição pública em que trabalhava, sendo suspenso das atividades laborais e, posteriormente, condenado à prisão, fato que, segundo Maestri e Candreva (2007), foi determinante para as futuras dificuldades financeiras da família. A situação financeira familiar e sua deformidade física contribuíram para um “caráter retraído e tristonho” (MAESTRI; CANDREVA, 2007, p. 26).

Devido à difícil condição financeira e à necessidade de contribuir com a manutenção familiar, aos 11 anos de idade, Antonio Gramsci trabalhava em torno de dez horas por dia no registro civil de Ghilarza, por “um pagamento de nove liras mensais, o equivalente a um quilo diário de pão” (LEPRE, 2001, p. 13).

Enquanto carregava com dificuldade os pesados registros, sentia ódio dos filhos dos ricos que podiam continuar a estudar, embora tivessem sido piores que ele na escola. Em Ghilarza os ricos eram apenas o açougueiro, o farmacêutico e o negociante de tecidos. Mas bastava para que Antonio visse o mundo dividido em duas partes não apenas contrapostas, mas diversas: aqueles que calculavam o valor do dinheiro com base na quantidade de pão que podiam adquirir e aqueles que tinham o suficiente até para alguns luxos, como em Ghilarza era considerado o estudo (LEPRE, 2001, p. 13-14).

Em que pese às dificuldades financeiras, a família Gramsci decidiu que o pequeno Antonio deveria estudar e não mediu esforços para que isso ocorresse. Foi assim que ele teve aulas particulares e conseguiu ingressar no ginásio e, ao concluí-lo, em 1908, passou a viver em Cagliari, capital da Sardenha, para cursar o colegial. Nessa ocasião, o jovem já demonstrava interesse pela política, pois, além de estudar, frequentava reuniões organizadas por grupos juvenis, as quais tinham por objetivo debater os problemas de ordem social e econômica da Sardenha. Importa destacar que tais problemas tinham

---

<sup>1</sup> Alguns autores classificam a vida da família Gramsci como de extrema pobreza. No entanto, Lepre (2001) lembra que, originalmente, a família Gramsci poderia ser classificada como burguesa. Depois da prisão de Francesco Gramsci, “nada sobrou de suas condições de vida relativamente confortáveis, a não ser a mentalidade de ‘pequenos-burgueses de vilarejo sardo’” (LEPRE, 2001, p. 11).

como raiz a diferença entre as regiões, pois, enquanto o norte era desenvolvido do ponto de vista econômico e cultural, o sul era atrasado, pobre e explorado (JESUS, 2005).

O contraste econômico, cultural e social entre o norte e o sul da Itália originou o debate em torno da “questão meridional” sobre a qual Jesus (2005) tece as seguintes considerações:

O conjunto desses fatores geográficos, sociais, políticos, econômicos e religiosos deu origem a chamada “questão meridional”, cujos elementos constitutivos de certo modo formavam a impressão digital daquela região. Os que lutavam para mudar aquele estado de coisas, os “meridionalistas”, políticos novos, intelectuais e membros das classes subalternas procuravam encontrar uma solução (JESUS, 2005, p. 5-6).

Além do atraso cultural e da exploração econômica, Nosella (1992, p. 8) enfatiza o “racismo intercontinental” do qual os habitantes da ilha eram vítimas. O autor afirma que esse racismo era justificado por “álbis científicos” (NOSELLA, 1992, p. 8) ao relatar uma pesquisa financiada pela Sociedade de Antropologia de Paris em 1881, na qual foram realizadas análises cefalométricas comparativas em 90 habitantes da Sardenha, com o objetivo de comprovar a hipótese de que na ilha havia pessoas inteligentes.

Influenciado por essas questões, o jovem Gramsci se insurgiu contra essa realidade, denunciando a exploração social e econômica do norte sobre o sul e a subordinação ideológica e cultural vivenciada pelos camponeses sulistas. Mais tarde, em 1926, já na posição de deputado e jornalista, ao tratar sobre a questão meridional, o autor ampliou a reflexão sobre o tema, conferindo ênfase à ideologia que sustentava a relação de exploração vivenciada na ilha, conforme expressa por meio do fragmento em destaque:

É conhecido a ideologia que foi difundida capilarmente pelos propagandistas da burguesia entre as massas do norte: o sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos para o desenvolvimento civil da Itália; os sulistas são seres biologicamente inferiores, semi-bárbaros, ou bárbaros completos, por destino natural, se o sul é atrasado a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza, que fez os sulistas poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, temperando esta sorte madrasta com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como palmeiras solitários num deserto árido e estéril (GRAMSCI, 2004, p. 409).

Na compreensão de Jesus (2005), Gramsci deu à questão meridional uma interpretação em profunda relação com a análise política, pois “não se deve olhar apenas o sul, mas toda a Itália e qualquer transformação deveria acontecer para todo o país” (JESUS, 2005, p. 6). Nesse sentido, seria importante superar perspectivas separatistas e incorporar objetivos de libertação das massas exploradas.

Na adolescência, Gramsci já demonstrava interesse por questões de cunho social. Na redação escolar que escreveu em 1910 com o título de “Oprimidos e opressores”, o então aluno da escola média expressou uma percepção política apurada, denunciando a violência, a guerra e o domínio de uma classe sobre a outra (GRAMSCI, 2004, p. 43). Contudo, foi a partir do contato com o Partido Socialista Italiano (PSI), em meados de 1913, quando morava em Turim e cursava a faculdade de Letras, na Universidade Estatal de Turim, que a militância política de Gramsci ganhou contornos específicos, influenciando a escrita jornalística e a definição de propostas político-formativas para a classe trabalhadora.

Ao chegar a Turim em 1911, Gramsci começou a integrar o Grupo de Ação e Propaganda Antiprotecionista, entidade organizativa que reunia intelectuais meridionalistas e que proporcionou o contato do jovem sardo com os escritos de Gaeto Salvemini,<sup>2</sup> contribuindo para a ampliação de sua percepção sobre a questão meridional (COUTINHO, 2007). Segundo Coutinho (2007, p. 10), o “sardismo de Gramsci é, assim, um dos principais pressupostos de seu anticapitalismo juvenil, mas é também, ao mesmo tempo, uma das fontes de sua aversão às concepções político e ideológicas e reformistas<sup>3</sup>, bastante vivas no PSI de então”.

Além do “sardismo”, o contato com o neoidealismo, filosofia que fazia frente ao positivismo e que predominava nos espaços acadêmicos e culturais da região norte da Itália em fins do século XIX, contribuiu para a configuração de seu pensamento político (COUTINHO, 2007). Dos pensadores que se vinculavam a essa tradição filosófica, destacaram-se Benedetto Croce<sup>4</sup> e Giovanni Gentile,<sup>5</sup> que, ao realizarem oposição à

---

<sup>2</sup> Gaeto Salvemini foi um intelectual neoidealista, socialista italiano que viveu entre 1873 e 1957 e contribuiu para a “interpretação de Gramsci da cultura no contexto da revolução na França” (MUSSI; BIANCHI, 2017, p. 283). De acordo com Mussi e Bianchi (2017, p. 283), Salvemini “concebia as grandes transformações políticas do final do século XVIII na França como resultado da interferência das grandes massas na política em um momento histórico, processo este que poderia ter resultados heroicos ou desastrosos, a depender da orientação seguida”. Mussi e Bianchi (2017, p. 283) ainda destacam que “Salvemini buscava se distanciar dos revolucionários franceses, girondinos e jacobinos, para mostrar que nenhum dos dois grupos fora responsável por sistematizar, isoladamente, o sucesso ou o fracasso das lutas políticas”, apontando, dessa forma, para uma concepção de revolução como “obra intelectual” a ser realizada pelos filósofos que abririam caminhos para que as massas se deslocassem em um processo de lutas.

<sup>3</sup> O reformismo é uma concepção política que se opõe à perspectiva revolucionária, por compreender que as transformações sociais estão atreladas à realização de reformas graduais realizadas no âmbito das instituições sociais e políticas. De acordo com Oliveira (2013), o reformismo social, ao apaziguar a revolução social e ao eliminar a busca por transformações sociais mais profundas, converte-se em uma estratégia do sistema capitalista para a sua manutenção, como modo de produção hegemônico. Para o autor, o reformismo seria então “a expressão máxima da luta contrarrevolucionária implementado pelos Estados burgueses para manter a ordem e promover a tão desejada harmonia capital/trabalho” (OLIVEIRA, 2013, p. 151).

<sup>4</sup> Benedetto Croce (1886-1952) foi um filósofo italiano, que contribuiu para a difusão e o fortalecimento do pensamento liberal na Itália, ganhando projeção no âmbito internacional pelas teorizações que desenvolveu

concepção positivista, se colocavam contra a cultura hegemônica, conforme infere Coutinho (2007, p. 10):

Benedetto Croce e Giovanni Gentile, dois filósofos neo-hegelianos radicalmente contrários à tradição positivista que dominara, em fins do século XIX, nos culturais do norte da Itália. (Essa hegemonia cultural do positivismo era resultado de uma mentalidade cientificista, ligada ao rápido desenvolvimento industrial daquela região italiana). Contra o evolucionismo vulgar, contra o cientificismo empirista e positivista, Croce e Gentile pregavam o valor de uma cultura filosófica, humanista, contra o apego aos fatos, defendiam o valor do espírito, da vontade e da ação.

A aproximação de Gramsci ao neoidealismo italiano configura-se em uma atitude de recusa ao positivismo vulgar, ou seja, é “o elemento que acentua o papel da vontade e da ação na transformação do real, a recusa do fetichismo dos ‘fatos’ e dos mitos cientificistas, que levaram a um determinismo vulgar e fatalista” (COUTINHO, 2007, p. 11). Na interpretação de Manacorda (2008, p. 26), nesse momento, não há em Gramsci “um crociamismo puro, que não esteja encharcado de rebelião social”, ou seja, “não existe nele um momento crociano que não seja ao mesmo tempo socialista”, pois

neoidealismo representa o seu modo, moderno e livre de provincianismo, de compreender o socialismo, em contraste com o modo antiquado e provinciano dos socialistas positivistas [...]. Criticar a vulgarização positivista do marxismo com base na filosofia de Croce, e ajustadas as contas com esta, chegar a um marxismo moderno, foi para ele [...] o único caminho concretamente possível para tornar-se um homem contemporâneo de sua época (MANACORDA, 2008, p. 26-27).

É nesse sentido que, ao aproximar-se do idealismo, ao mesmo tempo que se contrapunha ao determinismo positivista vulgar, o jovem Gramsci operou em um movimento dialético que lançou as bases para a configuração do seu pensamento socialista. Manacorda (2008, p. 28) aventa que, “desde o princípio, o idealismo forneceu-lhe razões teóricas para seu instintivo de ser socialista, todavia é a práxis política que o levará, gradualmente, a deixar essas razões ao fundo (sem nunca renegá-las totalmente) e a dar vigor às razões autênticas do marxismo”.

---

sobre estética, teoria da história e teoria política (SCHLESENER, 2007). Os fundamentos do liberalismo croceano encontram-se contemplados no idealismo alemão “e na ideia de dialética por ele reinterpretada, isto é, enquanto uma doutrina que opera com os distintos e com a oposição de forças espirituais que movimentam continuamente a vida e lhe conferem significado” (SCHLESENER, 2007, p. 72).

<sup>5</sup> Giovanni Gentile é natural da Sicília, viveu entre 1875 e 1944, sendo um dos filósofos vinculados ao neoidealismo que mais se destacou na Itália. Em 1922, foi ministro da educação de Mussolini e tornou-se um influente teórico do fascismo, fundamentando as bases filosóficas para esse regime político autoritário que foi hegemônico por mais de 20 anos naquele país. No livro “La filosofia di Marx”, publicado em 1889, Gentile, segundo Fonseca (2018), se posicionou contra o marxismo, questionando o cientificismo do Materialismo Histórico e Dialético, reduzindo-o a “a um programa de ação política que deve ser desacreditado” (FONSECA, 2018, p. 8).

A práxis política socialista em Gramsci adquire um sentido original e amplia seu significado na militância em favor de uma formação cultural, enquanto fator determinante para o desenvolvimento de uma visão de mundo que coloque os subalternos no controle do processo hegemônico. A adesão de Gramsci ao PSI, em meados de 1913, e o contato com a diversidade de posicionamentos políticos filosóficos que se faziam presentes no partido e na Universidade de Turim também foram elementos que contribuíram para a formulação da concepção teórico-filosófica que fundamenta o seu pensamento.

De acordo com Coutinho (2007), as concepções teórico-políticas do PSI, naquele momento histórico, oscilavam em torno dos posicionamentos teóricos maximalistas<sup>6</sup> e reformistas, os quais se contrastavam por defenderem que o socialismo se realizaria de duas formas: por meio do desenvolvimento do capitalismo (corrente maximalista) e via realização de reformas sociais gradativas (corrente reformista).

Em que pese a ala reformista ter ganhado espaço no PSI, principalmente em 1910, nas iniciativas dos dirigentes Ivanoe Bonomi e Leonida Bissolati e na defesa da formação de uma base de apoio ao governo italiano (MUSSI, 2014), é importante pontuar que o positivismo era concepção predominante, tanto no partido como nos círculos culturais e acadêmicos da Itália. É nesse ponto que reside a contribuição do neoidealismo croceano para a configuração do pensamento intelectual de Gramsci.

Na interpretação de Coutinho (2007, p. 15) a filosofia idealista de Croce e Gentile contribuiu para que Gramsci denunciasse o “positivismo fatalista que está na base do imobilismo maximalista”, pois a espera passiva das condições essenciais para a realização da revolução social, em última análise, possuía como fundamento o positivismo vulgarizado. Desse modo, tanto a versão científica do positivismo quanto sua versão vulgarizada mantiveram-se estranhas a Gramsci (MANACORDA, 2008).

Santos (2013, p. 102) enfatiza que a filosofia idealista croceana auxiliou no processo de formação e de amadurecimento dos conceitos gramscianos “que confluem direta ou indiretamente com a questão da subjetividade”. Dentre tais conceitos, o autor aponta para os “elementos ideológicos” para a “formação de uma nova visão de sociedade ético-político-econômica traçada pelo sujeito coletivo das classes trabalhadoras” e, desse

---

<sup>6</sup> O Maximalismo defendia a aplicação máxima dos fundamentos socialistas. Nesse sentido, os maximalistas negavam qualquer possibilidade de reformas sociais no interior da ordem burguesa, aguardavam passivamente o desenvolvimento das condições para a revolução comunista, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo e realizavam a agitação política e propaganda socialista criticando qualquer tipo de compromisso entre as classes sociais (COUTINHO, 2007). Coutinho (2007, p.14) compreende as iniciativas maximalistas no PSI, como uma “mistura de radicalismo verbal e de impotência prática”.

modo, acentua que a “relevância do ético-político, nos postulados de Gramsci dimana da aproximação da filosofia idealista de Croce” (SANTOS, 2013, p. 102).

Independentemente das contribuições do idealismo croceano para a formação das bases teóricas, foi a práxis política que aproximou o jovem sardo do marxismo (MANACORDA, 2008). Também é possível afirmar que a adesão às perspectivas político-ideológicas socialistas se desenvolveu mediante o contato com o operariado organizado da cidade de Turim, que já, naquela época, era um grande centro urbano industrial (JESUS, 2005). Tais elementos ampliaram os horizontes políticos de Gramsci e fizeram-lhe compreender que os “explorados não eram apenas os camponeses sardos, mas também os operários turinenses, ou seja, toda a classe trabalhadora” (JESUS, 2005, p. 25).

A noção de cultura aparece na trajetória filosófica de Gramsci durante a sua passagem pela Universidade de Turim, entre os anos de 1911 e 1913 (BEZERRA, 2016). Contudo, é em sua atividade jornalística no PSI, iniciada em 1914, que se observa uma militância mais explícita em favor da formação cultural da classe trabalhadora, como estratégia para a constituição do Estado proletário. É por isso que Jesus (2005, p. 19) confere ênfase ao período situado entre 1914 e 1915, no qual, para o autor, Gramsci incorporou elementos da cultura à concepção croceana. Coutinho (2007) argumenta que a cultura “aparece ao jovem Gramsci como um meio privilegiado para romper com a falsa alternativa entre reformismo inócuo e maximalismo vazio”. Nesse sentido:

Desde este primeiro período de elaboração teórica, quando Gramsci ainda era, como ele próprio afirma, “sobretudo tendencialmente crociano”, podemos destacar alguns textos nos quais as primeiras formulações de sua compreensão acerca da cultura ficam mais evidentes. Neste momento, [...] existia para Gramsci uma intrínseca relação entre a educação formal e a cultura, onde a primeira era um dos caminhos privilegiados para se alcançar a segunda. Já existia, no entanto, a certeza de que esta educação não poderia ser alheia e desvinculada da perspectiva de um projeto societário mais amplo. Neste sentido, já se configurava, segundo Gramsci, uma luta ideológica que envolvia, em projetos diferenciados, tanto a educação quanto a cultura (BEZERRA, 2016, p. 2).

A articulação entre a atividade jornalística, as formulações culturais e as iniciativas político revolucionárias podem ser observadas quando o então estudante de linguística passou a atuar como colaborador dos jornais *Grido del Popolo*, ficando responsável também pela coluna *Sotto la mole*<sup>7</sup> e do *Avanti* (JESUS, 2005). A atuação de Gramsci na imprensa socialista imprimiu uma marca à concepção de cultura, vinculada às teorizações

---

<sup>7</sup> De acordo com Mussi e Binachi (2017, p. 269), o nome *Sotto la Mole* “fazia referência ao imponente edifício projetado no século XIX por Alessandro Antonelli e construído entre 1863 e 1897 no centro de Turim”.

da tradição marxista, especialmente de Lenin, e às reflexões desenvolvidas no processo revolucionário bolchevique.

Foi a partir de Lenin e da incursão revolucionária na Rússia que Gramsci compreendeu que a ditadura do proletariado era não somente “um fato político, mas também dizia respeito à cultura e ao pensamento” (GRUPPI, 1983, p. 71). Desse modo, “Gramsci estabelece uma conexão estrita entre política e filosofia, afirmando que a verdadeira filosofia de cada pessoa está em sua maneira de agir” (GRUPPI, 1983, p. 71). Nesse momento, Gramsci passou a defender que a emancipação do proletariado ganharia maior expressão na ampliação das bases culturais dessa classe, pois, para ele, filosofia, política e cultura eram elementos indissociáveis da prática revolucionária.

Tomando como referência o objetivo de difundir as bases culturais de luta revolucionária, em 1917, Gramsci propôs a criação de uma Associação Socialista de Cultura, mas foi barrado por Amadeo Bordiga<sup>8</sup> e Giacinto Serrati<sup>9</sup> (COUTINHO, 2007). Talvez essa recusa em apoiar a criação da Associação de Cultura Socialista tenha ocorrido pelo fato de que Bordiga “pouco valorizava as atividades de formação cultural para o proletariado” (NOSELLA, 1992, p. 14), pois compreendia que “antes da tomada do Estado, as atividades formativo-culturais para a massa constituiriam um atraso revolucionário” (NOSELLA, 1992, p. 14).

Gramsci, contudo, não desistiu do objetivo de socializar o contato com a cultura junto aos trabalhadores e aos seus intelectuais orgânicos e decidiu fundar o Clube de vida Moral, associação que promovia eventos culturais, nos quais floresciam debates orientados para discussões políticas e filosóficas entre a juventude socialista (COUTINHO, 2007). Em 1919, o objetivo da formação cultural adquiriu maior amplitude por meio da revista de cultura socialista *L'Ordine Nuovo*, fundada por Gramsci e pelos colegas de partido, Ângelo Tasca, Palmiro Togliatti e Fernando Terracini (NOSELLA, 1992).

---

<sup>8</sup> Amadeo Bordiga nasceu na Itália e viveu entre 1889 e 1970. Foi uma liderança política e teórica e um dos membros fundadores do Partido Comunista da Itália (PCI). Seus posicionamentos políticos e as ações realizadas junto ao PCI foram determinantes para que, em 1923, fosse preso pelo regime fascista de Benito Mussolini. Alinhado à concepção maximalista, Bordiga (2000, p. 4 apud MARTORANO, 2009, p. 21) realizava a crítica à democracia burguesa e afirmava que “o conteúdo central do marxismo [é] a crítica da democracia”. Suas concepções de partido contrastavam com as concepções de Gramsci, pois Bordiga se posicionava contra qualquer política de alianças, defendia que o partido deveria manter-se longe das massas e compreendia que o sistema capitalista culminaria em uma grande crise e, com isso, a revolução socialista (GRUPPI, 1983; COUTINHO, 2007).

<sup>9</sup> Giacinto Menotti Serrati (1872- 1926) foi um dirigente do Partido Socialista Italiano, representante da corrente maximalista, o qual na Conferência de Zimmerwald, realizada no ano de 1917, se destacou por aproximar o PSI da Revolução Russa (MUSSI; BIANCHI, 2017).

Tanto nos jornais *Avanti* e *Grido del popolo*, como também na revista *L'Ordine Nuovo*, Gramsci, até o momento de sua prisão no cárcere fascista em 1927, escreveu sobre filosofia, história e política, denunciando o fascismo e a desigualdade de classes. Em tais escritos, o jovem sardo deu destaque às questões culturais, apontando os limites da ideologia burguesa e, com isso, expressando uma militância política em favor da classe operária e defendendo a formação político-cultural dos trabalhadores como um instrumento de luta na revolução socialista.

Nas reflexões a seguir, aponta-se sobre a relação entre elementos culturais e militância política nos escritos gramscianos que antecederam a sua prisão política.

### **A relação entre militância política e cultura nos escritos pré-carcerários**

Embora Gramsci tenha iniciado, em 1914, sua trajetória jornalística nos jornais *El grido del popolo* e *Avanti*, foi a partir de 1916 que o pensador sardo mergulhou profundamente nessa atividade. Dos artigos escritos no início da sua trajetória jornalística, os textos “Socialismo e cultura” e “Homens e máquinas?” se destacam pelas reflexões desenvolvidas em torno da cultura e da elevação cultural do proletariado como um instrumento de luta política.

Em “Socialismo e cultura”, Gramsci (2004, p. 57) desenvolve as primeiras reflexões sobre cultura e, ao conceituá-la, dá pistas sobre os elementos que se farão presentes nas teorizações que desenvolveu futuramente sobre essa categoria teórica:

Cultura é [...] organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue aprender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e a seus próprios deveres (GRAMSCI 2004, p. 58).

Após conduzir a reflexão de que o homem é um sujeito histórico e por isso dotado da possibilidade de operar transformações sociais, Gramsci (2004, p. 58) argumenta que a aquisição da consciência superior (elevação cultural) não ocorre “por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como ocorre na natureza vegetal e animal”, mas “através da reflexão inteligente (primeiro de alguns, depois de toda uma classe) sobre as razões de certos fatos e sobre os meios para convertê-los de ocasião de vassalagem, em bandeira de rebelião e de reconstrução social”.

Portanto, a elevação cultural dos trabalhadores vincula-se ao desenvolvimento de uma “consciência unitária do proletariado” (GRAMSCI, 2004, p. 60), possibilitando a

realização da crítica da sociedade organizada no modo de produção capitalista, pois, nessa perspectiva, “crítica quer dizer cultura” (GRAMSCI, 2004, p. 60). Embora Gramsci (2004) enfatize que a cultura não se desenvolve de modo natural e espontâneo, no texto “Socialismo e Cultura”, o autor ainda não define as estratégias para a elevação cultural dos trabalhadores.

Os indicativos de tais estratégias aparecem no texto “Homens e máquinas?” (GRAMSCI, 2004), no qual o autor defende a escola e a educação como elementos fundamentais no processo de construção da cultura proletária. Mesmo tendo consciência das potencialidades da educação e da escola nessa empreitada, Gramsci (2004) não deixa de realizar a crítica à escola burguesa, a qual exclui as classes menos privilegiadas do seu acesso. A partir dessa crítica, Gramsci (2004, 75) defende a universalização de “uma escola humanista” que forneça o contato com o saber sistematizado pela humanidade e amplie as possibilidades de o proletariado compreender o seu valor histórico. Segundo Gramsci (2004, p. 75) essa escola seria

uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica. Também os filhos do proletariado devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo possível e, por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade (GRAMSCI, 2004,).

Do mesmo modo que a cultura é uma estratégia de luta política na revolução socialista, para o filósofo sardo, a escola é um instrumento privilegiado de elevação cultural para a classe trabalhadora. Nosella (1992, p. 14) destaca que as questões culturais em Gramsci eram orientadas para a formação de “quadros dirigentes que haveriam de governar o novo Estado proletário”; desse modo, “a cultura, a escola e a formação devem ser classistas, proletárias, do partido do trabalho”.

De acordo com Nosella (1992), o ano de 1917 marcou a trajetória teórico-prática de Gramsci, pois foi nesse momento que o então jornalista de Turim rompeu definitivamente com a filosofia idealista de Croce e aliou a escrita jornalística à militância política ao lado dos trabalhadores. No mês de agosto daquele ano, houve uma greve geral em Turim, na qual em cinco dias de luta os operários protestaram contra a falta de pão e a permanência da Itália na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nessa ocasião, vários manifestantes foram mortos e a maioria dos dirigentes do PSI foi presa. Gramsci precisou assumir a direção do jornal *Grido del popolo* ao qual “se dedicará de corpo e alma, tornando-o

política e culturalmente, a mais importante expressão jornalística do Partido Socialista Italiano daquela época” (NOSELLA, 1992, p. 23).

Nesse momento histórico, Lenin e a Revolução Russa tornaram-se referências para Gramsci, e o objetivo da realização de uma revolução na Itália conduziu a sua militância político-jornalística (NOSELLA, 1992). De acordo com Mussi e Bianchi (2017, p. 267), o “jovem jornalista de Turim buscava interpretar os acontecimentos russos sob o ponto de vista da capacidade de expansão de suas ideias-força, como um programa político que era, ao mesmo tempo, uma ruptura com os fundamentos culturais do mundo burguês”.

Os textos jornalísticos escritos por Gramsci no ano de 1917 estiveram vinculados à materialização da perspectiva revolucionária na Itália, sendo a questão da cultura a qual permeia grande parte das reflexões compreendida como uma estratégia para a concretização da revolução proletária naquele país. No artigo “Para uma associação de cultura”, publicado no *Avanti*, no dia 18 de dezembro de 1917, Gramsci (2004, p. 122) tomou iniciativa favorável à criação de uma Associação Cultural na qual se fariam presentes objetivos revolucionários que se ramificariam de Turim para outras partes da Itália, possibilitando a socialização da cultura, não apenas entre os operários dos centros urbanos, mas também entre os camponeses das áreas rurais do país.

A Associação de Cultura de Gramsci prepararia quadros militantes revolucionários em longo prazo, formando intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, por meio de um trabalho formativo no qual se discutiria os problemas com que a classe se defrontava no seu cotidiano, filosofia, história, política, cultura, etc. Para Gramsci (2004, p. 125), “pondo em prática essa instituição de cultura, os socialistas dariam um corajoso golpe na mentalidade dogmática e intolerante criada no povo italiano pela educação católica e jesuítica”.

A articulação entre a categoria cultura e a ação revolucionária continuou a se fazer presente nos artigos escritos nos anos que se seguiram. De acordo com Nosella (1992), Gramsci tinha plena consciência de que o proletariado de Turim possuía uma base cultural frágil, pois

O operariado nem sempre entendia que o aumento da produção e do emprego não é um valor absoluto. A produção é um meio e não um fim. Produzir armas ou produzir tratores não é a mesma coisa. O operário precisava, mais cedo ou mais tarde, participar não apenas da política reivindicativo-salarial e sim também dar a direção da política produtiva nacional. Ora, para isso o proletariado italiano precisava ultrapassar os limites do economicismo individual (egoísta- passional) para entrar de forma amadurecida no momento ético político. Esse trânsito exige um trabalho formativo sério e profundo que, até certo ponto, é intelectualmente complexo (NOSELLA, 1992, p. 27-28).

Gramsci tinha plena convicção de que esse trabalho formativo exigia um planejamento estratégico, pois o operariado de Turim era constituído por pessoas oriundas de diversas partes da Itália, cuja perspectiva política era heterogênea. Por isso, o autor buscou aproximar-se desses trabalhadores, falando a sua linguagem, sem, no entanto, simplificar a ciência, diminuir os argumentos e as informações (NOSELLA, 1992).

Os jornais socialistas dirigidos por Gramsci eram organizados na perspectiva de “estimular o progresso intelectual, a fim de que pelo menos um certo número de trabalhadores saia da indistinção genérica das repetições dos panfletos e consolide suas mentes numa visão crítica superior da história e do mundo onde vive e luta” (NOSELLA, 1992, p. 28). Essa tendência pode ser observada nos escritos de 1918, publicados no *Grido del popolo*: “Livre pensamento e pensamento livre”, do dia 15 de junho; “Para conhecer a revolução russa”, de 22 de junho; e “Antes de tudo precisamos ser livres”, de 31 de agosto.

Nesses textos, Gramsci (2004, p. 178-271) argumenta que a elevação cultural dos trabalhadores se relaciona com o aprofundamento da consciência necessária para a formação do futuro Estado proletário. Isso porque o socialismo requer uma classe preparada, consciente e organizada, por isso o proletariado tem “o dever de se educar”, pois “a educação, a cultura, a ampla organização do saber e da experiência significam a independência das massas” (GRAMSCI, 2004, p. 212).

No texto “Para conhecer a revolução russa”, Gramsci (2004, p. 182) posiciona-se em favor da revolução bolchevique, argumentando que essa revolução foi possível porque na Rússia foram desenvolvidas as condições culturais para que os trabalhadores se organizassem e viessem a romper com o poder dominante, conforme revela no fragmento em destaque:

A cultura dos bolcheviques tem sua base na filosofia historicista: eles concebem a ação política, a história, como desenvolvimento, não como arbítrio contratualista, concebe-a como processo infinito de aperfeiçoamento, não como definitivo e cristalizado numa fórmula superficial. Essa sua cultura, essa orientação, mental presente nos artigos que publicam em seus jornais, divulgados em centenas de milhares de exemplares entre os proletários que as assimilam, elevam sua cultura e os fazem cada vez mais capazes de controlar a ação dos órgãos executivos, de serem os iniciadores de atividades políticas e econômicas (GRAMSCI, 2004, p. 190).

Ao referir-se aos jornais publicados na Rússia e distribuídos para a classe trabalhadora com o objetivo da expansão da consciência de classe e às instâncias formativas situadas fora de instituições formais de ensino, o autor conferiu ênfase à educação não formal como um elemento importante na formação cultural da classe trabalhadora.

No ano de 1919, as teorizações de Gramsci sobre a cultura e formação cultural foram influenciadas pela conjuntura social, econômica e política da Itália do período pós Primeira Guerra Mundial, conhecido como “Biênio Vermelho” (1919-1920). Este ficou marcado pela organização da classe trabalhadora em lutas operárias, manifestações e greves, diante de um contexto de crise econômica e política, desemprego em massa e instabilidade social na Itália. Manacorda (2008) destaca que naqueles anos houve a adesão do PSI a III Internacional Comunista,<sup>10</sup> várias ocupações das fábricas em Turim e a formação do PCI. Todos esses acontecimentos foram determinantes para que Gramsci intensificasse as ações e os debates sobre a formação cultural dos trabalhadores.

Nesse contexto, Gramsci juntamente aos companheiros de partido, Ângelo Tasca, Palmiro Togliatti e Alberto Terracini, fundaram a revista de cultura socialista *L'Ordine Nuovo*. De acordo com Nosella (1992, p. 31-32), a revista tinha como objetivo “integrar teórica e praticamente o mundo do trabalho com o mundo da cultura” e “a ciência produtiva com a ciência humanista”.

A revista *L'Ordine Nuovo* passou a sistematizar a organização dos Conselhos de Fábrica, os quais, inspirados nos Sovietes russos, eram órgãos de lutas operárias dentro das fábricas em Turim. Esses Conselhos eram formados por comissões internas, cujo objetivo era educar os trabalhadores e prepará-los para a conquista do Estado proletário, portanto compunham “um instrumento de organização de toda a classe operária, sem o caráter restritivo de uma organização partidária ou sindical” (COGGIOLA, 1996, p. 2004).

A escrita jornalística de Gramsci, realizada nesse período, destacou-se por incorporar o tema da cultura e da militância política nos Conselhos de Fábrica. Os artigos do *L'Ordine Nuovo* de 1919 – “Democracia Operária”, publicado no dia 21 de junho, “O problema das comissões internas”, do dia 23 de agosto, “Aos comissários de seção das fábricas Fiat do centro e de Brevetti”, de 13 de setembro, “Sindicatos e conselhos”, de 1 de outubro, e, no ano de 1920, “O conselho de fábrica”, de 5 de julho, “O movimento turinense dos conselhos de fábrica”, de julho – tratam especificamente sobre a

---

<sup>10</sup> A III Internacional Comunista (IC), também chamada de Terceira Internacional, foi fundada no ano de 1919, em Paris, por Lenin e Trotsky, com o objetivo de reunir partidos comunistas do mundo inteiro para alinhar debates, ações políticas em torno da internacionalização do projeto comunista e da supressão do modo de produção capitalista. Conforme discorrem Campos, Dias e Godoy (2018, p. 235), essa organização foi firmada como “continuidade da Primeira Internacional (International Workingmen's Association), estabelecida por Karl Marx em Londres, em 1864, e da Segunda Internacional, Socialista, organizada por marxistas em Paris em 1889”, tendo como pretensão “ser o partido internacional da revolução mundial”.

organização dos Conselhos de fábrica e as suas contribuições na luta operária, ou, então, mencionam sobre o tema.

No texto “O movimento turinense dos conselhos de fábrica”, Gramsci (2004, p. 392) aborda sobre a organização e o funcionamento desses órgãos de luta e educação no interior das fábricas. A perspectiva revolucionária dos Conselhos de Fábrica estava vinculada à capacidade político formativa desses órgãos de luta, à elevação cultural e ao desenvolvimento de aprendizados teóricos e práticos que permitiriam aos trabalhadores a tomada do controle do Estado. Portanto, esses Conselhos constituiriam “não apenas os núcleos de um movimento revolucionário, mas também um padrão para a futura sociedade” (COGGIOLA, 1996, p. 215).

De acordo com Gruppi (1978), a partir do processo produtivo, os operários tomariam consciência do papel que desenvolvem e da sua função e força política no processo de construção do Estado operário. Os artigos do *L'Ordine Nuovo* assumiam uma função que era educativa, pois os textos eram estudados, lidos e debatidos juntamente aos trabalhadores e, após isso, “as críticas, sugestões e observações são sistematizadas e novamente lançadas para a massa em forma de artigos, proposições de organizações de lutas” (COGGIOLA, 1996, p. 205).

Os escritos gramscianos publicados nos jornais nos anos de 1919 e 1920 reforçam o objetivo da ampliação das bases culturais como um elemento essencial na constituição para a formação do Estado operário. Nesse período, destacam-se “Democracia operária” (GRAMSCI, 2004), “Aos comissários de seção das fábricas Fiat do centro e de Brevetti” (GRAMSCI, 2004), “Sindicatos e conselhos” (GRAMSCI, 2004) e “O conselho de fábrica” (GRAMSCI, 2004) publicados no semanário *L'Ordine Nuovo*.

Nesses textos, Gramsci (2004, p. 247) argumenta que as comissões internas dos Conselhos de Fábrica “são órgãos de democracia operária” que “deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e de administração” e, desse modo:

O conselho de fábrica é o modelo de Estado proletário. Todos os problemas inerentes à organização do Estado proletário são inerentes à organização do conselho. Num e outro, desaparece o conceito de cidadão, substituído pelo conceito de companheiro: a colaboração para produzir bem e de modo útil desenvolve a solidariedade, multiplica os vínculos de afeto e de fraternidade. Cada um é indispensável, cada um está em seu lugar, todos tem uma função e um posto. Até o mais ignorante e atrasado dos operários, até mesmo o mais vaidoso e “bem educado” dos engenheiros terminam por se convencer desta verdade e nas experiências da organização fabril: todos terminam por adquirir uma consciência comunista, por compreender o grande progresso

apresentado pela economia comunista quando comparada à economia capitalista (GRAMSCI, 2004, p. 288-289).

A organização dos Conselhos de Fábrica seria estruturada tomando como referência o futuro Estado operário. Isso porque “a existência do Conselho dá aos operários a responsabilidade direta na produção, leva-os a melhorar seu trabalho, instaura uma disciplina consciente e voluntária, cria a mentalidade do produtor, do criador de história” (GRAMSCI, 2004, p. 290). Portanto, aqui os Conselhos de Fábrica vinculam-se à perspectiva da formação do Estado gerido pelos trabalhadores, conforme o autor expressa por meio do fragmento do texto “O movimento turinense dos Conselhos de Fábrica” de 1920:

A organização dos conselhos de fábrica baseia-se nos seguintes princípios: em toda fábrica, em toda oficina é formado um organismo com base na representação (e não no antigo sistema burocrático) que põe em prática a força do proletariado, luta contra a ordem capitalista ou exerce o controle sobre a produção, educando toda a massa operária para a luta revolucionária e para a criação do Estado operário. O conselho de fábrica deve ser formado segundo o princípio da organização por indústria, deve representar para a classe operária, o modelo de sociedade comunista, a qual se chegará através da ditadura do proletariado [...] (GRAMSCI, 2004, p. 392).

Esses Conselhos, embora fossem inspirados nos Sovietes russos, assumiram contornos específicos na realidade italiana, já que, além de possibilitarem a formação cultural durante o processo produtivo, instrumentalizavam a reflexão e o debate dos trabalhadores sobre o seu papel, enquanto classe, em um projeto revolucionário com o objetivo de emancipação do trabalho alienado.

Os artigos que tratam sobre os Conselhos de Fábrica representam, então, o coroamento das reflexões sobre cultura e militância política, presente nos escritos gramscianos pré-carcerários. Neles, a práxis revolucionária passa do momento subjetivo ao objetivo, de modo que a teoria e a prática são articuladas e vinculadas à transformação da realidade. Essa transformação na perspectiva gramsciana passa pela elevação cultural dos trabalhadores.

Os textos pré-carcerários expressam, assim como os demais textos produzidos por Gramsci durante a sua trajetória política, uma militância voltada ao projeto da constituição do Estado socialista. Nos escritos jornalísticos pré-cárcere, o autor confere maior ênfase à formação cultural da classe trabalhadora, à direção política e à educação formal, realizada na escola e em instituições formais de ensino, e à educação não formal, realizada no processo de trabalho por meio dos Conselhos de Fábrica.

Desse modo, pode-se destacar que há, nesses primeiros escritos, um vínculo orgânico entre a formação de uma subjetividade que tenha um horizonte amplo, consciente dos problemas com que a classe trabalhadora se defronta tanto na sociedade quanto no processo de trabalho. Nesse sentido, os limites da sociedade capitalista são expostos e evidencia-se a urgência em desenvolver iniciativas políticas que visem a sua superação e, conseqüentemente, a construção do Estado gerido pelos operários.

Não resta dúvida que esses textos explicitam um conteúdo que coloca em evidência um programa político socialista e também a militância política do pensador em tela. Essa militância se fez presente nos encaminhamentos teóricos e práticos realizados pelo autor para dar materialidade ao seu projeto cultural; assim, a luta passou do subjetivo ao objetivo. O projeto de elevação cultural que estampava as páginas dos textos jornalísticos e as ações políticas desenvolvidas pelos Conselhos de Fábrica dão materialidade e expressam a militância do autor. Desse modo, seus escritos vão além da letra impressa e ganham significado na prática política.

É claro que essas ações causaram instabilidade na classe dominante, pois o jornal *Grido del Popolo* “havia se tornado em poucos meses uma referência político cultural importante e cada vez mais aplaudido” (NOSELLA, 1992, p. 28), e os Conselhos de Fábrica e as propostas do *L'Ordine Nuovo* foram amplamente aceitos pelos trabalhadores desde o início, pois, “em outubro de 1919, 50.000 operários de cerca de 30 empresas, já estão organizados em conselhos” (COUTINHO, 2007, p. 32).

Essa nova estratégia de militância político-revolucionária contribuiu para a perseguição e a prisão de Gramsci em 8 de novembro de 1926. No entanto, o cárcere que lhe foi imposto, como estratégia para barrar as suas ideias e sua militância política, contribuiu para que mergulhasse na teoria marxiana, de forma a refletir e retomar conceitos do Materialismo Histórico e Dialético.

Destaca-se, nesse contexto, que as ideias gramscianas contribuíram para o avanço teórico-prático das lutas revolucionárias em todo o mundo. Sua preocupação com o movimento dialético entre cultura e militância política deram contornos a debates e a ações em diferentes contextos. Eis aqui sua contribuição original.

## **Considerações finais**

A trajetória de Gramsci nos jornais *Avanti*, *Il Grido del popolo* e na revista socialista no *L'Ordine Nuovo* foi marcada por contornos específicos com características

político-revolucionárias. Nesses periódicos, Gramsci não apenas colocou o objetivo da realização de uma revolução socialista na Itália, como também definiu as estratégias para que isso ocorresse.

Desde o início, a cultura era uma estratégia de luta política, essencial para o desenvolvimento da consciência superior da classe trabalhadora no projeto de construção do Estado operário. A sistematização e a definição das estratégias para o funcionamento dos Conselhos de Fábrica ganharam as páginas da revista *L'Ordine Nuovo* e estiveram presentes em artigos nos quais Gramsci colocava a elevação cultural da classe trabalhadora e a luta política como caminhos imanentes à conquista do Estado operário.

A militância política que se desenvolveu em Turim com os Conselhos de Fábrica alinhava-se à perspectiva revolucionária e colocava os trabalhadores como sujeitos coletivos no processo do desenvolvimento histórico. É importante destacar que essa militância considerava a relação dialética entre teoria e prática e, portanto, partia da realidade para compreendê-la e transformá-la. Gramsci deu significado a essa militância, não apenas por desenvolver um projeto de elevação cultural dos trabalhadores, mas também por se inserir na luta e por colocar em prática esse projeto.

Nesse sentido, é possível apontar que a categoria teórica cultura é, para Gramsci, um instrumento na luta de classes, que ilumina uma práxis em favor da emancipação humana. As questões culturais estiveram presentes nos escritos pré-carcerários gramscianos em menor ou maior grau, articulando-se à militância política da classe trabalhadora e do próprio autor, pois, conforme inferido neste texto, o ativismo político se fez presente na escrita jornalística e ganhou maior significado nas ações desenvolvidas pelo pensador sardo. A produção jornalística de Gramsci, aliada à sua ação política, coloca em evidência a relação teórico-prática, tão necessária para a luta pela transformação da realidade.

## Referências

- BEZERRA, Cristina Simões. A construção da concepção de cultura em Antonio Gramsci: uma análise da produção pré-carcere. JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI, 1., 2016, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: UFC, 2016. p. 1-15. Disponível em: [http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/A-CONSTRU\\_\\_\\_O-DA-CONCEP\\_\\_\\_O-DE-CULTURA-EM-ANTONIO-GRAMSCI-UMA-AN\\_\\_LISE-DA-PRODU\\_\\_\\_O-PR\\_\\_-C\\_\\_RCERE.pdf](http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/A-CONSTRU___O-DA-CONCEP___O-DE-CULTURA-EM-ANTONIO-GRAMSCI-UMA-AN__LISE-DA-PRODU___O-PR__-C__RCERE.pdf). Acesso em: 8 dez. 2020.
- CAMPOS, Alzira; DIAS, Luiz Antonio; GODOY, Marília. A Internacional Comunista na interpretação dos trotskistas brasileiros. *Revista Outubro*, n. 31, p. 234-261, 2018. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/10\\_Godoy-Antonio-Campos.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/10_Godoy-Antonio-Campos.pdf). Acesso em: 8 dez. 2020.
- COGGIOLA, Osvaldo. Bolchevismo, Gramsci, conselhos. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. p.193-227.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1, p. 11-31.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FONSECA, Tatiana. Notas sobre quatro importantes interlocutores do Gramsci dos cadernos do cárcere: o marxista Labriola e os antimarxistas Croce, Gentile e Sorel. *Novos Rumos*, v. 55, n. 2, p. 1-29, 2018. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n2.06.p56>
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal. 1978.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci*. Porto Alegre: L&M. 1983.
- JESUS, Antonio Tavares. *O pensamento e a prática escolar de Gramsci*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- LEPRE, Aurélio. *O prisioneiro: a vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. *Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo*. Campinas: Alínea, 2008.
- MARTORANO, Luciano Cavini. Conselhismo e Democracia. *Crítica Marxista*, n. 28, p. 15-33, 2009. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo163Artigo2.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo163Artigo2.pdf). Acesso em: 8 dez. 2020.

MUSSI, Daniela. Política e cultura: Antonio Gramsci e os socialistas italianos. *Revista Outubro*, n. 22, p. 110-139, 2º sem. 2014. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-22-Artigo-05.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2020.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Alvaro. Antonio Gramsci, a cultura socialista e a revolução russa. *Lua Nova*, v. 102, p. 267-298, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-267298/102>. Acesso em: 8 dez. 2020.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992.

OLIVEIRA, Edinéia Alves de. Classes sociais e reformismo social: estratégia de conciliação entre capital e trabalho. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, v. 9, n. 15, p. 150-173, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26303>. Acesso em: 8 dez. 2020.

SANTOS, Wilson da Silva. Uma leitura gramsciana: subjetividade, sujeito e formação ético política. In: LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; SANTOS, Wilson da Silva. (Org.). *Gramsci: no limiar do século XXI*. Campinas: Librum, 2013. p. 102-117.

SCHLESENER, Anita Helena. O pensamento político de Croce: o modelo liberal. *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 1, p. 71-96, jan./abr. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000100004>

## Intelectuales y poder: El diseño de la política exterior argentina (1983-1989)

DOI: 10.15175/1984-2503-202214306

Maria Cristina Basombrió\*

### Resumen

Este artículo analiza la manera en que el complejo vínculo intelectuales y poder político influyó durante los años 1983 y 1989 en el diseño de la política exterior argentina, en particular en uno de los principales objetivos de la misma: impulsar la integración del país con Latinoamérica. Desde lo teórico se basa en categorías analíticas de Robert Putnam, de Antonio Camou y de Carlos Altamirano, las cuales serán especificadas en el desarrollo. Desde lo metodológico, usa como fuentes primarias principalmente artículos de las revistas *Argumento Político* y *El Bimestre político y económico*, discursos, entrevistas y material del Fondo Jorge Federico Sábato.

**Palabras clave:** Alfonsín; intelectuales; integración latinoamericana.

### Intelectuais e poder: o desenho da política externa argentina (1983-1989)

#### Resumo

Este artigo analisa o modo através do qual, durante os anos de 1983 e 1989, a complexa ligação entre intelectuais e poder político influenciou o desenho da política externa argentina, particularmente, em um dos seus principais objetivos: promover a integração do país à América Latina. Do ponto de vista teórico, ele se baseia nas categorias analíticas de Robert Putnam, Antonio Camou e Carlos Altamirano, as quais serão especificadas ao longo da argumentação. Do ponto de vista metodológico, utiliza como fontes primárias, sobretudo, artigos das revistas *Argumento Político* e *El Bimestre político y económico*, discursos, entrevistas e material do Fundo Jorge Federico Sábato.

**Palavras-chave:** Alfonsín; intelectuais; Integração latino-americana.

### Intellectuals and power: The design of Argentine foreign policy (1983-1989)

#### Abstract

The following article analyzes the way in which the complex link between intellectuals and political power influenced the design of Argentine foreign policy from 1983 to 1989, and in particular one of its main goals: to spur the country's integration with Latin America. The theory is based on the analytical categories devised by Robert

---

\* Docente, historiadora e investigadora en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, Caseros, Argentina. Se especializa en la vinculación entre prensa y política y en la relación intelectuales y poder durante el alfonsinismo. Dirige el proyecto "Pensamiento y política en la Argentina del siglo XX, Parte II". E-mail: [cbasombrio@untref.edu.ar](mailto:cbasombrio@untref.edu.ar).  <https://orcid.org/0000-0002-05129431>

Recibido el 13 de agosto de 2022 y aprobado para su publicación el 31 de agosto de 2022.

Putnam, Antonio Camou, and Carlos Altamirano, to be specified as the text unfolds. In terms of methodology, primary sources are mainly articles from the *Argumento Político* and *El Bimestre político y económico* journals, as well as debates, interviews, and material from the Fondo Jorge Federico Sábato.

**Keywords:** Alfonsín; intellectuals; Latin American integration.

## Intellectuels et pouvoir : la conception de la politique étrangère argentine (1983-1989)

### Résumé

Cet article analyse la manière dont le lien complexe entre intellectuels et pouvoir politique a influencé la conception de la politique étrangère argentine au cours des années 1983 et 1989, et en particulier l'un de ses objectifs principaux : stimuler l'intégration du pays à l'Amérique latine. Du point de vue théorique, il s'appuie sur les catégories analytiques de Robert Putnam, Antonio Camou et Carlos Altamirano, qui seront précisées au cours de l'exposé. D'un point de vue méthodologique, il utilise principalement comme sources primaires des articles des revues *Argumento Político* et *El Bimestre político y económico*, des discours, des interviews et des documents du Fonds Jorge Federico Sábato.

**Mots-clés :** Alfonsin ; intellectuels ; intégration latino-américaine.

## 知识分子与权力：阿根廷外交政策的设计 (1983-1989)

### 摘要

本文分析了 1983 至 1989 年期间阿根廷知识分子如何影响乃至直接参与该国外交政策的设计，展示知识分子和政治权力之间的复杂联系。在知识界的影响下，在 1983- 1989 年期间，阿根廷外交政策特别注重促进该国与拉丁美洲其它国家的整合。从理论的角度来看，促进拉美国家的整合一直是罗伯特·普特南、安东尼奥·卡穆和卡洛斯·阿尔塔米拉诺等著名知识分子所提倡的，因为他们特别强调拉美国家的自主发展。本文主要资料采自阿根廷出版的期刊《政治观点杂志》(*Argumento Político*) 和《政治与经济双月刊》(*El Bimestre político y económico*) 上发表的文章、演讲、采访，并充分利用萨巴托基金会(Fondo Jorge Federico Sábato) 所保存的资料作为主要来源。

**关键词：**阿方辛；知识分子；拉丁美洲一体化

### Introducción

Analizar la manera en que el vínculo intelectuales- poder influyó durante los años 1983 y 1989 en el diseño de la política exterior de la Argentina, en particular en uno de los principales objetivos de la misma -impulsar la integración del país con Latinoamérica-, supone atender a dos cuestiones íntimamente relacionadas entre sí, es decir, al contexto interno y externo y a los actores que formularon tal objetivo. En orden a la primera cuestión, considera necesario tener presente la herencia de la última dictadura en el marco de la agudización del conflicto Este- Oeste. Respecto de la segunda cuestión, reflexiona en torno a la relación entre un político, Raúl Alfonsín, y un grupo de intelectuales quienes combinaron sus conocimientos con

un compromiso político- social. En este sentido, se sigue la concepción de intelectual de Antonio Camou (1997, p. 57) y de Carlos Altamirano (2008, p. 10).

La hipótesis que plantea es que el objetivo de la integración ya estaba presente en el político y en los intelectuales con anterioridad a las elecciones de octubre de 1983. Pero, ¿pudieron concretarlo? Intentar dar respuesta a este interrogante conduce a relacionarlo con otros: ¿cómo confluyeron ambos actores?; por qué el presidente decidió designar a uno de ellos, Dante Caputo, al frente del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto y a otro de ellos, Jorge Federico Sábato, como viceministro de dicha cartera?; ¿qué interpretación realizaron el político y los intelectuales acerca de la integración con Latinoamérica?; ¿la tradujeron en acción política?

Desde lo teórico, el trabajo se apoya en la categoría analítica de Robert Putnam (1996) “la lógica de los juegos de doble nivel”, según la cual para explicar una política exterior no debe descuidarse la dimensión nacional de la acción externa. A su vez, desde el punto de vista metodológico, utiliza como fuentes primarias principalmente artículos de las revistas *Argumento Político* y *El Bimestre Político y Económico*, discursos de Alfonsín y de Caputo, entrevistas y material del *Fondo Jorge Federico Sábato*. En definitiva, se pretende echar luz a la historia de las relaciones internacionales y de la integración regional de América Latina haciendo hincapié en el vínculo intelectuales- poder durante los años del gobierno de Raúl Alfonsín en la Argentina.

## **Trayectorias y pensamientos que confluyen**

Las décadas de mil novecientos sesenta y setenta fueron particularmente complejas en el país. Los golpes de estado, en especial los de 1966 y 1976, dejaron huellas profundas en todos los aspectos, tanto sociales, económicos y políticos como culturales, contribuyendo a ahondar la crisis de legitimidad que había caracterizado la política desde el golpe de 1955, en el marco de un mundo bipolar cuyo conflicto Este- Oeste repercutía de modo especial en América Latina. En esas décadas, la política norteamericana hacia la región buscaba evitar toda forma de penetración soviética o cubana, de la mano de la concepción de la seguridad continental.

Fue en ese período que Raúl Alfonsín repensó el papel de la Unión Cívica Radical (UCR en adelante), reflexionando junto a otros correligionarios, entre los cuales se destacaba Jorge Roulet, acerca de la posibilidad de construir un radicalismo diferente. Roulet era ingeniero y

cursó estudios de posgrado en París entre los años 1964 y 1967.<sup>1</sup> En este último año y ya de regreso al país, presidió el Centro de Investigaciones de Administración Pública (CIAP) en el Instituto Torcuato Di Tella, desde el cual convocó a varios intelectuales, entre ellos a Jorge Federico Sábato y a Dante Caputo.

Sábato era abogado y conoció a Roulet mientras completaba sus estudios de posgrado en Ciencias Políticas en la Universidad de La Sorbona, en París. Allí también contactó con Caputo, quien estaba realizando el doctorado en Sociología Política en la misma Universidad, luego de haber obtenido la licenciatura en Ciencia Política en la Universidad del Salvador y la maestría en Relaciones Internacionales en la *Fletcher School of Law and Diplomacy*, Boston. Ambos trabaron una gran amistad y, al regresar Caputo a la Argentina en 1972, fue Sábato quien lo contactó con Roulet y con el CIAP (CAPUTO, 2015; entrevista, 5 marzo 2017). También por intermedio de Roulet conocieron a Alfonsín y establecieron un vínculo que perduraría en el tiempo.

Para entonces, Alfonsín se encontraba participando junto con Roulet de la revista *Inédito*.<sup>2</sup> Usaba el seudónimo Alfonso Carrido Lura y esgrimía un discurso muy distinto del hegemónico (GALLO, 2006, p. 82-97). Por añadidura y como corolario de su proceso de reflexión, en 1972 fundó un movimiento progresista dentro de la UCR llamado originariamente *Movimiento Renovador* y luego *Movimiento de Renovación y Cambio*, con mucha prédica entre los estudiantes radicales y la juventud del partido. A partir de esta instancia, fue gestando un liderazgo muy distinto del de la conducción partidaria en manos de Ricardo Balbín y su *Línea Nacional*.

En los siguientes años de la década de mil novecientos setenta, y sobre todo durante la triste y muy terrible etapa del autodenominado Proceso de Reorganización Nacional, siguió profundizando sus reflexiones. Así, entre 1976 y 1978, a escasos meses del golpe de estado, Alfonsín fundó y dirigió la revista *Propuesta y Control*. Roulet, Sábato y Caputo participaron en ella. Su primer editorial titulado “En busca de un destino” estableció los objetivos de la misma: defensa de los derechos humanos y “destino democrático y republicano” (GALLO, 2006, p. 115-117). Paralelamente, Alfonsín integró la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH), fundada en 1975.

---

<sup>1</sup> Durante el gobierno de Alfonsín, asumió la Secretaría de la Función Pública de la Presidencia de la Nación hasta 1987 en que falleció.

<sup>2</sup> *Inédito* fue dirigida por el periodista y dirigente radical Mario Monteverde. Se publicó entre 1966 y 1972.

Mientras tanto, para este mismo año el CIAP se escindió del Instituto Di Tella y se constituyó el Centro de Investigaciones Sociales sobre el Estado y la Administración (CISEA).<sup>3</sup> Dirigido por Jorge Schvarzer,<sup>4</sup> contó entre sus investigadores titulares con Roulet, Caputo y Sábato.<sup>5</sup> Alfonsín concurría a menudo a sus reuniones. De carácter interdisciplinario y ámbito de debate y elaboración intelectual, su propósito consistió en “analizar, comprender y explicar el papel del Estado y de la Administración Pública en América Latina con el objeto de contribuir al mejoramiento de las condiciones económicas, sociales y políticas del medio en que actúa.” (FONDO JORGE FEDERICO SÁBATO, 1985, s/p). La preocupación por el ámbito latinoamericano estaba presente, siendo la temática central el poder y su ejercicio en el marco del problema de la democracia.

En este sentido, si los temas del desarrollo sostuvieron la primera profesionalización de la economía, y los de la modernización y la dependencia acompañaron la implantación de la sociología, “el autoritarismo y su contracara, las condiciones y los obstáculos para regímenes democráticos, ha operado [...] como el suelo de una nueva legitimidad de la ciencia política” (VEZZETTI, 2018, p. 347-348). En efecto, las reflexiones y debates del CISEA en torno a la democracia y el autoritarismo reflejaron un clima de época, a la vez que hicieron evidentes una gran capacidad de gestar pensamiento y de concebir la acción política. Así, el vínculo entre Alfonsín y el CISEA fue parte de un momento muy particular en que se estableció una relación entre un político y los intelectuales. De hecho, aquél tuvo la íntima convicción de la necesidad de “una nueva comunicación entre el radicalismo y los intelectuales que estaban investigando, reflexionando y pensando la época que se vivía, los tiempos que estábamos tratando de dejar atrás y los que nos esperaban.” (ALFONSÍN, entrevista, 26 mayo 2000).

Tal convicción lo condujo a asistir en 1978 a un seminario sobre el futuro de la democracia organizado por el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) realizado en San José de Costa Rica, el cual implicó “la puesta en escena de la idea democrática en la región y en el ámbito intelectual” (LESGART, 2002, p. 165). Alfonsín

---

<sup>3</sup> De la escisión del CIAP del Di Tella, surgió también el Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), que asoció a investigadores como Guillermo O’Donnell, Marcelo Cavarozzi, Oscar Oszlak, Horacio Boneo, Juan V. Sourrouille, entre otros.

<sup>4</sup> Ingeniero civil, especializado en ferrocarriles, docente universitario y director del Departamento de Economía de la facultad de ingeniería de la UBA.

<sup>5</sup> Sábato comenzó la investigación de lo que sería su libro *La clase dominante en la Argentina moderna. Formación y características* bajo el aporte del CISEA.

comenzó entonces a tener un progresivo acercamiento con grupos de intelectuales, varios de los cuales se encontraban aún en el exilio (BASOMBRÍO, 2012).

Hacia 1981 y, en el marco de sus reuniones con intelectuales del CISEA, principalmente con Roulet, con Sábato y con Caputo, Alfonsín (1981) escribió *La cuestión argentina*, donde propuso formular una “nueva política”, lo que implicaba refundar la democracia, respetar el pluralismo y el disenso y recortar la influencia de las corporaciones. Su proyecto se orientaba a la construcción de un amplio consenso que hiciera gobernable y transformable democráticamente al país en una sociedad que, hasta entonces y por razones estructurales, había devenido en facciosa y en promotora de salidas autoritarias (ALFONSÍN, 1981, p. 185).<sup>6</sup>

En ese mismo año 1981 moría Ricardo Balbín, presidente de la UCR, mientras la figura de Alfonsín iba adquiriendo cada vez mayor protagonismo dentro y fuera del partido. Además, el político percibía los cambios que se gestaban en Europa con la asunción de los socialistas en Francia, de la mano de François Mitterrand en 1981 y en España, de la de Felipe González en 1982. Para inicios de este año, el CISEA decidió crear una revista, *El Bimestre Político y Económico*, dirigida originalmente por Caputo y Schvarzer, con los objetivos de “contribuir a la comprensión del pasado inmediato, reanudar una de las tantas cosas perdidas en estos años: el debate sobre el futuro y contribuir a pensar un poco mejor lo que nos sucede” (EL BIMESTRE POLÍTICO Y ECONÓMICO, 1982, p. 1 y 72). Esta publicación significó en la práctica un frente de acción política.<sup>7</sup>

Cuando en abril de 1982 el régimen militar presidido por el general Galtieri invadió las islas Malvinas y sobrevino la guerra, Alfonsín se opuso de inmediato a la misma. Para entonces, las reuniones entre él, Roulet, Caputo y Sábato tenían lugar en una oficina de la calle Santiago del Estero, y terminada la guerra, en la calle Perú.<sup>8</sup> En sus discusiones quedó en claro la necesidad de exponer ante la opinión pública una oposición a la guerra y denunciar el uso de los intereses nacionales por parte de la dictadura como una herramienta para permanecer en el poder. Y, además, exigir el cese del régimen.

---

<sup>6</sup> En este libro, el político realizó una autocrítica del radicalismo señalando que este partido no había sabido advertir la naturaleza de los cambios producidos en la sociedad a partir de la década del treinta. También sostenía que era necesario dejar atrás la política basada en confrontaciones estériles y en el predominio de una minoría autoritaria, que atentaba contra el disenso y la libertad.

<sup>7</sup> Desde 1986, la revista pasó a llamarse *El Bimestre*, ampliando el espacio destinado a los estudios elaborados por los investigadores del CISEA. Su director fue entonces Jorge Schvarzer.

<sup>8</sup> A las reuniones asistían también dirigentes radicales como Aldo Neri, Roque Carranza, Raúl Borrás, Germán López.

En julio de 1983, la Convención Nacional de la UCR aclamó la fórmula Raúl Alfonsín-Víctor Martínez como candidata del partido para competir en las elecciones nacionales de ese año. Caputo decidió, entonces, editar la revista *Argumento Político*, la cual se posicionó a favor de la candidatura de Alfonsín, ponderó su liderazgo suprapartidario y se convirtió en un órgano de la campaña alfonsinista (BASOMBRÍO, 2020). Queda en evidencia el estrecho vínculo que se formó entre Alfonsín y los intelectuales en cuestión. Coincidían en la crítica hacia el pasado y en la centralidad de la defensa de la democracia y de los derechos humanos. ¿También lo hacían respecto de los lineamientos sobre política exterior?

Sin duda, el lugar de la Argentina en el mundo, sobre todo después del aislamiento internacional que supuso la guerra de Malvinas, fue una preocupación constante en ellos: Alfonsín consideraba que la transición hacia la democracia no tenía futuro como un fenómeno solitario. En este sentido, al escribir *Ahora, mi propuesta política* (ALFONSÍN, 1983), propuso crear un organismo, la internacional democrática latinoamericana, conformada por partidos que bregaran por la libertad, justicia e igualdad, actuando “hacia adentro para apuntalar todas las luchas democráticas del continente, y hacia afuera, con el propósito de influir sobre los dirigentes democráticos de Europa y los Estados Unidos” (ALFONSÍN, 1983/2018, p. 38).

Es evidente que Alfonsín no podía pensar el éxito del proceso de democratización interno sin una política exterior que mostrase a la Argentina luchando por el de toda la región. La ya aludida “lógica de los juegos de doble nivel” entraba en escena. En el mismo sentido, Caputo y Sábato sostenían que la transición hacia la democracia suponía diseñar e implementar una “estrategia política de protección”, es decir, que los países latinoamericanos convivieran con instituciones que les aseguraran un marco de participación popular a fin de que el conflicto Este- Oeste no los siguiera tomando “como uno de sus campos preferidos de batalla”. Afirmaban la necesidad de buscar una acción conjunta de América Latina ante el problema de la deuda externa y hacían hincapié en la integración de la región (FONDO JORGE FEDERICO SÁBATO, 1983, p. 7- 8).

Por tanto, el objetivo de la integración con Latinoamérica estaba presente en el político y en los intelectuales en el marco del debate acerca de la implementación de la democracia en el subcontinente. Dada la confluencia de sus pensamientos, no es de extrañar que luego de su triunfo electoral Alfonsín designara a Caputo como ministro de Relaciones Exteriores y Culto y a Sábato como viceministro de la misma cartera poco tiempo después, en septiembre de

1984. Por añadidura, Elva Roulet (entrevista, 11 jul. 2019)<sup>9</sup> sostiene que “Raúl tuvo un deslumbramiento por la vivacidad de Caputo”, y Alberto Ferrari (1987, p. 294) afirma que “la elección recayó en Caputo por su amistad con algunas personalidades europeas, en especial con el historiador francés Alain Rouquié.”.

Sin embargo, dentro de la UCR tales nombramientos causaron sorpresa. Si bien ambos intelectuales estaban afiliados al partido, muchos de sus dirigentes los miraban con desconfianza por no provenir del tronco partidario y por sus actitudes críticas. Al respecto, Caputo reconocía el talento de aquellos para el “armado político” pero no para las “recomendaciones estratégicas” (CAPUTO, 2015, p. 70-71).<sup>10</sup> ¿Cómo colaborarían con el presidente para llevar a la práctica los pensamientos y reflexiones que venían realizando desde sus primeros encuentros en el entorno del CIAP?

### **De las ideas a la acción política**

En la mecánica del “juego de doble nivel”, la preocupación principal de la administración alfonsinista fue garantizar la estabilidad de la democracia interna asociada a una política exterior acorde. Las circunstancias de la coyuntura eran sumamente complicadas: la pesada herencia de la última dictadura afectaba las relaciones internacionales del país en varios sentidos. Al aislamiento y desconfianza del mundo exterior por la Guerra de Malvinas, se sumaban el brutal endeudamiento externo y la persistencia de hipótesis de conflicto con Chile por el canal de Beagle. Al respecto, el gobierno dictatorial no había aceptado ni el fallo de la Corona Británica de 1977, ni la opinión de la mediación papal en 1980, instancias que habían sido designadas de común acuerdo con Chile. Además, para 1983 pervivían regímenes militares en países vecinos. Brasil y Uruguay recién iniciarían sus transiciones a la democracia hacia 1985; Paraguay y Chile lo harían para 1989, lo cual explica en parte que Alfonsín no pudiera concretar su idea de conformar la internacional democrática latinoamericana.

Por añadidura, dos factores externos sumarían un “ámbito no benévolo” (JIMÉNEZ, 2010, p. 111) a la acción de la diplomacia alfonsinista: la última etapa de la agudización del

---

<sup>9</sup> Arquitecta, esposa de Jorge Roulet. Fue vicegobernadora de la provincia de Buenos Aires entre 1983 y 1987.

<sup>10</sup> El intelectual profundizó sus críticas en especial contra la Junta Coordinadora Nacional hacia 1987, año en que el radicalismo perdió las elecciones intermedias.

conflicto Este- Oeste y su repercusión en América Central, y las políticas neoliberales del presidente Ronald Reagan en Estados Unidos y de la primera ministra Margaret Thatcher en Gran Bretaña, las cuales tendrían influencia en temas muy sensibles del gobierno, como se verá más adelante. En este complejo contexto se intentó llevar a la práctica el pensamiento que venía debatiéndose desde 1972, donde el objetivo de la integración latinoamericana ocupaba un lugar muy importante.

Durante el gobierno de Alfonsín la agenda externa fue central pues la política exterior era funcional a la finalidad principal, es decir, la consolidación institucional de la Argentina. Así, la Cancillería ocupó un rol clave en el proceso de elaboración y puesta en práctica de la política exterior. La toma de decisiones se concentró en la estrecha relación entre el presidente y la cúpula de dicha cancillería de la mano de Caputo y Sábato, quien para septiembre de 1987 se alejaría pues pasaría a presidir el Ministerio de Educación y Justicia. Ciertas iniciativas de Caputo provocaron tensiones con los altos cuadros de la burocracia. Al respecto, si bien el radicalismo contaba con diplomáticos de alto rango, algunos de los cuales fueron nombrados secretarios y subsecretarios,<sup>11</sup> Caputo proyectó en puestos claves a diplomáticos de rangos menores, lo que explicaría la existencia de las tensiones aludidas (DALBOSCO, 2014, p. 146-147; RUSSELL, 1990, p. 26). El canciller no ocultaba su ambición política y consideraba que él no era diplomático sino “*el encargado político de las relaciones exteriores*” (CAPUTO, entrevista, 5 marzo 2017).<sup>12</sup>

En ese proceso de elaboración y toma de decisiones, se optó por una política exterior orientada al no aislamiento, al no alineamiento y a una evaluación de la correlación de fuerzas que operaban en el sistema internacional, todo lo cual debió articularse con la reinserción en ese sistema, la consolidación del estado de derecho y la desactivación de focos de conflicto. Y el objetivo de la integración latinoamericana fue el escenario donde se pusieron en práctica iniciativas y políticas de cooperación. Al respecto, Alfonsín sostenía que los principios que guiarían la política exterior eran los de la soberanía nacional, la autodeterminación de los pueblos, la no intervención, la igualdad de los estados soberanos y la solidaridad latinoamericana. Aseguraba que el destino argentino estaba unido al de los “*hermanos de*

---

<sup>11</sup> Entre quienes ocuparon secretarías y subsecretarías de la Cancillería figuraron Elsa Kelly, Hugo Gobbi, Oscar Torres Ávalos.

<sup>12</sup> Tal ambición llegó a su punto máximo cuando abrigó la esperanza de conformar hacia 1989 una fórmula presidencial junto con Ricardo Barrios Arrechea.

*América Latina*” y que, para servir a la causa de la paz, debía otorgar un carácter prioritario a la relación con ellos. Además, afirmaba que la presencia de Latinoamérica en la comunidad internacional se vinculaba con la decisión de la participación del país en el Movimiento de Países No Alineados (NOAL) (ALFONSÍN, 1983/2018, p. 76-80).

Tales conceptos sobre política exterior serían una constante en el discurso alfonsinista elaborado en colaboración con Caputo. Por ejemplo, el presidente fundamentaba la opción por el NOAL por los impactos negativos que el conflicto Este- Oeste acarrearía para los países latinoamericanos e insistía en que América Latina era el área elegida como prioritaria. Además, señalaba que si el país extendía “*sus brazos al mundo y en el mundo*” tendría más puntos de apoyo, sería menos dependiente y significaría una “*garantía para la estabilidad de la República y su democracia.*” (ALFONSÍN, 1984/2018, p. 141-142). En el mismo sentido, Caputo (2015, p. 92; 108-109) hablaba de “una política de integración regional” unida a “una política de múltiples apoyos” y sostenía que en un mundo globalizado la “política exterior es otra forma de política interior”. Es decir, permanentemente la lógica del “*juego de doble nivel*” estaba presente. Lo local influía en el diseño de la política externa y a su vez, el contexto externo condicionaría esa misma política.

En ese juego de atender “dos tableros al mismo tiempo: el doméstico y el internacional” (PUTNAM, 1996, p. 79), una de las inmediatas preocupaciones fue cómo abordar el conflicto Este- Oeste. El diagnóstico que habían realizado Alfonsín, Sábato y Caputo era que tal conflicto había tomado a América Latina como uno de sus preferidos campos de batalla. Por tanto, consideraron urgente desmilitarizar los conflictos internacionales, lo que los condujo a resolver la cuestión del Beagle con Chile y a formular la estrategia respecto de las islas Malvinas. En ambos casos estuvieron presentes la finalidad de defender la democracia y la vigencia del estado de derecho a nivel interno y externo.

Respecto del conflicto con Chile, Alfonsín tenía contactos con dirigentes de los partidos opositores al régimen de Pinochet (de la democracia cristiana, del socialismo y del radical). Ellos apoyaban una resolución dado que percibían que la desaparición del conflicto sacaba una bandera a los sectores más reaccionarios del nacionalismo chileno. Alfonsín, además, basaba su discurso en torno a la construcción de la paz, sin referirse al gobierno de Pinochet (MARTÍNEZ, 2015, p. 82-85; ALFONSÍN, 1984/2018, p. 144). El presidente decidió abrir la cuestión del Beagle a la discusión pública y también usar un procedimiento de la democracia

directa: una consulta popular no vinculante. Por tanto, el debate entre el canciller Caputo y el jefe del bloque de senadores del justicialismo, Vicente Leónidas Saadi, fue transmitido por la televisión; y la consulta del 25 de noviembre de 1984 ratificó que un 81,5% de los votantes respaldaba la aceptación de la propuesta papal. Al respecto, puede hablarse de “una política exterior democratizada” (MARTÍNEZ, 2015, p. 117).

De la desconfianza se pasaba a una nueva relación con Chile, basada en la negociación y la creación de mecanismos para solucionar los conflictos pendientes. El vínculo entre los países se afianzó cuando Caputo y el canciller chileno Jaime del Valle firmaron el Tratado de Paz y Amistad el 29 de noviembre de 1984 en el Vaticano, que fijó el límite desde el canal de Beagle hasta el pasaje de Drake al sur del cabo de Hornos. A partir de entonces los lazos con los sectores democráticos chilenos se intensificaron. Legisladores argentinos y chilenos –estos últimos habían cesado por el golpe de 1973- participaron en la Asamblea Parlamentaria Internacional “Por la Democracia en Chile”. Para 1986 formaron un Foro Permanente de Integración, espacio que articuló el Comando del NO y unificaría a la oposición democrática chilena para el plebiscito de 1988, que definió la salida del poder de Pinochet (MARTÍNEZ, 2015, p. 89).

En cuanto a las islas Malvinas, la Argentina se encontraba ante una situación de guerra perdida y con una escasa capacidad de presión internacional. Como contrapartida, el tema era de gran importancia tanto para la política interna del partido conservador británico y la ministra Thatcher, como para la política exterior de Gran Bretaña. En este marco, Alfonsín y Caputo sabían que la solución no sería inmediata y diseñaron la estrategia de reivindicar la soberanía argentina sobre las islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur, buscando apoyos internacionales para el inicio de negociaciones, para lo cual consideraron como pieza fundamental la acción en la Asamblea General de las Naciones Unidas. Creyeron que la exigencia británica de que Argentina declarase formalmente el cese de hostilidades no respondía al objetivo mayor de iniciar negociaciones, sino simplemente a una presión. Las hostilidades habían sido iniciadas sin declaración formal en 1982; por tanto, veían innecesaria la exigencia aludida desde el punto de vista jurídico y del derecho internacional. Caputo sostuvo que con esa exigencia los británicos simplemente “*nos quieren torcer el brazo*” y reiteró que la posición argentina era clara desde el inicio del gobierno de Alfonsín (ARGENTINA, 1984-1989, Entrevista del canciller con Bernardo Neustadt, 1988).

Ante la negativa del gobierno británico de iniciar negociaciones sobre soberanía, en los discursos del político y del intelectual permanentemente se aludió al tema con el fin de que no fuera olvidado, principalmente en los foros internacionales. En total coincidencia con Alfonsín, Caputo defendió la resolución de la Asamblea General de las Naciones Unidas que instaba a ambos países a negociar, posicionándose a favor de un arreglo pacífico, basándose en el derecho internacional que no admite la adquisición de territorios por medio de la fuerza, destacando que la negativa británica no se apoyaba en la razón y que la postergación de una solución conducía a crear intranquilidad en la comunidad internacional, precisando la “*voluntad de paz*” de la Argentina y dando el ejemplo de la resolución del conflicto con Chile desde 1984. También remarcando el apoyo de Latinoamérica a la posición de la Argentina. Y, además, haciendo hincapié en que la reivindicación de la soberanía estaba profundamente arraigada en los argentinos y era coherente con la concepción de la democracia como una filosofía total de la convivencia, tanto hacia adentro como hacia afuera del país (ARGENTINA, 1984-1989).

Es decir, el conflicto con Gran Bretaña quedó radicado en el debate en las Naciones Unidas. A pesar de que las ansiadas negociaciones no se concretaron, la estrategia desplegada provocó el aumento del apoyo a la posición argentina. En este sentido, a partir del Tratado de Paz y Amistad con Chile de 1984, este país votó a favor del reclamo argentino y se convirtió en su patrocinante en el Comité de Descolonización de la ONU. Algo similar sucedería con Brasil, como se analizará más adelante. Al mismo tiempo, el gobierno británico sufrió una derrota diplomática cuando en lugar de su candidata caribeña, Caputo ganó la presidencia de la Asamblea General de las Naciones Unidas en septiembre de 1988. Se lamentaba de que varios medios y dirigentes políticos argentinos criticaran que se hubiera postulado. Sostenía que no eran concientes de la trascendencia que significaba para el país estar “en el centro del debate internacional” (FESQUET, 1988, p. 61).

En síntesis, la resolución del conflicto con Chile contribuyó al impulso de la integración latinoamericana y a la modificación de la actitud pro-británica chilena en los foros internacionales. La “*política de integración regional*” se mostraba unida a “*una política de múltiples apoyos*”. ¿Cómo se encararía el abordaje del conflicto Este- Oeste que se había agudizado en América Central?

Alfonsín y la cúpula de la Cancillería opinaban que en la medida en que se profundizara la crisis en Centroamérica y, particularmente en Nicaragua,<sup>13</sup> se corría el riesgo de volver a introducir los fenómenos de insurgencia y contrainsurgencia, lo cual constituía una amenaza para asegurar el proceso de democratización y la seguridad misma de todos los países latinoamericanos. El derecho de no intervención y el de autodeterminación debían respetarse en pos de una solución (EL BIMESTRE POLÍTICO Y ECONÓMICO, 1985, p. 102- 105).<sup>14</sup> Por tanto, decidieron respaldar al Grupo de Contadora, creado en 1983 e integrado por México, Panamá, Venezuela y Colombia, con el Grupo de Apoyo a Contadora. Éste se formó en 1984 con la presencia de Argentina, Brasil, Perú y Uruguay. Así, en diciembre de 1986, quedó conformado el G8 o Grupo de Río.

Tal estrategia condujo a una disidencia con los Estados Unidos, con quien Argentina pretendió instaurar una relación que no supusiera un alineamiento automático. La administración Reagan consideraba a Nicaragua como parte de su “cuarta frontera”, como un problema de seguridad nacional, que debía ser resuelto por Estados Unidos. Aplicaba el enfoque propuesto por la embajadora norteamericana ante las Naciones Unidas, Jeane Kirkpatrick, según el cual había que distinguir entre dictaduras “*buenas y aceptables*” de las “*malas e inaceptables*”, y presionaba a que las facciones en pugna iniciaran negociaciones vía bloqueo (FONDO JORGE FEDERICO SÁBATO, 1984, p. 1).

En contra de esta postura, Caputo afirmaba que a cuarenta años de la fundación de las Naciones Unidas había “importantes logros” y “agudas frustraciones”, derivadas de “nuevas formas de colonialismo, surgidas de la enorme desigualdad entre los países tecnológicamente avanzados y aquellos en desarrollo”, dando el ejemplo del problema centroamericano. Proponía la necesidad de “equidistancia de los bloques, no intervención y no interferencia en los asuntos de otros países, solución pacífica de las controversias, igualdad jurídica de los estados”, y destacaba la formación del Grupo de Apoyo a Contadora que mostraba la “voluntad política y la capacidad de concertación de América Latina para alcanzar desde una perspectiva propia, una solución negociada y duradera al conflicto centroamericano” (ARGENTINA, *Discursos de Dante Caputo*, 1985, s/p.).

---

<sup>13</sup> El Salvador, Guatemala y Nicaragua vivían graves conflictos armados que reproducían la puja entre Estados Unidos y la Unión Soviética.

<sup>14</sup> La revista reprodujo el discurso de Alfonsín en los jardines de la Casa Blanca del 20 de abril de 1985.

La “*voluntad*” y “*capacidad de concertación*” aludidas resultaron efectivas: el trabajo del G8 o Grupo de Río sentó las bases para los Acuerdos de Paz firmados en Esquipulas, Guatemala, en 1986 y en 1987, por los presidentes de Costa Rica, Honduras, Nicaragua, El Salvador y Guatemala,<sup>15</sup> que permitieron la pacificación de Centroamérica. La relación política integrada entre las naciones latinoamericanas mostraba la fortaleza de la actuación en conjunto y así contrabalanceaba la asimetría de poder.

¿Se obtendría algo similar respecto del problema de la deuda que tanto afectaba a América Latina? Cuando en agosto de 1982 estalló la crisis de la deuda en México, que se declaró en cesación de pagos, muchos países latinoamericanos estaban prácticamente en bancarrota. En 1979 se había producido el aumento de las tasas internacionales de interés, mientras caían los precios de las exportaciones. El sistema financiero internacional realizó un tratamiento del problema de los países deudores como un problema de insolvencia, no de iliquidez; de falta de efectivo pero de potencial capacidad para saldar las deudas. Esto sólo los hizo endeudar más, perpetuando sus obligaciones de pagos externos. Entre tanto, los bancos ganaban tiempo para sanear sus carteras, hasta que su solvencia no dependiera más de la posibilidad de que los deudores quedaran en cesación de pagos. En Argentina la deuda externa fue, además, una grave y pesada herencia de la última dictadura: gran parte del endeudamiento había sido realizado por el sector privado quien no hizo inversiones productivas, sino que alimentó el circuito especulativo con la complicidad de la dictadura.

En este marco, inmediatamente ganadas las elecciones, Alfonsín y Caputo decidieron iniciar conversaciones con el presidente del Brasil. El canciller viajó a Brasilia en diciembre de 1983 y se entrevistó con el entonces presidente de facto, João Figueiredo. En marzo de 1984 ambos presidentes acordaron apelar conjuntamente a otros colegas latinoamericanos para formular una propuesta colectiva contra el alza quincenal de las tasas de interés internacionales. Se unieron los presidentes de Colombia, Venezuela, México, Perú y Bolivia. Para el mes de mayo, ya eran once los países representados en una reunión que tuvo lugar en Cartagena de Indias, Colombia. Así nació el Consenso de Cartagena que, en julio de 1984, elaboró una carta de intención haciendo un llamamiento a la “actitud de corresponsabilidad en

---

<sup>15</sup> Los presidentes eran respectivamente Oscar Arias Sánchez, José Azcona Hoyo, Daniel Ortega, José Napoleón Duarte y Vinicio Cerezo.

la solución al problema de la deuda [...] incluyendo plazos, períodos de gracia y tasas de interés compatibles con la recuperación del crecimiento económico” (MARTÍNEZ, 2015, p. 65).

En consonancia, Alfonsín y Caputo en varios de sus discursos se pronunciaban en contra del efecto negativo para la Argentina y Latinoamérica de las políticas proteccionistas, del aumento de las tasas de interés, de la caída de los precios de las materias primas. Y se mostraban a favor de avanzar en la búsqueda de soluciones que permitieran capturar parte de los recursos destinados al pago de los servicios de la deuda externa. También hacían un llamamiento a los países industrializados para que responsablemente se comprometieran a eliminar los factores de perturbación que generaba la crisis de endeudamiento, la cual comprometía el futuro de la democracia en la región.<sup>16</sup>

Como ya había sucedido a propósito de la estrategia para el abordaje del conflicto en el caso de América Central, la propuesta argentina para el tratamiento de la deuda externa también generó disidencias con Estados Unidos, quien se oponía a una concertación multilateral en el marco del Consenso de Cartagena y buscaba reducir el problema a cuestiones bilaterales entre cada país y la banca acreedora. Como ya fue señalado, las políticas neoliberales de Reagan y de Thatcher influyeron en contra del éxito de un tema muy sensible para los latinoamericanos, dado que apoyaron al Fondo Monetario Internacional, al Banco Mundial y a la banca acreedora. A esto se sumaba que la Europa socialdemócrata tampoco dio soluciones de fondo y dejó la última palabra a esos organismos. Además, en el ámbito interno la administración alfonsinista no supo coordinar las acciones de los ministerios especialmente implicados, en particular los de Relaciones Exteriores y Economía, mientras el presidente observaba cómo su propuesta de creación de la internacional democrática latinoamericana se hacía inviable.

En sus últimos discursos Alfonsín refleja todo esto: reconocía el fracaso en la solución al problema de la deuda sosteniendo que, desde la crisis de 1982, la situación no había mejorado para los países deudores, que las perspectivas no eran alentadoras y que los organismos internacionales “parecen creer que es más fácil reducir rápidamente el déficit fiscal en nuestros países que en las naciones más ricas del mundo.” (ALFONSÍN, 1988/2018, p. 2).

---

<sup>16</sup> Entre los discursos al respecto más significativos, figuran el *Discurso de Alfonsín en la Universidad de Emory, Atlanta, Estados Unidos* y el *Discurso de Caputo ante la 40ª Asamblea General de las Naciones Unidas*, cuyas referencias figuran al final del trabajo.

Y también reconocía “errores de diagnóstico”, de “mal cálculo de los tiempos” e insistía en la presencia de “obstáculos y dificultades objetivas” como la caída de precios de productos agropecuarios y el manejo “casi usurario” de las tasas de interés “desde los centros del poder económico internacional” (ALFONSÍN, 1989/2018, p. 295; 299-300). Es decir, era consciente de que la crisis económica que había recibido no había sido resuelta y asumía la responsabilidad de los errores cometidos.

Respecto del “*mal cálculo de los tiempos*”, había existido cierta tensión con Caputo. Éste había sido partidario de declarar, a través del Consenso de Cartagena, una moratoria de la deuda para 1984. Sin embargo, a su juicio, Alfonsín no apoyó suficientemente las iniciativas en este sentido del entonces ministro de Economía, Bernardo Grinspun, mientras el FMI y los bancos acreedores rápidamente negociaban por separado con cada país deudor (CAPUTO, 2015, p. 126-140). La cuestión de la deuda externa era sumamente compleja y se hizo evidente la imposibilidad del Consenso de Cartagena para torcer la asimetría de poder con los centros económicos internacionales.

En cambio, el acercamiento que Alfonsín y Caputo venían produciendo desde diciembre de 1983 con el Brasil, sí sería exitoso en términos de integración política y económica. Se trató de un proceso gradual que se fue profundizando cuando Brasil se encaminó hacia su transición democrática. En ese sentido, el año 1985 fue clave: en las elecciones del mes de enero triunfaba la fórmula Tancredo Neves- José Sarney. Al poco tiempo, ante la enfermedad y posterior fallecimiento del primero, Sarney asumía la presidencia. En el mes de mayo, se reunían en Buenos Aires los cancilleres Caputo y Olavo Setúbal. Anunciaron ampliaciones de compras de trigo, petróleo y gas por parte de Brasil a la Argentina. El 30 de noviembre, los presidentes Alfonsín y Sarney firmaban la Declaración de Foz de Iguazú la cual explicitaba las posiciones coincidentes en torno a cuestiones como el Consenso de Cartagena, el Grupo de Apoyo a Contadora, la creación de la Zona de Paz y Cooperación en el Atlántico Sur y el aval de Brasil a la posición argentina sobre las islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur en las votaciones en la Asamblea General de las Naciones Unidas.

Con este documento ambos presidentes suplantaban la rivalidad y la desconfianza que habían guiado las relaciones entre sus respectivos países por la cooperación. Así como sucedió luego de la firma del Tratado de Paz y Amistad con Chile, también entonces la Argentina conseguía otro valioso apoyo latinoamericano para su política respecto de Malvinas.

La corriente de mutua simpatía y afecto existente entre Alfonsín y Sarney fue muy importante en este paulatino proceso de integración. Las cartas cursadas entre ambos así lo confirman (FONDO JORGE FEDERICO SÁBATO, 1987, s/p.).

A partir de entonces, durante 1986 quedó constituido el Programa de Integración y Cooperación Económica (PICE) que incluyó la firma de veinticuatro protocolos para la desgravación arancelaria. Luego ambos presidentes suscribieron el Acta de Integración y Cooperación Argentino- Brasileña, que contemplaba la incorporación de Uruguay, y otros doce protocolos bilaterales. En el mes de diciembre se concretó la Declaración Conjunta de Brasilia en Materia Nuclear, colocando el tema nuclear en el plano de la integración y del afianzamiento de la paz, para lo cual constituyeron un mecanismo conjunto de control. Entre 1987 y 1988 Alfonsín y Sarney visitaron la planta argentina de uranio enriquecido en Pilcaniyeu y el Centro de experimentación Aramar en Iperó (FONDO JORGE FEDERICO SÁBATO, 1986, s/p.). En varios de sus discursos en los foros internacionales, Caputo daba garantías de que el desarrollo nuclear no sería usado con fines bélicos. Junto con Alfonsín y con las autoridades brasileñas, consideraba que favorecería la capacidad para el desarrollo tecnológico autónomo (FONDO JORGE FEDERICO SÁBATO, 1986, s/p.).

La fase final del proceso de integración tuvo lugar hacia 1988 con la firma del Tratado de Integración, Cooperación y Desarrollo (TICD) en noviembre de 1988, que estableció la eliminación de barreras arancelarias y no arancelarias entre Argentina y Brasil en un plazo de diez años. Y también con la firma del Acta de Alvorada en Brasilia con la presencia del presidente de Uruguay, Julio María Sanguinetti, que inició la integración tripartita. Todo este proceso conduciría a la conformación del MERCOSUR en marzo de 1991.

En síntesis, Alfonsín y Caputo instalaron “ideas que a los cortoplacistas les parecieron ilusorias: [...] la integración efectiva con Brasil y Uruguay” (ALFONSÍN, 1989/2018, p. 302). Es decir, lo que venían pensando desde sus encuentros iniciales acerca de la integración de Argentina con Latinoamérica, pudo concretarse en esta región y dar frutos en lo inmediato.

## **Conclusiones**

Años antes de convertirse en presidente, Alfonsín y Caputo reflexionaban y escribían acerca de la importancia de lograr una integración con Latinoamérica para enfrentar los

desafíos que implicaba sentar las bases de un nuevo estado de derecho y superar las consecuencias pos- dictatoriales. No lo hicieron en soledad sino debatiendo con otros intelectuales, principalmente en el ámbito del CIAP y del CISEA y en estrecha colaboración con Sábato. Sin dudas, durante los años del gobierno de Alfonsín se estableció un vínculo muy particular entre el político y los intelectuales que dirigieron la Cancillería, vínculo de continuidad que implicó que cada uno de los actores optara por el otro. Más allá de que existieran tensiones con dirigentes del partido, y de que Caputo disintiera con el presidente respecto del manejo de la deuda externa, tanto él como Sábato le brindaron apoyo permanente.

Las decisiones que tomaron en conjunto sobre política externa no descuidaron la dimensión nacional de su accionar. Por tanto, fue posible aplicar en el análisis realizado la lógica del “*juego de doble nivel*”: el político y los intelectuales interpretaron la integración de la Argentina con América Latina como prioritaria y en estrecha relación con la finalidad central de garantizar el éxito del proceso de democratización. Consideraron que éste peligraba si subsistían hipótesis de conflicto, si el país no ampliaba sus apoyos, si persistía la agudización del conflicto Este- Oeste en América Central, si no se planteaba multilateralmente la cuestión de la deuda externa, si no se instauraba un nuevo paradigma que suplantara la desconfianza en las relaciones con Chile y con Brasil.

Pero en la lógica del “*juego de doble nivel*”, también el contexto externo condiciona lo diseñado en la política externa. Así quedó demostrado con la negativa de Gran Bretaña a iniciar negociaciones por Malvinas y con el fracaso de la pretendida solución multilateral a la cuestión de la deuda, en gran medida causado por las políticas de Thatcher y Reagan y por la falta de apoyo de los gobiernos socialdemócratas europeos, además de los errores cometidos por la administración alfonsinista.

Así, el impulso a la integración de la Argentina con Latinoamérica, se concretó principalmente en iniciativas de cooperación y de acercamiento que resultaron más exitosas en el aspecto político que en el económico, con excepción del camino abierto a la constitución del MERCOSUR. Por tanto, en el complejo marco de las relaciones intelectuales- poder, si bien a Caputo y a Sábato les fue posible bajar del mundo de las ideas al de la práctica política, en ese proceso pudieron advertir las dificultades para operar sobre la realidad.

## Fuentes primarias

ALFONSÍN, Raúl Ricardo. *Raúl Alfonsín por Raúl Alfonsín: discursos presidenciales ante la Asamblea Legislativa (1983- 1989)*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires; Cátedra Libre Democracia y Estado de Derecho Dr. Raúl Alfonsín, 2018.

ALFONSÍN, Raúl. Entrevista [26 mayo 2000]. Entrevistador: M. C. Basombrío.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores. Comercio Internacional y Culto. *Discursos de Dante Caputo, (1984-1989)*. 1989. Disponibles en: <https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/discursos/dante-caputo>. Acceso: 22 marzo 2020.

ARGUMENTO POLÍTICO, año 1, n. 1- 15, 10 sept. 1983/17 dic. 1983.

CAPUTO, Dante. Entrevista [5 marzo 2017]. Entrevistador: M. C. Basombrío.

EL BIMESTRE POLÍTICO Y ECONÓMICO, año 1, n. 1, enero-feb. 1982.

EL BIMESTRE POLÍTICO Y ECONÓMICO, año 4, n. 20, marzo-abr. 1985.

FONDO JORGE FEDERICO SÁBATO. Archivos y Colecciones, Biblioteca Nacional Mariano Moreno (1985- 1986- 1987). Inv.303, Un. Doc. 5, Carpeta 1, Caja 9; Inv.395, Un Doc. 8, Carpeta 3, Folios 3; Inv. 432, Un. Doc. 3, Carpeta 5, Caja 11; Inv. 432, Un. Doc. 3, Carpeta 5, Caja 11; Inv. 422, Un. Doc. 17, Carpeta 4, Caja 11; Inv. 463, Un. Doc. 10, Carpeta 1, Caja 12; Inv. 431, Un. Doc. 2, Carpeta 5, Caja 11; Inv. 431, Un. Doc. 2, Carpeta 5, Caja 11; Inv.176, Un Doc. 4, Carpeta 1, Caja 7.

ROULET, Elva. Entrevista [11 jul. 2019]. Entrevistador: M. C. Basombrío.

## Referencias

ALFONSÍN, Raúl. *La cuestión argentina*. Buenos Aires: Propuesta Argentina, 1981.

ALFONSÍN, Raúl. *Ahora: mi propuesta política*. Buenos Aires: Sudamericana Planeta, 1983.

ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina I: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008.

BASOMBRÍO, Cristina. El Grupo Esmeralda y Alfonsín. *Entrepasados*, Buenos Aires, año XX, n. 38/39, p. 105- 123, 2012.

BASOMBRÍO, María Cristina. La prensa como fuente: el caso de la revista argentina *Argumento Político* (septiembre- diciembre de 1983). In: BACHER, Nadia et al (Coord.). *El historiador y la prensa: homenaje a José Miguel Delgado Idarreta*. Caen: Université de Caen Normandie, 2020, p. 333-352.

CAMOU, Antonio. Los consejeros del príncipe: saber técnico y política en los procesos de reforma económica en América Latina. *Nueva Sociedad*, México, n. 152, p. 54-67, 1997. Disponible en: [https://static.nuso.org/media/articles/downloads/2639\\_1.pdf](https://static.nuso.org/media/articles/downloads/2639_1.pdf). Acceso en: 22 mayo 2022.

CAPUTO, Dante. *Un péndulo austral: Argentina entre el populismo y el establishment*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2015.

DALBOSCO, Hugo Luis. *Los diplomáticos de carrera y la formulación de la política exterior argentina (1983- 2007)*. 2014. Tesis (Doctorado en Ciencias Políticas)–Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Católica Argentina, Buenos Aires, 2014. Disponible en: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/188>. Acceso en: 22 mayo 2022.

FERRARI, Alberto. Dante Caputo: relaciones maduras con el imperio. In: FERRARI, Alberto y HERRERA, Francisco. *Los hombres del presidente*. Buenos Aires: Tarso, 1987. p. 291- 330.

FESQUET, Silvia. Entrevista con Caputo. *La Semana*, Buenos Aires, n. 612, p. 61, 1988.

GALLO, Edit Rosalía. *Prensa política: historia del radicalismo a través de sus publicaciones periódicas (1890- 1990)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas Cruz del Sur, 2006.

JIMÉNEZ, Diego Miguel. La política exterior de Raúl Alfonsín (1983- 1989): un balance aproximativo. *Temas de Historia Argentina y Americana*, Buenos Aires, n. 17, p. 99-121, 2010. Disponible en: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/7136>. Acceso en: 23 mayo 2022.

LESGART, Cecilia. Usos de la transición a la democracia: ensayo, ciencia y política en la década del ochenta. *Estudios Sociales*, Buenos Aires, n. 22, p. 163- 85, 2002.

MARTÍNEZ, Diego Julio. *La influencia de Europa en la transición democrática sudamericana: Análisis del diseño de la política exterior argentina 1983- 1989*. 2015. Tesis (Maestría en Relaciones Internacionales)–Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2015. Disponible en: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/50124>. Acceso en: 26 mayo 2022.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia y política nacional: la lógica de los juegos de doble nivel. *Zona Abierta*, Buenos Aires, n. 74, p. 69- 120, 1996. Disponible en: <https://www.scienceopen.com/document?vid=19dbc086-dd6a-4af1-aaff-e00fba3cb704>. Acceso en: 26 mayo 2022.

RUSSELL, Roberto. *Política exterior y toma de decisiones en América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

VEZZETTI, Hugo. Los problemas de la democracia: Guillermo O'Donnell y Juan Carlos Portantiero. In: ALTAMIRANO, Carlos; GORELIK, Adrián (Ed.). *La Argentina como problema: temas, visiones y pasiones del siglo XX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018. p. 347-358.

## Legal protection of geographical indications and the vacuum of international agreements in Iranian law

DOI: 10.15175/1984-2503-202214307

Zeinab Parsinezhad\*

Hadi Naeimi\*\*

### Abstract

The intrinsic importance and value of geographical indications and their special characteristics, which, if protected, would have far-reaching economic, cultural and even political benefits, would justify the need to protect them. The present study descriptively-analytically examined the legal protection of geographical indications nationally and internationally and identified gaps in the protection of signs in Iranian law. The results showed that recognizing a geographical indication, whether through registration, court, administrative decision or other means, is not sufficient to realize the potential benefits of protecting a geographical indication. Also, although protecting a geographical indication is essential, it is not the only condition for its success. Also, although there are several ways to protect a geographical indication in theory, even ancillary laws such as the "Fight against Unfair Competition" and the "Consumer Protection Act" and other similar rules and regulations are among these valuable intellectual assets. They protect. However, there are limitations to their protection in practice, largely due to the wide variety of protection systems associated with these symptoms. It was also observed that despite special rules in some countries and territories with geographical indications, including Iran, there is still no global consensus and a single legal authority to support these indications at the international level fully. Therefore, it is necessary to create a comprehensive geographical indication design for a geographical indication to effectively create brand equity for a product or positively impact rural development or the preservation of traditional knowledge, traditional cultural expressions, or biodiversity.

**Keywords:** geographical indications; intellectual property; gaps; support; Iranian law.

### A proteção jurídica das indicações geográficas e o vácuo dos acordos internacionais no direito iraniano

### Resumo

Se fossem protegidas, a importância e o valor intrínsecos das indicações geográficas e as suas características específicas resultariam em amplos benefícios econômicos, culturais e até políticos, justificando a necessidade de tal proteção. Este estudo examinou descritiva e analiticamente a proteção jurídica das indicações geográficas nos níveis nacional e internacional, identificando lacunas na proteção de signos na legislação iraniana. Os resultados mostraram que o reconhecimento de uma indicação geográfica, quer seja por meio de registro, decisão judicial, resolução administrativa ou outros meios, não bastaria para se aproveitar os potenciais benefícios da sua proteção. Além disso, embora a proteção das indicações geográficas seja essencial, ela não é a única condição para o seu sucesso. Soma-se a isso o fato de apesar de teoricamente existirem várias formas

---

\* Master at Faculty of Humanities and Arts Law, Islamic Azad University, Zanjan Branch, Zanjan, Iran. E-mails: [rizkaawidayanti13@gmail.com](mailto:rizkaawidayanti13@gmail.com), [shiva.parsinezhad07@gmail.com](mailto:shiva.parsinezhad07@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0001-7361-2727>

\*\* Assistant Professor at Faculty of Humanities and Arts Law, Islamic Azad University, Zanjan Branch, Zanjan, Iran. E-mail: [naemi.hh@gmail.com](mailto:naemi.hh@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0002-2564-1803>

Recebido em 29 de abril de 2022 e aprovado para publicação em 23 de setembro de 2022.

de proteção de uma indicação geográfica, até mesmo leis auxiliares como a Lei de Combate à Concorrência Desleal e a Lei de Defesa do Consumidor, entre outras normas e regulamentos semelhantes, estão entre estes preciosos direitos de propriedade intelectual. Trata-se de fato de meios de proteção. Contudo, na prática existem limitações à sua proteção, em grande parte devido à ampla variedade de sistemas de proteção associados a estes sintomas. Observou-se igualmente que, apesar das regras especiais em alguns países e territórios que dispõem de indicações geográficas, incluindo o Irã, ainda não há consenso global e tampouco autoridade legal única para respaldar de forma plena e internacionalmente essas indicações. Portanto, é necessário criar uma concepção abrangente para as indicações geográficas, a fim de garantir que elas realmente criem valor de marca para um produto ou influenciem positivamente o desenvolvimento rural ou a preservação do saber tradicional, das expressões culturais tradicionais ou da biodiversidade.

**Palavras-chave:** indicações geográficas; propriedade intelectual; lacunas regulamentares; respaldo; direito iraniano.

## **La protección jurídica de las indicaciones geográficas y el vacío de los acuerdos internacionales en el derecho iraní**

### **Resumen**

La importancia y el valor intrínsecos de las indicaciones geográficas y sus características especiales supondrían amplios beneficios económicos, culturales e incluso políticos si se protegiesen, lo cual justifica la necesidad de tal protección. El presente estudio examinó de manera descriptiva y analítica la protección legal de las indicaciones geográficas a escala nacional e internacional, e identificó lagunas en la protección de los signos en las leyes iraníes. Los resultados mostraron que el reconocimiento de una indicación geográfica, ya sea mediante registro, decisión judicial, resolución administrativa u otros medios, no es suficiente para aprovechar los beneficios potenciales de su protección. Además, aunque la protección de las indicaciones geográficas es fundamental, no es la única condición para su éxito. A ello se añade el hecho de que, pese a que en teoría existen varias formas de proteger una indicación geográfica, incluso leyes auxiliares como la Lucha contra la Competencia Desleal y la Ley de Protección del Consumidor y otras normas y reglamentos similares se encuentran entre estos valiosos activos intelectuales. Son protectoras. No obstante, existen limitaciones para su protección en la práctica, en gran medida debido a la gran variedad de sistemas de protección asociados a estos síntomas. También se observó que, a pesar de las reglas especiales en algunos países y territorios con indicaciones geográficas, incluido Irán, todavía no existe un consenso global y una autoridad legal única que se encargue de respaldar plenamente estas indicaciones a escala internacional. Por tanto, es necesario crear un diseño integral de las indicaciones geográficas a fin de garantizar que creen verdaderamente valor de marca para un producto o influyan positivamente el desarrollo rural o la preservación del conocimiento tradicional, las expresiones culturales tradicionales o la biodiversidad.

**Palabras clave:** indicaciones geográficas; propiedad intelectual; vacíos normativos; respaldo; derecho iraní.

## **La protection juridique des indications géographiques et le vide des accords internationaux le droit iranien**

### **Résumé**

Si elles étaient protégées, l'importance et la valeur intrinsèques des indications géographiques et leurs caractéristiques particulières apporteraient de considérables avantages économiques, culturels et même politiques, justifiant ainsi une telle protection. Cette étude a examiné de manière descriptive et analytique la protection juridique des indications géographiques aux niveaux national et international, après avoir identifié des lacunes liées à la protection des enseignes et des marques dans les lois iraniennes. Les résultats ont montré que la reconnaissance d'une indication géographique, que ce soit par un dans enregistrement, une décision judiciaire, une résolution administrative ou d'autres moyens, ne suffit pas pour profiter des avantages potentiels de sa protection. Par ailleurs, bien que la protection des indications géographiques soit essentielle, elle n'est pas la seule condition de leur succès. À cela s'ajoute le fait que, malgré l'existence théorique de plusieurs manières de protéger une indication géographique, même les lois auxiliaires, telles que la lutte contre la concurrence déloyale et la loi sur la protection des consommateurs et autres réglementations similaires, font partie de ces précieux droits de propriété intellectuelle. De fait, il s'agit de moyens de protection. Cependant, en termes pratiques, il existe des limites à leur protection, principalement en raison de la grande variété de systèmes de protection associés à ces symptômes. Il a également été noté qu'en dépit de règles

spéciales dans certains pays et territoires disposant d'indications géographiques, y compris l'Iran, il n'y a toujours pas de consensus mondial et d'autorité juridique unique pour soutenir pleinement ces indications au niveau international. Par conséquent, il est impératif de créer une conception intégrale des indications géographiques, afin d'assurer qu'elles créent véritablement une valeur de marque pour un produit ou impactent positivement le développement rural ou la préservation des connaissances traditionnelles, des expressions culturelles traditionnelles ou de la biodiversité.

**Mots-clés :** indications géographiques, propriété intellectuelle, vides réglementaires, soutien, droit iranien.

## 地理标志的法律保护和伊朗法律里国际协定的真空

### 摘要

地理标志具有内在的重要性、价值和特征，如果它们受到保护，将产生深远的经济、文化甚至政治利益。因此，保护它们是非常必要的。本文研究伊朗有关国内和国际地理标志的法律保护条文，对具体实施情况进行了分析，发现了伊朗法律中有关地理标志保护方面的一些疏漏。本研究结果表明，承认地理标志，无论是通过注册、法院判决、行政认定还是其他方式，都不足以实现保护地理标志的潜在利益。此外，虽然保护地理标志是必不可少的，但这并不是其成功的唯一条件。理论上有多种保护地理标志的途径，包括利用“打击不正当竞争”和“消费者保护法”等辅助法律以及其他类似的法规来保护这些宝贵的知识产权。然而，在实践中对它们的保护存在局限性，主要是由于相关的保护种类繁多。还有人指出，尽管包括伊朗在内的一些国家和地区对地理标志有特殊规定，但是缺乏全球共识和单一的法律机构在国际层面全面支持这些地理标志的知识产权。因此，有必要对它进行全面的地理标志设计，以便有效地为产品创造品牌资产，对乡村发展、传统知识、传统文化或生物多样性的保护产生积极影响。

**关键词：**地理标志；知识产权；疏漏；支撑；伊朗

### Introduction

Geographical indications have recently become a topic of public interest, and interest and attention to it has grown in recent years. And this increase in interest stems in large part from the WTO members' commitment to protecting geographical indications under the TRIPS Agreement. In many countries, the need to comply with the commitments under the TRIPS Agreement prompted this focus on geographical indications, and countries soon realized that there was potential value in this form of IP (intellectual property). But beyond that, the nature of these signs is a useful tool in marketing strategies and public policies that has generated increasing interest in the last two to three decades (AMINI; KHODADADI 2017). The fact that geographical indications are embedded in a territory means that they can be an effective tool for promoting local development. Their close connection with tradition shows that they can have a positive effect on the preservation of cultural expressions and traditional knowledge (ZAHEDI; MOHAMMADI, 2015). The fact that specific geographical locations may be specifically related to natural conditions (climate, soil, water, etc.) or the tradition and

knowledge of local artisans, makes products of distinctive quality, produced and consumers of the status and value of these characteristics. Geographical indications are more than just a name or a symbol and reflect the reputation, quality and quality that are deeply related to geographical areas of different sizes. Reputation is a geographical indication of a collective and intangible asset that, if not protected, can be exploited without limitation, its value diminished, and eventually destroyed. Therefore, preserving and protecting them as the collective cultural, social and economic heritage of a region, land and country, is important and noteworthy in various aspects, and it is important to preserve the value of these tokens as intangible assets. For this purpose, we must consider different angles of the issue. One of the most important aspects of the issue, which can have a profound effect on the protection of this valuable asset, is legal protections and attention to the issue of geographical indications. Trademarks are an intellectual property (IP) aspect that has received increasing attention since the ratification of the Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights Agreement, known as the TRIPS Agreement in 1994, part of which is geographical indications. It has attracted the attention of policymakers and business experts, as well as producers, mostly agricultural products, lawyers and economists around the world. Undoubtedly, it is because of the section on geographical indications that the agreement is now appealing to more countries beyond the limited list of countries that have traditionally and actively pursued a policy of geographical indications.

In the science of intellectual property law, the term "sui generis" means a special form of protection system that is outside the existing mechanisms. Such a system is designed to respond to a specific need. That is, the specific characteristics, requirements, and needs of a subject require a special system of protection. From the perspective of the World Intellectual Property Organization (WIPO), new letters must be created when it becomes clear that existing mechanisms cannot respond appropriately to the characteristics of an issue. The field of protection of new plant species, methods of building integrated electronic circuits and geographical indications are areas that are supported in a special way (BROOKMAN, 2016). This support system, as it follows from the above description, is specifically created for a specific issue and in accordance with its conditions. Therefore, the creation of a special support system raises the conceptual and practical issues. The definition of the subject and objectives of the protection and the conditions required for it, the scope of the rights granted, the right holders (including individuals and groups), the methods of use, the duration of the protection and the like should be specified. "One of the

questions that the special protection system has to answer is who gets this protection; "In other words, who are the rights holders in relation to these manifestation"?

Acquiring a geographical indication provides a competitive advantage for a product in domestic and global markets, increases consumer confidence in the authenticity and distinction of products and manufacturers, and allows manufacturers to better differentiate their products. Also, identifying and supporting the name of these products in the market allows the community of manufacturers to invest in maintaining the specific quality of the product for which it is famous. Most importantly, as fame spreads across borders and demand increases, investment may be directed towards the environmental sustainability of the products in which they are produced.

The present study, understanding the importance and necessity of the subject and considering the study gaps around the issue, proceeded to the present study. Also, the importance of geographical indications as a collective right for the culture and economy of the country, which justifies and justifies the need for legal protection and protection, is another motivation for the researcher to address the issue of legal protection of geographical indications in Iran. And the need for such protections and gaps in this regard in Iranian law was compared to the provisions of international agreements (CALBOLI; LEE, 2014). Given that Iran is a country with many geographical indications, the protection of which requires legal support and familiarity with different angles of the issue, which itself goes through scientific research.

## **Materials and methods**

### ***Approaches to the protection of geographical indications***

Geographical indications in different countries and regional systems are supported by a wide range of approaches - often a combination of two or more approaches - developed in accordance with different legal traditions and within specific historical and economic contexts. In general, there are three main methods of protecting geographical indications: a) unique protection systems or so-called (*sui generis*); B) collective marks and certificates; And (c) trade-focused methods, including the permanent administration of product approval plans. These approaches vary considerably depending on the circumstances or area of support. On the other hand, the first two cases, namely *sui generis* systems and collective

mark or certificate systems, have some features in common, such as creating rights for collective use by individuals if they meet defined standards.

### ***Unique systems / Special support systems (Sui generis)***

The importance of geographical indications and related rights highlights the need to establish special systems to protect these signs. In this regard, the possibility of individual instances of intellectual property rights in relation to plant species, industrial designs, trademarks and other instances for their special protection has been examined by the World Trade Organization and especially the World Intellectual Property Organization.

### ***Protection through legal means of intellectual property***

Since geographical indications are a branch of intellectual property and are rooted in indigenous popular culture and tradition, it is only natural that this type of property should be protected by legal means. The World Intellectual Property Organization defines the protection of traditional knowledge and manifestations of popular culture as the use of the tools and principles of intellectual property rights to prevent the unauthorized or improper use of traditional knowledge or manifestations of this culture by third parties. More broadly, advocacy includes applying the laws, values, and principles of intellectual property to prevent abuse, misappropriation, copying, misappropriation, and other items of illicit exploitation. In short, the purpose of supporting the vision of the organization is to ensure that the innovation and creativity in these manifestations are not misused. It is said that there are two forms of protection in meeting the expectations of traditional indigenous communities from the perspective of intellectual property rights: positive and negative (defensive).

### ***Rules focused on business procedures***

In addition to protection through intellectual property laws, geographical indications may be exercised through other means, such as focusing on business practices, including product-approval procedures or specific laws that focus on business practices, such as unfair competition law. Protect consumer protection laws or product labeling laws. These laws, however, do not establish an individual industrial property right over a geographical indication. However, they indirectly protect geographical indications to the extent that they

prohibit certain acts that may involve their unauthorized use. Support for geographical indications can be applied internationally in the following two ways.

### ***Multilateral agreements***

Some of them deal with geographical indications directly and some implicitly. As stated at the beginning of all these conventions, the members of these agreements form a union, within the framework of which the rights and goods of the members among the members of the union are protected all over the world. This means that the union has no duty to non-members and only guarantees the rights of its members. According to Article 1-1 of the Paris Convention, "the States Parties to the present Convention are formed in the form of an association for the protection of industrial property"; According to Article 1, paragraph 1, of the Madrid Agreement (1981), "the countries to which this Agreement applies shall form special unions for the international registration of marks"; Also, according to Article 1 بند 1 of the Lisbon Treaty, "the countries to which this agreement applies shall establish a special union within the framework of the Union for the Protection of Industrial Property". All measures are applicable in the form of a union.

#### 1. Paris Convention for the Protection of Industrial Property, 1883

The Paris Agreement is for the protection of industrial property (in the broadest sense, including patents, trademarks, utility models, service marks, trademarks, geographical indications and the fight against unfair competition). The basic principles of the treaty are divided into three main categories: national conduct, the right of precedence, and common law. The convention covers most instances of industrial property, including patents, trademarks, industrial designs, consumer models, and geographical indications, and aims to create a system for inventors to support their invention internationally (CAMERON; GELBACH; MILLER, 2011). States Parties undertake to make arrangements for the protection of the geographical indications of the Allies. The provisions of this convention state that according to the "principle of national conduct", there is no difference between the citizens of the member states in the registration of intellectual property and the filing of lawsuits, and the courts will treat the inventors of the member states equally. According to paragraphs 2, 3 and 4 of Article 1, "Subject of protection of industrial property of patents, samples of equipment for meeting needs, designs or industrial samples, factory marks or trademarks, trade names and marks of place of issue or titles and names of origin, as well

as prevention Its competition is illegitimate; Industrial property is considered in its broadest sense and includes not only industry and trade - in the specific sense - but also agricultural and extractive industries and all manufactured or natural products such as wines, grains, tobacco leaves, fruits, livestock, minerals, beers. Are also flocks and flours; "Patents include various types of industrial patents, such as import patents, supplementary patents, patents or accreditation certificates, etc., which are accepted by the laws of the member countries of the Union." Paragraph 2 of Article 1 of the Paris Convention also specifies the origin of the subject matter, and Article 10 deals with the origin of the product.

## 2. Madrid Agreement Concerning the International Registration of Trademarks and Related Protocols (1891)

This system allows a trademark to be protected internationally in many countries. The Treaty of Madrid was ratified in 1891 (CALBOLI, 2015). However, an annexed protocol was adopted in 1989 with the aim of making the Madrid system more flexible and more compatible with the domestic laws of certain countries that were unable to accede to the agreement. Iran became a party to the Madrid Agreement in 200.

## 3. The Lisbon Treaty for the Protection of Designations of Origin and their International Registration, adopted in 1958 (WIPO, 1958).

The Lisbon Treaty was signed in 1958 to revise the Madrid Agreement to protect designations of origin and to facilitate the international registration of such names. Under Article 1 of this Agreement, States Parties are required to protect the originating names of products of other Member States protected in the country of origin. The name of origin means the geographical name of the country, region or place where the product is produced and exported and the quality of the product can be considered due to the geographical environment and the popularity of the product is due to the country of origin. In the subsequent amendments, in addition to the geographical conditions, the requirements of this treaty were extended to the culture and traditions of a region. Currently 28 countries are parties to the Lisbon Treaty: Algeria, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Burkina Faso, Congo, Costa Rica, Cuba, Czech Republic, North Korea, France, Gabon, Georgia, Haiti, Hungary, Iran, Israel, Italy, Macedonia. Mexico, Moldova, Montenegro, Nicaragua, Peru, Portugal, Serbia, Slovakia, Togo and Tunisia and about 9,000 geographical indications were registered by the members of the Lisbon Treaty. The Paris Convention and the Lisbon Treaty of International Trade highlighted efforts to harmonize the different approaches and standards that governments used to register intelligence. The first attempts to do so were

made at the Paris Convention on Trademarks (1883, still in force, 176 articles; WARDHAN; MANCHICKANTI, 2013), followed by a much more precise clause in the 1958 Lisbon Treaty on the Protection of Registration of Origin and Registration.

4- Madrid Treaty in order to prevent the installation of unrealistic or deceptive signs of the source on the goods (1989)

Under this agreement, the importation of all goods bearing the false or misleading mark of the source, which directly or indirectly identifies its place of production as a Member State or other region, must be stopped or such imports prohibited, or other measures or legal guarantees enforced. Apply in connection with their import. The agreement provides for the seizure and confiscation of the product for such cases. This Agreement prohibits the use, sale, supply or offering for sale of any goods which carry a sign of public deception about the source of the goods. The agreement allows the courts of the member states to decide which of the origin names (other than the source names related to the source of the wine products) do not fall within the scope of the agreement in terms of their unique characteristics. This agreement does not provide for the creation of a union, the appointment of an executive body or a budget. Membership in this Agreement is open to all members of the Paris Convention for the Protection of Industrial Property (1883). Instruments of ratification or accession shall be deposited with the Director-General of WIPO.

5. Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS), 1994

This agreement, which is an integral part of the final document of the Uruguay Round and one of the three pillars of the WTO Agreements (including the Agreements on Trade in Goods, Services and Intellectual Property) and the most comprehensive international document on intellectual property rights, entered into force on 1 January 1995. It is by far the most comprehensive multilateral agreement on intellectual property, and the areas it covers are: copyright and related rights (i.e., the rights of performers, producers of recorded sounds and broadcasting organizations). Trademarks including service marks. Geographical indications, including letters of origin; industrial plans; Inventions include the protection of new plant species; Integrated circuit design; and undisclosed information including trade secrets and experimental data. Since the 1970s, due to the shortcomings of previous conventions and agreements and the lack of an effective enforcement mechanism in them, intellectual property rights have been raised by the developed countries in the Uruguay Round negotiations under the GATT General Agreement on Tariffs and Trade,

which eventually Thrips led to the ratification of the Intellectual Property Commercial Agreement. Implementation of this agreement has started since 1995. When negotiations on trade-related aspects of the World Trade Organization (TRIPS) ended in 1994, the governments of all OIC member states (164 countries, in August 2016) agreed on specific basic standards for trademark protection. Determine geographical locations in all member countries. During the Doha WTO Development Round, which began in December 2001, WTO member states were negotiating the creation of a "multilateral registration" of geographical indications. Some countries, including the European Union, are trying to register legally. While other countries, including the United States, were pushing for a non-binding system, in which the WTO would be informed only of the relevant geographical indications of its members. Some participating States (especially European countries; INTERNATIONAL TRADE CENTRE; WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION, 2003; WESSEL et al., 2020) were willing to go further and negotiate the inclusion of a geographical indication in products other than wine and alcohol under Article 23 of the TRIPS. These governments argued that the extension of Article 23 would increase protection of these marks in international trade. However, this is a controversial proposal that has been opposed by other governments, including the United States, which has called into question the need to extend stronger Article 23 protection to other products. They are concerned that Article 23 protection is, in most cases, beyond what is necessary to secure the interests of the consumer, which is the primary purpose of GI law.

#### 6- Geneva Document of the Lisbon Treaty 2015

The law was passed in Geneva in 2015 and entered into force in early 2020 with the accession of the European Union. Geneva Law is a bridge between the Lisbon system of origin and the Thrips system of geographical indications.

### ***Results and Discussion***

The results of the study showed that, although in theory, there are several ways to protect a geographical indication, and even ancillary laws such as the "Fight against Unfair Competition" and the "Consumer Protection Law", and other similar rules and regulations. , Protect these valuable intellectual assets. But in practice, there are limitations to protecting them. For example, while patents and trademarks have been established by practical and efficient methods and used by many inventors, innovators, and corporations, the conditions

for geographical indications are due to the wide variety of protection systems. Available, slightly different. For example, if geographical indication registration and patent rights are not available in a particular geographic area, there is a risk of problems with geographical indication protection. Because despite the existence of certain rules in some countries and territories with geographical indications, there is still no global consensus and a single legal authority to fully support these indications at the international level. Inevitably, the rules and regulations for the protection of geographical indications are scattered in different territories, and this has led to the desired result, despite the targeted efforts in the protection of these signs (PIETKIEWICZ, 2021). Experience shows that recognizing a geographical indication, whether through registration, court, administrative decision or other means, is not in itself sufficient to realize the potential benefits of protecting a geographical indication. Also, although the protection of a geographical indication is important, it is not the only condition for its success. Therefore, in order for a geographical indication to effectively create brand equity for a product or have a positive impact on rural development or the preservation of traditional knowledge, traditional cultural expressions or biodiversity, it is necessary to create a comprehensive geographical indication design. This set of rules and mechanisms underlies the operation of a geographical indication. Successful experiences with geographical indications show that these tokens, if well managed, are intangible assets with strong potential for product differentiation, added value, and side effects in areas related to the primary product. But despite all the efforts to use and support geographical indications, the use of brands with a geographical origin also poses challenges. Among other things, due to the collective nature of the issue, those who produce and market products with geographical indications, must act collectively according to production methods, quality and control standards, as well as product distribution and marketing. Finally, it should be noted that a sign acts as a geographical indication depending on national law and consumer awareness (BAETENS, 2022). As well as the first step towards supporting geographical indications at the international level, supporting them at the national level; And it is necessary to register the mark inside the country. Because, as we have seen, although Iranian law protects all geographical indications, both registered and unregistered, international conventions, treaties and agreements only support signs. Which are first registered at the national level. In other words, at the international level, a mark, after registration, provides the right to use the geographical name belonging to the community of producers in a certain geographical area and can add value due to the geographical name

and mark at the level Achieved very widely. The final results of the study indicate that the geographical indication as a phenomenon with special nature and characteristics, can not be protected and protected based on general rules and regulations and therefore requires a special and unique legal protection system that can comply with It should have all its features, conditions and attributes and cover all its angles, otherwise, it will be inevitable that the mentioned signs will be endangered and their rights will be abused and violated. As at present, in the role and weakness of the special protection system for the marks in question, its goods and products are governed more by intellectual property laws and then by commercial laws and procedures, which can not provide adequate protection. And have faith in it. With these interpretations, it seems that despite the independent nature and index of geographical indications, it is still treated as a subset of intellectual property and has not found an independent personality

## **Conclusions**

The subject area is geographical indications, handicrafts, industrial products and especially its main territory in agriculture and related products. In the case of legal protection, they give their countries the opportunity of global trade and significant benefits due to their access to global markets. The issues related to them are not only economic, but also political and cultural. Legal protection of geographical indications is now common in several ways. The first is through sui generis systems, which are almost independent and grant relatively strong patents. The second form of trademark protection is expanding to new product types through trade agreements and amendments to national and regional laws globally, and governments are part of their public policy to legally protect the trademarks in question. Have been assigned. The protection of such marks under intellectual property laws is also part of the International Intellectual Property (IP) Agenda. For this reason, the protection of geographical indications, especially by some developing countries, is growing as a form of intellectual property.

## References

AMINI, Mansour; KHODADADI, Mohammad. Recognition of the mark and its types in comparison with other trademarks and trademarks. *Private Law Journal*, v. 15, n. 1, p. 11-22, 2017.

BAETENS, Freya. Protecting Foreign Investment and Public Health Through Arbitral Balancing and Treaty Design. *International & Comparative Law Quarterly*, v. 71, n. 1, p. 139-182, 2022. <https://doi.org/10.1017/S0020589321000488>

BROOKMAN, Adam. *Trademark Law: Protection, Enforcement and Licensing*. 2nd ed. Alphen aan den Rijn: Wolters Kluwe, 2016.

CALBOLI, Irene. Geographical Indications of Origin at the Crossroads of Local Development, Consumer Protection and Marketing Strategies. *IIC - International Review of Intellectual Property and Competition Law*, v. 46, p. 760-780, 2015. <https://doi.org/10.1007/s40319-015-0394-0>

CALBOLI, Irene; LEE, Edward (Ed.). *Trademark Protection and Territoriality Challenges in a Global Economy*. [S.l.]: Edward Elgar Publishing, 2014.

CAMERON, A. Colin; GELBACH, Jonah B.; MILLER, Douglas L. Robust inference with multi-way clustering. *Journal of Business and Economic Statistics*, v. 29, n. 2, p. 238-249, 2011.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE - ITC; WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION – WIPO. *Secrets of Intellectual Property: A Guide for Small and Medium-Sized Exporters*. 2003. Available at: <https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=294>. Accessed on: Sept. 21, 2022.

PIETKIEWICZ, Michał. Legal status of Caspian Sea – problem solved? *Marine Policy*, v. 123, 104321, 2021.

WARDHAN, Prerna; MANCHIKANTI, Padmavati. A relook at inventor's rights. *Journal of Intellectual Property Rights*, v. 18, n. 2, p. 168-173, 2013.

WESSEL, Ramses A. et al. The future of EU Foreign, Security and Defence Policy: Assessing legal options for improvement. *European Law Journal*, v. 26, n. 5-6, p. 371-390, 2020. <https://doi.org/10.1111/eulj.12405>

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION – WIPO. *Lisbon Agreement on the Protection of Designations of Origin and their International Registration*. Oct. 31, 1958. Available at: <https://wipolex.wipo.int/en/treaties/textdetails/12827>. Accessed on: Sept. 21, 2022.

ZAHEDI, Mehdi; MOHAMMADI, Amid. Challenges in Protection of Geographical Indications in the Iranian Legal System: Opportunities and Recommendations. *Judicial Law Views Quarterly (Law Views)*, v. 20, n. 69, p. 67-96, 2015. Available at: <https://jlvviews.ujsas.ac.ir/article-1-769-en.html>. Accessed on: Sept. 21, 2022.

## Legal validity of Online Dispute Resolution (ODR) System in India and Indonesia

DOI: 10.15175/1984-2503-202214308

Rahul Jairam Nikam\*

Nongthombam Bangkim Singh\*\*

### Abstract

Advancement in technology brought many inevitable changes with more efficiency, making human life easier. Benefit of technology shall be incorporated for effective and efficient justice delivery in dispute resolution mechanism. New development in this area is online arbitration dispute resolutions (ODR) which have been without doubt adopted and practices by justice delivery system across the globe. But the question remains the same as whether justice delivery system is equipped to cope up in the same pace with the changes taking place in the society and technology. Are the existing laws being enough to conduct online system as an effective mechanism to settle disputes among the parties? Keeping in context the preceding query, the present research resorted tracing the laws relevant to the use of ODR mechanism in India and Indonesia, as their present legal framework of arbitration addressing dispute resolution through the ODR mechanism lack specific laws. The present research adopts a mixed method using both primary and secondary data for tracing and comparison the ODR system in India and Indonesia. It is concluded that ODR deliverance are valid and enforceable in the present legal framework of both the countries. Therefore, people must not be doubtful while using ODR mechanism to settle their disputes. It also demonstrates that an ample scope is there in the existing laws of both the countries to accommodate and enhance the overall process and deliverance of ODR mechanism through amendments and separate guidelines.

---

\* Associate Professor (Law), Faculty of Law, Marwadi University, Rajkot, Gujarat, India. E-mail: [rahulsnikam@gmail.com](mailto:rahulsnikam@gmail.com).  <https://orcid.org/0000-0001-7279-1399>

\*\* Associate Professor (Sociology), Faculty of Law, Marwadi University, Rajkot, Gujarat, India. E-mail: [julie22nd@gmail.com](mailto:julie22nd@gmail.com).  <https://orcid.org/0000-0001-6145-3757>

Received February 16, 2022 and approved for publication August 22, 2022.

**Keywords:** online dispute resolution in India; online dispute resolution in Indonesia; Information Technology Act ("IT Act"); judicial response; legal validity.

## **A validade jurídica do sistema de resolução on-line de disputas (ODR) na Índia e na Indonésia**

### **Resumo**

Os avanços da tecnologia tornaram possível levar a cabo com mais eficiência muitas mudanças inevitáveis que facilitam a vida dos seres humano. É necessário tirar proveito das vantagens da tecnologia no mecanismo de resolução de disputas para garantir uma administração eficaz e eficiente da justiça. Sem dúvida adotada e implementada por sistemas de administração da justiça em todo o mundo, a resolução on-line de disputas (ODR) marca um novo desenvolvimento neste campo. Contudo, resta saber se o sistema de administração da justiça está preparado para se adequar no mesmo ritmo às mudanças em curso na sociedade e na tecnologia. As leis existentes, seriam elas suficientes para gerenciar o sistema on-line enquanto mecanismo eficaz na resolução de disputas entre as partes? Para responder a essa pergunta, essa pesquisa identificou as leis relevantes que possibilitam o uso do mecanismo ODR na Índia e na Indonésia, tendo em vista que o marco legal de arbitragem em vigor nestes países, referente à resolução de disputas por meio do mecanismo ODR, carece de leis específicas sobre o uso do mecanismo ODR. A pesquisa adotou uma abordagem mista, valendo-se de dados primários e secundários para rastrear e comparar os sistemas ODR da Índia e da Indonésia. Conclui-se que as soluções de ODR são válidas e executórias no atual arcabouço jurídico de ambos os países. Por conseguinte, as pessoas não devem hesitar em recorrer ao mecanismo ODR para resolverem as respectivas disputas. Mostra-se igualmente a existência de amplo espaço nas legislações em vigor destes países para integrar, adotar e aperfeiçoar o processo geral e as soluções do mecanismo ODR, através de emendas e diretrizes independentes.

**Palavras-chave:** resolução de disputas online na Índia; resolução de disputas online na Indonésia; Lei de TI ("IT Act"); resposta jurídica; validade jurídica.

## **La validez legal del sistema de resolución de litigios en línea (ODR) en la India e Indonesia**

### **Resumen**

El avance de la tecnología ha permitido llevar a cabo de forma más eficiente muchos cambios inevitables que facilitan la vida de los seres humanos. Es necesario hacer uso de las ventajas que supone la tecnología en el mecanismo de resolución de disputas para asegurar una administración de la justicia eficaz y eficiente. Las resoluciones de litigios en línea (ODR), que sin duda han sido adoptadas y practicadas por los sistemas de administración de justicia de todo el mundo, suponen un nuevo desarrollo en esta área. Sin embargo, la pregunta sigue siendo si el sistema de administración de justicia

está preparado para hacer frente al mismo ritmo a los cambios que tienen lugar en la sociedad y la tecnología. ¿Son suficientes las leyes existentes para gestionar el sistema en línea como un mecanismo efectivo para resolver disputas entre las partes? Para dar respuesta a dicha pregunta, la presente investigación identificó las leyes relevantes para el uso del mecanismo de ODR en India e Indonesia, ya que su actual marco legal de arbitraje que aborda la resolución de disputas a través del mecanismo ODR carece de leyes específicas al respecto. La investigación adoptó un método mixto que utiliza datos primarios y secundarios para rastrear y comparar los sistemas de ODR de la India e Indonesia. Se llega a la conclusión de que las redenciones de ODR son válidas y exigibles en el marco legal actual de ambos países. Por consiguiente, las personas no deben tener dudas a la hora de usar el mecanismo de ODR para resolver sus disputas. Así mismo, se muestra que existe un amplio margen en las leyes existentes de ambos países para acoger y mejorar el proceso general y la redención del mecanismo de ODR a través de enmiendas y directrices independientes.

**Palabras clave:** resolución de disputas en línea en India; resolución de disputas en línea en Indonesia; Ley de Tecnologías de la Información («IT Act»); respuesta judicial; validez legal.

## La validité juridique du système de règlement en ligne des litiges (RLL) en Inde et en Indonésie

### Résumé

Les progrès de la technologie ont permis d'effectuer plus efficacement de nombreux changements inévitables, facilitant la vie des êtres humains. Il est nécessaire de profiter des avantages de la technologie dans le mécanisme de règlement des litiges pour assurer une administration efficace et performante de la justice. Le règlement en ligne des litiges (RLL), qui a sans aucun doute été adopté et mis en place par les systèmes d'administration de la justice du monde entier, marque un tournant de l'évolution dans ce domaine. Cependant, la question demeure de savoir si le système d'administration de la justice est prêt à faire face au même rythme aux changements en cours dans la société et la technologie. Les lois existantes sont-elles suffisantes pour gérer le système en ligne en tant que mécanisme efficace de règlement des litiges entre les parties ? Pour répondre à cette question, cette recherche a identifié les lois pertinentes permettant l'utilisation du mécanisme RLL en Inde et en Indonésie, étant donné que leur cadre juridique d'arbitrage actuel, ayant trait au règlement des litiges par le biais du mécanisme RLL, manque de lois spécifiques. La recherche a adopté une approche mixte, utilisant des données primaires et secondaires pour suivre et comparer les systèmes RLL de l'Inde et de l'Indonésie. Nous avons conclu que les solutions RLL sont valides et exécutoires dans le cadre juridique actuel des deux pays. Par conséquent, les personnes ne doivent pas hésiter à faire appel au mécanisme RLL pour résoudre leurs différends. De même, il a été démontré que les lois existantes des deux pays peuvent intégrer, adopter et améliorer le processus global et les solutions du mécanisme RLL par le biais d'amendements et de directives indépendantes.

**Mots-clés** : règlement des litiges en ligne en Inde ; règlement des litiges en ligne en Indonésie ; Loi sur les technologies de l'information « IT Act » ; réponse judiciaire ; validité juridique.

## 印度和印度尼西亚关于网络线上解决争端 (ODR) 系统的法律效力问题

### 摘要

技术的进步带来了许多不可避免的变化，它使社会效率更高，人类生活更轻松。技术进步的成果之一是线上解决争端的机制被广泛使用，以有效、高效地伸张正义。该领域的新发展是线上仲裁争议解决机制 (online arbitration dispute resolutions - ODR)，无疑已被全球司法处理系统采用和实践。但存在的问题是：司法执行系统是否能够以同样的速度应对社会和技术发生的变化？现有法律是否足以将线上系统作为解决各方纠纷的有效机制？在上述问题的背景下，本研究参考印度和印度尼西亚两国关于使用线上解决争端机制相关的法律，因为它们两国目前也采用线上仲裁机制解决争议，但是其仲裁机制缺乏具体的法律支持。本研究采用混合方法，使用一手和二手数据来追踪和比较印度和印度尼西亚的 ODR 系统。作者得出的结论是，在两国目前的法律框架下，网上解决争端是有效的、可执行的。因此，人们在使用线上解决机制来仲裁争端时，绝不能怀疑它。本研究还表明，两国的现有法律正在通过修订和发布单独的指导方针来适应和加强线上解决机制的整体流程和司法执行。

**关键词**：印度的在线争议解决；印度尼西亚的在线争议解决；信息技术法案；司法反应；法律效力。

### Introduction

People in virtual business transactions are getting engage from different locations and jurisdictions through the proliferation of internet. This is more evident in the present Covid 19 pandemic when there are more restrictions on the physical movement of peoples. This consequently results into creates challenges to traditional approach of justice delivery system and opening new technological platforms. Private

organizations are already started coming up with innovative techniques to resolve disputes among people online. This can be evidence from eBay back in 1999 brought in an online mediation process between eBay platform and consumer complaints. Since then, this model has evolved into more sophisticated advanced variants in present days which is popularly been known as online dispute resolution (herein after ODR) and are used by most of the private organizations.

The Commission on International Trade Law which a United Nations working group has described the ODR is a system assisted by usage of electronic communications with the help of other communication and information technology to resolve disputes among parties. In its simplest form, ODR is E-ADR (Electronic- Alternative Dispute Resolution), in which the conduct of proceedings and documents are exchanged through technology over the internet.

In actuality, compared with traditional offline ADR, ODR possess more advantages because participants need not required to physically present in person. Asynchronous hyper real communication mechanism is used to resolve the dispute. It implies that the parties and the arbitrator are not required to communicate at the same time and can record their response at their leisure. As a result, technology is acting as a "fourth party" in ODR. ODR is having some key benefits such as first, it is cost effective as information is transmitted through reliance of video conferencing technology which reduces the cost of dispute resolution. Second, for the disputing parties, the Internet is a neutral space. Third, flexibility available to the parties as they can hold meetings and hearings remotely using audio and video conferencing technology. Finally, by

going to a website, the parties will be able to file and defend a claim and filling out forms for the arbitration procedure online. At present there are two types of ODR. First, ODR supported by private bodies and second, ODR supported by Court Annexed. Internationally Smartsettle, Cybersettle and the Mediation Room are private entities across globe having their own setup of regulations, offers online-mediation and resolution to disputes in commercial matters. For example, The International Council for Online Dispute Resolution (“ICODR”), a partnership of public and private sector organizations that use online dispute resolution service providers to resolve disagreements or conflicts. The group promotes ODR by establishing standards and best practices, as well as educating and certifying service providers. Because of the success of private ODR, most of the countries governments in various jurisdictions have decided to incorporate ODR and opening of ODR centers affiliated into their court systems. Some examples include car accidents, loan defaults, and consumer disputes, among others. Some of the prominent court-affiliated ODR centres are the New Mexico Courts ODR Centre in the USA, online money claim disputes in the United Kingdom, small value disputes in civil administrative tribunal of Canada. On this backdrop, this article explores the following research questions; whether online dispute resolution & relevant agreements are valid in the India & Indonesia? and if so, whether existing arbitration provisions relating to the process, support the process followed in ODR or required a new one, seat of arbitration & jurisdiction of local courts. Lastly, whether the award obtained in ODR mechanism are enforceable in the present legal framework to see its logical conclusion in justice

delivery system of both the countries. The present article discusses the ODR system in India and Indonesia in a comparative form of present legal framework of Arbitration laws and allied supporting laws on online arbitration process.

## **Methods**

The present research adopts a mixed method which relies on use of legal doctrines, legal principles along with data. These includes Indian Arbitration and Conciliation Act 1996 and amended in 2015 & 2021 (INDIA, 1996); Information Technology Act 2002; Indian Evidence Act 1872 (INDIA, 1872) and Indonesian Law Number 30 of 1999 (Arbitration and Alternative Dispute Resolution) (INDONESIA, 1999); Law Number 11 of 2008 (Electronic Information and Transactions) (INDONESIA, 2008). Besides the present research articles also utilizes journals articles, commentary of jurists & judges, judgments of courts. Relying on the above method and sources the present research analyses and compared aforementioned online dispute resolution of both the countries.

## **Result and discussion**

### ***Judicial response and preparedness in India and Indonesia***

The Indian Supreme Court is unceasingly playing a significant role in laying down the groundwork for online dispute resolution (ODR). This is evident from the State of Maharashtra V. Praful Desai case (INDIA,

2003a), where Supreme Court upheld that the witnesses' evidence and testimony through videoconferencing as a valid mode in court of law. In the said case Supreme Court decided that this mode of virtual reality is now the actual reality specifically in present Covid 19 pandemic. Going with this trend The Apex Court further said that in the same physical space its need not required that people must sit together if the consultation could take place by electronic media and remote conferencing mode. Apart from this the Apex Court also noted the need to expand the application of ODR in cases such as traffic challans and cheque bouncing, can be either partly or entirely take place in online mode instead of parties' physical presence and recommended the solutions.

Furthermore, the Apex Court have specifically recognised the validity of online arbitration as long as it complies with the conditions outlined in Sections 4 and 5 of the Information Technology Act ("IT Act"), 2008 (INDIA, 2008). Followed by Section 65B of the Indian Evidence Act of 1872 (INDIA, 1872) has been followed by provisions of the Arbitration and Conciliation Act of 1996 (INDIA, 1996).

In the recent instances of the Supreme Court of India and sitting judges are identifying the importance and need of ODR mechanisms to be present across the courts in India. Present Supreme Court Chief Justice N. V. Ramana has stated that area such as consumer, family dispute, business and in commercial cases ODR can be successfully implemented and disputes can be resolved. In the same line, retired Supreme Court Chief Justice Bobde reiterated that in the light of present Covid 19 situation, Court must take forward steps in making virtual courts to overcome from shutdown of the courts including Apex Court. In the

past, Justice Bobde also reiterated that pre litigation mediation agreement must be made binding to gain many benefits in dispute resolution and use technology such as Artificial Intelligence in arbitration as an alternative mode and introduction of SUVAS (INDIA, 2019) i.e., Supreme Court Vidhik Anuvaad Software for translating judgement from English to various Indian vernacular languages. In fact, Nilekani Committee in 2019 has recommended for setting up of formal online dispute resolution system for resolution of disputes arising out of digital payment. The said ODR system will have two modes i.e., automated and human with appeal provision. In recent time NITI Aayog (2021) (An apex public body think tank to foster investment and participation in the economic policy-making process by the State) organized a meeting on catalyzing online dispute resolution in India with all key stakeholders to ensure collaborative efforts are put into scaling up online dispute resolution in India by pointing out the great potential of ODR in resolving small and medium values disputes. Above scenario is a clear indicator that judiciary is simultaneously moving towards integrating technology in resolution of dispute and relancing on ODR as a one of the Alternate Dispute Resolution mechanisms in India.

Indonesian judiciary is also pushing similar trends in Indonesia. This can be seen through civil court practice in 2019 introduced an e-court system through SC Regulation No. 1/2019 and SC decree No. 129/2019 (GERUNGAN, 2019) wherein parties are partially allowed to conduct hearings via electronic means. Under this system parties are allowed to submit pleadings through electronically on the mutually predetermined dates. On certain hearing agendas like 1st hearing and

submission of court documents, parties through mutual agreement attend it through teleconference hearings instead of physical attending. If the judges panel agrees, then verification and cross examination of evidence and witnesses can also take place by teleconference. As this system is at nascent stage, it's a long way to become a full proof and overcome from its short falls. Similar trend can be seen through "SC Circular Letter No. 1/2020" (INDIA, 2020) which empowers 'the examining panel of judges' discretion to minimize physical meetings in present Covid 19 pandemic and allows civil cases hearings to be held by teleconference. Additionally, in criminal cases also court in criminal proceedings are fully authorized to use the teleconference by virtue of a Cooperation Agreement signed between Ministry of Human Rights, Supreme Court and the Public Attorney in 2020.

The Indonesian National Board of Arbitration i.e., Badan Arbitrase Nasional Indonesia (BANI) has issued a Decree in 28th May 2020 paving the way for Electronic Hearing can be conducted through audio or video conference in upcoming or ongoing arbitration proceedings under BANI. This Decree however has put conditions that in the emergencies like natural/non natural disasters occurrence or in a situation where parties are not able to present in person at the hearing before arbitrators (BANI, 2020).

Other Indonesian Quasi-Judicial Bodies such as Business Competition Supervisory Commission (KPPU), the National Agency for Consumer Protection ("BPKN") among other began implementing electronic hearings by the medium of teleconferences during pandemic situation. KPPU has issued Regulation on 6th April 2020 for handling of electronic hearings which enables reports, evidences and other

documents can be submitted through designated electronic system as well as conducting hearings through teleconferencing. The National Agency for Consumer Protection (BPKN) is conducting online procedures for consumer cases for addressing breach of contract grievances due to situation surrounding the Covid-19 outbreak.

### ***Analysis of present laws and implementation of ODR in India and Indonesia***

#### *Enforcement of online arbitration awards*

Both the countries are using arbitration, consultation, negotiation, mediation, consolidation and expert assessment for the dispute resolution on the existing laws. Arbitration award importance is rest on the legal effect to it. If there is no recognition and enforcement then there is no legal effect to online arbitration awards. This status of online award poses challenge to online arbitration, as there are no executorial powers with arbitrators to recognition the award and enforcement of the award. As recognition and enforcement is performed by local courts having jurisdiction over it as per their governing laws. Let us understand this proposition with the help of present legal work framework of India and Indonesia in table 1 below which revels that Arbitration and IT laws of both the countries supports online arbitration.

**Table 1.** *Online Arbitration Phases and Interpretation of Present Legal Framework*

Online Arbitration Phases	Online Methods	Indonesia		India		
		Arbitration Law	IT Law	Arbitration Law	IT Law	Evidence Act
Agreement	Electronic mail & various online communication devices, electronic signatures	Art. 4(3)	Art. 11	S. 7 (4) (b)	Ss. 4, 5, 10A and 11 to 15	Ss. 65A and 65B
Proceeding	Video conferences	Art. 31 (1)		S. 19		
Awards Recognition and Enforcement	Online awards, digital signatures	Art. 54 Offline (Article 59 and 67)	Art. 11	S. 31 Offline (Ss. 35, 36 and 47)	S. 15	

**Source:** *Data analyzed by the author (Compiled).*

## **Whether online Dispute resolution & related agreements are legally valid in the India & Indonesia?**

Before answering the above question, we need to understand the existing legislations of India and Indonesia relating to the Arbitration and Conciliation. Indian legal framework of arbitration is based on UNCITRAL model laws (UNITED NATIONS COMMISSION ON INTERNATIONAL TRADE LAW, 2017) and governed by the Arbitration and Conciliation Act (ACA) 1996 followed by amendment in 2015 and 2021. The said Act facilitate framework wherein arbitration is conducted by self-governing rules of arbitration institutions or be ad hoc with parities themselves deciding proceedings of the arbitration. Section 7 of the ACA 1996 mandates that there must contains arbitration clause while entering into a contract by parties to resolve the disputes through arbitration or there

can be a separate contract on it. Other key points of Section 7 are that the seat and venue of the arbitration proceedings must be specified in the arbitration clause or separate arbitration contract between the parties. Section 7 (4) (b) states that parties can enter into an arbitration agreement by exchanging letters, telex, telegrams, or other forms of telecommunication. Other means of telecommunication includes communication through electronic means by virtue of Amendment Act 2015. Section 19 also states that the parties are free to determine the regulations of arbitration process to be accompanied by the arbitral tribunal in conducting its proceedings. Aforementioned both sections are having wide scope for incorporation of ODR, if parties are interested to adhere and follow it in the arbitration proceedings. Aforementioned present framework of legislation would be used to implement ODR in practice. Similarly, Arbitration in Indonesia is being governed by (Undang-Undang Republik Indonesia Nomor 30 Tahun 1999 tentang Arbitrase dan Alternatif Penyelesaian Sengketa) know as Indonesian Arbitration Law (IAL) (Law no. 30 of 1999) (INDONESIA, 1999). The scope of the said law is to deal with arbitration, mediation, conciliation, consultation, expert assessment and negotiation in eleven chapters comprising of 82 Articles overall. According to Article 1 (1), arbitration is a method of dispute resolution in civil disputes outside of the general courts in accordance with the arbitration contract is entered into by the parties to the conflict. The Article is silent on the type of method that can be used in conducting the arbitration processes. It can be interpreted broadly to include both traditional and online processes aided by technology. Since online arbitration includes internet, emails, online

conference etc. Another important Article is 4 (3) which states that there must be a written agreement in between the parties with their signature to resolve disputes through arbitration. Aforementioned understanding of both countries main legislations clearly shows the scope wherein Online processes in alternative dispute mechanism can be accommodated in existing provisions of the arbitration legislations.

Furthermore, the question of entering into an online arbitration agreement by parties is also required to answer. The appropriate response can be found in Article 4(3), which states that parties can enter into a dispute settlement agreement through other forms of communication, including the exchange of letters, the sending of telexes, telegrams, faxes, emails, and so on. Only condition is that parties must receive communication accompanied by a record of receipt. Thus, the interpretation of this Article shows that it is permissible where parties through emails in written form entering into an arbitration agreement and treated as evidence in this regard. The answer to the requirement of signature can be found in Article 11 of the Law No. 11 of 2008 Concerning Electronic Information and Transactions (INDONESIA, 2008). Article 11 states that when a digital signature meets the requirements listed below, it has legal bearing and legal force. Signatories or signers must be associated with electronic signature creation data and have power at the time of electronic signing. If there is any alteration after signing, if it is knowable and has followed the method of identification to identify the signatories and indicates he is consented to the electronic information. This is further supported by the amended law in 2016, which states that electronic information and documents can be used as evidence in

accordance with Article 5(1) & (2). As the Indonesian government is increasingly going online itself and the Indonesian court are known for their preferred choice of hard copy documents as evidence, the amendment law simply re-emphasizing the concept of accepting e-evidence, and contract are binding and can be used as evidence in court as an alternative to the hard copy documentary evidence. This simply ensures that Indonesian courts are accepting e-evidence and contracts in their proceedings. Above interpretation of provisions makes it clear that electronic signature is at par with the manual signature and enjoys same legal force and effect. This strengthens the case of online dispute resolution where it can be described that parties can come to the term of using technology to settle their dispute in arbitration by adopting an online arbitration agreement. In the Indian scenario, the appropriate response can be found in the Indian Evidence Act of 1872 (INDIA, 1872) and the Information Technology Act of 2000 (INDIA, 2000). Under Indian Evidence Act, two sections namely, 65A and 65B enables sharing of virtual documents and virtual hearings. Both sections i.e., 65A & 65B is a complete code in itself as far as evidence relating to and admissibility of electronic records during the course of court trial. In order to prove the originality of documents, if contents of documents are fulfilling the requisites of Section 65B then such electronic records shall be treated as primary evidence under section 65A. If a party wishes to use computer output document evidence as primary evidence instead of secondary evidence, he or she must submit a certificate declaring that all of the requirements listed in section 65B (4) for a computer output/document have been met. Thus, throughout the trial, a computer output document

shall be considered as document/primary evidence under Indian Evidence Law. The Supreme Court recently affirmed the production of a certificate before having to submit digital evidence under 65B (4) in Arjun Panditrao Khotkar vs Kailash Kushanrao Gorantyal (NARIMAN, 2020).

Similarly, Sections 4, 5, 10A and 11 to 15 of Information Technology Act provides validity to electronic contracts. Under the chapter title ELECTRONIC GOVERNANCE, Section 4 states that if information is required in writing, typewritten, or printed form under any law, and it is provided in an electronic form which is accessible for further reference. Then it is deemed to fulfilled all requisites and such electronic records are legally recognized. Section 5 states that in any law, if details or any other matter is validated by affixing the signature or signed or bears any person's signature and is authenticated by adhering to the rules of digital signature affixed, it is presumed to have been satisfied and therefore is legally recognized.

Most pertinently, if a contract party communicates, accepts, or withdraws proposals in digital form or through digital records, such a contract creation through digital communication is a legal contract and enforceable as an electronic contract under Section 10A. Under the chapter title “Attribution, Acknowledgment and Dispatch of Electronic Records”, Section 11 asserts that an electronic document shall be credited to the originator if it has been sent by him or a person appointed by him, or if it is instantaneously sent on his behalf through a programmable information system. If originator has not mentioned any clear method for electronic record receipt acknowledgment by addressee, then he can use any communication mode including

automation mode which sufficiently indicates that he has received electronic record from originator as per Section 12. If the originator specifies that the digital record shall only be conclusive if a specific requirement, such as receipt of acknowledgment, a specific time, or agreed within a reasonable period of time, is met, therefore the intended recipient must meet that particular requirement. Otherwise, the electronic record shall be deemed to have been not received or it has been never sent by the originator and not binding on him.

Section 13 states that dispatch of an electronic records time and place can be determine by parties mutually and it will be treated as dispatched once it is out of the control of originator and enters a computer resource of addressee. If the parties' consent on the time and place of delivery is of an electronic record, it takes place when it enters a computer resource that is no longer under the control of the originator. When there is no reference of the particular time and assigned computer resource, the time of receipt shall be considered when the online record enters at the designated computer resource or when said record is tracked down by the addressee. Except as otherwise agreed between both the originator and addressee, it'll be assumed that a digital record is dispatched and received at the corporate headquarters, regardless of additional locations. In absence of place of business, addressee's residence shall be treated place of business and in case of companies its usual place of residence as per registration record.

Section 14 states that if a security treatment is administered in an electronic record, the record is considered secure until the verification time. Section 15 discusses digital signatures, which are considered

secure if they are under the unique control of the signatory and are based on the signatory's creation data at the time of appending them. If parties are agreed to follow a security procedure where it can be verified the identification of subscriber, unique affixation. The digital signature is then considered secure. If tampered then invalidate digital signature. Aforementioned analysis of present legal framework has ample scope to incorporate and implement ODR in practice. These existing provisions also support the virtual/ online hearing and sharing of documents having a legal backup in dispute resolutions. Similarly, validity of digital signature in online contracts are also recognized by the present IT Act. This was facilitated by the adoption of the UNCITRAL Model Law on E - commerce in 1996 and the Model Law on Digital Signatures in 2001.

### **Whether existing arbitration process support the process followed in ODR or required a new one, seat of arbitration & jurisdiction of local courts?**

As mentioned in earlier discussion both the country's main legislations do not have any problem on the process that is going to be followed by parties in ODR so far these processes are aligned with the existing legal framework and in compliance with it. The issue of the seat of arbitration and the jurisdiction of local courts is significant because it is a critical step in determining the nationality and legality of the award, and the recognition of the award by courts or the setting aside of the award is a matter of concern in both countries. It is important that, prior to the online hearings and proceedings, parties and arbitrator are required to decide the seat of arbitration and arbitrator required to mention the seat

of arbitration in its award. When the parties are silent on the seat of arbitration, the question becomes how to determine the seat of arbitration. This question is answered by Article 31(3) of Indonesian Law No.30 of 1999 (INDONESIA, 1999). If parties have not finalised the timeframe and venue as per para (1) then it will be finalised by an arbitrator or arbitration panel itself. Thus, as per aforementioned interpretation, there shall not be any problem for determining the seat of arbitration in online arbitration and moreover Law no 30 of 1999 do not prohibit proceeding and hearings of the online arbitration so far, they are in compliance of principle of equality, due process and transparency. So, the online arbitration award is having legal effect and recognition under the Law of 30 of 1999. India is a signatory to two international treaties: the New York Arbitration Convention (1958) and Geneva Convention... (1927). Indian Arbitration and Conciliation Act 1996 (ACA) is very much clear about the seat of the arbitration & local courts jurisdiction for setting aside the award (INDIA, 1996). Part I is applicable to the domestic awards if the seat is within India and Part II is applying on foreign awards where seat is outside the India. ACA 1996 and the Code of Civil Procedure 1908 (CPC) (INDIA, 1908a) are the two legislations which governs the enforcement and execution of decrees procedure of Arbitral awards. Domestic and international awards, along with consent awards, have been enforced in the same way that Indian court decrees are. Below mentioned some important steps must be taken in order for awards and decrees to be executed and enforced successfully. These crucial steps are the opposite party has received order/ judgement/ attachment/ notice/ arrest / appointment of receiver to avoid objections raised at later stage

by opposite party because natural justice principle is evenly applicable in execution proceedings before courts. For the domestic award, award holder is required to wait for 3 months from the date of receipt of the award before proceeding further with execution and enforcement. The purpose of this interval is to enable losing party through separate application challenge the award and seek stay order on execution of award under S. 34 of the Act. Once this stage is over then enforceability of award cannot be further challenged and will be proceeded by competent commercial court/ High Court commercial division having jurisdiction as per subject matter, resident of losing party or at place of business will be executed and enforced. Likewise, foreign awards are enforceable in India if the award's seat is announced by the signatory country to the two aforementioned conventions. Foreign award is required to follow two-stage process for enforcement i.e., filing an execution petition for Court determination of adherence of requirement of ACD Act is there or not. If the award is found to meet all of the requirements of the Act, it will be enforced as a decree of a competent court. Other requirements are the same as those stated in the domestic award in order to avoid any objections from the opposing party before the court. Section 47 sets out the requirements for enforcing a foreign award in an Indian court i.e., i. Submission of original authenticated award copy must be submitted ii. Original certified agreement of parties, and iii. Proof of evidence showing that the award is a foreign may be provided at the time of application for enforcement.

**Whether the award obtained in ODR mechanism are enforceable in the present legal framework to see its logical conclusion in justice delivery system of both the countries?**

As online dispute resolution (ODR) proceedings are taken place online and award is obtained online this possesses pertinent question of enforceability of such award in the local courts. Arbitrators do not have executory power to enforce arbitration awards as a general rule. As a result, it is the responsibility of the concerned State judiciary to follow the laws of the land and the processes that will govern the process of award recognition and enforcement. So is the case of enforcement of online arbitration award. As per Law of 30 of 1999 National arbitration awards and international arbitration awards are the two types of arbitration awards. If the Indonesia is the seat of arbitration, then it will categorize as Domestic arbitration awards and if foreign arbitrator/ arbitration institution whose jurisdiction is outside the Indonesia then it will be treated as international awards as per Article 1(9) of the Law of 30 of 1999. Thus, it is the seat who determines the enforceability as mentioned earlier. Article 59 (1) of Law 30 Of 1999 will also be applicable on enforcement of award by online arbitration. it is also required that true certified copies of the award be registered by the arbitrator/his proxy and submitted to the Clerk of the District Court of Jakarta within 30 days from the date of award. Failing of this will render the arbitration award unenforceable by virtue of Article 59(4) of the said Act. Above analysis show that except last phase i.e., enforcement of arbitration awards is going to be implemented in traditional ways in the form of printing awards and signing

of it by arbitrator. All other phases can be conducted through online arbitration process under Law No. 30 of 1999.

Indian ACA 1996, clearly laid down the conditions for enforcement of domestic and foreign arbitral awards. Section 48 states that awards could be refused, and Section 34 states that awards could be set aside. Both the sections lay down following conditions if proved then award may be refused or may be set aside. Parties were incapacitated, there was a failure to provide notice, the appointment of arbitrators/arbitration proceedings were unclear/undecided, or one of the parties was unable to present his case. The award is ultra vires to the agreement, or the scope of the decisions exceeds the authority of the arbitration, or the procedure is not in accordance with the laws of the country where it occurred. If a foreign competent authority hands over an award which has yet to become binding or has been suspended or set aside under the law of the country where it has been made. The subject matter of the award would be unenforceable if it violated public policy or was not amenable to resolution through arbitration in India. Apart from above legislations there is another piece of legislations called The Indian Stamp Act 1899 (INDIA, 1899) and the Registration Act, 1908 (INDIA, 1908b). If the obligation of stamping and registering an award/document is not met, the issue may be brought up at the stage of enforcement by another party underneath the ACA 1996. Both these legislation talks about the stamp duties and registration of domestic awards for admissible and validity of award in India. The Stamp Act 1899 provides specific stamp duties for arbitral awards and Section 35 state that unstamped or insufficient stamped is inadmissible for any purpose under Section 35. These issues can be

resolved on making payment with penalty. The penalties would differ from state to state depending on where the award was made and validated. If the award affects immovable property, it should be registered in compliance with Section 17 (1) (e) of the Registration Act of 1908. The Supreme Court (INDIA, 2003b) made it clear in the case of M. Anasuya Devi and Anr. v. Manik Reddy and Ors that it is within the purview of the CPC and Section 47 deals with the precondition of stamping of awards and registration rather than Section 34 of the ACA 1996. Stamp duty is not applicable to foreign awards, according to Supreme Court decisions and various High Court's Judicial decisions. The Supreme Court has made clear that award enforcement is governed by the principle of asset location and the concerned court having jurisdiction in that location. As per the Commercial Courts Act 2015 (INDIA, 2015) would have a jurisdiction in award execution proceedings. In the domestic award, whether it has been awarded by India seated arbitration, i.e., international commercial arbitration, or not, the High Court commercial division in which the opposite party's assets are located will have jurisdiction for applications for enforcement of such awards where money is the subject matter. For any other aspect of award enforcement, the principal Civil Court of original jurisdiction in a district or the commercial division of a high Court in which the opposing party lives and works on business/personally works for gain shall have jurisdiction. When it comes to foreign award enforcement, if the issue is money, the commercial division of any High Court will have jurisdiction over it, regardless of where the opposite party's assets are located. The aforementioned court jurisdiction shall have jurisdiction over any other subject matter as if the

subject matter of the award were a subject matter of a suit. As arbitral award is deemed as decrees for the enforcement so Limitation Act 1963 will be automatically applicable and limitation period for domestic and foreign awards is twelve years.

## **Conclusions**

Aforementioned comparative analysis of both the countries laws, it shows that there is an ample scope of interpretation of present provisions of the arbitration legislations read with information technology laws of both countries to cover traditional as well as online arbitration. As stated in Article 4(3) of Law No. 30 of 1999 and Section 7 of Indian ACA 1996, the issue of entering into an online agreement for online resolution through the use of emails or any other form of communication is resolved. The validity and legal enforcement of digital signature/ documents under Article 11 of Law No 11 of 2008 (INDONESIA, 2008) and Indian Information Technology (Amended) Act, 2016 (INDIA, 2016) Ss. 4, 5, 10A and 11 to 15 provides validity to electronic contracts which allows parties to enter into online agreement through exchange of any online mode and the validity of the digital signature. Both countries aforementioned legislations do not have any provisions which prohibits ODR proceedings and hearings as long as it is adhering to the due process, transparency and principle of equality with the existing laws. On the enforceability of the ODR awards is concerned it shall not be a problem. As ODR awards can be printed and signed by the arbitrators and submitted to the Registrar to the District Court of Central Jakarta in Indonesia. Similarly,

in India, if ODR award is stamped and registered can be enforced under the Commercial Courts Act 2015 by respective courts. Furthermore, to strength above propositions it is suggested that Indonesian and Indian Arbitration Act should be amended. The amendments should include arbitration/conciliation proceedings that are entirely or partially administered through the use of information and communications technologies or any online mode. There may be separate regulations drafted to put things in more detailed manner while using ODR in ADR. Overall, ODR in Indonesia and India can be utilized by people for various platforms as present legal structure support the usage of ODR along with amendments in legislations to clear the doubts and boosting of this new way of dispute resolution mechanism.

## References

BADAN ARBITRASE NASIONAL INDONESIA (BANI). Decree Number 20.015/V.SK-BANI/HU, May 28, 2020. Electronic Arbitration Decree. Available at: <https://www.franswinarta.com/news/electronic-hearing-in-bani-arbitration-center-bani/>. Accessed on: Feb. 8, 2022.

GENEVA CONVENTION 1927 - Convention on the Execution of Foreign Arbitral Awards signed at Geneva on the twenty sixth day of september, nineteen hundred and twenty-seven. *Trans-Lex*1927. Available at: <https://www.trans-lex.org/511400>. Accessed on: Jan. 23, 2022.

GERUNGAN, Alexandra. Indonesia - The New Regulation on E-Litigation. *Conventus Law*, Nov. 14, 2019. Available at: <https://www.conventuslaw.com/report/indonesia-the-new-regulation-on-e-litigation/>. Accessed on: Jan. 22, 2022.

INDIA. Ministry of Law and Justice. The Indian Evidence Act, 1872. *India Code*, Mar. 15, 1872. Available at: [https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/2188?sam\\_handle=123456789/1362](https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/2188?sam_handle=123456789/1362). Accessed on: Jan. 12, 2022.

INDIA. Ministry of Law and Justice. The Indian Stamp Act, 1899. *India Code*, Jan. 27, 1899. Available at: [https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/15510?sam\\_handle=123456789/1362](https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/15510?sam_handle=123456789/1362). Accessed on: Jan. 23, 2022.

INDIA. Ministry of Law and Justice. The Code of Civil Procedure, 1908. *India Code*, Mar. 21, 1908a. Available at: [https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/2191?sam\\_handle=123456789/1362](https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/2191?sam_handle=123456789/1362). Accessed on: Jan. 22, 2022.

INDIA. Ministry of Law and Justice. The Registration Act, 1908. *India Code*, Dec. 18, 1908b. Available at: [https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/2190?view\\_type=search&sam\\_handle=123456789/1362](https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/2190?view_type=search&sam_handle=123456789/1362). Accessed on: Jan. 24, 2022.

INDIA. Ministry of Law and Justice. The Limitation Act, 1963. *India Code*, Oct. 5, 1963. Available at: [https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/1565?view\\_type=search&sam\\_handle=123456789/1362](https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/1565?view_type=search&sam_handle=123456789/1362). Accessed on: Jan. 24, 2022.

INDIA. Ministry of Law and Justice. The Arbitration and Conciliation Act, 1996. *India Code*, Aug. 16, 1996 (last update: Mar. 12, 2021). 1996. Available at: [https://www.indiacode.nic.in/bitstream/123456789/1978/1/AAA1996\\_\\_26.pdf](https://www.indiacode.nic.in/bitstream/123456789/1978/1/AAA1996__26.pdf). Accessed on: Jan. 12, 2022.

INDIA. Ministry of Law and Justice. The Information Technology Act, 2000. *India Code*. June 9, 2000. Available at: <https://www.indiacode.nic.in/handle/123456789/1999>. Accessed on: Jan. 22, 2022.

INDIA. *Information Technology Act 2002*. 2002. Available at: [https://www.indiacode.nic.in/bitstream/123456789/13116/1/it\\_act\\_2000\\_updated.pdf](https://www.indiacode.nic.in/bitstream/123456789/13116/1/it_act_2000_updated.pdf) Accessed on: Oct. 12, 2022.

INDIA. Supreme Court. *The State of Maharashtra vs Dr. Praful B. Desai* on 1 April, 2003. 2003a. Available at: <https://indiankanoon.org/doc/560467/>. Accessed on: Jan. 23, 2022.

INDIA. Supreme Court. *M. Anasuya Devi And Anr vs M. Manik Reddy And Ors* on 16 October, 2003. 2003b. Available at: <https://indiankanoon.org/doc/772616/>. Accessed on: Jan. 22, 2022.

INDIA. *Information Technology (amended) Act, 2008*. 2008. Available at: [https://cactusblog.files.wordpress.com/2010/01/it\\_act\\_2008.pdf](https://cactusblog.files.wordpress.com/2010/01/it_act_2008.pdf). Accessed on: Jan. 22, 2022.

INDIA. *Information Technology (Amended) Act 2016*. 2016. Available at: [https://www.indiacode.nic.in/bitstream/123456789/13116/1/it\\_act\\_2000\\_updated.pdf](https://www.indiacode.nic.in/bitstream/123456789/13116/1/it_act_2000_updated.pdf) Accessed on: Oct. 12, 2022.

INDIA. Ministry of Law and Justice. *Commercial Courts, Commercial Division and Commercial Appellate Division of High Courts Act 2015*. 2015. Available at: [https://legislative.gov.in/sites/default/files/A2016-4\\_1.pdf](https://legislative.gov.in/sites/default/files/A2016-4_1.pdf). Accessed on: Feb. 22, 2022.

INDIA. Supreme Court. *Press Release 25/11/2019*. 2019. Available at: <https://main.sci.gov.in/pdf/Press/press%20release%20for%20law%20day%20celebratoin.pdf>. Accessed on: Jan. 23, 2022.

INDIA. Supreme Court. *Supreme Court Letter No.1 of 2020 on Conduct Guidelines during the Period of Preventing the Spread of Corona Virus Disease-19 (COVID-19)*. *Leks&Co Lawyers*, Mar. 23, 2020. Available at: <https://www.lekslawyer.com/supreme-court-letter-no-1-of-2020-on-conduct-guidelines-during-the-period-of-preventing-the-spread-of-corona-virus-disease-19-covid-19/>. Accessed on: Jan. 22, 2022.

INDONESIA. Indonesian Law Number 30 of 1999 (Arbitration and Alternative Dispute Resolution). Aug. 12, 1999. Available at: [http://www.flevin.com/id/lgso/translations/Laws/Law%20No.%2030%20of%201999%20on%20Arbitration%20and%20Alternative%20Dispute%20Resolution%20\(no%20elucidation\).pdf](http://www.flevin.com/id/lgso/translations/Laws/Law%20No.%2030%20of%201999%20on%20Arbitration%20and%20Alternative%20Dispute%20Resolution%20(no%20elucidation).pdf). Accessed on: Jan. 20, 2022.

INDONESIA. *Law of the Republic of Indonesia no. 11 of 2008*. Apr. 21, 2008. Available at: [http://www.flevin.com/id/lgso/translations/JICA%20Mirror/english/4846\\_UU\\_11\\_2008\\_e.html#:~:text=\(1\)%20Unless%20provided%20otherwise%20by,damages%20incurred%20under%20this%20Law](http://www.flevin.com/id/lgso/translations/JICA%20Mirror/english/4846_UU_11_2008_e.html#:~:text=(1)%20Unless%20provided%20otherwise%20by,damages%20incurred%20under%20this%20Law). Accessed on: Jan. 22, 2022.

INDONESIA. *KPPU has issued Regulation on 6th April 2020* Available at: <https://peraturan.bpk.go.id/Home/Details/176848/keputusan-kppu-no-12kppupek1iv2020-tahun-2020> Accessed on: Oct. 12, 2022.

NARIMAN, Rohinton Fali. Arjun Panditrao Khotkar vs Kailash Kushanrao Gorantyal on 14 July, 2020. *Supreme Court of India*, Civil Appeal No. 20825-20826 of 2017. 2020. Available at: <https://indiankanoon.org/doc/172105947/>. Accessed on: Feb. 8, 2022;

NEW YORK ARBITRATION CONVENTION. *United Nations Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards*. New York, Jun. 10, 1958. Available at: <https://www.newyorkconvention.org/english>. Accessed on: Feb. 20, 2022.

NITI Ayog. The NITI Aayog Expert Committee on ODR. *Designing the future of dispute resolution: The ODR Policy Plan for India*. Oct. 2021. Available at: <https://www.niti.gov.in/sites/default/files/2021-11/odr-report-29-11-2021.pdf>. Accessed on: Jan. 22, 2022.

UNITED NATIONS COMMISSION ON INTERNATIONAL TRADE LAW. *UNCITRAL: Technical Notes on Online Dispute Resolution*. New York: United Nations, 2017. Available at: [https://uncitral.un.org/sites/uncitral.un.org/files/media-documents/uncitral/en/v1700382\\_english\\_technical\\_notes\\_on\\_odr.pdf](https://uncitral.un.org/sites/uncitral.un.org/files/media-documents/uncitral/en/v1700382_english_technical_notes_on_odr.pdf). Accessed on: Jan. 22, 2022.

## LITURATERRA [2022,3]

### Mais sobre Lituraterra

DOI: 10.15175/1984-2503-202214309

Gisálio Cerqueira Filho<sup>1</sup>

#### LITURATERRA [Resenha: 2022,3]

As resenhas, passagens literárias e passagens estéticas em *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* são editadas na seção cujo título apropriado é LITURATERRA. Trata-se de um neologismo criado por Jacques Lacan,<sup>2</sup> para dar conta dos múltiplos efeitos inscritos nos deslizamentos semânticos e jogos de palavras tomando como ponto de partida o equívoco de James Joyce quando desliza de *letter* (letra/carta) para *litter* (lixo), para não dizer das referências a *Lino*, *litura*, *liturarios* para falar de história política, do Papa que sucedeu ao primeiro (Pedro), da cultura da terra, de estética, direito, literatura, inclusive jurídicas – canônicas e não canônicas – ainda e quando tais expressões se pretendam distantes daquelas religiosas, dogmáticas, fundamentalistas, para significar apenas dominantes ou hegemônicas.

#### LITURATERRA [Reseña: 2022, 3] “Más sobre Lituraterra”

Las reseñas, incursiones literarias y pasajes estéticos en *Passagens: Revista Internacional de Historia Política y Cultura Jurídica* son publicadas en una sección apropiadamente titulada LITURATERRA. Se trata de un neologismo creado por Jacques Lacan para dar cuenta de los múltiples efectos introducidos en los giros semánticos y juegos de palabras que toman como punto de partida el equívoco de James Joyce cuando pasa de *letter* (letra/carta) a *litter* (basura), sin olvidar las referencias a *Lino*, *litura*, *liturarios* para hablar de historia política, del Papa que sucedió al primero (Pedro), de la cultura de la *terre* (tierra), de estética, de derecho, de literatura, hasta jurídica - canónica y no canónica. Se da prioridad a las contribuciones distantes de expresiones religiosas, dogmáticas o fundamentalistas, para no decir dominantes o hegemónicas.

#### LITURATERRA [Review: 2022,3] “More about Lituraterra”

The reviews, literary passages and esthetic passages in *Passagens: International Journal of Political History and Legal Culture* are published in a section entitled LITURATERRA [Lituraterre]. This neologism was created by Jacques Lacan, to refer to the multiple effects present in semantic slips and word plays, taking James Joyce's slip in using *letter* for *litter* as a starting point, not to mention the references to *Lino*, *litura* and *liturarius*

<sup>1</sup> Professor Titular de Teoria Política da Universidade Federal Fluminense. Editor de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. E-mail: [gisalio.cerqueira@gmail.com](mailto:gisalio.cerqueira@gmail.com).

<sup>2</sup> <http://lattes.cnpq.br/9669367639065429>. <https://orcid.org/0000-0001-5047-4376>

<sup>2</sup> LACAN, Jacques. *Outros Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. p. 11-25; LACAN, Jacques. *Autres Écrits*. Paris: Seuil, 2001.

Recebido em 03 de abril e aprovado para publicação em 10 de maio de 2022.

in referring to political history, to the Pope to have succeeded the first (Peter); the culture of the *terra* [earth], aesthetics, law, literature, as well as the legal references – both canonical and non-canonical – when such expressions are distanced from those which are religious, dogmatic or fundamentalist, merely meaning ‘dominant’ or ‘hegemonic’.

### **LITURATERRA [Compte rendu: 2022, 3] «En savoir plus sur Lituraterra»**

Les comptes rendus, les incursions littéraires et les considérations esthétiques *Passagens. Revue Internationale d'Histoire Politique et de Culture Juridique* sont publiés dans une section au titre on ne peut plus approprié, LITURATERRA. Il s'agit d'un néologisme proposé par Jacques Lacan pour rendre compte des multiples effets inscrits dans les glissements sémantiques et les jeux de mots, avec comme point de départ l'équivoque de James Joyce lorsqu'il passe de *letter* (lettre) à *litter* (détritus), sans oublier les références à *Lino*, *litura* et *liturarius* pour parler d'histoire politique, du Pape qui a succédé à Pierre, de la culture de la terre, d'esthétique, de droit, de littérature, y compris juridique – canonique et non canonique. Nous privilégierons les contributions distantes des expressions religieuses, dogmatiques ou fondamentalistes, pour ne pas dire dominantes ou hégémoniques.

### **文字国 [图书梗概: 2022, 3]**

Passagens 电子杂志在“文字国”专栏刊登一些图书梗概和文学随笔。PASSAGENS— 国际政治历史和法学文化电子杂志开通了“文字国”专栏。“文字国”是法国哲学家雅克·拉孔的发明，包涵了语义扩散，文字游戏，从爱尔兰作家詹姆斯·乔伊斯的笔误开始，乔伊斯把 *letter* (字母/信函)写成了 *litter* (垃圾)，拉孔举例了其他文字游戏和笔误，*lino*, *litura*, *liturarios*，谈到了政治历史，关于第二个教皇(第一个教皇是耶稣的大弟子彼得)，关于土地的文化 [Cultura 一词多义，可翻译成文化，也可翻译成农作物]，拉孔联系到美学，法学，文学，包括司法学— 古典法和非古典法，然后从经典文本延伸到宗教，教条，原教旨主义，意思是指那些占主导地位的或霸权地位的事物。

\*\*\*\*\*

## Mais sobre Lituraterra

Gisálio Cerqueira Filho

I –

As resenhas, passagens literárias e passagens estéticas em *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* são editadas na seção cujo título apropriado é LITURATERRA. Trata-se de um neologismo criado por Jacques Lacan [...]

[...] para dar conta dos múltiplos efeitos inscritos nos deslizamentos semânticos e jogos de palavras tomando como ponto de partida o equívoco de James Joyce quando desliza de letter (letra/carta) para litter (lixo), para não dizer das referências a Lino, litura, liturários para falar de história política, do Papa que sucedeu ao primeiro (Pedro), da cultura da terra, de estética, direito, literatura, inclusive jurídicas – canônicas e não canônicas – ainda e quando tais expressões se pretendam distantes daquelas religiosas, dogmáticas, fundamentalistas, para significar apenas dominantes ou hegemônicas.<sup>3</sup>

Todavia, neste momento histórico que vivemos no Brasil, suspendemos a seção LITURATERRA tradicional momentaneamente para substituí-la por uma reflexão teórica. Motivações não faltam...

Pois que aqui e agora, no Brasil, a campanha política para a Presidência da república não apenas realizou o que muitos temiam: um corpo a corpo entre o atual presidente Jair Messias Bolsonaro contra Luís Inácio Lula da Silva. Como esgarçou o embate que envolve o fundamentalismo de direita *versus* o brado da oposição nos termos do Estado Democrático de Direito, realizado na Carta da Faculdade de Direito (USP) com quase 1.000.000 de assinaturas e lida nas Arcadas da Escola universitária. Repetiu-se o ritual entre muitas outras Faculdades como a UFF, a UFRJ, PUC-RIO e em variados outros estados da federação.

O neologismo LITURATERRA também fala às fronteiras; não apenas terra e mar, mas para além de território e país vizinho; incluindo o Estado & Sociedade Civil, Estado regido pela Lei e pelo arbítrio; este último sempre justificado no autoritarismo e na exceção. A seção LITURATERRA homenageia também o bicentenário da independência do Brasil no sete de setembro de 2022 e homenageia a REVISTA Passagens e ao seu intelectual

---

<sup>3</sup> LACAN, Jacques. *Outros Escritos*. Tradução Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles, Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 11-25. [LACAN, Jacques. *Autres Écrits*, Paris: Éditions de Seuil.

pioneiro Walter Benjamin (nascido em 15/07/1892, Berlim, Alemanha – falecido em 26/09/1940, Portbou, Espanha), autor justamente da obra intitulada *Passagens* (projeto inacabado do filósofo e cientista social escrito entre 1927/1940, versando sobre a questão da cultura, do estilo de vida, das cidades e do poder (com destaque para Paris).

Mais que tudo, LITURATERRA convoca a literatura na sua expressão estética que enlaça realidade e imaginário. A ficção aqui abraça a realidade, tal é a compreensão corrente da literatura.

Pois não ocorreu que na véspera das primeiras discussões de caráter político-eleitoral, que Michele Bolsonaro, esposa do Presidente da República, falou que o Palácio do Planalto “já havia sido tomado e estava a mercê das forças demoníacas”.<sup>4</sup> Todos compreenderam que isto atingia e de forma deslegante a ex-presidenta Dilma Rouseff... e ao PT, especialmente ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Isto exaltou o debate e motivou a resposta de Lula que “Bolsonaro seria, ele sim, o próprio demônio (palavras livres do autor).<sup>5</sup>

Da parte do lado cristão e católico romano, o Papa fazia pouco tempo, havia publicado *Ad carisma tuendum* (Para tutelar o carisma). Tratava-se de uma monumental reforma do atual Papa que reduzia com vigor o poder ultraconservador da *Opus Dei*. Na América Latina, certamente o papa argentino está capacitado para refletir, mais do que nunca, os missionários católicos diante da formidável batalha que têm pela frente. A teologia da libertação gostava de usar a expressão “fermento na massa”. Muitos ainda estão ligados às transformações que começam a ocorrer na América Latina desde o papado de João XXIII. Numa certa sequência podemos “citar John J. Considine, Luigi G. Ligutti, Edward Swannstrom, Frank Norris. Mais tarde Ivan Illich (em Cuernavaca), o próprio Cardeal de New York, Francis Spellman que acolhe Illich em uma paróquia irlandesa em Washington Heights, N.Y. Sucederam a estes pioneiros, professores e pesquisadores da Teologia da Libertação como Lucio Gera, Juan Luis Segundo, Gustavo Gutiérrez (com quem o Cardeal Ratzinger, futuro Papa Bento XVI chegará a fazer um Pós-doc em Lima, Peru). E seguem Helder Câmara, Cardenal, Cusianovich, Joseph Comblin, Dussel, Mirando, Sobrino, Frei Beto, Luiz Alberto Gomez e de Souza, Pedro Casaldáliga, Leonardo Boff e tantos outros”.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> (palavras livres do autor)

<sup>5</sup> (palavras livres do autor)

<sup>6</sup> Cf. BINGEMER, Maria Clara Luchetti; CARNEIRO DE ANDRADE, Paulo Fernando (Org.). *A fonte e o futuro da Teologia da Libertação: o legado de D. Helder Câmara*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Reflexão, 2017.

Fato é que o Estado é laico, a fé religiosa é de foro íntimo e estas são balizas constitucionais que norteiam a lei maior. Vamos às urnas sempre com esperança porque o Brasil de nós necessita e nós necessitamos do Brasil.

## II –

O segundo aspecto ao qual queremos nos referir é a sombra da hipótese do golpe de estado cantado em certos setores da sociedade e que fere não só os preparativos para a eleição pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ...

Isto me faz recordar o quanto debruçamo-nos sobre as explicações de Juan Linz (24/12/1926, Bonn, Alemanha – 01/10/2013, New Haven, Connecticut, USA) ao explicar o passo a passo das transformações políticas na transição para o Estado de direito quando do fim do autoritarismo franquista em Espanha e a morte do “Generalíssimo” em 1975. Ainda assim, a tentativa de golpe em 23/02/1981 com a invasão do Parlamento, tudo filmado pela televisão, exemplifica como alguns personagens centrais e reais podem se tornar fictícios. O golpe, apesar de tudo, não se realizou, mas é interessante mirar as observações na literatura de *Anatomia de um instante*, do escritor Javier Cercas, para não perdermos de vista o laço que LITURATERRA, enquanto neologismo, pretende expressar. À pergunta “Se o golpe de 23/02/1981 saísse vitorioso o que teria acontecido”? Aí vai o repto final:

“É bom não se enganar, o mais provável é que, se tivesse triunfado o golpe de 23 de fevereiro<sup>7</sup>, o golpe teria sido aprovado por uma parte apreciável da população, incluindo políticos, organizações e setores sociais que o condenaram depois que fracassou: anos depois Leopoldo Calvo Sotelo, disse: não cabe a menor dúvida que se o General Tejero tivesse vencido e desencadeado um golpe com o General Armada, talvez a manifestação em seu apoio não teria sido de 1 milhão de pessoas como foi a do dia 27 em Madri em apoio à democracia, mas provavelmente de 800 mil gritando Viva Armada como no dia 27. Era isso que os golpistas esperavam, e não se tratava de uma esperança infundada; contudo, que eles mesmo contassem com a aprovação da sociedade civil não significa, insisto, não significa- insisto - que fossem dirigidos por civis, embora a ultradireita clamasse por um golpe de Estado em 23 de fevereiro, não houve uma trama civil, atrás da trama militar ou se houve, quem a urdiu não foi apenas a ultradireita, mas toda um classe dirigente imatura, itinerária e confusa que, em meio a apatia de uma sociedade desiludida com a democracia ou com o funcionamento da democracia, depois das ilusões do fim da ditadura, criou condições propícias para o golpe. Essa trama civil não estava atrás da trama militar, estava atrás, na frente e em volta, porém, dela. Essa trama civil não era a trama civil do golpe, era a placenta do golpe”.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Os principais líderes do golpe eram os generais Milans, Tejero e Armada todos franquistas e imersos de corpo e alma na monarquia. Ver a obra de Javier Cercas. *Anatomia de um instante*. São Paulo: Globo, 2012.

<sup>8</sup> CERCAS, Javier. *Anatomia de um instante*. São Paulo: Globo, 2012. p. 233-234.

## Colaboradores deste número

### **Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin**

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Professora SEED, Paraná.

**E-mail** [audiboutin@hotmail.com](mailto:audiboutin@hotmail.com)

### **Amanda Brum Porto**

Mestranda no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade Meridional - IMED, em sua área de concentração em Direito Democracia e Sustentabilidade, Linha de Pesquisa Fundamentos do Direito, da democracia e da sustentabilidade (2020). Beneficiária da taxa PROSUP/CAPES (2020). Bacharela em Direito pela Faculdade Meridional - IMED (2018). Participa do Projeto de Extensão Cinema, Direitos Humanos e Sociedade: vias para o empoderamento (CINELAW/IMED), desde 2017. Participa do Projeto de Pesquisa Biopolítica, Gênero e Direito (CNPq/IMED).

**E-mail:** [amandaportob@hotmail.com](mailto:amandaportob@hotmail.com)

### **Bruno Teixeira Lins**

Graduando em Direito pela Universidade Tiradentes, integrante do Grupo de Pesquisa "Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos"- CNPq.

**E-mail:** [brunogeamp@gmail.com](mailto:brunogeamp@gmail.com)

### **Diogo de Calasans Melo Andrade**

Professor titular da graduação e do mestrado em direitos humanos do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Tiradentes. Graduado pela Universidade Tiradentes (2002), pós-graduado em Direito Civil pela Universidade Tiradentes (2005). Mestre em Direito, na área de concentração constitucionalização em direito, pela Universidade Federal de Sergipe (2014). Doutor em direito político e econômico pela Universidade Mackenzie (2018).

**E-mail:** [contato@diogocalasans.com](mailto:contato@diogocalasans.com)

### **Eduardo Huarag Alvarez**

Doctor en Lengua y Literatura por la Pontificia Universidad Católica del Perú. Profesor Principal de la Pontificia Universidad Católica del Perú.

**E-mail:** [ehuarag@pucp.pe](mailto:ehuarag@pucp.pe)

### **Gisálio Cerqueira Filho**

Professor Titular de Teoria Política da Universidade Federal Fluminense. Editor de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*.

**E-mail:** [gisalio.cerqueira@gmail.com](mailto:gisalio.cerqueira@gmail.com)

### **Hadi Naeimi**

Assistant Professor at Faculty of Humanities and Arts Law, Islamic Azad University, Zanzan Branch, Zanzan, Iran.

**E-mail:** [naemi.hh@gmail.com](mailto:naemi.hh@gmail.com)

**Leilane Serratine Grubba**

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade Meridional (IMED). Pesquisadora da Fundação Meridional. Doutora e Mestre em Direito (UFSC).

**E-mail:** [lsgrubba@hotmail.com](mailto:lsgrubba@hotmail.com)

**Maria Cristina Basombrío**

Docente, historiadora e investigadora en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, Caseros, Argentina. Se especializa en la vinculación entre prensa y política y en la relación intelectuales y poder durante el alfonsinismo. Dirige el proyecto “Pensamiento y política en la Argentina del siglo XX”.

**E-mail:** [cbasombrio@untref.edu.ar](mailto:cbasombrio@untref.edu.ar)

**Nongthombam Bangkim Singh**

Associate Professor (Sociology), Faculty of Law, Marwadi University, Rajkot, Gujarat, India.

**E-mail:** [julie22nd@gmail.com](mailto:julie22nd@gmail.com)

**Rahul Jairam Nikam**

Associate Professor (Law), Faculty of Law, Marwadi University, Rajkot, Gujarat, India.

**E-mail:** [rahulsnikam@gmail.com](mailto:rahulsnikam@gmail.com)

**Simone de Fátima Flach**

Doutora em Educação. Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

**E-mail:** [eflach@uol.com.br](mailto:eflach@uol.com.br)

**Wilson Couto Borges**

Pesquisador titular em Saúde Pública e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutor em Comunicação, mestre em Ciência Política e especialista em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Grupo de Estudo sobre Subjetividade e Política, vinculado ao GP/CNPq Laboratório Cidade e Poder/UFF. Cooordenador do GP/CNPq NECHS - Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde/Fiocruz.

**E-mail:** [wcborges1@yahoo.com.br](mailto:wcborges1@yahoo.com.br)

**Zeinab Parsinezhad**

Master at Faculty of Humanities and Arts Law, Islamic Azad University, Zanzan Branch, Zanzan, Iran.

**E-mail:** [rizkaawidayanti13@gmail.com](mailto:rizkaawidayanti13@gmail.com) [shiva.parsinezhad07@gmail.com](mailto:shiva.parsinezhad07@gmail.com)